



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LUANA RIBEIRO DA TRINDADE

**FORTALECENDO OS FIOS:
a emergência dos coletivos de estudantes negros e negras
em universidades da região sudeste**



Integrantes do Coletivo Negra da (UFES). Fonte: Página do Facebook

SÃO CARLOS – SP

2021

LUANA RIBEIRO DA TRINDADE

**FORTALECENDO OS FIOS:
a emergência dos coletivos de estudantes negros e negras
em universidades da região sudeste**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para obtenção do grau de doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Valter Roberto Silvério

SÃO CARLOS - SP

2021

TRINDADE, Luana Ribeiro da

FORTALECENDO OS FIOS: a emergência dos coletivos de estudantes negros e negras em universidades da região sudeste / Luana Ribeiro da TRINDADE -- 2021. 200f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): SILVÉRIO, Valter Roberto
Banca Examinadora: OLIVEIRA, Osvaldo Martins, GOMES, Nilma Lino, RODRIGUES, Tatiane Cosentino, SANCHEZ, Fábio José Bechara
Bibliografia

1. Identificação. 2. Processos de socialização . 3. Coletivos de Estudantes Negros . I. TRINDADE, Luana Ribeiro da. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Luana Ribeiro da Trindade, realizada em 10/08/2021.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Valter Roberto Silverio (UFSCar)

Profa. Dra. Nilma Lino Gomes (UFMG)

Prof. Dr. Osvaldo Martins de Oliveira (UFES)

Profa. Dra. Tatiane Cosentino Rodrigues (UFSCar)

Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Por tudo que sempre fizeram por mim dedico essa e todas as minhas conquistas aos meus amados pais.

A todo(a)s integrantes dos Coletivos de Estudantes Negros e Negras espalhados nas mais diversas instituições de nível superior no Brasil.

Com carinho, àquele(a)s que tive a honra de conhecer nessa caminhada de pesquisa. Desejo que esse estudo seja fonte de inspiração para continuarem sendo (re)existentes, ativos e sempre criativos. Que essa experiência coletiva conduza às futuras gerações à produção de novas percepções, novos horizontes e formas de sociabilidade.

AGRADECIMENTOS

Por fim, os agradecimentos... escritos merecidamente nas páginas iniciais.

Fui para São Carlos fazer a seleção... eu realmente tinha “uma mala de mão, dentro uma oração” (LUEDJI LUNA, 2017). Escrita pela minha mãe, aos olhos atentos do meu pai. Oração essa, ensinada pela sua mãe. E mesmo de longe, sei que minha tia Joanna também fazia suas orações. É imensurável meu amor, respeito e gratidão.

Inúmeras pessoas, direta ou indiretamente, cada um de sua maneira, me proporcionaram espaços para novas descobertas, mediante a construção e troca de conhecimento e de experiências. Palavras de apoio, provocações, sugestões, indagações e atenção fortaleceram esse processo. Possibilitaram-me, de certa forma, o equilíbrio necessário para conciliar as atividades acadêmicas com os momentos de descontração. Ainda, muito(a)s me incentivaram e apoiaram com recursos financeiros e/ou material tão necessário para a minha permanência no curso, dedicação e o desenvolvimento de uma pesquisa científica. Ou até mesmo, prontamente doaram um pouco do seu tempo para me auxiliar com outras demandas que não são acadêmicas, mas que de certa forma, influenciam.

Renovo aqui os agradecimentos pela amizade, acolhimento, cuidado e constante solicitude as minhas irmãs Jeovania e Georgina, (a)s amigo(a)s Vânia Drumond, Ana Selma Xavier, Paula Aristeu, Andrea Mongim, Carolina Cyrino (Carol), Florença Silvério (Flor), Rodolfo Tenório, Iaci Jara, Iberê Araújo e Denise Cruz e as minhas vizinhas Lia, Angela e Fabiana.

Agradeço pelas trocas prestimosas e enriquecedoras ao Marcelo Marques, Helom Barrozo, Dorcas Recaman, Dionísio Pimenta, Cauê Flor, Hasani Eliotério, Ana Carolina dos Anjos (Carol), Nayhara Almeida (Nay), Karina Santos, Guilherme Oliveira e Mariana Lage (Mari). Pelo apoio e a gentileza de Volner Malini, Marcela Gonzaga, Mirian Alves, Victor Placido, Eliane Quintiliano, Edneia Lopes, Hilda Dutra e Guilherme Labarrere.

Expresso minha gratidão aos professore(a)s do PPGS, de forma muito especial, ao meu orientador Valter Silvério, pela confiança, o rigor para a elaboração deste estudo e as brilhantes e esclarecedoras aulas. Sou reconhecida por esse conhecimento aprendido. Aos professore(a)s que compuseram a banca de avaliação desta tese – Nilma L. Gomes, Tatiane C. Rodrigues (Tati), Osvaldo M. Oliveira e Fábio B. Sanchez – pelas palavras de apoio, atenciosa leitura, preciosas críticas e contribuições.

Agradeço o(a)s colegas da turma doutorado 2018; do grupo de Estudos da Diáspora; do grupo de pesquisa Transnacionalismo Negro e Diáspora africana; do Núcleo de Estudos Afro brasileiros – NEAB/UFSCar, da Rede de Estudos sobre Coletivos; do Workshop: *Higher Education and Societal Transformation: Decolonisation and Racial Equality* – coordenado por Shirley Anne Tate e Breitner Tavares; e do grupo de pesquisa Afrovisualidades: Estéticas e Políticas da Imagem Negra – orientado pela Professora Janaina Damasceno. Em todos, encontrei na coletividade inspiração e experiências marcantes.

À todo(a)s integrantes dos Coletivos de Estudantes Negros e Negras das UERJ, UFES, UFMG e UFSCar agradeço pela confiança depositada neste estudo e ser parte dele. Assim como àquelas pessoas que mesmo não inseridas nos coletivos ou em outras formas de organizações coletiva trouxeram riquíssimas contribuições.

Sou imensamente grata à todo(a)s negros e negras da diáspora que me antecedem e aos que na minha existência estiveram ou estão presentes. Carinhosamente, aquele(a)s que ainda são desconhecidos na história. Pela constante luta, (re)resistência, memória, inspiração e motivação para continuarmos sonhando e conquistando novos espaços.

*Lê, escrever, refletir
parar um pouco,
respirar,
buscar força,
descontrair,
ouvir uma música, cuidar das plantas, dos animais...
e continuar...
Lê, escrever, refletir...*

*O Estado quer nos reduzir à indetidades.
Mas seguimos dissonantes em nossas multiplicidades,
incategorizáveis.
Pulsando a vida em infinita possibilidade.
Como um enxame de abelhas raivosas, no bailado do panapaná do
voo de delicadas borboletas.
No gosto do café e seu aroma que invade.
Assim, quando digo Negro, recuso a identidade colonial.
E abro as portas para uma outra linguagem, volto pra casa com todo
conhecimento que vem, que vem lá de longe.
Está tudo aí 'nos olhos das minhas e dos meus mais velhos'*

(Tamyres Batista Costa)

RESUMO

A partir da implementação da política de reserva de vagas reafirmada pela promulgação da Lei nº12.711 de 29 de agosto de 2012 – conhecida como Lei de cotas – para estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e oriundos da escola pública observa-se a expansão de coletivos formados por jovens negros e negras no interior das universidades brasileiras. Conforme as narrativas construídas por ele(a)s, os Coletivos de Estudantes Negros e Negras – CENs são espaços políticos de (re)construção da identidade, de fortalecimento, de afetividade, de estudo e de luta pela garantia da referida lei. Diante desse contexto, neste estudo realizou-se uma leitura dos processos de socialização, de identificação e de construção da diferença, a partir da organização dos CENs e da inserção do(a)s estudantes nestes em universidades da região Sudeste do Brasil cujas histórias e contextos possam ser considerados distintos. Para tal, tomei a carioca UERJ, a capixaba UFES, a mineira UFMG e a paulistana UFSCar como locais de observação, de coleta de dados e de produção da pesquisa. Tem-se como hipótese que os CENs surgem deslocando-se tanto de outras formas de organizações negras quanto problematizando a ideia de fixidez identitária do grupo em questão. As tensões resultantes configuram uma complexa situação de identidade cultural/ racial. A metodologia utilizada reúne pesquisa bibliográfica, levantamento histórico-documental, observações sistemáticas e participante e entrevistas com integrantes e ex-integrantes. A pesquisa revela um novo léxico político da juventude negra brasileira.

Palavras-chave: Identificação; Processos de socialização; Coletivos de Estudantes Negros; Construção da diferença; Racialização.

ABSTRACT

Since the implementation of the vacancy reservation policy reaffirmed by the enactment of Law No. 12,711 of August 29, 2012 - known as the Quota Law - for self-identified black, brown, indigenous and public school students there has been an expansion of collectives composed by young black men and women inside Brazilian universities. According to the narratives constructed by them, the Black Student Collectives - CENs are political spaces for the (re)construction of identity, strengthening, affection, study and fighting for real practice of that Law. Given this context, in this study was read the processes of socialization, identification and construction of difference, based on the organization of CENs and the insertion of students in universities in the Southeast of Brazil whose stories and contexts can be considered distinct. To do so, I selected the universities UERJ (Rio de Janeiro/BR), UFES (Espírito Santo/BR), UFMG (Minas Gerais/BR), and UFSCar (São Paulo/BR) as places of observation, data collection and research production. My hypothesis is that the CENs appear displaced from other forms of black organizations and problematizing the idea of permanent identity of the group in question. The resulting tensions constitute a complex situation of cultural / racial identity. The methodology used gathers bibliographic research, historical-documentary survey, systematic and participant observations and interviews with members and former members. The research reveals a new political lexicon of Brazilian black youth.

Keywords: Identification; Socialization processes; Difference construction; Black Student Collectives; Racialization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
OS CAMINHOS DA PESQUISA	17
1. OS CAMPOS DE CONFLITOS: CONDIÇÕES HISTÓRICAS PARA A EMERGÊNCIA DOS COLETIVOS	27
1.1 FORMAS COLETIVAS DE AGÊNCIA NEGRA AO LONGO DA HISTÓRIA	28
1.2 DRAMAS DA SOCIALIZAÇÃO: A INVISIBILIDADE HISTÓRICA DA EXPERIÊNCIA NEGRA	42
2. FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS COLETIVOS NEGROS NA UNIVERSIDADE	56
2.1 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DOS COLETIVOS	57
2.2 COLETIVO: “... É UM ESPIRAL, NÃO TEM FECHADO”	66
2.3 INSERÇÃO, COMUNICAÇÃO E TIPOS DE VÍNCULOS DIRETOS E INDIRETOS	74
3. AGÊNCIA CRIATIVA: MODOS DE FAZER, OLHAR E PROVOCAR	89
3.1 “... ACONTECEU, E AGORA? O QUE VAMOS FAZER?”: AS ESTRATÉGIAS E AÇÕES COLETIVAS DESENVOLVIDAS	89
3.1.1 Dimensão de agência política.....	94
3.1.2 Dimensão formativa	105
3.1.3 Dimensão administrativa/gestão	110
3.1.4 Dimensão de insurgência	123
3.2 “A UNIVERSIDADE NÃO VAI SER MAIS A MESMA”: IMPORTÂNCIA E REPERCUSSÃO DOS COLETIVOS NEGROS.....	126
3.3 “NEM TUDO SÃO FLORES”: ALGUNS FATORES QUE DESENCADAIAM CONFLITOS	131
4. POSSÍVEIS DIÁLOGOS: DAS TRAVESSIAS NECESSÁRIAS... NO CONTATO COM O OUTRO.....	135
4.1 IDENTIDADES CONSTRUÍDAS NO INTERIOR DA REPRESENTAÇÃO	136
4.2 ESTUDANTES NEGROS E NEGRAS PEDEM PASSAGEM: “SE NÃO SABE, VOLTA PARA BASE”	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
REFERÊNCIAS	168
ANEXOS	187
ANEXO A – LEI Nº 5.346, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2008.	187
ANEXO B – LEI Nº 10.639, DE 09 DE JANEIRO DE 2003.....	190
ANEXO C – LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012	191
ANEXO D – MANIFESTO DE OCUPAÇÃO PELO CENTRO DE CONVIVÊNCIA NEGRA.....	193
ANEXO E – GUIA DE CHEGADA – ENCONTRO DE ESTUDANTES E COLETIVOS UNIVERSITÁRIOS NEGROS.....	195

APÊNDICES197

APÊNDICE A – TIPOLOGIA DAS FORMAS E AÇÕES COLETIVAS NEGRAS 197

APÊNDICE B – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA200

APÊNDICE C – TERMO DE ANUÊNCIA (AUTORIZAÇÃO) DE USO DE IMAGEM,
DEPOIMENTO, NOME, VOZ E DADOS BIOGRÁFICOS.....201

INTRODUÇÃO

A negritude enquanto signo nunca é suficiente. O que aquele sujeito negro faz, como ele age, como pensa politicamente... o **ser negro** realmente não me basta: eu quero conhecer as suas políticas culturais (Isaac Julian, em entrevista com bell hooks citado por HALL, 2013, p. 386 grifo nosso).

O interesse em estudar **Coletivos de Estudantes Negros e Negras – CENs**¹ surgiu durante a pesquisa que desenvolvi no mestrado, no período de março de 2016 a fevereiro de 2018, que teve por objetivo analisar o processo de (re)construção da identidade de universitário(a)s negros e negras na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (TRINDADE, 2018). Esse estudo permitiu, para além da universidade pesquisada, a identificação de um aumento significativo de CENs no interior das universidades públicas brasileiras; neste contexto de ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior, e a importância desses coletivos para a juventude negra, enquanto possibilidade política de (re)construção da identidade, de fortalecimento, de afetividade, de estudo e de mobilização, em uma instituição até então incomum à sua presença: a universidade pública.

Logo, também me chamou atenção o crescimento constante, nos últimos anos, em espaços universitários, nas instituições de nível fundamental e médio, em espaços virtuais – especialmente nas páginas de *Facebook* e grupos de *WhatsApp* –, na sociedade de maneira geral, uma variedade de experiências de ações coletivas, protagonizadas sobretudo, por jovens. Estas, comumente identificadas como **coletivos** e organizados em torno de pautas raciais, sociais, políticas, culturais, religiosas, de gênero, ambientais, etc bastante heterogênea.

A novidade em cena e sua relevância no que se refere a forma/estrutura organizacional tem atraído atenção de pesquisadores e se constituído em um problema para diferentes áreas de conhecimento. As pesquisas desenvolvidas até o momento buscam explicar esse fenômeno a partir dos mais distintos enfoques e perspectivas teóricas, por exemplo, o estudo sobre os movimentos sociais no contexto contemporâneo e a participação política juvenil (MAIA, 2013).

¹ Convém ressaltar que considero aqui a abreviação *CENs* tendo com referência ao texto **Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica** (2011) de Alex Ratts. Também levo em consideração que em alguns dos coletivos pesquisados integram estudantes secundaristas e jovens profissionais que, mesmo fora da universidade, continuam estudando.

Nesta tese, realizarei um esforço de introduzir uma linguagem inclusiva em termos de gênero como alternativa para contemplar e visibilizar a representação de todas as identidades. Uso com frequência a forma **o(a)** – para singular – ou **o(a)s** – para o plural – e em extenso optei apenas por utilizar as palavras **negros e negras**. Ciente que ainda essas opções reforçam o binarismo. No entanto, em alguns casos, especificamente, nas citações indiretas, respeitei a forma como o(a)s autor(a)s utilizam em suas obras.

É consensual na literatura já existente, tais como Gohn (2016; 2017), Perez; Souza (2017), Perez; Filho (2017) e Maia (2013) que identificar-se como coletivo é marcar uma diferença, em especial com outras experiências de organização, como os partidos políticos, associações, Organizações Não Governamentais – ONGs, movimentos estudantis, movimento juvenis, entre outros. Esses estudos apontam a existência de algumas características comuns aos coletivos, principalmente, no que se refere a estrutura organizativa: autogeridos, pautas múltiplas, dinâmicos, flexíveis e horizontais. Em outras palavras, majoritariamente os coletivos não são institucionalizados e alguns desempenham suas atividades por apenas um curto período de tempo deixando de existir logo depois.

No entanto, com relação ao CENs, foco deste estudo, trabalho ao longo do texto, a partir do campo pesquisado, com uma perspectiva teórica que informa a não existência de processos fixos. Com isso, construo características distintas, que buscam ir além da definição apresentada acima. As concepções trazidas por Stuart Hall (2015, p. 16), sociólogo de origem jamaicana, por exemplo, mostram que “a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpretado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser adquirida ou perdida. Ela tornou-se politizada”.

Justamente por isso, o autor sugere a utilização da expressão **identificação**. Pois, esse processo rompe com uma visão essencialista, estática, fixa da identidade, conectada ao pensamento cartesiano de sujeito – centrado, único, dotado de capacidades de razão, de consciência e de ação, características que surgem ao nascimento do sujeito e se desenvolvem até sua morte. Concepção essa que Hall denomina de identidade do **sujeito do iluminismo**. Ou baseado numa concepção de um **sujeito sociológico**, que quer dizer, em que a identidade se baseia a partir da “interação” entre o **eu** e a **sociedade** – da interação com as pessoas importantes para ele(a) que mediam valores, sentidos e símbolos – não sendo autônoma e auto-suficiente, é “costurada” à estrutura e formações sustentadoras da sociedade moderna, estabilizando tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que ele habita (HALL, 2015).

Por isso, Hall destaca que a identidade “permanece sempre incompleta, está sempre em ‘processo’, sempre ‘sendo formada’” (HALL, 2015, p. 24). Resultado das profundas mudanças, cada vez mais rápidas e contingentes, que vem ocorrendo na sociedade, resultando diretamente na **fragmentação do sujeito**. Esse não mais se identifica com o que é preestabelecido socialmente como marca da sua identidade, por exemplo, demarcadas apenas por aspectos biológicos, pela herança genética ou pelo local de nascimento. Tal deslocamento, então, permitiu o descentramento do sujeito moderno, modificando o entendimento do ser

humano sobre si mesmo e sobre o mundo (HALL, 2013, 2015). Esse processo que produz o **sujeito pós-moderno**.

No levantamento bibliográfico em diversas bases de dados: Scielo, Capes, *Scopus e Web of Science* e outros meios de pesquisa, por exemplo, repositórios/bases institucionais, verifiquei, no início do estudo, poucos trabalhos que discutem especificamente os CENs: nos trabalhos de conclusão de curso – TCC realizados por Caixeta (2016), Lima (2017) e Teixeira (2017), na dissertação de Oliveira, G. (2019) e nos artigos de Ratts (2011), Oliveira, G. (2018) e Lázaro; Cerqueira e Castro (2016). Também são poucos aqueles que apenas mencionam a existências deles nas universidades: no meu próprio trabalho de dissertação, Trindade (2018), nas teses de Forde (2016), Santos (2014) e Souza A. (2019), no TCC de Nascimento (2016), no artigo de Cardoso; Rodrigues e Santos (2016)².

Diante da dificuldade, inicialmente, para encontrar contribuições teóricas e dados de pesquisas sobre CENs, busquei conhecer e estabelecer contato com pesquisadore(a)s, que se debruçam na mesma temática coletivos, em diferentes áreas, ênfases e perspectivas teóricas. Foi um processo interessante, pois ao logo do percurso, outras pessoas espalhadas por vários estados, foram sendo inseridas nessa rede. Com isso, fui ampliando o conhecimento, mediante trocas e reflexões conceituais, teóricas e metodológicas³.

Diante disso, observo que o estudo dos CENs tem chamado atenção em diversas áreas, porém, carece de maiores problematizações. Ainda é praticamente inexistente quando se trata do **processo de socialização** de jovens negros e negras engajado(a)s nos coletivos no interior da universidade – instituição historicamente racializada que excluiu esta população. Estou entendendo a **racialização** como um dos componentes mediadores das relações sociais estabelecidas entre as pessoas de pertencimentos étnicos-raciais distintos, e, que por meio desse processo, o(a)s estudantes negros e negras são posicionados em um lócus social de inferioridade (SILVÉRIO *et al*, 2010), limitando ou impedindo o pleno acesso à educação.

Quanto a socialização, tema esse constitutivo da própria sociologia, busco privilegiar a legitimação, que se refere a um processo microssocial na análise sobre a vida cotidiana, isto é, “ao movimento próprio dos indivíduos que reconhecem e formam, ao mesmo tempo, a legitimidade dos sistemas de atribuição de papéis e de *status* nos subsistemas sociais com os quais se relacionam” (VAN HAECHT, 2008, p. 107, grifo da autora) conectando-a à

² No decorrer da escrita desta tese tive conhecimento e fui acessando outros estudos sobre a temática: Almeida (2019), Costa (2018), Guimarães, Rios e Sotero (2020), Lage (2020), Lima (2020), Lopes (2017) e Oliveira, M. (2019) são alguns exemplos.

³ Meu agradecimento todo especial ao Marcelo Marques, o meu primeiro contato. Uma pessoa muito especial que tive o privilégio de conhecer e compartilhar maravilhosos e longos momentos de diálogos e discussões.

legitimidade, de ordem macrosocial, “correspondendo a um dado que figura nos sistemas de representação explicitamente difundidos pelas instituições (especialmente pelas ideologias ditas dominantes” (Ibid., p. 107).

Portanto, a emergência dessas novas manifestações, que ganham visibilidade, em grande medida, na atual conjuntura de entrada da juventude negra e periférica nas universidades públicas brasileiras – como um direito –, coloca novos problemas para a sociologia. Isso porque há algo novo que contrapõem ao processo de socialização interno a universidade, ou seja, existe uma sociabilidade – que enfatiza a **diferença** – tanto atribuída quanto reivindicada que não é característica da instituição.

O processo de atribuição da diferença é anterior à própria entrada dos estudantes na instituição por meio da utilização dos critérios agora previstos em lei para o acesso, normalmente, nomeados como reserva de vagas, ou cotas, para negros – pretos e pardos –, indígenas e estudantes pobres que tenham cursado todo o ensino médio na escola pública. A reivindicação da identidade, no caso em estudantes negros e negras, tem se dado pela própria ausência de políticas institucionais efetivas para o atendimento aos novos sujeitos que adentram à universidade.

Foi a partir daí, que levantei as seguintes questões: por que na organização dos CENs a **raça** torna-se um elemento de articulação entre as outras **clivagens sociológicas de diferenciação**? Que diferença é essa? Que tipo – normas – de solidariedade (APPIAH, 2016) constroem? Estas indagações, instigaram-me, então, aprofundar a temática e, realizar uma leitura do que vem a ser um CENs e como se dão os processos de socialização, de identificação e de diferenciação social, a partir da organização e da inserção de jovens nestes coletivos com base na própria percepção dele(a)s.

Especificamente, caracterizar as práticas e experiências socializadoras nos/dos coletivos, observando as similaridades e diferenças entre os CENs e entre esses e as organizações negras mais antigas; conhecer as estratégias políticas, a maneira como agem no interior das instituições universitárias e como se dão as trocas de conhecimento entre eles; descrever os impactos políticos nas seguintes direções: A) refletir sobre as estratégias de demarcação da identidade a partir da escolha de símbolos da cultura Afro-diaspórica empregados pelo(a)s estudantes; B) demonstrar as reivindicações de mudanças curriculares; C) possibilitar uma (re)leitura sobre processos de socialização a partir da emergência dos CENs.

Para nortear a compreensão, levanto a hipótese de que os CENs surgem deslocando-se tanto de outras formas de organizações negras em geral quanto criando tensões com das

existentes no interior das universidades por ativarem outras estratégias de reconhecimento e, também, trazendo uma complexa situação de identidade cultural/ racial.

Sendo assim, o foco na socialização permite, por um lado, desenvolver os pressupostos deste tipo de agência política a qual não está contemplada na literatura tradicional e, por outro lado, os processos de identificação com base na diferença (real ou imaginária), a partir da percepção dos próprios sujeitos. A mobilização dos conceitos, portanto, ocorreu sem necessariamente a existência de consensos cujo tratamento demandou um esforço considerável para estabelecer, direta ou indiretamente, um diálogo – imaginário e silencioso – com outro(a)s autores e autoras. E, buscando fazer dessa escrita um documento útil e fundamental. Escrita essa que, de certa maneira, se entrelaça com a minha própria subjetividade.

Como será possível acompanhar nas páginas que seguem, apresento os caminhos pelos quais percorri na pesquisa descrevendo detalhadamente como todo processo foi pensado, organizado, produzido e reproduzido.

OS CAMINHOS DA PESQUISA

Com o objetivo de ressaltar as diferenças e similaridades dos/nos CENs, inicialmente tomei como proposta de pesquisa os coletivos que organizaram o **I Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros – EECUN**⁴. Privilegiando aqueles que foram fundados em universidades federais localizadas na região Sudeste, especificamente o Coletivo Negrada, na UFES – Vitória/ES e o Coletivo Nacional de Juventude pela Igualdade Racial – CONAJIR, na UFSCar, São Carlos/ SP.

O primeiro coletivo citado foi escolhido pelo fato das diversas manifestações às situações recorrentes de racismo sofridas pelo(a)s discentes negros e negras dentro do *campus*, por ter importante papel na implementação das **ações afirmativas** em diferentes universidades e na luta contra as fraudes nas cotas (LIMA, 2017). O segundo foi um daqueles em que o(a)s integrantes idealizaram e articularam a realização do EECUN através de uma rede de coletivos de diversas universidades públicas brasileiras.

⁴ I Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros – EECUN que aconteceu entre 13 e 15 de maio de 2016 na UFRJ, tendo por objetivo discutir o acesso e a permanência da juventude negra nas universidades brasileiras. Contou com a participação de mais de 2 mil graduandos e pós-graduandos, majoritariamente de universidades públicas. No Capítulo 2, irei detalhar melhor sobre o evento, no momento em que discutirei as estratégias e as ações dos coletivos.

Buscando entender como havia sido pensada a organização do EECUN, conversei com um estudante da UFES, integrante do Coletivo Negrada, ainda no período que antecedeu minha entrada no doutorado. Este colocou-me em contato com um dos ex-integrante do CONAJIR, egresso da UFSCar. Após uma longa conversa⁵, que me possibilitou melhor compreender a temática, surgiu a necessidade de pesquisar o Coletivo Carolina de Jesus, fundado em 2014 por estudantes negros e negras, que foi também um dos idealizadores e mobilizadores do encontro realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. No entanto, mediante as dificuldades encontradas para contactar o(a)s integrantes do coletivo, decidi desbravar diferentes trilhas e ampliar o estudo para outros coletivos para além das UFES e UFSCar e inserir os da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e os da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, pois nestas universidades consegui com mais facilidade contato com alguns coletivos.

No caso da UERJ, o que também me motivou foi o fato dela ser uma das primeiras instituições brasileiras a criar e adotar um sistema de cotas, no vestibular de 2003. Atualmente, o programa é garantido pela Lei Estadual nº 5.346/2008 (ANEXO A) atualizada pela a Lei nº 8.121/2018. Assim, a proposta da pesquisa passou a ser de localizar e realizar uma leitura da maior quantidade possível de experiências coletivas, auto-identificadas como coletivos, existentes nestas instituições.

Essa nova forma de organização política, então, reverberou em desafios metodológicos instigantes. Antes, a dificuldade estava em acessar literaturas e estudos específicos sobre o assunto, mas no decorrer da pesquisa foram surgindo outras: Como acessar esses coletivos? Como acessar o(s) integrantes? Com quem eu devo falar? Quem responde pelo CENs? Como serei vista e recebida por ele(a)s? Como adequar os instrumentos para a pesquisa dado que esses CENs são cíclicos e se organizam de maneira diversa? Como caracterizá-los? Esses desafios, então, levaram-me a repensar o trabalho de campo e suas nunces. Criar e utilizar metodologias que fossem adequadas para realizar uma leitura mais ampla da realidade dos coletivos.

Para melhor compreensão do que é um coletivo negro na contemporaneidade, e assumindo como pressuposto a existência de linhas de continuidade e ruptura entre passado e presente, construí um novo instrumento de pesquisa, uma **tipologia das organizações negras**⁶ (APÊNDICE A), a partir da década de 30 até os dias atuais. Tomei por base em três

⁵ Em 09 de abril de 2018.

⁶ Destaco que essa tipologia contempla apenas uma parte significativa das diferentes organizações negras que surgiram no Brasil ao longo dos anos.

tipos de técnicas de pesquisa: bibliográfica, documental e de conteúdos que circulam na internet, por meio de uma busca detalhada em *site* e redes sociais – *WhatsApp*, *Facebook*, *Instagram*, *Blogs* e *E-mail*. Para apurar alguns detalhes, principalmente, dos coletivos que participaram da organização do EECUN, que não encontrei nos sites visitados – a maioria deles não apresentavam informações completas – tentei realizar o contato através do envio de *e-mails*.

Nas pesquisas realizadas, localizei os nomes das diferentes organizações, com fundação a partir da década de 1930, a localidade, o contexto social e político do surgimento, quais as ações desenvolvidas e os objetivos. Em seguida, separei em três grandes períodos: de 1930 a 1944; 1945 a 1979 e 1980 até os dias atuais.

Após essa etapa, fui selecionada para participar de um Workshop – *Higher Education and Societal Transformation: Decolonisation and Racial Equality*⁷, na Universidade de Brasília – UnB, no período de 3 a 5 de junho de 2019. Essa oportunidade me possibilitou conhecer várias pessoas de diferentes regiões do Brasil e da Inglaterra, e com isso, trocar experiências, conhecer estudos semelhantes desenvolvidos nacionalmente e internacionalmente, ampliar a rede de contatos e inteirar-me sobre outros coletivos de estudantes negros e negras fora ou mesmo da região Sudeste, situados em distintas universidades⁸. Além disso, todas as minhas despesas com alimentação, hospedagem e transporte foram financiadas pelo evento, o que facilitou financeiramente a minha ida para Vitória para começar o campo.

Paralelo ao evento informado fui buscando contato para aproximação com integrantes e ex-integrantes dos CENs localizados nas UERJ, UFES e UFSCar, por envio de e-mail, mensagem pelo *Facebook* ou *WhatsApp*. Com o intuito de verificar o interesse do coletivo ou da pessoa em participar da pesquisa. E, em caso positivo agendar o encontro presencial.

No período de 6 a 15 de junho de 2019 em Vitória e de 16 a 22 do mesmo mês no Rio de Janeiro. Mesmo com os percalços, principalmente financeiros, optei por realizar o estudo *in lócus* e estabelecer uma comunicação face a face, buscando construir uma relação de confiança e captar as informações que vão além da escrita e da palavra. Além disso, vivenciar mesmo que por pouco tempo a atmosfera das universidades e dos coletivos.

⁷ Educação Superior e Transformação Social: Decolonização e Igualdade Racial. A programação pode ser vista em: <https://www.noticias.unb.br/component/agenda/agenda/2494>

⁸ Ao longo da pesquisa também assistir aos vídeos publicados no *Youtube* pelo CULTNE – acervo digital da cultura negra, sobre o evento em comemoração aos 43 anos do GTAR - Grupo de trabalho André Rebouças, realizado nos dias 03 e 04 de outubro de 2018 na Universidade Federal Fluminense – UFF/ Niterói. Disponível em: <http://www.cultne.com.br/>. Acesso em: 08 jul. 2019.

Consultei documentos/registros – atas, relatórios, fotografias, sites de internet e matérias de jornais que foram produzidos pelos CENs, com o objetivo de distinguir entre o que está no papel enquanto proposta de orientação de ação dos mesmos e como agem cotidianamente no interior das Instituições de Ensino Superior – IES e Instituições Federais de Ensino Superior – Ifes. Também fiz os registros através de observações sistemáticas no universo institucional das universidades, buscando pistas sobre as suas ações, assim como os acompanhei/seguí em redes sociais e nos grupos de *WhatsApp*. Somado a isso, conversei com várias pessoas dentro e fora da universidade que agregaram informações relevantes à pesquisa.

Na UFES o contato com o(a)s integrantes dos CENs foi facilitado pelo fato de conhecer algum(a)s do(a)s estudantes. Muitos haviam participado da pesquisa que realizei no mestrado e se colocaram mais uma vez a disposição. Outro(a)s eram da turma a qual realizei o estágio docência, e nesse período estavam movimentando-se para criar um coletivo. Na UERJ, o contato foi intermediado por uma integrante de um coletivo da UFES que fazia sua segunda graduação no Rio de Janeiro e por mensagem pelo *Facebook*, após um prévio levantamento na internet dos CENs existentes na instituição. Contatei um dos coletivos mais antigo, o **Coletivo de Estudantes Negros/as da UERJ – DeNegrir**⁹, que me indicou outro, tendo em vista, conforme a conversa que tive com uma pessoa que faz parte do coletivo – que não se identificou – pelo *Messenger* do *Facebook*, o cuidado na resolução de não participarem de nenhuma pesquisa. Como demonstro mais adiante, o coletivo tem um posicionamento de não dialogar com pesquisadores acadêmicos.

Com todos os CENs utilizei um roteiro de questões (APÊNDICE B) apenas para nortear a entrevista, pois considerei importante conduzi-la, sem, no entanto, fixá-la ou restringi-la. Assim, deixar o(a)s estudantes mais livres para falar. Acrescido a isso, por razões éticas, os nomes de todas as pessoas participantes são fictícios. Foram trocados por nomes que fazem alusão a países da África e escolhidos aleatoriamente por mim. Para facilitar o reconhecimento foram sublinhados ao longo da tese.

⁹ Conforme Oliveira, G. (2019) o Coletivo DeNegrir é contemporâneo a implementação das cotas nos cursos de graduação – 2002/2003 e foi formado por estudantes negro, que já estavam na UERJ, com o intuito de se mobilizaram para garantir o acesso e a permanência de outro(a)s jovens negros e negras na universidade. Utilizando como estratégia a disputa de espaços institucionais que votariam pelas necessidades dos estudantes negros, como descreve Lima (2020). Em uma carta de boas-vindas aos estudantes negros e cotistas (s/d), acessada no site: http://www.geocities.ws/denegrir_uerj/Carta_do_denegrir.pdf, mostra que o coletivo surge da necessidade de discutir a questão racial ignorada no âmbito acadêmico. A escolha do nome se deu com o propósito de denunciar a discriminação e o racismo contidos na nossa sociedade, inclusive na utilização de palavras. Mais informações sobre o coletivo podem ser encontradas na página de *Facebook*: <https://www.facebook.com/denegrir.coletivo> e durante decorrer da tese, mais especificamente no segundo capítulo.

Considerando as diferenças existentes na forma de organização dos coletivos, como será possível ser observada com maior detalhe na sequência do estudo, as dinâmicas das entrevistas foram adequadas às possibilidades e respeitando alguns critérios do(a)s entrevistado(a)s, que variavam de acordo com a necessidade do coletivo ou pessoa. Algumas foram realizadas individualmente e outras coletivamente. Neste caso, a escolha de quais integrantes participariam ficou por decisão do coletivo.

As entrevistas foram gravadas após a explicação sobre o estudo e a assinatura individual de **Termo de Anuência (autorização) de uso de imagem, depoimento, nome, voz e dados biográficos**, conforme modelo anexo (APÊNDICE C). Ao final de cada entrevista perguntava se ele(a)s tinham o contato com integrantes de outros coletivos para que eu pudesse conhecer.

Verificando a existência de outros CENs nas universidades pesquisadas, a impossibilidade de permanência por mais longo tempo e também considerando o final de período, em que o(a)s discentes costumam estar sobrecarregado(a)s, estabeleci um segundo momento de visita ao campo para realizar novas entrevistas e reencontrar com os coletivos conhecidos anteriormente. Nesse espaço de tempo, transcrevi as entrevistas na íntegra, iniciei o processo de organização dos dados e continuei fazendo o contato com o intuito de sanar algumas dúvidas. Bem como, realizei entrevistas com ex-integrantes de um coletivo na UFSCar.

Para o segundo momento de visita ao campo, suscitei o desafio e considerei relevante incluir os coletivos da UFMG, em razão do necessário trabalho de campo, da busca por diferentes cenários e ter uma visão mais ampla dos CENs na região Sudeste. Para isso, iniciei conversa e aproximação com algumas pessoas que poderiam intermediar os contatos na UFMG e também nos coletivos que ficaram pendentes na UERJ. A visita à UFMG foi realizada no período de 21 a 25 de agosto e o retorno a UERJ aconteceu em seguida, de 26 a 31 de agosto de 2019.

Na UFMG fui recebida e auxiliada por uma estudante de pós-graduação. Esse contato foi fundamental no prévio mapeamento dos coletivos existentes na universidade e na interlocução com o(a)s integrantes dos mesmos. Assim como nas universidades visitadas no primeiro momento, realizei entrevistas individuais e coletivas e com um coletivo específico realizei a entrevista via *Skype*. O(a)s integrantes deste mostraram interesse em participar da pesquisa, porém durante a minha visita ao campo não conseguimos conciliar a agenda para um encontro presencial. Além das entrevistas, tive a oportunidade de realizar observações participando de uma atividade de acolhimento/recepção de novos integrantes e estabelecer

uma conversa com a diretora de Ações Afirmativas, vinculada a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE¹⁰ e com algum(ma)s estudantes responsáveis pelo **Centro de Convivência Negra – CCN**, que é um espaço que integra os coletivos e pessoas interessadas na temática étnico-racial.

Já na UERJ, mesmo com o agendamento prévio com dois coletivos e com um integrante da Frente Negra – UERJ¹¹, a visita ao campo não aconteceu a contento. Um dos coletivos no último momento colocou a indisponibilidade do(a)s integrantes para a entrevista e o outro atrasou para chegar ao local combinado prejudicando no tempo da conversa e no contato com o integrante da Frente Negra. É oportuno destacar a dificuldade, especificamente, nesta universidade de contato com os coletivos, tanto por redes sociais quanto diretamente em *lócus*.

A intenção era pesquisar todas as experiências coletivas auto-identificadas CENs existentes em cada uma das instituições, porém, considerei neste estudo, uma parcela representativa do universo pesquisado, pois alguns não aceitaram participar e com outros não foi possível estabelecer contato. Entendo também que os coletivos analisados reúnem informações que são representativas das experiências dos diversos coletivos espalhados pelas universidades brasileiras.

Com os dados organizados, iniciei a leitura à luz da **teoria da representação** de Stuart Hall (1996a, 1997a, 1997b, 2016). Este aporte teórico-metodológico possibilitou-me compreender e descrever os sentidos e significados diversos evidenciados por estudantes negros e negras – integrantes e ex-integrantes de coletivos – e as dinâmicas de interações entre as pessoas/coletivos, de forma a realizar um estudo comparativo e descritivo.

Abaixo, seguem os quadros com a relação dos coletivos participantes da pesquisa, abrangência, quantidade de participantes e como foram realizadas as entrevistas por universidade. Nota-se que em alguns casos a mesma pessoa ofereceu informações sobre mais de um coletivo, tendo em vista a sua vinculação nestes, inclusive em coletivo de âmbito nacional, com núcleo no Estado pesquisado. Totalizando 17 coletivos.

¹⁰ Criado em novembro de 2014 após uma demanda do Coletivos de Estudantes Negros – CEN, que será apresentado mais adiante. Inicialmente chamada de Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PRACE, em substituição a uma diretoria que cuidava mais dos aspectos relativos ao incentivo para participação em eventos. E a assistência estudantil que era totalmente vinculada a Fundação Mendes Pimentel – FUMP, passa a ser elaborada em parceria com a universidade. Com isso, a PRAE passa a mediar a relação dos estudantes com a FUMP. Atualmente a PRAE possui três eixos de atuação: Ações Afirmativas, Assistência Estudantil e Apoio à Projetos Estudantis.

¹¹ A Frente Negra na UERJ foi criada no final do ano de 2015 e início de 2016.

Quadro 1 – Relação dos coletivos estudados na UERJ

UNIVERSIDADE	NOME DO COLETIVO	CURSO	INTEGRANTE PARTICIPANTE	TIPO DE ENTREVISTA
UERJ	Coletivo Negro Patrice Lumumba – CNPL	Direito (Graduação e pós-graduação)	3	Coletiva
	Grupo Preto de Psicologia Imárale	Psicologia (Profissionais)	8	Coletiva
	NegreX	Medicina (abrangência Nacional – profissionais e graduandos)	1	Individual

Fonte: Elaboração da própria pesquisadora.

Quadro 2 – Relação dos coletivos estudados na UFES

UNIVERSIDADE	NOME DO COLETIVO	CURSO	INTEGRANTE PARTICIPANTE	TIPO DE ENTREVISTA
UFES	Coletivo Negrada	Diversos Cursos (Graduação) e secundaristas	2	Individual
	Coletivos Negro e Negras da CSo	Ciências Sociais	1	Individual
	Coletivo Winnei Mandela	Serviço Social	3	Individual (2) e coletiva (3)

Fonte: Elaboração da própria pesquisadora.

Quadro 3 – Relação dos coletivos estudados na UFMG

UNIVERSIDADE	NOME DO COLETIVO	CURSO	INTEGRANTE PARTICIPANTE	TIPO DE ENTREVISTA
UFMG	Coletivos de Estudantes Negros – CEN	Diversos cursos (Graduação)	1	Individual
	Movimento Auto-organizado de Libertação, Kilombagem e Autogestão – Maloka	Diversos cursos (Graduação)		
	Bloco das Pretas	Diversos curso (Graduação)		
	Coletivo de cotistas Negros da Pós-graduação	Pós-graduação em Educação		

	Articulação da Consciência Negra	Diversos cursos (Graduação)	2	Coletiva
	Grupo de Estudos sobre Negritude e Interseccionalidades - GENI	Medicina e outras áreas da saúde (Graduação)	4	Coletiva
	EnegreSer	Dança (Graduação)	1	Individual (via Skype)
	ICEx -Vila Oculta dos Negros das Exatas (Ivone)	Diversos cursos da área de exatas (Graduação)	2	Coletiva
	Coletivo de Negros e Negras da Faculdade de Educação – Faculdade de Educação – FaE	Pedagogia	1	Individual

Fonte: Elaboração da própria pesquisadora.

Quadro 4 – Relação dos coletivos estudados na UFSCar

UNIVERSIDADE	NOME DO COLETIVO	CURSO	INTEGRANTE PARTICIPANTE	TIPO DE ENTREVISTA
UFSCar	CONAJIR– Coletivo Nacional em Juventude pela Igualdade Racial	Diversos cursos (Graduação e pós-graduação)	1	Individual
	Café das Pretas	Diversos cursos (Graduação e pós-graduação)	2	Individual

Fonte: Elaboração da própria pesquisadora.

Após percorrer esse caminho para a realização da pesquisa, trago a organização dos resultados encontrados a partir da escrita de quatro capítulos; mas, antes não posso deixar de explicar o ponto inicial desta tese, que é título. Recordei-me, quando ainda estava no mestrado, num determinado momento durante uma reunião com estudantes e diferentes

coletivos formados na UFES – indígenas, quilombolas, negros, mulheres, LGBTs¹² e pessoas com deficiência¹³ –, quando um estudante identificando-se como negro e cotista, manifestou suas inquietações dizendo: “os estudantes negros e cotistas estão segurados por um fio na universidade”. Por isso, **Fortalecendo os fios** remete as alternativas encontradas por estudantes negros e negras dentro das universidades que visam proporcionar a emancipação, expandir suas experiências e viver o coletivo, em um determinado tempo, em um espaço que podemos chamar de transitório. Ao mesmo tempo, trazendo a ideia do surgimento desses coletivos. Esses, então, são alguns pontos que aparecerão ao longo dos capítulos, estruturados da seguinte forma:

No primeiro capítulo, **Os campos de conflitos: condições históricas para a emergência dos coletivos**, faço uma breve recapitulação histórica das organizações negras com base na construção de uma tipologia, mostrando a partir dos principais e mais marcantes acontecimentos/fatos históricos, separados em três grandes períodos: de 1930 a 1944; 1945 a 1979 e 1980 até os dias atuais – com os CENs –, como e porque emergem as mais diversas e plurais organizações negras e quais suas formas de agência que vão caracterizar sua identidade. Com isso, desvelo as lutas empreendidas pelas organizações negras desde a década de 1930 pelo acesso à educação e sinalizo as continuidades e rupturas históricas.

Este capítulo também coloca em destaque a invisibilidade da agência política negra, que hoje reaparece nos CENs, causada por um projeto de socialização do negro baseado na ideia de democracia racial. É uma oportunidade para refletir as novas formas de socialização na contemporaneidade, sobretudo, nas universidades – um espaço racializado, no qual a diferença ainda é classificada hierarquicamente.

O segundo e o terceiro capítulo, são relativos à entrada no campo de pesquisa. Uma descrição detalhada e minuciosa que coloca em evidência as percepções e os sentidos atribuídos pelo(a)s estudantes entrevistado(a)s, as interações sociais, os processos de racialização, as diferenciações e os conflitos intra-grupo negro.

No segundo capítulo, **Formação dos espaços coletivos negros na universidade**, caracterizo e especifico os CENs pesquisados e evidencio os processos de inserção, comunicação e vínculos. Já no terceiro capítulo, **Agência criativa: modos de fazer, olhar e provocar**, desvendo diferentes clivagens sociológicas de identificação que trazem uma

¹² Essa é abreviação mais utilizada para representar: Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis/ Transexuais/ Transgêneros, porém reconheço a diversidade de nomenclaturas utilizadas atualmente.

¹³ I reunião ampliada sobre ações afirmativas e diversidades no âmbito da universidade realizada pelo Departamento de Cidadania e Direitos Humanos – DECIDH/ PROAECI, que teve por objetivo apresentar o DAAD - departamento de ações afirmativas e diversidades aos coletivos, aconteceu no dia 01 de junho de 2017.

perspectiva multifacetada da agência política negra. O(a)s jovens negros e negras estão “falando” de lugares que são distintos, permitindo compreender como as experiências e as práticas sociais são mobilizadas, e, com isso, reflito os processos de identificações, que, por sua vez, ganham conotação política a partir dos coletivos, entendido por esse(a)s jovens com um espaço ou lugar. Trago, portanto, as variadas formas de estratégias e ações desenvolvidas pelos CENs, no qual identifico quatro dimensões: agência política, formativa, administrativa/gestão e insurgência. Além de discorrer sobre a importância e a repercussão dos CENs dentro e fora da universidade e os conflitos existentes internamente.

O quarto capítulo, **Possíveis diálogos: das travessias necessárias... No contato com o outro**, encerro com uma discussão mais ampla, com base nos Estudos Culturais, mobilizando as contribuições teórico-metodológica, principalmente, de Stuart Hall, sobre identificação, articulação e representação. O autor busca ressaltar a análise dos sentidos e significados construídos socialmente através da linguagem numa perspectiva mais contemporânea, que não fixa os sujeitos. Outrossim, questiona a homogeneidade da cultura negra, o que permite refletir a construção da unidade na diferença – as cadeias de similaridades e diferenças.

Desse modo, concatenando com os capítulos anteriores, descrevo o que os jovens negros e negras, engajado(a)s nos diferentes CENs, estão trazendo de “novo” e quais as implicações da presença desses **corpos negros insurgentes** no espaço da universidade, debruçando-me em três pontos: na política institucional, na desconstrução binária e na construção estético-corporal.

1. OS CAMPOS DE CONFLITOS: CONDIÇÕES HISTÓRICAS PARA A EMERGÊNCIA DOS COLETIVOS

Em toda a nossa história social vemos o negro se organizando, procurando um reencontro com as suas origens étnicas ou lutando através dessas organizações, para não ser destruído social, cultural e biologicamente. Já houve, por isso, quem se referisse a um *espírito associativo* do negro brasileiro. (MOURA, 1982, p. 143, grifo do autor).

Essa tendência do negro para se organizar não surge por acaso. (MOURA, 1982, p. 144).

É na interpelação que está o processo de identificação. Identidades, então, são os nomes que construímos e reconstruímos nas diferentes formas como somos representados e como nos posicionamos. Trata-se de um processo de criar conexões, que está em constante movimento, construídas nas relações de diferenças, conflitos e exclusões (HALL, 2013; 2014). O campo pesquisado foi mostrando esse processo de identificação do(a)s estudantes internamente, ou seja, como é construída essas identidades empregadas por ele(a)s, apontando contra o que ou contra quem estão se colocando e quais as agendas.

Por isso, antes de adentrar e focar diretamente nos CENs, este capítulo trará mais a luz esses **campos de conflitos** (THOMPSON, 1989 *apud* SANCHEZ, 2018) e como eles se constituem. A partir de escavações dos acontecimentos/fatos históricos – sociais, políticos e econômicos, que permitirão resgatarmos e olharmos mais atentamente para os possíveis caminhos que balizaram a emergência dos coletivos de estudantes negros e negras nas universidades brasileiras.

Primeiro, com base na construção da tipologia, discorro acerca das principais mudanças sociais e políticas, desde a década de 1930, em diferentes períodos e como surgiram algumas organizações negras e quais eram os objetivos e as ações desenvolvidas. Em seguida, reflito como essas organizações negras foram invisibilizadas nas discussões acadêmicas até o ano de 1988 e quais foram as práticas e dispositivos socializadores utilizados, pelo Estado e pelas próprias organizações negras em diferentes períodos históricos. Com isso, procuro perceber como tem sido a socialização da população negra na contemporaneidade, especificamente no espaço universitário.

1.1 FORMAS COLETIVAS DE AGÊNCIA NEGRA AO LONGO DA HISTÓRIA

Dediquei-me em produzir uma tipologia das organizações negras, com o intuito de identificar o que é central na forma de agência que marca sua identidade, como, também, caracterizar as mudanças sociais e políticas que atravessam em cada período as formas coletivas de agência negra ao longo da história. Para tal, foi separado três grandes períodos: de 1930 a 1944; 1945 a 1979 e 1980 até os dias atuais, o que permitiu ter uma visão mais ampla da pluralidade de formas e a diferença de objetivos dos CENs, tanto no que diz respeito ao seu conteúdo quanto em relação às estratégias que foram utilizadas por outras organizações negras anteriores.

Figura 1 – Grandes períodos selecionados



Fonte: Elaboração da própria pesquisadora.

Na década de 1930, surge a **Frente Negra Brasileira – FNB**, “frente porque estava muito em voga essa palavra nos meios revolucionários brasileiros” (CUTI, 1992, p. 93)¹⁴. Conforme Santos (1985, [s.p]) a FNB foi o marco inicial do que pode ser denominado de movimento negro em “sentido estrito”, correspondendo a uma luta política mais organizada contra o racismo, em resposta ao contexto social, político e econômico da época, marcado pelo **mito da democracia racial** – ou seja, “de que o país é um modelo de relações raciais perfeitas e harmoniosas, portanto, sem preconceito racial” (TRINDADE, 2018, p. 41-42).

Conforme o **velho militante** – Correia Leite – na sede da entidade, em São Paulo, eram oferecidos aos seus sócios atendimento médico e atividades educacionais, mediante a criação de uma escola primária. De acordo com Moura (1982, p. 156) acreditava-se “que o negro venceria à medida que conseguisse firmar-se nos diversos níveis da ciência, das artes e da literatura”. A FNB foi a principal expressão de mobilização do período, tendo em vista a

¹⁴ Depoimento de José Correia Leite, fundador do jornal **O Clarim d’Alvorada** no ano de 1924.

Aproveito para reiterar meus agradecimentos à Ayodele Silva pelo empréstimo do livro organizado pelo seu pai e as carinhosas palavras de apoio deixadas nele e à Hilda Dutra, que gentilmente, mesmo sem me conhecer pessoalmente – nos conhecemos por um grupo no *Facebook* –, presenteou-me com este livro tão raro e importante.

sua dimensão nacional e quantidade de participantes (PEREIRA, 2010). No entanto, em 1936, transformou-se em partido político, por causa do Estado Novo, e teve seu fim em 1937.

Outra organização, que surgiu em 1944, foi o **Teatro Experimental do Negro – TEN**, sob a liderança do jornalista e teatrólogo Abdias do Nascimento, que buscou suporte na herança africana e focar em temas da história e cultura brasileira de modo a fortalecer o sentimento de **negritude** dos negros brasileiros. Baseada no movimento político-ideológico de afirmação cultural, física, moral e intelectual, na França, na década de 1930, denominado de **Movimento de Negritude**, que tinha à frente intelectuais militantes como Aimé Césaire, Léopold Sédar Senghor, entre outros.

O que orientava, então, as organizações negras, até o surgimento do TEN, era principalmente, a ideia de inclusão dos negros na sociedade a partir da assimilação aos valores dos brancos, sem a busca pela transformação da ordem social (DOMINGUES, 2007; PEREIRA, 2010; SANTOS, 2015; SILVA, 2003).

O TEN buscava afirmar a dignidade da população negra e seu reconhecimento social a partir de realização de eventos, como as Convenções de 1945 e 1950, e os Congressos de 1950 e 1955, além de atividades culturais, como a produção de peças teatrais, a edição do jornal **O Quilombo**, campanhas de alfabetização e a realização de cursos diversos.

Em 1948, o TEN iniciou a publicação do jornal Quilombo, que trazia um subtítulo, **Vida, problemas e aspirações do negro**. O jornal trazia as ações do TEN e onde também eram divulgadas as ideias e expectativas dos negros, destacava-se a participação destes em vários espaços, denunciava-se o racismo e a discriminação, entre outras publicações.

Desta forma,

O Teatro Experimental do Negro (TEN) foi fundado tendo em vista uma concepção ampla de companhia teatral. O intuito era uma espécie de politização da cena teatral por meio do questionamento da ausência de atrizes e atores negros nas peças encenadas a cenografia brasileira. (MACEDO, 2016, p. 282).

Apesar de ter ampliado suas atividades ao longo do tempo, o TEN permaneceu com seu objetivo principal, a dramatização como estratégia. De acordo com Macedo (2016) a proposta de um teatro negro era vista por determinados setores da intelectualidade carioca como ameaça ao ideário vigente da época sobre a mistura de raças e a não existência de racismo no Brasil. Argumentando de outra maneira Campos (2015, p. 96) aponta que “[...] o TEN manteve um compromisso durante quase toda sua existência com o ideal da democracia racial e com parte das elites brancas brasileiras [...]”. Vale salientar que o TEN reivindicava

pela política de cotas e a inclusão no currículo oficial o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica, embora tratadas de uma maneira diferente.

Após o ano de 1945, vários acontecimentos no cenário internacional, tais como, fim da Segunda Guerra Mundial, em 2 de setembro de 1945, criação da **Organização das Nações Unidas – ONU**, em 24 de outubro de 1945, e de suas agências especializadas, por exemplo, a **Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO** que, após a Segunda Guerra Mundial, propiciaram uma mudança nos objetivos e no âmbito da ação das entidades negras¹⁵ brasileiras em função de uma nova agenda política mundial. Nessa nova conjuntura as pesquisas patrocinadas pela UNESCO sobre relações raciais que incluíram o Brasil no início dos anos 1950 e a eclosão dos **novos movimentos sociais**¹⁶ de caráter identitário ao longo dos anos de 1960 (RIOS, 2014) causam grande impacto, tanto pela promessa de ruptura com as formas tradicionais de pensar a situação racial do país com base na mestiçagem e miscigenação quanto pela emergência de um tipo de reflexão que a partir dos problemas de integração econômica dos negros induzia a reflexão para os problemas do preconceito racial. Bem como, a discussão emergente sobre os direitos humanos – isso a partir da década de 1990 –, influenciando, desta maneira, o pensamento e comportamento social vigente à época.

No contexto nacional, em 1964, instaura-se a ditadura militar desarticulando os movimentos sociais. Estes intensificam-se e reorganizam-se nos finais da década de 1970. Cada qual trazendo sua pauta de reivindicações, discursos e formas de atuação. De acordo com Nascimento (2002), é nesse cenário que o movimento negro ressurgiu de forma renovada retomando questões relativas à história passada do país e adicionando a elas uma leitura e entendimento transnacional à questão em torno da origem africana.

O discurso – diferencialista – com ênfase na identidade política negra, na valorização da cultura negra e na história africana norteou o comportamento da militância (DOMINGUES, 2007; FORDE, 2016; GIACOMINI; TERRA, 2014; PEREIRA, 2010). Sendo assim, as ações e estratégias voltam-se mais incisivamente para desmascarar o mito da democracia racial e combater à discriminação racial, então, reuniões de estudo e discussão, seminários e palestras ocorriam em diversos locais.

¹⁵ Entende-se neste estudo, **entidade negra** como sendo um termo mais antigo utilizado pelos militantes – ligada a uma linguagem tradicional religiosa de matriz africana – e **organização negra** um termo recente que tem um caráter mais formal para o conjunto de entidades que passaram por um processo de burocratização.

¹⁶ Como o movimento mundial de posicionamento contra o racismo desencadeado pelo movimento dos direitos civis dos negros norte-americanos, o movimento mundial de protesto contra a guerra dos Estados Unidos no Vietnã, o Maio parisiense de 68, os movimentos feministas, movimentos homossexuais, movimentos ecológicos, movimentos urbanos, o processo de descolonização dos países africanos, etc.

Também é nesse período da década de 1970 que uma pequena parcela de jovens ativistas negros e negras começa a ingressar nas universidades brasileiras (PEREIRA, 2010; RATTS, 2009, 2011). Com isso, surge o que Ratts (2009; 2011) denominou de **movimentos negros de base acadêmica**, que se configuram nos espaços das universidades formados por docentes e discentes negros e negras, tendo por objetivo desenvolver ações de modo a entender o *modus operandi* do mito da democracia racial de forma mais articulada e organizada. Destaca-se a formação do **Grupo de Trabalho André Rebouças – GTAR**, em 1974, formado na Universidade Federal Fluminense – UFF pela historiadora Beatriz Nascimento e por diverso(a)s estudantes negros e negras.

Muito(a)s jovens negros e negras já tinham experiências no interior das organizações e majoritariamente eram pertencentes à classe média (PEREIRA, 2010; SANTOS, 2001). Ou seja, muitos eram militantes ou tiveram sua trajetória de vida e intelectual influenciada pelo movimento negro. A criação de algumas organizações foi marcada pela presença desses universitários negros ou pessoas já formadas. As dependências das universidades, muitas vezes, serviam de locais de reuniões do movimento negro (PEREIRA, 2010).

Algumas organizações negras funcionavam, em geral, com caráter associativo, conforme Pereira (2010). Muitas destas tornaram-se, aos poucos, associações civis formalmente mais complexas, como as ONGs¹⁷ (RIOS, 2012), que desenvolvem suas ações baseadas em projetos, em diversas áreas temáticas, e através das “linhas de financiamento do governo ou de agências estrangeiras, o que implica, em alguns casos, a perda da autonomia ou mudança de suas metas e prioridades” (DOMINGUES, 2008, p. 110). E também, deixando-as mais vulneráveis politicamente.

A precariedade de recursos financeiros das organizações tradicionais ou de base (PEREIRA, 2010) era visível. Muitos militantes associados pagavam as despesas tirando o dinheiro do seu próprio bolso ou utilizando recurso da própria militância, através da venda de jornais, revistas, cartilhas, etc. Esta situação, revela a determinação dos militantes para manter a entidade e/ou organização.

Ainda conforme Pereira (2010), a partir da década de 1970 foi possível perceber uma ampliação da circulação de informações entre as organizações, através dos panfletos, das palestras em diversos locais, das revistas nacionais e norte-americanas, de livros e da imprensa negra, que contribuíram para a afirmação da negritude de muitos militantes e nas

¹⁷ No entanto, o crescimento mais acelerado de ONG'S negras vai acontecer no Brasil após o ano de 1988, com a institucionalização de uma nova ordem jurídica no país (GUIMARÃES, 2012). Para exemplificar, em 1988 foi criado o Geledés – Instituto da Mulher negra, entre outras.

reflexões sobre as estratégias de luta. Porém, o sociólogo Mário Augusto Medeiros da Silva em seu estudo **A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)** (2011) e na entrevista concedida para Santos, Silveira e Borda (2015) faz outra leitura, mostrando que desde a década de 1920 houve conexões – **circulação de ideias** – da intelectualidade negra com outros negros do próprio Brasil, do Caribe, dos Estados Unidos e mais especificamente em 1959, da França, com a ideia de negritude. Além das informações sobre a África trazidas a partir da circulação de militantes africanos de Angola e Moçambique no Brasil.

Nota-se nesse ponto a existência de fluxos de mobilização política dentro do que podemos chamar de **Atlântico Negro** (GILROY, 2012), através de um circuito comunicativo que extrapola as fronteiras nacionais e regionais. Como explica o autor, o termo surge para explicar as estruturas transnacionais que se desenvolvem e se articulam em um sistema de comunicação global construído por fluxos de pessoas, imagens, símbolos negros pelos mais diversos pontos.

Nesse sentido, Gilroy (2012) demonstra que o conceito de **diáspora** possibilita uma nova narrativa que nos constitui enquanto sujeito e coletividade; possibilita compreender as novas identidades. Ademais, “reconhece a possibilidade de diferença no interior da similitude” (GILROY, 2007, p. 158). Ainda como esclarece o autor, “A diáspora é um meio apropriado para se reavaliar a ideia de uma identidade essencial e absoluta precisamente porque ela é incompatível com esse tipo de pensamento nacionalista e raciológico” (GILROY, 2007, p. 154).

A reflexão anterior dá suporte para uma leitura de como se dão as trocas de conhecimento entre CENs, tendo em vista que cada vez mais são heterogêneas as novas formas de socializar. O contexto do surgimento de diferentes CENs também permite pensar em uma literatura transnacional, que está interligada pela discussão de socialização, uma vez que as conexões entre os sujeitos de um coletivo estão em relação com vários outros no e pelo mundo demonstrando diferentes formas de socialização. Haja vista que a interação constitutiva desse processo, atravessado por fluxo de pessoas, imagens, símbolos negros pelos mais diversos pontos, possibilita a comunicação e a apreensão de conhecimento mútuo e comum.

Retomando na contextualização histórica, no dia 07 de julho de 1978, ocorreu em São Paulo um ato público desencadeado por uma rede de organizações e lideranças negras de vários estados, que formaram o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial – MUCDR. No ano seguinte, pelo fato da luta prioritária do movimento ser contra a

discriminação racial e buscando incentivar o negro – todos os descendentes de africano – assumir sua condição racial essa organização passou a ser denominada de **Movimento Negro Unificado – MNU** (DOMINGUES, 2007) existente até os dias atuais, com representações em vários Estados. Segundo Pereira (2010, p. 165) a formação do MNU “parece ter sido responsável pela difusão da noção de ‘movimento negro’ como designação genérica para diversas entidades e ações a partir daquele momento”.

Pereira (2010) e Rios (2014) mostram que também é nesse período da década de 1970 que há um aumento da participação de mulheres nas organizações e entidades negras. Elas ganham expressividade e ampliam o campo de reflexão trazendo à tona temas como, sexualidade e gênero e apontando a necessidade de discussões sobre as questões raciais no âmbito do feminismo. Desse modo, para compreender por que homens e mulheres não mais compartilham experiências comuns de luta, torna-se necessário adentrar numa reflexão sobre a busca por legitimação em que emergem diferentes organizações de mulheres negras, principalmente a partir da década de 1980.

Lélia Gonzalez foi uma das principais mulheres responsáveis por introduzir as discussões sobre raça, classe e gênero, em diferentes espaços. Nessa correlação analítica “[...] consegue antecipar no Brasil a recepção do que viria a ser chamado, uma década depois, de **abordagem interseccional**¹⁸” (RIOS; RATTIS, 2016, p. 397, grifo nosso). Ela também foi uma das fundadoras do **Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras**, no Rio de Janeiro, em 1983. Percebe-se que foi através desta organização que o termo coletivo foi usado pela primeira vez e, majoritariamente, utilizado pelas organizações femininas negras criadas naquela década. Essa informação é uma chave importante neste estudo, pois endossa a reflexão de uma tradição de pensamento desconhecida ou mesmo desprezada por algum(ma)s pesquisadore(a)s que buscam, neste atual contexto, explicar a emergência dos coletivos.

Conforme Rios (2014, p. 145), “[...] tais coletivos, que eram formas menos institucionalizadas de ação coletiva, amparavam-se nos movimentos feministas e negros, valendo-se de suas estruturas organizativas e estratégias de ação”. A respeito dessa afirmação,

¹⁸ É possível notar a existência de literaturas com abordagens interseccionais produzidas por feministas negras norte americanas, – bell hooks, Patricia Hill Collins, Audre Lorde e Kimberle Crenshaw – e brasileiras – Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, Dulce Pereira, Tereza Santos e Vera Sampaio –, no campo político e acadêmico, desde a década de 1980, apesar do conceito de **interseccionalidade** de ter sido cunhado, em 2002, por Kimberlé Crenshaw. De acordo com Santos (2007, p. 13) “Intelectuais feministas afrodescendentes de diversas partes do mundo têm não só teorizado e conceituado a respeito das experiências das mulheres negras em relação às múltiplas formas de opressão a que esse grupo está sujeito, como têm criticado a histórica ausência de uma abordagem teórica e metodológica – sobretudo dentro dos estudos feministas, das relações raciais, e disciplinas tradicionais das ciências humanas em geral – que enfoque as ‘múltiplas posições sociais’ ocupadas pelas mulheres negras”.

em outro artigo Rios e Freitas (2018, p. 28) complementam mostrando que a pouca institucionalização poderia ser notada “[...] pelo uso dos termos coletivo ou grupo para se referir às formas organizacionais mais fluidas e horizontais – e, em termos econômicos, mais frágeis – das mulheres negras brasileiras”.

Estas breves informações sobre o movimento de mulheres negras, sobretudo no Rio de Janeiro, tendo em vista os objetivos da pesquisa, apontam possíveis caminhos da trajetória de uso do termo coletivo, haja vista as relações estabelecidas e as referências transacionais, que as militantes brasileiras traziam para os debates/discussões. No contexto norte-americano, por exemplo, foi criado o *Combahee River Collective* (**Coletivo Rio Combahee**), em 1974, dando início à formação autônoma do movimento feminista negro. As pioneiras, dentre elas, Angela Davis, frequentemente citada em vários estudos, tiveram experiências anteriores nos movimentos pelos direitos civis, nacionalismo negro e Panteras Negras o que permitiu “desenvolver uma política antirracista, diferente das mulheres brancas, e antissexistas, ao contrário daquela de homens negros e brancos” (PEREIRA; GOMES, 2019, p. 197).

As feministas negras publicam, em 1977, o *Combahee River Collective Statement* no *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*, pela Monthly Review Press. Tornando-se uma importante referência analítica na

[...] luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe; [As integrantes do coletivo ainda afirmam:] encaramos como nossa tarefa particular o desenvolvimento de análise e práticas integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados”. (PEREIRA; GOMES, 2019. p. 198).

Também é possível outro caminho, talvez não tão ancorado como o *Combahee River Collective*, pensando os movimentos feministas franceses na década 1960/1970, como os escritos de Simone de Beauvoir¹⁹ (BARRETO, 2005). E outra possibilidade, não descartada, são referências nos movimentos culturais na França e no Brasil nesse mesmo período, pois algumas pessoas – artista ou apenas interessados pela questão – se organizavam para desenvolver ações artísticas fora do meio cultural institucionalizado, formando coletivos²⁰, ainda que não intitulassem o termo. Trazendo a arte não apenas como cultura, mas como um meio para problematizar questões sociais e políticas da época (ROSAS, 2006, 2004).

¹⁹ Uma mulher francesa, escritora, filósofa, intelectual, feminista, ativista política e teórica social francesa. Escreveu diversos trabalhos, sendo conhecida principalmente pelo seu livro: **Segundo Sexo** (1949 [1960]), no qual fez uma análise crítica sobre a opressão das mulheres.

²⁰ É importante destacar que, na década de 70, na França, foi criado o Coletivo de Arte Sociológica (ALVES; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2014).

Diante desses caminhos ora apresentados, cabe então a seguinte questão: os CENs, na contemporaneidade, tomam emprestado o termo das organizações femininas brasileiras e o ressignificam? Ao que tudo indica, não se trata de buscar referência em um passado, mas atentos ao atual contexto social e político, os CENs apropriam-se do termo e, mesmo sem o conhecimento da sua origem, ressignificam a experiência e os sentidos mediante os tensionamentos, discursos, práticas, representações e novas formas de agência política, como será possível notar ao longo do estudo.

A partir década de 1980, além das estratégias de mobilização, trocas de experiências e ampliação da rede de relações utilizadas na década de 1970, novas formas de organizações foram surgindo. O movimento negro percorreu diversos caminhos para institucionalizar-se. Com destaque para ações coletivas públicas, encontros regionais e estaduais de negros, marchas, ações em escolas realizadas por diversas organizações de diferentes Estados, formação de grupos nas igrejas, maior articulação entre o movimento negro e o Estado, formação dos núcleos negros nos principais partidos políticos (GUIMARÃES, 2012; PEREIRA, 2010). Moore (2008) lembra que Abdias do Nascimento após retornar ao Brasil, em 1981, momento da abertura política, organizou o **3º Congresso de Cultura Negra das Américas**, realizado em agosto de 1982, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

A partir de 1985, com as possibilidades de interlocução entre sociedade civil e instituições formais do Estado brasileiro, o movimento negro mobilizou-se para participar do processo da **Assembleia Nacional da Constituinte – ANC**, discutindo e deliberando propostas para serem encaminhadas. Durante as reuniões na ANC parlamentares realizaram ou até mesmo se inseriram nas discussões sobre a temática racial articulando as demandas do movimento negro. Essa participação resultou em dois importantes artigos constitucionais, um que declara o racismo como crime inafiançável e imprescritível e outro que faz o reconhecimento de propriedade definitiva os remanescentes das comunidades dos quilombos (SANTOS, 2015).

No final da década de 1980 e início da década de 1990 a questão étnico-racial foi introduzida nos levantamentos de indicadores sociais e alguns estudos que tratavam sobre as desigualdades no acesso à educação começam a (re)surgir. Hasenbalg e Silva (1990), por exemplo, analisaram os dados de 1982 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, constatando a disparidades com relação a quantidade de estudantes negros e brancos que conseguem ingressar no ensino superior. Contudo, para Paixão (2014) a linha avançada

por tais autores retoma um tema já conhecido do pensamento social brasileiro, interrompido nos anos de 1970.

Ademais, independente da produção acadêmica, norte-americana ou brasileira, o movimento negro brasileiro se reestruturava e produzia uma leitura própria sobre as desigualdades raciais no Brasil. Isso mostra, então, que muitos estudos não surgiram nos anos de 1990. Nesse sentido, Gomes (2011, p. 111) afirma que as reivindicações do movimento negro questionam o enfoque sobre a classe social presente nas denúncias e “assumem caráter muito mais profundo: indagam o Estado, a esquerda brasileira e os movimentos sociais sobre o seu posicionamento neutro e omissivo diante da centralidade da raça na formação do país”.

A autora ainda sublinha que o período de redemocratização possibilitou a emergência de um novo perfil de intelectual que tematiza as relações raciais, principalmente no campo educacional. A consolidação de cursos de pós-graduação em Educação desencadeada a partir dos anos 1970 possibilitou a inserção de um grupo de intelectuais negros nas universidades públicas. Esses, passam a produzir conhecimento sobre as relações étnico-raciais. Ainda conforme a autora, “novos grupos de pesquisa são criados, e vários encontros, congressos e pesquisas educacionais voltados para a temática ‘negro e educação’ começam a ser desenvolvidos” (GOMES, 2011, p. 112). Também nesse período da década de 1980, o direito à educação encontra provisão constitucional como direito social fundamental.

Até a década de 1990 a luta do movimento negro pela educação “demandava a inserção da questão racial no bojo das políticas públicas universais” (GOMES, 2011, p. 113), mas ao constatar que tais políticas, ao ser implementadas, não atendiam à população negra e não tinha um comprometimento com a superação do racismo o seu discurso começa a mudar.

É nesse momento que as ações afirmativas, com forte inspiração nas lutas e conquistas do movimento pelos direitos civis dos negros norte-americanos, começam a se configurar como uma possibilidade e uma demanda política, transformando-se, no final dos anos 1990 e no século seguinte, em ações e intervenções concretas. (GOMES, 2011, p. 113).

Uma importante referência para traçar um histórico das mobilizações negras na educação na década de 1990, onde irei alongar-me um pouco mais, foi a realização, entre 3 e 7 de setembro de 1993, do **I Seminário Nacional de Universitários Negros – SEMUN**²¹, com o tema: **A universidade que o povo quer**, em um momento, conforme Silva (2013a) no

²¹ O evento foi lembrado no dia 21 de novembro de 2018, em sessão especial – homenagem aos 25 anos do SENUN, no Plenário Cosme de Farias na Câmara Municipal de Salvador. A divulgação encontra-se disponível em: <https://www.stevebiko.org.br/single-post/2018/11/19/Sess%C3%A3o-na-C%C3%A2mara-celebra-os-25-anos-do-I-Semin%C3%A1rio-Nacional-de-Universit%C3%A1rios-Negros-e-Negras-Senun>

qual ainda era reduzido o número de estudantes negros no ensino superior e a União Nacional dos Estudantes – UNE não se posicionava para as questões das diferenças raciais dentro e fora da universidade. O 40º e o 41º congresso da UNE, realizados em Campinas/SP e Brasília respectivamente foram os pontos de partida para uma discussão pela ótica do universitário negro. Assim, o SENUN foi construído com a proposta de:

Ser um espaço permanente de apresentação de trabalho científico, troca de experiências e elaborações de conhecimentos que contribuam para uma superação da invisibilidade do homem e da mulher negra, objetivando a superação do paradigma de objeto exótico subserviente e os tornando cidadãos com autoestima, conscientes de ser negro positivando a sua imagem e a do outro desfrutando e transformando a sociedade brasileira em uma nação igualitária a todas as etnias. (SILVA, 2013a, 5m26s).

Com a proposta amadurecida formou-se a primeira coordenação nacional do SENUN, a CONUN, composta por representantes dos estados já articulados para o evento. Assim, definiu-se os principais objetivos:

Promover a articulação acadêmica, política e cultural dos negros universitários; manter contato com associações nacionais e internacionais afim de conjugar esforços para a realização dos seus objetivos; e congregar o maior número possível de graduandos e pós-graduandos que se disponham a incentivar, subsidiar e contribuir efetivamente para o êxito do SENUN. (SILVA, 2013, 6m44s).

Os estados integrantes da CONUN realizam discussões de caráter regional para o SENUN. A primeira aconteceu em São Paulo, seguindo, do Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Pará e Rio Grande do Sul. O SENUN, então, reuniu na Universidade Federal da Bahia, em Salvador mais de 800 estudantes negros brasileiros de todo o país e estudantes oriundos do Senegal, Costa do Marfim, Moçambique e Cabo Verde e teve como debates:

Ideologia do embranquecimento e o eurocentrismo na produção do conhecimento; A mulher e o homem negro no mercado de trabalho; o povo negro e o Estado; Conflitos raciais numa sociedade pluriétnica; Diáspora africana e colonização das américas pelos negros, rumos e perspectivas. (SILVA, 2013a, 10m4s).

Além das mesas, aconteceram grupos temáticos para discussão de propostas, plenárias, apresentações de trabalhos e oficinas e atividades culturais (SILVA, 2013b). O SENUN foi considerado “o mais importante evento do calendário afrobrasileiro daquele ano, e um marco na luta pela instituição das cotas raciais no Ensino Superior” (INSTITUTO CULTURAL BENEFICENTE STEVE BIKO, 2018, [s.p]).

O ano de 1995 foi marcado pela comemoração ao tricentenário (300 anos) da morte de Zumbi dos Palmares, quando as diversas organizações do movimento negro brasileiro organizaram a **Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida**. Foi através deste evento que surgiu uma maior aproximação das organizações negras, sindical e ONGs e como consequência uma maior pressão para que o Poder Público respondesse aos problemas raciais existentes no Brasil (TRINDADE, 2018).

Em contraste com os períodos anteriores, o cenário político e social era bem distinto. As organizações negras apresentavam outras dinâmicas de ações e objetivos. Buscavam aos poucos emergir em novos espaços de disputa, com o intuito de discutir mais incisivamente o racismo, a discriminação e políticas para enfrentar esses problemas.

A **Pesquisa nacional sobre organizações de juventude negra** (GUEDES; YADE; DIAS, 2018) realizada pelo Itaú Social em conjunto com o Observatório de favelas mostrou que a partir do final da década de 1990, emergem diversas entidades e organizações de enfrentamento às desigualdades com marcações raciais no Brasil, com atuação diversa e diferenciada. O que faz lembrar do processo de ressignificação e da **onguização** da sociedade civil, demonstrado por Dagnimo (2004)²². No entanto, observa que as mais recentes

[...] são criadas na perspectiva da invenção e da conquista de novos direitos e novos modos de inserção social da juventude negra. Emergem outros sujeitos e outros movimentos para novos agenciamentos de entidades e promoção de novos espaços de direitos. (GUEDES; YADE; DIAS, 2018, p. 33).

A citação acima também nos coloca de frente, mais uma vez, com outro marcador importante para esta pesquisa. Mostra uma linhagem do termo coletivo, as mudanças e as formas de vivenciar a juventude opostas as literaturas clássicas que operam com outra perspectiva teórica de enquadramento dos sujeitos. O sujeito pós-moderno fragmentou-se, de acordo com o contexto ele pode assumir múltiplas identidades (HALL, 2015). Assim, os CENs na atualidade trazem diversas pautas, para além do enfrentamento ao racismo, relacionadas a estética corporal, saúde mental, acesso/ permanência nas universidades, entre outras. Isso, portanto, é relativo a um determinado tempo e é o que eu pretendo compreender.

²² Com o advento do projeto neoliberal existiu uma tentativa, mais visível, de redefinição da noção de sociedade civil, mediante a marginalização/criminalização dos movimentos sociais e do que tem sido chamado de onguização, ou seja, “o significado da expressão ‘sociedade civil’ se restringe cada vez mais a designar apenas essas organizações [ONGs] quando não em mero sinônimo de ‘terceiro setor’” (DAGNIMO, 2004, p. 149), que por sua vez, estão na arena política de debates e relações mais diretas com o Estado ou com organizações internacionais que atuam no processo de assessoria/apoio.

Nos anos 1980/1990 também foram criados os **Núcleos de Estudos Afro-brasileiros – NEABs**²³, dedicando-se a pesquisas e projetos voltados para população negra dentro e fora da universidade. Considera-se que a história dos NEABs, vinculada às universidades brasileiras, iniciou-se em 1959 na Universidade Federal da Bahia – UFBA, com a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO. Mas, foi a partir do ano 2000 que estes núcleos multiplicaram-se pelo país, isso, concomitante a outros espaços de discussão sobre a questão étnico-racial que surgia, como, a **Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as) – ABPN**²⁴ (RATTZ, 2009; GIACOMINI e TERRA, 2014).

A exclusão de negros e negras na educação passou a ser debatida com mais intensidade após o ano 2000, resultado de um processo de lutas pela superação do racismo, protagonizado principalmente pelos Movimentos Negros. Porém, foi apenas após a **III Reunião Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**, promovida pela Organização das Nações Unidas – ONU, em Durban, África do Sul (CARVALHO, 2002), de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, que o governo brasileiro começou a dar relevância a existência do racismo na sociedade, ou seja, reconhece oficialmente – ou não – a existência da discriminação racial e do racismo contra negros no país.

Com isso, ações afirmativas para estudantes negros e negras nas universidades públicas começam a ser implementadas (GOMES, 2009, 2011; CARVALHO, 2002). Por sua vez, conforme afirma o Professor Valter Silvério na palestra realizada na USP, isso muda de alguma maneira a compreensão de alguns segmentos da sociedade brasileira, especialmente na dimensão jurídica e legislativa. Após, um conjunto de instituições públicas e uma privada – PUC/ SP – passam a olhar a perspectiva de ação afirmativa na graduação (USPFFLCH, 2019). Porém, ao longo da implementação, as cotas raciais fomentaram diversos debates, principalmente no campo acadêmico, estendendo-se ao espaço público e tornando-se também assunto predominante na imprensa brasileira. As discussões a respeito do tema vieram acompanhadas de inúmeras polêmicas, tendo de um lado aqueles que argumentam favoráveis e do outro, aqueles que são contra (TRINDADE, 2018).

²³ Conforme o site da ABPN existem 31 núcleos no interior das universidades e instituições federais de educação tecnologia de nível superior e técnica localizadas na região Sudeste ligadas ao Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros.

²⁴ A ABPN surge após a realização do **II Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros – COPENE**, que aconteceu na cidade de São Carlos, em São Paulo, em 2002.

A UERJ e a Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, ambas no Rio de Janeiro e a Universidade Estadual da Bahia – Uneb, na Bahia²⁵, foram as primeiras instituições brasileiras a adotarem cotas em seus processos seletivos. Essa iniciativa desencadeou outras semelhantes na maioria das Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil. A UnB foi uma das pioneiras a aprovar, em 2003, mediante iniciativa da própria universidade, a ações afirmativas para negros e indígenas no país, após várias discussões que foram iniciadas em 1999 (FREITAS *et al*, 2020).

Ressalto que foi no contexto histórico de lutas do movimento negro, que surge, na educação básica, a aprovação da **Lei nº 10.639/2003 (ANEXO B)**²⁶, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases – LDB da educação nacional, e tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio; assim como foi sancionado o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004. Ambos, regulamentam e instituem as **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, que trata do que pode ser caracterizado como **educação da relações étnico-raciais**, alertando para a necessidade de formação de professores para ministrar os temas propostos pela lei, quanto para a inclusão nos currículos a discussão da questão racial em todos os níveis de ensino; exigindo, portanto, do ensino superior o compromisso com o desenvolvimento da formação e o conhecimento.

Todo este novo cenário refletiu em um significativo avanço da quantidade de estudantes negros e negras nas universidades brasileiras, principalmente, após o Supremo Tribunal Federal decidir pela constitucionalidade de cotas nas universidades públicas. Após a implementação da política de reserva de vagas reafirmada pela promulgação da **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**²⁷, conhecida como **Lei de cotas (ANEXO C)**.

Ao ingressarem na universidade, a juventude negra se depara com um espaço que ainda privilegia concepções elitistas e eurocêntricas de mundo, centradas na construção de um conhecimento de excelência. Com isso, relatam um sentimento de não pertencimento a este

²⁵ Na Uneb o programa de cotas foi criado pela deliberação nº 196/2002 do Conselho Universitário, “que estabeleceu cota mínima de 40% das vagas para a população afrodescendente nos seus cursos de graduação e pós-graduação” (SANTANA; VAZ, 2018, p. 33).

²⁶ Vale lembrar que em 1983, o deputado federal Abdias do Nascimento já havia elaborado o projeto de Lei nº 1.332 para incorporação no currículo escolar e acadêmico de conteúdos relacionados às civilizações africanas, seus descendentes no Brasil, no entanto, o projeto não foi aprovado.

²⁷ Destaca-se que no ano de 2016, as políticas de ação afirmativa nas universidades federais sofreram uma significativa mudança. Com a aprovação da Lei nº 13.409/2016, em substituição à Lei nº 12.711/2012, às universidades foram obrigadas a reservar vagas, no interior de cada grupo beneficiário, para pessoas com deficiência.

espaço. A inserção desse(a)s discentes neste novo universo de significados traz à tona sentimentos e sentidos diversos que vão além de questões materiais, sendo evidenciadas por diversas questões simbólicas como demonstrou Mongim (2017). O racismo institucional, simbólico, estrutural, cultural e epistemológico tem se manifestado de maneira recorrente nas universidades.

Ao tomar consciência dessas situações existentes²⁸, que ultrapassam também a instituição universitária, o(a)s estudantes vêm tornando-se negros e negras²⁹, posicionando-se, sobretudo, questionando a cultura acadêmica por meio de suas **corpo-epistemologias** (GROSGUÉL, 2009), organizando-se coletivamente, de maneira multiforme e com demandas multifacetárias. Assim, essa nova geração de militantes negros e negras formando-se no interior da universidade, produto da política de ações afirmativas, embora evidenciadas muitas semelhanças com as organizações negras do passado, têm cada vez mais reivindicado suas múltiplas identidades, diversificando/inovando as formas de atuação política e (re)criando novos espaços de organização.

Observa-se que os CENs performatizam uma **comunidade de memória** (APPIAH, 2014), tensionada em seu interior pelo movimento de similitude no interior da diferença (GILROY, 2007). Eles demarcam uma diferenciação dentro do próprio grupo negro, fazendo uso de uma junção dos símbolos negros com diversas clivagens identitárias, estabelecendo elementos marcadores de diferenciação (BRAH, 2006; HALL, 2013, 2015; WOODWARD, 2003, 2014), expressos em termos de raça, classe, sexo, gênero, idade, etnia e religião.

Além disso, os CENs emergem nas universidades marcando uma diferença, sobretudo, com movimento estudantil: Centro Acadêmico – CA, Diretório Central de Estudantes – DCE e Associação de Pós-Graduandos – APG. Organizações que, até então, eram os únicos espaços de expressão e organização política do(a)s estudantes³⁰ (MESQUITA, 2001). Esses espaços destacam-se por conta das diversas manifestações, atos públicos, passeatas, debates, congressos, representação política – no caso dos CAs e DCEs – e outras ações em prol dos seus direitos. No entanto, não contemplando em suas pautas as demandas específicas do(a)s estudantes negros e negras. Estes, passam, então, a pressionar os movimentos estudantis tradicionais, para atuarem mais incisivamente na luta antirracista. Assim como também se

²⁸ Como pode ser observado em Caixeta (2016), Lima (2017), Nascimento (2016), Ratts (2011), Teixeira (2017), Trindade (2018), entre outros.

²⁹ Entende-se a palavra **negro** enquanto categoria de agência política, em que o tornar-se negro não diz respeito apenas à questão da cor, mas também a um posicionamento político (HALL, 2013, 2015; SOUZA, 1983), isto é, de *performance* do sujeito (BUTLER, 2003).

³⁰ Por exemplo, a União Nacional dos Estudantes – UNE, formado por diferentes organizações estudantis brasileiras filiadas surge em 1938.

distanciam de outros coletivos na universidade que expressam vinculação com partidos políticos.

Quais, então, são os impactos políticos e epistemológicos produzidos e reproduzidos nos espaços acadêmicos a partir da presença de discentes negros e negras engajados em CENs na universidade? Visto que as universidades estão sendo desafiadas a contemplar uma educação mais ampla e inclusiva, a partir das agências de estudantes negros e negras nesses espaços³¹ que, antes invisibilizados e silenciados, hoje, buscam novas estratégias de resistências³². Assim, concorda-se com hooks (1994, p. 423) quando afirma que “[...] it has become necessary to find new avenues for transmitting the messages of black liberation struggle, new ways to talk about racism and other politics of domination”³³. A emergência dos CENs nestes espaços é um indicativo de que esses grupos experienciam aquilo que Silvério (2009) chama de **déficit de cidadania**, o que estimula, a ampliação de suas organizações por demandas específicas, coadunando-se com aquilo que hooks (1994) compreendeu como novas formas de **agência política**.

1.2 DRAMAS DA SOCIALIZAÇÃO: A INVISIBILIDADE HISTÓRICA DA EXPERIÊNCIA NEGRA

Uma coisa é aquilo que o branco exprime como sentimentos e dramas do negro;
outra coisa é o seu até então oculto coração, isto é, o negro desde dentro. A
experiência de ser negro num mundo branco é algo intransferível.
(NASCIMENTO, 2004, p. 214).

Eu num li, eu não assisti
Eu vivo o negro drama
Eu sou o negro drama
Eu sou o fruto do negro drama [...].
(RACIONAIS MC's, 2002).

Um importante aspecto a ser considerado, tendo por base um breve levantamento de literaturas clássicas nas ciências sociais, seja no âmbito dos estudos sobre movimentos sociais, educação ou relações étnico-raciais é que as análises destas, até o ano de 1988,

³¹ Mais informações em: YOUDELL (2009).

³² Os descendentes de africanos buscavam estratégias de resistências nas senzalas, depois nos quilombos, em seguida, no decorrer XX e neste início do século XXI, nas diferentes organizações negras e coletivos. Aqui, também entendo a resistência, não necessariamente como um lugar físico, mas como uma ideia de sentimento comum, pertencimento.

³³ “[...] tornou-se necessário encontrar novos caminhos para transmitir as mensagens da luta de libertação negra, novas maneiras de falar sobre o racismo e outras políticas de dominação” (hooks, 1994, p. 423, tradução minha).

procederam com um enquadramento teórico que trouxe implicações negativas para a população negra; os efeitos da racialização são evidentes. Apesar da preocupação com a agência política negra, esta não foi considerada relevante, pautavam-se em relações raciais hierarquizadas. Utilizando a explicação de Medeiros (2018), baseado em um processo de biologização de ideologias racistas que cristaliza no corpo e na história das pessoas, transformando-se em “verdades” corporificadas. E dessa forma, estabelece os “lugares sociais” e criam-se exceções de como esses grupos atingidos devem agir, pensar e ser.

Sendo assim, não encontrando suporte para o melhor entendimento e elucidação da temática, optei por fazer a leitura dos CENs, enfatizando a agência política da juventude negra, com base na existência de outra chave de pensamento – para além da perspectiva marxista ou estruturalista –, nas concepções trazidas, principalmente, por Stuart Hall (1997a, 2013, 2015) acerca dos **processos de identificação**. Com Stuart Hall ainda é possível entender outro debate, a disputa do **regime de representação** – entre juventudes, negras e brancas, por exemplo, tendo como pano de fundo as suas diferenças de experiência. No entanto, essas discussões serão aprofundadas no último capítulo desta tese.

Nesse tópico, considerando a perspectiva teórica adotada no presente estudo e o surgimento de novos modelos de socialização (SETTON, 2005), o que tem demandado outros olhares³⁴, proponho, uma reflexão sobre como o movimento negro foi invisibilizado das discussões acadêmicas até o ano de 1988 e sobre as práticas e dispositivos socializadores utilizados. Com isso, caminhar para uma reflexão acerca do que é a socialização em um contexto no qual a concepção da identidade do sujeito não é a sociológica (HALL, 2015).

As recentes contribuições de Van Haecht (2008) acerca da socialização, enfatiza que esta temática pode ser tratada conectando, as duas modalidades de composição da realidade social, a legitimação (microsocial) das interações entre sujeitos – de ordem subjetiva, que diz respeito às vias e os meios pelos quais os indivíduos no seu trabalho de atribuição de sentido, fabricam a legitimação ou se revelam incapazes disso – e a legitimidade (macrossocial) – que se refere à ordem objetiva, correspondendo às vias e aos meios pelos quais as instituições propõem sua legitimidade ou se revelam incapazes disso.

³⁴ É possível perceber que as teorias clássicas sobre socialização – iniciada com Émile Durkheim e, avançadas mais recentemente, com Peter Berger e Thomas Luckman – já não são mais capazes de explicar a contemporaneidade por colocarem os sujeitos como objetos passivos no processo. Concordando com Van Haecht (2008, p. 106, grifo do autor) “[Berger e Lukmann (1965)] não nos dizem como dar conta das razões que fazem os movimentos sociais, as forças coletivas. A história está ausente aqui [...] não é possível hoje ficar sem **A construção social da realidade** quando de uma análise em termos de sistemas ou de estrutura não basta”. Essa tese não tem como escopo retomar com a literatura clássica, mas explicitar alguns elementos acerca dos processos de socialização que fundamentam a reflexão. Setton (2005), por exemplo, já trouxe uma releitura da temática a partir de diversos autores, passando pelos clássicos até os estudos mais atuais.

A socialização, então, não é aqui entendida como sinônimo de integração – nem como adaptação e equilíbrio³⁵ –, mas sim de maneira ampla, como um processo contínuo, isto é, em seu contexto histórico e social. É um processo de autoconhecimento acerca dos significados de um determinado meio social, responsáveis por regular e organizar as práticas que, por sua vez, suscitam o surgimento de novas identificações e, conseqüentemente, novas sociabilidades. Ou seja, está ligada às experiências dos sujeitos e a um conjunto de práticas sociais – princípios, normas, valores, códigos e linguagens –, guiadas pelas tensões e conflitos perenes nas estruturas sociais e arranjos institucionais.

Portanto, é possível perceber que a ausência na literatura acerca da agência política negra demonstra a dificuldade do modelo integracionista de ação social em captar ou explicitar a construção social do movimento negro de maneira ampla. Essa constatação também aparece em alguns textos, por exemplo, Flavia Rios apresentando como essa organização foi analisada pelas Ciências Sociais durante o século XX, salienta:

A precariedade das revisões bibliográficas feitas pelos pesquisadores prejudicou o desenvolvimento da pesquisa sobre esse assunto. Muitas questões não avançaram justamente pelo desconhecimento de trabalhos anteriores que davam realce aos mesmos aspectos. [...] Sem nenhum respaldo teórico sobre ação coletiva, quase todos estudiosos limitavam-se a descrever aspectos mais salientes dos movimentos e, talvez por conta disso, restringiam-se quase sempre aos discursos dos movimentos, talvez por conta da precariedade das ferramentas analíticas, capazes de interpelar e interpretar o objeto. De modo geral, esses estudos centraram-se em algumas indagações: como o movimento negro se formou? [...]. (RIOS, 2009, p. 272).

Para contextualizarmos melhor essa dificuldade na literatura e mostrar como isso foi se desenvolvendo é preciso retomar no período de 1930 a 1945 – seguindo o período histórico selecionado na tipologia (apresentado no tópico anterior) –, momento em que temos a leitura da socialização do negro em um quadro de democracia racial; sendo Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr pioneiros no debate. Ou seja, dentro de “um sistema de orientação de ação (práticas, expectativas, sentidos e valores arraigados do senso comum) que informaria a conduta real do dia a dia e o comportamento político” (GUIMARÃES, 2012, p. 85).

Tais narrativas sobre a construção de uma sociedade que representasse de fato a nacionalidade brasileira, isto é, uma sociedade nos moldes de outras que, supostamente, já haviam conquistado um alto nível de modernidade não foram incorporadas apenas pelos políticos. Os intelectuais da época também publicavam estudos que coadunavam com esse

³⁵ Destaco a importância que essas noções assumem nas abordagens clássicas da sociologia de Durkheim.

ideário. Portanto, o enquadramento proporcionado do associativismo negro ou da ação política negra se deu no interior de uma perspectiva que ao enfatizar a mistura racial e o sincretismo cultural esvaziava às práticas sociais negras de seu conteúdo africano distinto, por exemplo, das práticas europeias sendo que as últimas recobriam e hierquizavam todas as outras em nome da construção de uma nação homogênea.

A crítica posterior que identificou a construção do período com base em teorias pseudocientíficas, porém racializada, que postulavam a inferioridade inata e permanente dos não brancos, considerando a raça branca como superior (SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 2017). Ao longo do tempo, a teoria passou a ser questionada. Características biológicas não poderiam ser utilizadas para explicar as condições sociais dos negros e nem distinções que tem a cultura como base. E ao ser abandonado discursivamente o conteúdo biológico do conceito de raça assume outro sentido.

Nesse contexto, o Brasil passa a ser descrito, nacionalmente e internacionalmente, como uma nação miscigenada – formadas pelas três raças: negro, índio e branco – em contraste com a realidade segregacionista dos Estados Unidos e da África do Sul. As relações interracialis não eram obstáculos para o desenvolvimento do país. Portanto, o que a dinâmica social demonstra é que não tivemos um encontro de culturas e raças distintas perfeitas e harmoniosas, conforme o pensamento de uma parcela significativa dos brasileiros. Foi um encontro baseado no poder, na hierarquização, na exploração e na violência.

Inserido em um quadro de debates sobre a formação nacional, Gilberto Freyre, em 1933, indo na contramão dos argumentos científicos utilizados para justificar a opressão racial, publica **Casa Grande & Senzala**. Um estudo sobre o cotidiano vivido no complexo agrário-industrial do açúcar. Dentro desse campo totalmente hierarquizado difunde os elementos necessários para o imaginário da sociedade de uma democracia racial.

Guimarães (2012, p. 85) ressalta que

Não que as pessoas fossem “alienadas” e não percebessem qualquer discriminação social, mas esta, quando existe, não seria atribuída à raça e, caso fosse, seria vista como episódica e marginal. Um negro poderia, assim comporta-se normalmente e seguir, também normalmente, uma determinada trajetória. Tal “normalidade” seria garantida, obviamente, por um padrão universal de comportamento. Ou seja, um padrão “brasileiro”, mais que “branco”.

A sociedade brasileira optou por fechar os olhos para a real desigualdade, suavizando, assim, as relações (PAIXÃO, 2014), com isso, foi dada margem para a **branquitude** continuar defendendo e usufruindo de seus privilégios simbólicos, materiais e econômicos até

os dias atuais (BENTO, 2014; SCHUCMAN, 2014). No plano prático, havia o fortalecimento de um padrão societário de controle de um grupo racial sobre outros grupos raciais.

Portanto, visto que o Brasil seria formado por uma população “mestiça”, a cor de pele não poderia ser responsabilizada por uma trajetória social. Fica evidente que ocorre uma naturalização da sujeição na ordem vigente no período. O discurso da época propagava um padrão específico de convivência e de harmonia racial, com isso, negando o racismo e seus efeitos como um problema nacional. Conseqüentemente, deslegitimam a agência política do movimento negro.

Conforme Santos (1985, [s.p]) a “percepção das relações raciais, da sociedade global e das estratégias a serem adotadas [pelo movimento negro], permanecem no ventre do mito, como se fosse impossível olhá-lo de fora – e, de fato, historicamente, provavelmente o era”. As ações e estratégias eram pautadas na ascensão, educação e integração do negro na sociedade. Torná-lo fortalecido para superar o seu “complexo de inferioridade”. Com isso, o negro é invisibilizado e a sua problemática vista como sendo de minoria. O autor ainda afirma:

Decorreu desta visão uma espécie de **guetização do movimento negro**: uma peculiar impotência teórica de situar a problemática negra no centro mesmo da questão nacional, de pensar a história, o poder e a cultura nacionais desde dentro. Nesta fase, os negros organizados na luta contra o racismo tentaram elaborar uma outra percepção do negro, negadora da percepção do branco, mas continuaram fiéis à percepção de Brasil que era do branco. (SANTOS (1985, [s.p], grifo nosso).

O trecho acima reforça a percepção de uma apropriação da ação do movimento negro com base em sua sujeição à integração idealizada no mito da democracia racial, mediante ao que o autor chamou de guetização do movimento negro. No entanto, é possível perceber que os movimentos negros além de estarem vinculados aos princípios e as normas vigentes à época, eles não aceitavam passivamente a situação de exclusão, como é representado na literatura, nos materiais didáticos, entre outros locais que trazem abordagens históricas da e sobre a população negra. Como demonstra Santos (1985, [s.p]) a própria fundação da Frente Negra Brasileira, em 1931, teria sido “[...] uma resposta, em condições históricas dadas, ao mito da democracia racial”.

A partir de 1945, com o ressurgimento do movimento negro – no bojo da urbanização e da modernização – ocorreram duas importantes conferências nacionais, que deram visibilidade à organização política e cultural do movimento. A primeira foi a **Convenção Nacional do Negro**, que ocorreu em dois momentos: o primeiro, no final de 1945, em São

Paulo e segundo, no ano seguinte, no Rio de Janeiro. E a segunda foi a **Conferência Nacional do Negro**, em 1949.

Esses eventos da década de 1940 contaram com a participação do TEN. Este, destacou-se como protagonista na dramatização, vinculada a uma proposta educacional. Trabalhando a questão da alfabetização e fazendo com que os próprios negros tivessem consciência da situação objetiva em que estavam inseridos. Em 1961, Abdias Nascimento publicou o **Dramas para negros e prólogos para branco**, uma coletânea que reúne os textos das peças escritas para o TEN ou que foram encenadas por ele.

Vale ressaltar que durante a primeira metade do século XX (entre 1917 e 1945), quando as instituições educacionais contemporâneas foram formadas, o pensamento da época estava guiado por correntes intelectuais e científicas internacionais. Imaginava-se um Brasil moderno, desenvolvido, democrático vinculada à branquidão, livre da degeneração da população. Para educadores, intelectuais, médicos e cientistas sociais era preciso criar escolas públicas, com mais recursos, oportunidades e acessíveis aos brasileiros pobres e não-brancos, em sua maioria, excluídos da educação, na virada do século, transformando seu comportamento, cultura, higiene e até mesmo sua cor da pele (DÁVILA, 2006). Então, as escolas tornaram-se espaços propícios de “experimentos” da racialização em busca da “civilização”.

De acordo com Cruz (2005) as abordagens históricas no Brasil sobre as experiências escolares dos negros só tiveram visibilidade a partir da década de 1960, quando ocorre a expansão do número de vagas na rede pública de ensino. Para a autora a carência de estudos “revela que não são os povos que não têm história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação” (CRUZ, 2005, p. 23). Ou desconsideradas e aguardam para serem inseridas na perspectiva de contar e ou reler a história.

Sendo assim, é importante destacar a relevância do TEN na problematização da representação da população negra no Brasil, ligada a estereótipos que negam sua existência, e as interpretações da história tratadas como algo estático. Constituindo uma forma de expressão e inserção de negros e negras na sociedade, mediante um processo de socialização – os tornando conhecedores da sua própria história.

Além disso, junto com seus colaboradores – instituições de pesquisas e intelectuais especializados nos estudos afro-brasileiros – o TEN empenhou-se em ampliar pesquisas sobre o negro, denunciando os “equivocos e da alienação dos chamados estudos afro-brasileiros” (NASCIMENTO, 2004, p. 2011). Nesse sentido, “não interessava ao TEN aumentar o número

de monografias e outros escritos, nem deduzir teorias, mas a transformação qualitativa da interação social entre brancos e negros” (NASCIMENTO, 2004, p. 211). Ainda, como aponta, Domingues (2011, p. 54)

[...] a expectativa era de que o negro deixasse a condição de objeto e vislumbrasse ser sujeito dinâmico desses estudos. Mais ainda: que as tradicionais abordagens fossem substituídas por pesquisas conectadas aos anseios de soluções concretas para o problema do negro.

No que diz respeito as pesquisas sobre o movimento negro, Rios (2009) mostra que as primeiras investigações empíricas do século XX apareceram nos estudos sobre relações raciais, na década de 1950, especialmente naqueles encomendados pela UNESCO, realizadas em diferentes regiões do Brasil. E as variadas formas de interpretação estariam ligadas à visão que os autores, tais como Costa Pinto, Roger Bastide, Florestan Fernandes e Thales de Azevedo, tinham acerca das relações entre negros e brancos. Vale lembrar que além destes intelectuais, Gomes (2013) mostra em seu estudo que Virgínia Leone Bicudo, excluída da publicação de 1959 da UNESCO – a versão final do projeto –, já havia investigado em sua tese, defendida em 1945, intitulada **Estudos de Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo**, a importância da formação de associações negras, no caso a Frente Negra Brasileira, que no seu estudo optou por um nome fictício, na mobilização contra os obstáculos para a ascensão social dos negros.

José Correia Leite, por exemplo, relata que se tornou uma espécie de teórico com as pesquisas da UNESCO. Em outros momentos, diferentes pesquisadores também procuravam pelo velho militante buscando informações relativas as lutas sociais do negro em São Paulo (CUTI, 1992). E nesse sentido, para Rios (2009, p. 264):

[...] tudo indica que as lideranças negras consultadas pelos estudiosos da UNESCO influenciaram ativamente o entendimento acadêmico acerca do preconceito de cor no Brasil, indicando o modo pelo qual esse fenômeno ganha realidade na vida social dos negros.

O início desses estudos financiados no Brasil pela UNESCO coincide com a realização do **1º Congresso do Negro Brasileiro**³⁶ no Rio de Janeiro, entre 26 de agosto e 04 de setembro de 1950 pelo TEN, no qual reuniu não apenas os intelectuais das ciências sociais que participaram do projeto, mas também:

³⁶ O documentário do Congresso foi publicado em 1982, por Abdias Nascimento, na 2ª edição do livro **O negro revoltado**. A primeira versão do livro foi publicada no ano de 1968.

[...] intelectuais de cor, que foram os protagonistas do evento (Édison Carneiro, Guerreiro Ramos, Abdias Nascimento), ativistas negros e os parlamentares Afonso Arinos de Melo Franco e Hamilton Nogueira. Os coordenadores do encontro buscaram também o apoio de órgãos governamentais e agências internacionais (ONU, UNESCO). Atraíram ainda intelectuais e ativistas negros de diversos estados. (MAIO, 2015, p. 84).

O Congresso teve como objetivo construir uma ampla frente contra o **preconceito de cor** – expressão muito utilizada à época – e privilegiou as demandas práticas em detrimento dos estudos acadêmicos, se diferenciando, desta forma, dos Congressos Afro-brasileiros que ocorreram em Recife e Salvador nos anos de 1934 e 1937³⁷ respectivamente. Ou seja, a proposta do evento era aproximar intelectuais, principalmente do movimento negro, associando a ação política e o trabalho acadêmico, buscando construir ações e estratégias de modo a reduzir as desigualdades entre negros e brancos.

Com relação ao Guerreiro Ramos, este intelectual ao se debruçar mais intensamente na reflexão sobre o negro no Brasil, defendeu suas ideias quanto aos estudos do Projeto UNESCO publicamente em diversas publicações no jornal **A Manhã** durante o ano de 1950 e no **Diário de Notícias**³⁸ e no **O Jornal** entre os anos de 1953 a 1955. As críticas mais recorrentes em seus artigos publicados nesse período que possuem como tema os estudos da UNESCO se dirigem, principalmente, a Luís Aguiar Costa Pinto, pelo ocultamento da contribuição do TEN, mesmo tendo conhecimento de seus estudos sobre as relações de raça no Brasil (GUERREIRO RAMOS, 1953a; 1953b; 1953c).

Guerreiro Ramos (1950; 1953a) da mesma forma sinalizou para o atraso no país dos estudos sobre os negros, uma vez que esses eram vistos como “estáticos”. Questionou: “Não será esse estereótipo uma dessas elaborações ideológicas, uma racionalização de escritores brancos? Se os estudos sobre (sic) o negro fossem realizados preponderantemente por negros não teriam ele assumido outro caráter?” (GUERREIRO RAMOS, 1953a). Essa tensão endossa o esforço de algum(ma)s intelectuais e ativistas negros e negras da época e o silenciamento/apagamento do protagonismo e da trajetória do(a)s intelectuais negros e negras.

³⁷ De acordo com Maio (1997) o **2º Congresso Afro-Brasileiro** ocorreu no ano de 1937 em Salvador e contou com a participação de Arthur Ramos, Édison Carneiro e Aydano Couto Ferraz que se pautaram na ênfase dos constructos raciais, especialmente a negra, tendo como objetivo destacar as características intrínsecas a essas raças – físicas e psíquicas –, das permanências culturais e religiosas, bem como os processos de aculturação. Esse Congresso pode ser considerado um indicador da transformação da Bahia em um laboratório de estudos étnicos que acabou por atrair a atenção de diversos antropólogos estrangeiros, a exemplo de Roger Bastide, Pierre Verger, Melville Herskovits, Franklin Frazier, Ruth Landes e Donald Pierson.

³⁸ O **Diário de Notícias** era um jornal matutino que surgiu no Rio de Janeiro em 1930 e se mostrou de forma ambivalente, ora crítico ora defensor dos diversos governos que surgiram durante seu início até o seu fim no ano de 1976. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-de-noticias-rio-de-janeiro-1930/>

No Brasil, historicamente as formas como, primeiro o preconceito e, posteriormente, o racismo foram lidos, não tornaram visíveis as experiências dos negros e das negras. O conhecimento que foi produzido na academia estava pautado por percepções e perspectivas dos intelectuais brancos. Muitos estudos, mesmo com a preocupação de ir direto aos sujeitos, estavam ligados a relação negros e brancos e não as experiências dos negros. Isso reverbera no contexto atual, não conseguimos superar essa situação, pois a população negra ainda é desprezada e sujeitada a viver o **negro drama**³⁹.

Guerreiro Ramos ainda ao resgatar os estudos sobre o negro desde o final do século XIX, irá afirmar que a insistência em tematizar a situação do negro como problemática correspondia, na verdade, a uma grande ilusão. O que parecia justificá-la era a simples existência da pele escura, como se isso fosse um obstáculo, uma anormalidade a sanar. Em outros termos, o branco seria o ideal, a norma, o valor por excelência. Os debates e publicações, ao extremarem as particularidades e o pitoresco da vida de certa parcela dos negros brasileiros, seriam frutos de uma visão alienada do país, de uma visão de fora, revelando uma insuficiência de comunidade, o desprezo pela circunstância étnica imediata e um sentimento coletivo de inferioridade.

Retornando aos estudos do projeto UNESCO, estes foram revistos a partir dos anos de 1970 a partir de duas vertentes que se desenvolveram, uma que utilizou dos “métodos historiográficos para revisitar o período analisado por Bastide, Costa Pinto, Fernandes e Thales [e outra que investigou] a mobilização negra emergente durante e após a ditadura militar” (RIOS, 2009, p. 266).

Foi nesse período da década de 1970 que as relações raciais no Brasil novamente passam a serem discutidas⁴⁰, desencadeadas pelos movimentos negros, imprensa negra e núcleos de estudos e pesquisa. Como demonstra RIOS (2009), os negros passam de informantes para a posição de intelectuais, modificando desta forma, a produção acadêmica sobre o tema. Assim, intelectuais negros engajados na luta antirracista passam a escrever sobre a mobilização negra em que estavam inseridos.

É possível, então, considerar tendo em vista os estereótipos negativos que sempre foram atribuídos aos negros e as negras, por exemplo, como um sujeito desprovido de conhecimento e incapazes, a busca da visibilidade e a construção de uma identidade negra positiva por parte desse(a)s intelectuais que adentram ao espaço universitário. Em um sentido

³⁹ Referência ao título do rap escrito pelo Racionais Mc's em 2002.

⁴⁰ Cabe lembrar que no período da ditadura militar, houve um questionamento de toda e qualquer manifestação popular incluindo as reivindicações negras.

gramsciano, podendo ser chamados de **intelectuais orgânicos** pelo fato de produzirem a consciência histórico-social crítica e da vinculação social e ideológica com o seu grupo social – identificação. Que, por sua vez, essa organicidade implica um processo educativo, isso significa dizer, em outros termos, que o(a) intelectual orgânico(a) negro e negra tem a função da socialização do saber, de modo que seu grupo não seja influenciado por um discurso hegemônico dominante – socializador – na sociedade preconizada pela teoria do branqueamento, vinculada ao projeto de desenvolvimento, idealizada no final do século XIX e início do século XX.

Portanto, a presença considerável de estudantes negros e negras nas universidades públicas tem fomentado a realização estudos e pesquisas sobre relações raciais nas escolas brasileiras (CRUZ, 2005). E foi por volta de 1978, em São Carlos – SP, que foi articulado “o primeiro grupo de negros preocupados em utilizar o espaço acadêmico para desenvolver estudos contemplando a temática Negro e Educação” (CUNHA JR, 1999 *apud* CRUZ, 2005, p. 24).

Com relação aos estudos sobre as organizações negras, apenas os “[...] monográficos realizados a partir de 1980 aproximaram-se efetivamente da vida social das lideranças e organizações negras da primeira metade do século XX” (RIOS, 2009, p. 266). Com perspectivas diversas, seja relacionadas as dimensões econômicas, culturais e políticas ou até mesmo pelo viés conjuntural ou estrutural. Trazendo abordagens que enfatizavam o nível microsocial, mediante observações mais detalhadas do perfil dos ativistas, a lógica das ações e formas de organização do movimento, que em muitos casos, o estudante estava inserido. Desvelando assim, a identidade, estratégias, performance e conflitos no próprio contexto político e ideológico (RIOS, 2009).

Em concordância com Medeiros (2018), intelectuais como Clovis Moura – pouco lido nas Ciências Sociais – Guerreiro Ramos e Joel Rufino dos Santos, guardada as devidas particularidades teóricas e políticas, em seus estudos trazem leituras que além de ir contra àquelas que sempre tendiam colocar o negro na situação de **objeto de estudo**, “nos possibilitam visualizar a agência do negro – entendida como ação, resistência e movimento – no contexto de um longo processo diaspórico que une Brasil e África” (MEDEIROS, 2018, p. 722).

Por exemplo, Clóvis Moura, em 1982, indo contra a historiográfica oficial demonstra no seu estudo, **Organizações Negras em São Paulo**, que desde o período que durou o regime escravista quanto, posteriormente no pós-abolição o negro brasileiro sempre se manteve organizado. Mesmo nas mais adversas situações procurava se reencontrar e se associar – em

quilombos, confrarias religiosas, irmandades, dos contos e grupos religiosos afro-brasileiros. Eram “organizações intermitentes, frágeis e um tanto desarticuladas, mas sempre constantes” (MOURA, 1982, p. 143). Para o autor esses espaços são organizações de resistência social e étnica. Agrupam pessoas para se autodefenderem das discriminações diversas da sociedade, mesmo que de forma simbólica.

José Rufino, em um texto escrito em 1985, intitulado **Movimento negro e a crise brasileira**, descreve com base nos discursos das lideranças das organizações negras acerca dos conflitos relacionados ao termo. Mostrando o quão diverso é o movimento negro e as suas distintas características em cada período da história. Bem como os conflitos do movimento após a década de 1970 relacionados à distinção entre organizações políticas e culturais. Desse modo, faz uma construção histórica e identitária dos movimentos negros.

Com isso, o historiador salienta a existência de um número considerável de entidades do movimento negro que se dedicava à pesquisa das culturas negras, mas para ele “[...] o objeto – fluido e em permanente interação com outras; submetido, ademais, a incessante disputa de hegemonias – parec[ia] escapar” (SANTOS, 1985, [s.p]). E reflexivamente José Rufino diz que o “Movimento negro é, antes de mais nada, aquilo que seus protagonistas dizem que é movimento negro” (SANTOS, 1985, [s.p]). Por isso além dessa definição, considero o movimento negro a partir de um sentido mais amplo como espaço de sociabilidade que contempla, como define Gomes (2017, p. 23-24, grifo da autora):

[...] as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visem à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. Trata-se de um movimento que não se reporta de forma romântica à relação entre os negros brasileiros, à ancestralidade africana e ao continente africano da atualidade, mas reconhece os vínculos históricos e políticos e culturais dessa relação, compreendendo-a como integrante da complexa diáspora africana.

Quanto à dimensão cultural no interior dos movimentos, vale atentar para a reticência da literatura até então em discutir o protagonismo da juventude negra. Por exemplo, no movimento *hip hop* – nas suas diversas expressões - *rap*, *break* e grafite, do *funk*, do *slams* – batalhas de poesias, do sarau, da literatura marginal e outras manifestações culturais os jovens negros são apenas retratado(a)s como pobres ou que residem em áreas periféricas. Domingues (2007) aponta que o *hip hop*, mesmo protagonizado por negros, desde que chegou ao Brasil – a partir da segunda metade da década de 1970, ganhando força na década de 1980 – adquiriu

um caráter social, não visa defender apenas os interesses de negros e negras, o recorte não é estritamente racial. Isso por também ter a participação da juventude branca marginalizada, que vive na periferia dos principais centros urbanos. Corroborando, acrescenta-se que a participação de jovens negros e negras de classe média que não são nascido(a)s na periferia, no morro, na favela ou como ele(a)s, às vezes, costumam dizer, na **quebrada**.

Então, na década de 1980 várias organizações negras, políticas ou culturais, surgiam e se fortaleciam. Denunciando o racismo e construindo redes e articulações com diferentes atores e setores da sociedade, estimulados por normas e estatutos, baseados em uma nova hegemonia política mais democrática.

Entre os anos de 1983-1984 tem destaque as reivindicações pelas eleições diretas para presidente da república, que ficaram conhecidas como *as Diretas já!*, tendo como resultado a eleição indireta de Tancredo Neves e a aprovação de uma Assembleia Constituinte. E foi no período subsequente, entre 1987 a 1988, que movimentos sociais, ONG's, associações se mobilizaram para a ampliação ou a criação de direitos a serem incluídos na nova constituição brasileira, a qual veio ser denominada **Constituição Cidadã** (SCHERER-WARREN, 2008). Entre as conquistas, observou-se à criação de espaços de participação e de diálogo entre sociedade civil e Estado para a discussão, resolução e gestão das políticas públicas.

No processo constituinte as organizações negras, então, pressionam o Estado a se manifestar de forma direta e constitucional sobre o racismo existente no Brasil e contra a exploração capitalista se fortalecendo e ganhando visibilidade. E, as mudanças ocorridas no movimento negro durante a década de 1980/1990, devido às tensões no interior dos grupos (GOMES, 2011), e muitas produções acadêmicas desenvolvidas colaboraram na identificação sobre as desigualdades raciais existentes, que impediam o desenvolvimento das potencialidades e ascensão da população negra. Cabe marcar também, como demonstra Rios (2009), que na década de 1990 o quadro dos estudos sobre o movimento negro sofreu modificações.

E no que diz respeito à educação, pauta de reivindicação e luta das organizações negras desde a década 1930, mesmo com a democratização do acesso nos anos seguintes, a desigualdade e as práticas rígidas, normativas mantinham-se inalterada, apenas começando a ser pluralizada após o ano de 1988.

O resultado das mobilizações e reivindicações do movimento negro culminaram com a realização da **Marcha Zumbi de Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida**, em 1995 e com a Conferência Mundial Contra o Racismo, em Durban, no ano de 2001, que

refletiu na implementação de ações afirmativas para negros e negras nas universidades públicas. Constituindo um momento singular do aumento do protagonismo negro. Com efeito, há um aumento significativo de estudantes negros e negras adentrando as universidades. E este(a)s passam a questionar o modelo de socialização universitária, forjado no âmbito do discurso racialista, tradicional e conservador.

Portanto, lendo mais profundamente o contexto, é necessário reforçar que a socialização da população negra em um quadro de democracia racial ainda influencia na maneira como a história é contada. As manifestações de 2013⁴¹ é um exemplo, de que mais uma vez a juventude negra é sujeitada. Para este ponto destaco o caso do Rafael Braga Ribeiro, jovem negro, catador de latinhas, em situação de rua, no Rio de Janeiro. Diferente do(a)s manifestantes branco(a)s e de classe média preso(a)s à época das manifestações de 2013, ele foi o único que foi condenado, sem mesmo está envolvido e ter qualquer participação em movimentos sociais. Isso por uma suposta prática de porte de artefato explosivo ou incendiário, para fabricação de coquetel *molotov*, quando na verdade, na noite do dia 20 de junho de 2013, carregava apenas duas garrafas plásticas contendo produtos de limpeza – uma de pinho-sol e outra de desinfetante.

Também a juventude negra não aparece na literatura como aquele(a)s que lutaram pelas cotas nas universidades. Observando que nessa época já havia passado mais de 10 anos das políticas de ações afirmativas e muitos já começavam se organizar em coletivos nas universidades, como será demonstrado ao longo da tese. Assim como a promulgação da **Lei nº 10.639/2003**, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira, bem como suas diretrizes aprovadas em 2004, que propõe novas perspectivas curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, como já mencionado no tópico anterior. Tais eventos demonstram a urgência de uma revisão dos estudos nesse campo.

A universidade, então, como um espaço de socialização estaria preparada para lidar com as diferenças? A resposta encontra-se no próprio tratamento dispensado pela instituição universitária ao tratar todo(a)s o(a)s estudantes negros e negras como **cotistas**. Podemos dizer, que trata-se de uma categoria guarda-chuva que esconde uma gama de novas identidades

⁴¹ As **manifestações de junho de 2013** no Brasil, empreendidas, principalmente, por estudantes secundaristas e universitário(a)s, tiveram a cidade de São Paulo como epicentro e expandindo-se, depois, para outras cidades brasileiras. Vale lembrar que 2013 foi marcado por um ano de manifestações em vários países, por causa da conjuntura social, político e econômica que se encontravam – reflexo da crise econômica a partir de 2008. São exemplos: *Wall Street* e *Los Indignados* na Espanha, Grécia e Portugal, movimento *Occupy*, no Estados Unidos e posteriormente estendendo para outros países, as lutas pela redemocratização no Oriente Médio – Primavera Árabe na Tunísia, Egito e outros.

culturais que são sumariamente agregadas, e rotuladas, em uma adjetivação de estudantes cotistas. Agrupa todas as experiências como parte de uma mesma categoria racializando-as.

Isso, foi evidenciado por Souza A. (2019) em seu estudo. O pesquisador mostra que os jovens ao ingressarem na universidade, mesmo sem a compreensão de algumas de variáveis que compõem a problemática étnico-racial e de classe no Brasil, passam a serem identificados com uma nova identidade, para além da discente, a de cotistas. Que, por sua vez, é constituída de outra, mais antiga, “propagada como uma espécie de essência por distintos âmbitos da comunidade acadêmica e externa como identidade negra” (SOUZA A., 2019, p. 18). Com isso, desconsiderando muitas de suas individualidades subjetivas, culturais, sociais e econômicas. Para o autor, a existência de múltiplas identificações e identidades paralelas experienciadas e vivenciadas tende a ser colocado em segundo plano ou mesmo apagada.

Diante do exposto, é possível depreender que as marcas de um projeto de socialização nos moldes da democracia racial têm continuidades no presente impossibilitando-nos de perceber as contribuições das organizações negras para a atualização da democracia no Brasil. Essa invisibilidade reaparece nos CENs, que se apresentam no espaço da universidade como uma “nova” forma de sociabilidade. Constituindo uma rede unitária – uma identidade negra – sobre as diferenças. Podendo também ser considerado com um dispositivo central de socialização do(a)s estudantes negros e negras, por possibilitar que este(a)s discentes se tornem sujeitos ativos e criativos nesse espaço que, ainda hoje, regula e reforça a manutenção da condição de negro drama, como também será apresentado nas páginas que seguem.

As reflexões que reverberaram neste capítulo me permitem passar para a descrição do campo de pesquisa. Este proporcionou-me um conjunto mais detalhado de informações diretamente com os CENs nas diferentes universidades da região Sudeste – UERJ, UFES, UFMG e UFSCar –, assim como realizar um diálogo com outras pesquisas empíricas sobre coletivos, buscando as especificidades do trabalho de campo.

2. FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS COLETIVOS NEGROS NA UNIVERSIDADE

Figura 2 – Espiral



Fonte: Elaboração da própria pesquisadora.

Tendo em vista as críticas relatadas por estudantes negros e negras à universidade, caracterizada como um espaço que ainda não é acolhedor à população negra, resistente à abordagem da temática das relações étnico-raciais, ainda perpetuam atitudes racista e eurocêntricas e fazem manutenção de práticas elitistas, neste capítulo adentro na caracterização dos CENs pesquisados, descrevendo o contexto de formação de cada um, a partir dos tensionamentos internos e externos à universidade que foram colocados pelo(a)s integrantes e ex-integrantes.

Também evidencio a percepção do(a)s estudantes sobre o que é um coletivo e quais os objetivos, de modo a refletir sobre os sentidos atribuídos que atravessam o(a)s mesmo(a)s e as dinâmicas de integração entre ele(a)s. Portanto, a figura do espiral acima, inspirado na fala de uma das estudantes, como será visto mais adiante, mostra as palavras – ilustradas aleatoriamente, sem ordem de prioridade – mais citadas por ele(a)s, durante o decorrer das entrevistas e a partir das observações no campo.

Ainda descrevo acerca da inserção de estudantes nos CENs, buscando conhecer quem são esse(a)s jovens que compõem esses espaços e o que torna esse tipo de agrupamento ser considerado um coletivo. Trago como se dá a circulação de ideias e informações entre o(a)s integrantes de um mesmo coletivo, entre os diferentes coletivos existentes na mesma universidade, entre coletivos de instituições diferentes – locais, regionais ou mesmo nacional. Abordando os tipos de vínculos diretos e indiretos que são estabelecidos pelos CENs, seja com a comunidade acadêmica, outras organizações negras, organizações da sociedade civil, entre outros espaços. E evidenciando as redes que são formadas; que por sua vez, são favorecidas, sobretudo, pelo uso das redes sociais na internet.

2.1 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DOS COLETIVOS

Após a leitura sobre contexto histórico das formas coletivas de agência negra no país até chegar aos chamados coletivos de estudantes negros e negras faz-se necessário apresentar uma breve caracterização dos coletivos pesquisados. Resultante da sistematização das entrevistas realizadas, informativos disponibilizados pelo(a)s integrantes, consultas na internet e nos estudos produzido por outro(a)s autore(a)s, visto que tais informações nos ajudam a melhor conhecê-los e tentativamente alinhar traços da conjuntura social, política e econômica na qual se deu sua formação e suas estratégias de ação. Para tanto, descrevo essa caracterização separada por universidade.

- **Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ**

O **Coletivo Negro Patricie Lumumba – CNPL**, existente na UERJ desde abril de 2015, formado por estudantes do curso de Direito, surge a partir da formação de dois grupos diferentes. O primeiro, como resultado da mobilização de uma turma do 5º período, especificamente por causa de um tiroteio ocorrido no Morro da Mangueira, prejudicando a chegada de muito(a)s estudantes à universidade. Como consequência houve o cancelamento de aulas e vários(a)s estudantes não estavam sendo compreensíveis com a situação. Percebendo que se tratava de uma questão racial, foi criado um grupo no *WhatsApp* para conversar sobre o assunto. No mesmo dia, outra turma mais adiantada divulga no *Facebook* a criação de um coletivo negro na Faculdade de Direito. Na semana seguinte os dois grupos se reuniram e formaram o Coletivo Preto do Direito da UERJ. Na época a maior preocupação era de se organizar coletivamente dentro da faculdade e reduzir a possibilidade de individualmente serem prejudicados.

Com o resultado da junção formou-se o Coletivo Preto Patrice Lumumba. A palavra **preto** acrescentada ao nome foi escolhida para causar incômodo e pelo fato de se tratar de corpos pretos, porém com a entrada de novo(a)s integrantes mudaram para **negro**, pois algumas pessoas não estavam se sentindo acolhidas.

Patrice Émery Lumumba, nascido como Élias Okit'Asombo (Onalua, Congo Belga, 2 de julho de 1925 – Katanga, 17 de janeiro de 1961), foi fundador do **Movimento Nacional Congolês – MNC** e morreu lutando pela libertação de seu país. O coletivo decidiu homenageá-lo, pois a Faculdade de Direito – FDir da UERJ tem a fama de ser o Congo nas

competições de jogos jurídicos – esportivos – estaduais e nacional. Na época da implementação da Lei nº 4.151/2003, a qual revogou as duas leis anteriores, jogadore(a)s negro(a)s da UERJ foram chamados de macaco e de Congo – país africano, não apenas pelo(a)s torcedore(a)s rivais, mas também pelo próprio corpo discente da FDir. Além das diversas pichações racistas que apareceram nos corredores da UERJ.

Então, o(a)s estudantes adotaram o nome congo e a torcida organizada da faculdade passou a ser denominada de República Democrática do Congo⁴². No entanto, o coletivo acredita que isso desconsidera totalmente a história do país e, mais do que isso, mercantilizaram o nome, criando uma verdadeira marca, com venda de casacos, bonés, dentre outros acessórios ligados ao país. Por conta disso que o Lumumba é uma referência política para o Coletivo.

No momento da pesquisa o coletivo contava com aproximadamente 25 integrantes, com idade entre 18 e 28 anos, majoritariamente composto por mulheres e estudantes residentes em bairros periféricos e afastados da universidade – em sua maioria cotistas e pouco mais da metade identificam-se como LGBT. No que diz respeito às redes sociais, o coletivo possui perfil no *Instagram* e na página de *Facebook*⁴³.

Outro coletivo na UERJ é o **Grupo Preto de Psicologia Ìmárale**. Seu início foi em 2016 quando mulheres recém-formadas em psicologia procuram a Nigéria, que de alguma forma participou da formação delas, em banca de graduação ou em alguma palestra, para começar um grupo de estudo. Nigéria já tinha uma experiência anterior de estudo com a Mali, sem pretensão de transformar em um grupo. Elas trabalharam um livro de um autor americano, buscando outras referências da psicologia, diferente das que são passadas na universidade e que pudesse oferecer às pessoas negras uma escuta mais sensível.

Vendo a necessidade de formar um coletivo, as mulheres começaram a se reunir em Botafogo, na subida da Favela de Santa Marta, na casa de Nigéria. Porém, a ideia de estudar parte de uma continuidade do **Projeto Afrobetizar**, que já era desenvolvido com crianças, no Cantagalo, para que essas tivessem acesso a uma dimensão do ser negro de forma positiva. Ou seja, alfabetizar as crianças na negritude.

Com o passar do tempo mais pessoas integravam ao grupo e vendo a necessidade de ampliar o espaço passaram a fazer os encontros no Posto de Saúde, no espaço da Clínica da

⁴² De acordo com a página da Torcida Organizada do Congo no *Facebook* “a Torcida Organizada do Congo – TOC é uma instituição composta por alunos do Direito UERJ e associados, voltada para propagar o ‘Congo’, através de suas músicas, produtos, campanhas, eventos e, principalmente, da Bateria do Congo”. Disponível: https://www.facebook.com/pg/TOCongo/about/?ref=page_internal. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁴³ Ver em: <https://www.instagram.com/cnpatricelumumba/> e <https://www.facebook.com/coletivopretodireitouerj>

Família do bairro. Porém, por muitas vezes os horários de funcionamento do Posto não conciliavam com do grupo. Ao perceberem a importância de estar dentro da universidade, procuraram pelo(a)s integrantes do Coletivo DeNegrir, explicaram a iniciativa, que prontamente cederam o espaço. Local onde atualmente ocorrem os encontros. No momento da pesquisa, contavam com 12 integrantes, sendo 10 mulheres e 2 homens, com idade entre 25 a 35 anos e a maioria do Rio de Janeiro.

O nome do coletivo foi escolhido depois de muitos encontros e significa fortalecimento, em Iorubá. Um idioma presente em vários países africanos, sendo mais falado na Nigéria. Com um dicionário de Iorubá, entenderam a importância de ter um nome que fosse em idioma africano. O coletivo também possui página de *Facebook*⁴⁴.

Já o **NegreX**, é um coletivo de âmbito nacional e auto-organizado, que surgiu no Congresso Brasileiro de Estudantes de Medicina – Cobrem, realizado em Belo Horizonte, em 2015. Dos 400 participantes, somente 12 eram negros, o que enfatizou a necessidade desses jovens se unirem dentro da medicina. A partir disso, foram criados núcleos em vários Estados, inclusive no Rio de Janeiro, que reuniam estudantes e profissionais de diferentes universidades.

- **Universidade Federal do Espírito Santo – UFES**

O **Coletivo Negra** foi formado no ano 2012 quando a UFES começava a implementar o sistema de cotas no seu processo seletivo, mas, desde 2008, após 2 anos de intensas discussões, adotava o sistema de cotas sociais. O debate anti-cotas que estava ocorrendo na época provocou diversas mobilizações de secundaristas de escolas privadas da cidade em frente à universidade. E no contexto interno, o fato de algumas salas de aula serem menores, muitas turmas estavam sendo divididas, e, um dos critérios escolhido pelo corpo docente era o de ser cotistas e não cotistas. Constantemente o(a)s estudantes cotistas eram colocado(a)s em situações constrangedoras.

Diante das evidenciadas discriminações e o incômodo de se perceberem estudantes negras dentro do espaço universitário, três estudantes do curso de Letras Português-Espanhol, se reuniram e começaram a se articular com estudantes africano(a)s do Programa de Estudantes Convênio-Graduação – PEC-G e com outras pessoas negras de diferentes cursos. Elas perceberam que a situação se apresentava na realidade de outros cursos também. O Coletivo Negra surge, então, em resposta às diversas situações recorrentes de

⁴⁴ Ver em: <https://www.facebook.com/gppimarale/>

racismo e a exclusão sofrida pelo(a)s discentes negros e negras no interior da universidade (TRINDADE, 2018). O nome *Negrada* foi escolhido para abarcar todo(a)s o(a)s estudantes negros e negras da UFES e aquele(a)s que, ainda, não estão dentro da universidade.

A ideia foi pensá-lo como espaço de pertencimento, pelo fato de não estar restrito aos estudantes negros e negras da UFES, mas também a secundaristas, tanto de instituições pública quanto privada. No auge do coletivo, entre 2014 e 2017, havia cerca de 25 integrantes, de diversos cursos. Sempre teve maior presença de mulheres negras, a maioria residente em bairros periféricos da Grande Vitória⁴⁵, poucos do interior do Estado ou de outras cidades.

Ao longo dos anos outros coletivos foram surgindo na UFES, por exemplo, em 2017, estudantes veterano(a)s do curso de Ciências Sociais vendo a necessidade de debater e solucionar alguns assuntos, como fraude nas cotas, rendimentos do(a)s discentes e bibliografias estudadas nas disciplinas, articularam junto com o(a)s calouro(a)s e formaram uma assembleia de Negros e Negras. Após várias reuniões decidiram oficializar como um **Coletivo de Negros e Negras da Ciências Sociais – CSo**. O primeiro passo foi a criação de um grupo no *Facebook* e a ocupação em cargos estratégicos dentro do curso, como representação discente no departamento.

Já o **Coletivo Winnei Mandela** que, também surge no mesmo ano do Negros e Negras da CSo. Foi formado por mulheres do curso de Serviço Social que resolveram se juntar para responder os constantes ataques racistas dentro do curso, discutir as demandas de estudantes negros e negras e debater sobre a questão racial, que não era comum no curso. O nome do coletivo foi escolhido em um grupo de estudo, no qual fizeram a leitura de um texto sobre a Winnei Madikizela-Mandela, uma mulher negra, ativista e que também foi assistente social.

Com o passar do tempo o coletivo foi reduzindo as atividades, pois muitas estudantes estavam se formando e, com isso, houve dificuldade de conciliar as atividades acadêmicas com a militância. O coletivo volta a se articular mais ativamente depois de um semestre, no início de 2019, em virtude de falas racistas que surgiram em algumas situações públicas. Com a renovação de integrantes, novas propostas e novas estratégias de ações estavam sendo pensadas.

⁴⁵ A Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV é formada pelos municípios de Vitória – Capital –, Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha.

- **Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG**

Em 2011, poetas negros e negras e periférico(a)s adentravam à UFMG. Frequentemente, algun(ma)s estudantes da Faculdade de Letras e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAfich, utilizavam o espaço do Diretório Acadêmico de Letras para se reunirem. Porém, houve tensões entre o(a)s estudantes do movimento estudantil e esse grupo de estudantes que frequentavam o espaço. Com isso, viram a necessidade de criar o **Coletivos de Estudantes Negros – CEN**. Este era composto por uma quantidade quase que igualitária de homens e mulheres e todo(a)s heterossexuais. Também havia uma grande quantidade de casais.

O coletivo, então, inicia sua trajetória mobilizando os estudantes para a questão das cotas raciais, pois a UFMG ainda utilizava a política de bônus, conferindo a partir do vestibular de 2009 o bônus de 10% na nota da prova de estudantes de escola pública, 15% para estudantes autodeclarados negros. Apenas a partir de 2013, com a aprovação da Lei de Cotas, a universidade passou adotar as cotas no vestibular como modalidade de acesso à universidade (JESUS, 2018; SOUZA A. L., 2019).

Entre meados 2014, 2015 o coletivo foi se desmobilizando, pois, vários(a)s integrantes estavam se formando ou já eram formado(a)s. Mas, ainda é possível encontrar e acessar o blog e a página do *Facebook* do coletivo⁴⁶.

O **Bloco da Pretas** começou a ser pensado no final de 2012 quando algumas mulheres, que participavam do CEN perceberam, a partir dos posicionamentos machistas no coletivo, a necessidade de criar um espaço específico para debater e dar visibilidade para as questões acerca da mulher negra. Pautando uma luta que reconhecesse a interseccionalidade presente nas opressões a que as mulheres negras estão submetidas. O coletivo começa sua atuação em 2013 contribuindo na **Marcha das Mulheres**, realizada no dia 8 de março – Dia internacional da mulher, levando como bandeira a questão da intolerância religiosa e tensionando algumas demandas das mulheres negras. E para além do espaço universitário, onde foi criado, atuavam nas ruas, favelas e ocupações urbanas, movimentos de mulheres negras, entre outros. Nos dois últimos anos do coletivo – até 2018 – as ações foram mais voltadas ao sistema prisional, desenvolvendo trabalho com mulheres em situação de cárcere.

Antagônicos ao CEN, tanto na construção, quanto no discurso surge na universidade a **Articulação da Consciência Negra**, em 2013. Esse coletivo nasce do encontro entre duas

⁴⁶ Ver em: <http://negrosufmg.blogspot.com/> e <https://www.facebook.com/coletivodeestudantesnegrxs/>

peessoas, ambas egressas que integravam o movimento estudantil, para pensar uma atividade na universidade no Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, que até então, nunca havia acontecido. Articulando uma rede de pessoas interessadas na discussão racial do próprio movimento estudantil de diferentes cursos, de outras organizações negras e estudantis e organizações partidárias em um cenário em que o movimento estudantil estava sendo fragmentado, surge o **Festival Raízes**. Com o intuito de valorizar a cultura e identidade negra e de proporcionar uma interação entre a população negra da academia e da comunidade em geral, através de reflexões, debates e atividades artísticas e culturais. Os encontros do(a)s integrantes e parceiro(a)s estão vinculados à organização do evento, que tem acontecido todos os anos. Com o ingresso de Tunísia em outra universidade, em 2015, para a pós-graduação, o evento toma uma dimensão regional e passa acontecer também em Campinas/SP.

Já o Coletivo Maloka é fruto da desarticulação do CEN. Surge da necessidade de criar outro coletivo que trouxesse mais a identidade de novo(a)s estudantes que haviam entrado no anterior. Também era composto por aproximadamente a mesma quantidade de homens e mulheres, mas diferente do CEN, contemplava uma quantidade maior de homens gays, menos a presença de casais heterossexuais e uma parcela significativa de integrantes era oriunda de famílias com melhores condições financeiras e sociais.

Foram feitas diversas reuniões na Fafich para estruturar o projeto de orientação política do coletivo, que foi pautado nos princípios da autonomia e suprapartidarismo e que trouxesse elementos do **pan-africanismo**⁴⁷. Foi em um desses encontros que o nome **Movimento Auto-organizado de Libertação, Kilombagem e Autogestão – Maloka** é escolhido. Também, é nesse momento que há uma mobilização para a participação no EECUN, em 2016. Então, esse(a)s estudantes voltam do evento com a proposta efetiva da criação do Maloka e começam a colocar em prática as ações. Uma página de *Facebook* do

⁴⁷ A Revolução Haitiana, em 1804, desencadeou o movimento pan-africanista mundial, intensificando-se nas Américas “com base nas aspirações abolicionistas e pós-abolicionistas e na luta contra a tutela colonial e imperial na África, no Caribe e no Pacífico” MOORE (2008, p. 237). Ou seja, “a luta pela libertação dos povos africanos em todos os lugares onde se encontrem” (NASCIMENTO, 2008b, p. 161). Esse movimento começou a ser articulado como posicionamento formal político intelectual, no final do século XIX, por Edward W. Blyden, Booker T. Washington e W.E.B Du Bois. Iniciando-se em 1900 com a **Conferência Pan-Africana – Conferência dos povos de cor** – realizada em Londres e organizada por Sylvester Williams. Ao longo de meio século, aconteceram outros quatro congressos pan-africanos, organizados por Du Bois. Para Nascimento (2008b, p. 169) “A palavra ‘pan-africana’ refletiu uma tendência da época, caracterizada pelo surto de vários movimentos nacionalistas internacionalizados, como pan-arabismo, o pan-esclavismo e o pan-americanismo. Era o auge do colonialismo europeu, e as identidades se articulavam em oposição à hegemonia mundial imposta pelo poderio militar, econômico e cultural do Ocidente”. A autora também pontua que em 1920, uma segunda vertente fundada por Marcus Garvey, ganhou força em escala mundial e no mesmo período, surge uma terceira vertente, a do Movimento de Negritude, no mundo de língua francesa (França).

Maloka é criada – ainda encontra-se disponível para acesso⁴⁸. O coletivo teve sua duração até a criação do Centro de Convivência Negra, que foi uma das suas pautas de reivindicação na universidade. O Maloka tornou-se central nas ações do CCN, porém o seu lugar estava confuso, era ou não o CCN, e com isso, no final de 2017, foi se desestruturando.

Em 2016 também surge na UFMG o **Coletivo EnegreSer**, inicialmente entendido como um projeto de intervenção, sem trânsito de pessoas e que não apenas contemplava pessoas negras. Formado por seis pessoas do curso de Dança, que mesmo com os tensionamentos já existente sobre as abordagens eurocêntricas e ausências e visibilizações de referenciais de pesquisadore(a)s negros e negras na dança, viram que ainda tinha pouca permeabilidade e que ele(a)s poderiam trazer mais problematizações para o curso, sobretudo pensando as “recorrentes negativas sobre a existência de artistas e pedagogias de danças negras sistematizadas e elaboradas para o ensino/aprendizagem de dança” (SOUZA A. L., 2019, p. 75). Ao iniciar o projeto, o nomeiam fazendo uma mudança na grafia, acrescentando o **S** no lugar do **C**, partindo do entendimento de estar enegrecendo o Ser. Inicialmente desenvolviam suas ações no âmbito. Com isso, o coletivo toma uma dimensão mais ampla, saindo da universidade e intervindo em outros espaços.

Em 2019 quando duas integrantes se afastaram, devido ao término do curso, foi necessária uma avaliação das ações e novas reflexões. Após esse momento o(a)s integrantes passaram a se entenderem como coletivo e não um projeto, apesar de, muitas vezes ainda utilizarem o termo. Porém, no início do ano de 2020 já não se consideravam mais caracterizado como um coletivo de estudantes, pelo fato de que a maioria das pessoas que integravam já estão fora da universidade e o(a)s que permaneceram não levaram a proposta em diante.

O **Coletivo de Cotistas Negros da Pós-graduação da FaE** tem origem a partir da experiência do coletivo que surgiu na Pós-graduação da Antropologia, primeiro programa a implementar cotas, antes mesmo da Resolução de 2017, que estabeleceu a reserva de vagas para estudantes negros e negras na Pós-graduação, para entrada em 2018. Neste contexto, entram na Antropologia estudantes negros e negras, majoritariamente homens, que não são contemplados com bolsa, pois a distribuição ainda seguia critérios meritocráticos.

No ano seguinte, ingressa a primeira turma de cotistas negros e negras na pós-graduação em Educação e percebem atitudes e posicionamentos racistas, classistas e elitistas de algum(ma)s professore(a)s, que não estavam acostumados com a presença negra em sala de

⁴⁸ Ver em: <https://www.facebook.com/malokaauto/>

aula, a distribuição das bolsas também seguia os critérios meritocráticos e havia ausência de autore(a)s negros e negras e indígenas nas discussões. Então, buscam a auxílio com o grupo de estudantes da Antropologia que já haviam passado por esse processo e começam a pensar estratégias e mecanismos para pautar a discussão na FaE.

Ainda em 2018, por conta de alguns casos de estudantes que sofreram racismo dentro da universidade, principalmente na Faculdade de Educação – FaE, um jovem, incentivado por pessoas de coletivos negros mais antigos na universidade, foi em busca de estudantes negros e negras da FaE para juntos pensarem estratégias contra o racismo naquele espaço. O coletivo, até o momento da pesquisa de campo não estava com nome definido, mas estava sendo identificado por outras pessoas e coletivos como **Coletivo de Negros e Negras da Faculdade de Educação** – FaE ou Pretos da FaE. Até então, a comunicação era feita apenas por um grupo no *WhatsApp*, onde trocavam informações e textos para leitura.

O **Grupo de Estudos sobre Negritude e Interseccionalidades – Geni** é outro coletivo que surge em 2018, no *campus* Saúde, a partir de uma articulação e mobilização de vários(a)s estudantes do campus Saúde contra as fraudes no curso de medicina. A quantidade de vagas disponibilizadas para estudantes negros e negras não estava sendo ocupada como deveria. Diante disso, formaram um grupo de estudos com o intuito de estudar e aprofundar assuntos relativos a gênero, raça e classe, sobretudo, a saúde da população negra, que, segundo o(a)s integrantes, não é contemplado na grade curricular do curso. Com o decorrer do tempo, extrapolam a função de grupo de estudos realizando também outras atividades e ações. O Geni contava com 38 integrantes, sendo 12 na coordenação. Formado basicamente pela mesma quantidade de homens e mulheres, assim como pessoas LGBT. O coletivo divulga suas ações e diversas informações no Instagram e em sua página no Facebook⁴⁹.

Mais conhecido na universidade como **Coletivo Ivone** (ICEx⁵⁰ – Vila Oculta⁵¹ dos Negros das Exatas) foi outro coletivo identificado que estava em processo de construção. Foi formado em 2019 por estudantes que já participavam das atividades e reuniões do Movimento Negro da UFMG, no Centro de Convivência Negra e a partir desses encontros perceberam que discentes de Engenharia eram minoria naquele espaço, então, decidiram criar um grupo com outro(a)s negros e negras do curso. Depois foram entrando mais pessoas dos diferentes cursos do ICEx.

⁴⁹ Ver em: <https://www.instagram.com/geni.ufmg/> e <https://www.facebook.com/GENI-UFMG-132583984271476/>.

⁵⁰ ICEx - Instituto de Ciências Exatas é o local onde estão situados os departamentos de ciência da computação, matemática, estatística e física. O departamento de química é parte do ICEx, mas possui um prédio próprio.

⁵¹ Uma analogia a série de anime e mangá **Naruto**. Conforme o(a)s entrevistado(a)s, na exatas teria vários narutos.

- **Universidade Federal de São Carlos – UFSCar**

O jovem Angola ingressa na universidade, no curso de Ciências Sociais, em 2012 trazendo alguns acúmulos de participações em diferentes organizações negras. Nesse período, na UFSCar havia Coletivo Malick de Vivências e Estudos Africanos – que já estava se desarticulando – a Comunidade Acadêmica Africana de São Carlos – CAASCar – existente na universidade desde 2002 –. Antes do Malick, também existiu o Sankofa, que teve importante atuação para aprovação das ações afirmativas na UFSCar; debatendo com toda comunidade universitária sobre a necessidade de cotas raciais.

O universitário foi entendendo como era a dinâmica da universidade e conhecendo o(a)s estudantes negros e negras, principalmente do curso de Ciências Sociais. Passou pela comissão da moradia da UFSCar, participou da rearticulação do Centro Acadêmico das Ciências Sociais, Diretório Central de Estudantes – DCE e manteve suas atividades com a **EDUCAFRO**⁵². Foi através de um evento organizado por esse projeto que, em 2013, os estudantes resolvem formar um coletivo de estudantes negros e negras na UFSCar, com a expectativa de dialogar com a SEPIR – Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial, que na época era uma instituição que estava com risco de ser cortada, e fazer uma articulação nacional. O **Coletivo Nacional de Juventude pela Igualdade Racial – CONAJIR** nasceu com a ideia de articular um encontro de estudantes negros e negras.

O **Café das Pretas** foi fundado na casa de uma das integrantes em 2014, a Chade. Ela e suas amigas sempre se encontravam para tomar café da tarde e conversar sobre diversos assuntos, principalmente aqueles ligados à estética, à relacionamentos e sobre ser uma estudante não branca na universidade. Percebendo que as conversas estavam ficando cada vez mais politizadas resolveram formar um grupo no *Facebook*. Após criaram um evento para convidar outras mulheres para um café no gramado da universidade, com o intuito de trocar experiências. Conforme foi entrando mais mulheres, principalmente as da pós-graduação, a proposta foi ficando mais acadêmica. E os encontros casuais passaram a ser mediados por diferentes leituras de escritoras negras e diversas atividades. Em 2015, o Café já era reconhecido nos espaços da universidade, porém, teve apenas 3 anos de duração⁵³.

⁵² A EDUCAFRO é um projeto que busca promover a inclusão, principalmente, da população negra e pobre – em geral –, nas universidades públicas e particulares com bolsa de estudos. Mais informações podem ser acessadas no <https://www.educafro.org.br/site/conheca-educafro/>.

⁵³ No início do ano de 2021 o Coletivo retomou com as atividades.

2.2 COLETIVO: “... É UM ESPIRAL, NÃO TEM FECHADO”⁵⁴

Desde quando comecei aprofundar os estudos sobre coletivos de estudantes negros e negras, várias pessoas, a maioria delas integrantes desses, colocavam-me: “Você já encontrou na literatura uma definição para coletivo?” ou “Nossa! Que legal, você vai contar a nossa história”. Ao iniciar a pesquisa realmente me deparei com poucos estudos abordando o tema. Porém, com o passar do tempo, por se tratar de algo “novo”, começam a surgir alguns esforços teóricos e empíricos dedicados aos coletivos, centrando-se em aprofundar, em especial, na análise sobre o que são e como se organizam. O campo pesquisado foi revelando que as pessoas que integram os CENs não fazem uma problematização da definição em si – em muitos casos, a resposta da pergunta: **O que é o coletivo na sua percepção?** vinha sempre acompanhada de “Que pergunta difícil” ou “agora isso está me fazendo refletir/pensar”.

Muitos se denominam coletivo, no entanto, o termo também vem sendo adotado mesmo para aquele(a)s que se nomeiam grupos. Vário(a)s estudantes, docentes e técnico(a)s das diferentes universidades pesquisadas comumente utilizam “os movimentos negros da universidade” como sinônimo de CENs. Seguindo o pensamento, também encontrei o uso desse termo, às vezes com algumas variações, em diferentes estudos pesquisados, tais como Caixeta (2016) e Santos (2016). Etiópia (Coletivo Negra e Coletivo Negros e Negras da CSo), explica que da mesma maneira que existem outros tipos de movimentos negros: “o movimento negro religioso, movimento negro político partidário, diversos... urbano e rural” eles passam a assumir, ultimamente, esse termo **movimento negro universitário**, pelo fato de discutirem questões relacionadas à universidade, “um espaço que precisa ocupar e ponto”.

Para a juventude negra dentro da universidade, o que faz com que esse tipo de agrupamento se tornar um coletivo é o fato de ser um espaço que une, acolhe, organiza demandas e integra pessoas autoidentificadas como negras, ou, alguns dos casos verificados, pessoas brancas engajadas na discussão racial, dentro de um outro espaço chamado universidade, que para o(a)s integrantes dos CENs, ao contrário, segrega, exclui, discrimina.

Então, **o que une a gente é ser negro, é ser estudante negro na universidade**. Para mim isso é... é a primeira característica de um coletivo, né? [...] a união das pessoas e eu tenho pensado coletivo como um organizador de demandas. É ele que organiza a raiva, é ele que acolhe a angústia e o sofrimento, a denúncia... é esse espaço. Então o coletivo é esse espaço de acolhimento. [...] Eu tenho pensado o coletivo como um

⁵⁴ Nigéria (Grupo de Pretos de Psicologia Ímárale).

lugar de encontro e de organização, de sonhos, de vida, de trajetória... tipo um lugar de você encontrar apoio mesmo. (RUANDA, COLETIVO NEGROS E NEGRAS DA CSO).

Ainda para o(a)s estudantes entrevistado(a)s a principal premissa para ser realmente considerado um coletivo é ter em comum: identificação, realidades, assuntos, objetivos e posicionamentos políticos. Levando em consideração as diferenças entre as pessoas.

[...] é esse processo de se identificar com o outro e se aglomerar e ali a gente vai desenvolvendo o afeto, o amor, o carinho, cada um dentro da sua especificidade e eu acho que é mais ou menos isso. (TANZÂNIA, WINNIE MANDELA).

[...] é um espaço de acolhimento, né? que apesar das diferenças, assim por meio das diferenças, que permite que as pessoas se congreguem, que façam vínculos, alianças [...]. Então para mim o coletivo é um espaço de encontro de pares dentro das suas próprias diferenças. (RUANDA, NEGROS E NEGRAS DA CSO).

[...] esse espaço do coletivo foi espaço de acolhimento, onde também podemos ver que as questões que nos faziam/fazem sofrer na verdade não eram/são pessoais, eram/são estruturais e estão relacionadas ao racismo que sofremos diariamente. (SENEGAL, COLETIVO PATRICE LUMUMBA).

Etiópia (Coletivo Negra e Negros e Negras da CSO) define o coletivo como sendo um “ajuntamento para uma política de retomada”. O estudante explica que a partir do seu contato com Olindina⁵⁵, uma professora quilombola, da região do Sapê do Norte – ES, passou a entender que retomada é o momento quando os quilombolas se juntam para lutarem pela proteção e recuperação de áreas de terras quilombolas invadidas pelas grandes empresas que exploram a monocultura de eucalipto – principalmente a Aracruz Celulose (Fibria), atualmente comprada pela Suzano. Sendo assim, isso para o estudante dialoga com o que entende por coletivo, pois agora é o momento de “retomada de coletivos e de corpos negros”.

Nessa região do grande território quilombola do Sapê do Norte, entre Conceição da Barra e São Mateus, existem atualmente cerca 30 comunidades que se definem como tais (OLIVEIRA, 2011). No passado, as áreas de plantio – mandioca – eram realizadas em regime de ajuntamento. As famílias se ajuntavam para auxiliar em todo processo, desde o plantio, colheita até o preparo da mandioca. Nos dias de ajuntamento era comum realizarem uma festa, em que primeiro rezavam a ladainha para em seguida realizarem a **roda de jongo** – às cantigas e os pontos. No caso da comunidade de Linharinho, ajuntavam-se para as danças e rodas de jongo realizadas logo após às festas religiosas da mesa de Santa Bárbara (OLIVEIRA, 2016; RODRIGUES, 2016).

⁵⁵ Mais informações sobre a trajetória de Olindina podem ser encontradas no artigo produzido por Oliveira (2018).

Portanto, a noção de ajuntamento empareçada por Etiópia, ou conforme explica Oliveira (2018) o que chamam ainda de juntamentos dos parentes e amigos, remete aos trabalhos organizados coletivamente – ou em mutirão – realizados pelas comunidades quilombolas do norte do Espírito Santo para produzirem seus meios de sobrevivência – “para construir as casas, plantar e colher os alimentos, realizar as festas e ensinar as tradições culturais às crianças e aos jovens que são filhos da comunidade” (Ibid., p. 584).

Já para Nigéria (Grupo de Pretos de Psicologia Ímárale) a maior definição de coletivo está ligada ao quilombo e ao terreiro, pois essas duas organizações não se dão apenas pela “reunião de um grupo de pretos e pretas”. Ela explica que há uma necessidade de produzir um sentido, uma atitude de quilombo e uma atitude de terreiro.

Beatriz Nascimento (1982, p. 259) frisa que “os homens e seus grupamentos, que formaram no passado o que se convencionou chamar ‘quilombos’, ainda podem e procuram fazê-los”. No mesmo sentido, vale lembrar que, na década de 1980, Abdias do Nascimento retornava ao Brasil após o exílio (1968-1981) nos Estados Unidos fazendo a tensão da negritude – das vertentes do pan-africanismo –, e mediante sua relação com a África propõe o **quilombismo**. Categoria histórico-cultural construída a partir do significado político dos quilombos – resistência física e cultural. Que se materializa com novas práticas de sociabilidade, ou seja, diferentes maneiras de associativismo de negros e negras: fraternas, livres e solidaria.

Assim, as narrativas permitem afirmar a continuidade histórica dos estabelecimentos negros do passado. Uma ressignificação dos quilombos no interior das universidades, mediante surgimento dos CENs, também como mostrou Caixeta (2016) e Costa (2018). Nesse sentido, o **aquilombamento**⁵⁶, ou seja, a constituição, imaginária ou real, de um espaço coletivo – diaspórico – de reconexão com a ancestralidade, resistência, fortalecimento de afeto, acolhimento, (re)construção de identidade, produção de novas formas de expressão e ocupação de espaços sociais, tem garantido para o(a)s estudantes negros e negras uma experiência menos árida na universidade.

Por esse ponto de vista, a ideia de **espaço ou lugar** aparece em basicamente em todas as entrevistas. Portanto, nos termos do antropólogo Marc Augé (1994, p. 73) “lugar pode se definir com identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir em como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar”. Portanto, estes “espaços que não são em si lugares antropológicos [...] não integram os lugares antigos: estes

⁵⁶ Termo mencionado em algumas entrevistas com diferentes derivações.

reapropriados, classificados e promovidos a ‘lugares de memória’, compram aí um lugar circunscrito e específico”. Isto é, o não-lugar é entendido pelo autor como sendo um espaço de passagem, cujas relações são incapazes de produzir identidade.

Seguindo as contribuições do autor, a universidade pode ser lida como um não-lugar, pois é um espaço, construído com uma finalidade objetiva, o qual esse(a)s estudantes negros e negras transitam todos os dias e constantemente precisam provar que pertencem e são capazes de estarem ali. No entanto, procuram transformar esse não-lugar em lugar, dando-lhe novos significados, símbolos e histórias. Ao se apropriarem de espaços na universidade – como hall da reitoria, gramados, entre outros – e ressignificam esse vazio de significado reivindicando a ideia de quilombo, como evidenciado na fala de uma estudante mais adiante.

Mesmo comumente o(a)s estudantes negros e negras utilizando espaço e lugar como sinônimos é possível perceber o coletivo, nos termos do(a)s discentes, não como um espaço/local em si, mas dotado de significados específicos que expressa, de certa maneira, quais são as “regras” sociais. Logo, em vários momentos esse(a)s estudantes apresentam diferentes sentidos para esse lugar chamado coletivo – que, muitas vezes, se entrelaçam, se afastam, se renova conforme as relações são estabelecidas.

Nigéria ainda exemplifica que os referenciais teóricos mostram que a comunidade vai ser produzida com o tempo e com a ajuda dos rituais – “Vivências, experiências coletivas que vão sendo compartilhadas e que vão agregando esse sentido de comunidade e coletividade”. Por isso, para ela o coletivo não é algo pronto, está em constante processo e só com o tempo é possível se ver como coletivo.

É um pleno processo de gestação e constante renascimento [...]. O coletivo se dá a partir do momento que **a gente se compromete a estar junto, e de fato executa esse compromisso**. Então é uma atitude de coletivo, e não um espaço já garantido que você pode simplesmente identificar e ter salvaguardado [...]. Então eu me fortaleço também e aprendo muito com cada um, **então é uma dimensão de renovação e complementaridade. É um coletivo que se faz, né? é um espiral, não tem fechado ‘ah, é um grupo fechado’. Não, é um coletivo que ele vai se espiralando e se refazendo nesse movimento**. E o desafio é a gente ir impulsionando e sempre fazendo contato com esse objetivo [...]. Esse sentido de coletividade se faz também na responsabilidade que cada um acaba tendo pela permanência dentro do coletivo, né? no sentido de coletividade [...]. (NIGÉRIA, GRUPO DE PRETOS DE PSICOLOGIA ÎMÁRALE).

Além disso Nigéria afirma: “Não é porque você junta um monte de pessoas com interesse comum que se forma um coletivo [...] cada encontro a gente tá se fortalecendo pra justamente reinstalar essa dimensão do coletivo”. Essa ideia de que só tem sentido de coletivo

se existir uma atuação coletiva também aparece na fala da Senegal (Coletivo Patrice Lumumba).

Mali, que também é integrante do Grupo de Pretos de Psicologia Ìmárale, acredita que “coletivo não é um grupo, porque não é algo pronto”, dada as nossas experiências, a maneira como enxergamos o mundo e do contato com o outro. O encontro com o coletivo permite com que ela se descubra, se fortaleça e se atualize. Nessa perspectiva, Sudão (EnegreSer) relata que passou a pensar a ideia de coletivo após o contato com outras pessoas. Até então, preferia pensar em grupo, por acreditar ter mais “segurança relacional”. Ele esclarece:

[...] eu gosto mais de pensar que pessoas juntas no mesmo propósito, fazendo coisas, pré-definidas. Aí as meninas me ajudaram a entender a dimensão da individualidade dentro dessa experiência do coletivo, sabe? O coletivo se alimentava dos desejos individuais, não dos desejos uníssimos que também existem. O coletivo também tem um objetivo, mas que ele se nutria a partir de nossos desejos individuais, não sei se cabe assim muito na definição de coletivo ... (SUDÃO, ENEGRESER).

Porém, levando em consideração que nenhum grupo é pronto, este se autoidentifica a partir de determinadas perspectivas, observa-se que o que está em jogo é o sentido dado a ideia de pertencimento, mediante as novas etnicidades. Nota-se que os CENs, mais nitidamente o Grupo de Pretos de Psicologia Ìmárale, performatizam uma comunidade de memória (APPIAH, 2014), estabelecendo uma conexão com o passado e tendo a África como lugar central. Com isso, estabelecem uma tradição e a perpetuação de práticas, costumes e valores no imaginário coletivo. Ou seja, mobilizam as suas identidades a partir das experiências dos seus ancestrais. Trata-se de manter o passado, interligando-o ao presente, de maneira a projetar para as novas gerações uma identidade comum. Isso, possibilita, então, lançar um olhar para as agências dos estudantes negros e negras nas suas negociações e, conseqüentemente, nas suas ressignificações.

Benim, também integrante do Grupo de Pretos de Psicologia Ìmárale pensa o coletivo como um constante refazer-se e não de atualizar-se, pois para ele a atualização dentro da dinâmica do ocidente oferece um olhar que cada vez se distancia do coletivo. Ainda coloca como proposta:

[...] pensar um novo olhar, buscar uma atitude de fato olhando pra esses espaços que os mais velhos estabeleceram e, através deles, repensar e tomar novas atitudes. Isso é um processo que de fato demanda tempo, paciência, escuta, e acima de tudo demanda atitude. (BENIM, GRUPO PRETOS DA PSICOLOGIA ÌMÁRALE).

Tendo a dimensão do fortalecimento como proposta para o coletivo, expressam a importância de cada pessoa ser capaz de ensinar algo, isto é, de transmitir conhecimento e experiências pessoais. Dos **mais velhos** – no sentido de trajetória e de vivência – incentivar os **mais novos** pensar a dimensão espiritual, o afeto e o coletivo. Tal como a experiência de algumas sociedades no oriente na qual se observa esse tipo processo de transmissão de conhecimento. É certo que há uma tentativa por parte do coletivo de fixar uma identidade, estabelecida por um sentimento de pertença, que envolve, assim, um conjunto complexo de escolhas – indica quem pode e quem não pode – e múltiplas negociações.

Observa-se que um(a) integrante do coletivo ao mesmo tempo que busca se fortalecer, é canal de fortalecimento para outro que precisa ser fortalecido(a). Então, é na relação com seus pares, que o sentimento de segurança, conforto e confiança exercem importância amenizando algumas das dificuldades encontradas no dia a dia – abrindo a possibilidade da construção de uma comunidade ligada, principalmente, pelo afeto e pelo fortalecimento. Como pode ser verificado no trecho abaixo:

[...] dentro da minha vivência no Ìmárale existe algo muito bonito, e que me faz, enfim, pensar no processo cíclico que a gente aprende em relação com o coletivo. Cíclico, porque ao mesmo tempo que a gente vem aqui, que eu venho aqui e me fortaleço, enfim... **o próprio fato de estar entre pretos, que hoje acabam pensando e tendo vivências que dialogam, isso de uma certa forma oxigena a gente.** [...] Acho que o Ìmárale acaba me ajudando muito a pensar na importância de me organizar pra determinadas coisas, pensar sobre si e de fato se fortalecer, né? se cuidar. [...] É você reafirmar pra si a importância de estar coletivamente, e ao mesmo tempo que você vem pra se fortalecer, em que eu tô aqui nesse espaço recebendo, a gente acaba também, enfim, se cuidando de uma maneira diferente, que é se doando [...] compartilhando com o outro o que a gente sabe... [...] **O fortalecimento ele vem a partir do acolhimento do outro e também do que você pode contribuir com o espaço.** Acho que o Ìmárale é um espaço onde a gente consegue reconhecer nossas potencialidades, reconhecer nossos talentos [...] acho que é isso, um espaço que faz com que a gente se expanda, que a gente consiga se expandir e se desdobrar a partir da vivência do outro sobre nós, **a gente consegue produzir novos olhares e se descobrir também no olhar do outro.** Acho que isso é muito importante. (BENIM, GRUPO PRETO DE PSICOLOGIA ÌMÁRALE).

Oliveira, G. (2019) mostrou no seu estudo, desenvolvido com cinco coletivos em universidades do Rio de Janeiro, que é a partir dos significados que os jovens negros carregam que eles fortalecem suas relações – baseadas no conceito de irmandade. Dado que também aparece neste estudo. É possível perceber que a construção de laços afetivos de irmandade ou familiaridade tem a capacidade de fortalecer os vínculos e cria uma coesão entre o(a)s integrantes. Assim, o uso dos termos **irmão ou irmã**, normalmente utilizados ganham destaque. Angola (CONAJIR) fazendo uma referência ao EECUN, mas algo que também pode ser identificado dentro dos CENs, explica:

[...] Essa coisa de identidade... no EECUN **todos nós nos referimos uns aos outros como irmãos**. Não essa coisa banal, essa coisa trivial, era pintar mesmo esse sentimento. E isso a partir do momento que você vê o outro como referência e o outro o mesmo em você, você consegue construir unidade. É uma estrutura sólida. (ANGOLA, CONAJIR).

Então, os coletivos passam a ser esse lugar mútuo de segurança, de apoio, de solidariedade e de identificação, onde não serão apenas discutidas questões relacionadas a militância – operacional –, mas também sobre diversas questões que perpassam a vida cotidiana.

[...] durante a graduação não me senti impulsionada, por exemplo, para participar do Centro Acadêmico, desses grupos de DCE, dessas organizações, associações em geral, porque eu não via algo que me chamasse tanta atenção. E o coletivo ele tem uma lógica de afetividade muito pessoal e eu acho que isso é algo interessante, de não ser só uma organização instrumentalizadora para resolver determinando problema, é um lugar que você vai ter uma troca mesmo de afetividade, claro! Cada coletivo é de uma forma, mas dentro do Coletivo Negrada a gente tentou muito reforçar sempre isso [...]. ‘Poxa, tô me sentindo mal’, colocar aquela pessoa para cima, ser um suporte também emocional, por que a gente sabe que... não só o racismo, todas essas violências são muito estruturais e que afetam a gente, **às vezes você não está pronta para a luta, para gritar tudo lá o que tem que fala, às vezes você está só com vontade de chorar**. (SOMÁLIA, COLETIVO NEGRADA).

Que por mais que a gente não consiga muitas vezes alcançar as nossas demandas de uma forma satisfatória a se gente tem uma rede de contatos entre nós que a gente consegue mobilizar outras coisas, então assim. Tipo, tem alguém precisando de dinheiro de passagem, então vamos mobilizar para ajudar pontualmente. Ah! fulano está triste, vamos conversar. E aí a gente percebe que a pessoa sumiu, então assim... Por mais que ele não funcione para atender as demandas políticas, ele funciona de uma forma de acolhimento. Então eu acho que nesse sentido de nos fortalecermos e de pensar nessa relação assim entre nós, não somos um grupo de estudantes individualmente negros que não se passam e não se olham no corredor, né? cria-se uma união e um sentimento de familiaridade. (ARGÉLIA, COLETIVO DE COTISTAS NEGROS DA PÓS-GRADUAÇÃO).

Os relatos acima reforçam e ampliam a discussão para além de tratar os CENs como espaços meramente de disputas de narrativas dentro da universidade. Pois, o fortalecimento fica evidenciado como uma das ações desenvolvidas, não tão implícitas. Observa-se a busca por estratégias que sejam capazes de manter o(a)s integrantes encorajado(a)s e firmes para se posicionarem e desafiarem as “estruturas” da universidade.

O jovem Tunísia (Articulação da Consciência Negra), caracteriza o coletivo a partir dos objetivos, pois através desses é possível determinar a organização interna. Todavia, para ele conceituar dessa maneira é algo que lembra uma instituição e para ser um coletivo também necessita ter a questão da afetividade: “Eu acho que quando você pensa coletivo tem que ter

essa relação de afetividade, se não é uma instituição, uma organização, uma coisa assim, mais formalizada”.

Tal como tratou Spinoza (2013), as afecções dizem respeito aos efeitos que as pessoas provocam – exercem influências – umas sobre as outras nas interações. Processo que interfere na maneira como agimos. Nesse sentido, entendo que a afetividade nos CENs remete a uma dimensão ampla, que não envolve apenas diversos sentimentos e emoções, mas como algo que afeta ou que marca de alguma maneira as interações. Afetando negativamente, em detrimento das injustiças racistas que emergem e desumanizam a pessoa negra supervalorizando a pessoa branca, gerando a dor e a raiva ou através de uma construção afetiva positiva que busca deslocar narrativas negativas postas às pessoas negras.

Isso mostra também que a afetividade é importante na forma de organização e agência do(a)s integrantes dos CENs. Assim, o **afeto preto** ou **afeto negro**, termos utilizados por alguns(mas) estudantes, está ligado a uma forma de resistência e “cura”. Lima (2020) dedicou exclusivamente um capítulo da sua tese para discutir sobre o afeto. Nele a autora vai mostrando como as diferentes formas de fazer política perpassa pelo afeto. Não apenas dentro das reuniões dos coletivos, mas também em falas públicas.

Refletindo de maneira mais ampla, essa compreensão demonstra como esses espaços coletivos têm desempenhado um papel significativo nos processos de socialização do(a)s estudantes dentro do meio acadêmico, que traz outra metodologia baseada na aprendizagem de conteúdo, que é eurocêntrico. A necessidade de aprender com os mais velho(a)s e construir novas estratégias para esse novo contexto. Assim como evidencia que as políticas institucionais, mesmo em tempo de ações afirmativas, não dão conta de criar um ambiente acolhedor para esse(a)s estudantes negros e negras.

Tendo em vista os aspectos observados nesse tópico, o que fica evidente quando se trata dos objetivos dos coletivos é a ideia de união do(a)s estudantes negros e negras em contraponto às expressões de racismo vivenciadas, sobretudo no espaço universitário. Pautados, dentro de suas realidades e especificidades, os CENs buscam construir um espaço onde estudantes negros e negras, de alguma forma sintam-se pertencentes, tenham uma referência e desenvolvam afetos e amizades. Além de serem estimulado(a)s a pensar o campo da intelectualidade, adquirir conhecimentos através do acesso a diversas literaturas específicas produzidas por intelectuais negros e negras. Ter como garantia uma existência mais tranquila e fortalecer a comunidade externa à universidade. Ademais, ser um espaço de trocas de informações voltadas para questões acadêmicas e de visibilidade para às condições de permanência na instituição.

[...] coletivos de estudantes negros ele pauta muito a questão da permanência negra dentro da universidade... ele é atravessado o tempo todo a pensar na permanência negra, tanto na estruturação do currículo da universidade, de lutar contra um currículo hegemônico da instituição, de ter mais aulas com temáticas mais voltadas para a negritude, quanto que dessa criação mesmo de espaço de acolhimento. (ARGÉLIA, COLETIVO DE COTISTAS NEGROS DA PÓS-GRADUAÇÃO).

Em diversos coletivos pesquisados foi perceptível que os objetivos dos mesmos estão alinhados ao tipo de demanda, que por sua vez, são múltiplas e dinâmicas. Apesar de saberem porque estão ali existe dificuldade por parte de vários(a)s integrantes para formalizar um objetivo. Isso é percebido tanto nas entrevistas quanto em uma breve pesquisa na internet nos sites e/ou rede sociais dos coletivos pesquisados e outros coletivos. No caso de entrevistas realizadas individualmente, com diferentes integrantes de um mesmo coletivo, ficaram evidentes distintas visões sobre os objetivos. Comumente, estes são confundidos com as ações – estas apresentarei no próximo capítulo.

Potencializados, sobretudo, pela união de jovens negros e negras dentro da universidade, baseados por um conjunto de valores essenciais, identificados por ele(a)s, é organizado essas outras formas de estar na universidade mediante a criação de um espaços de diálogo e troca; indo de questões como acesso/ permanência, identidade, saúde mental, afetividade, fortalecimento, produção artística, práticas religiosas, estética corporal, produção do conhecimento, ocupação de espaços de poder e alteração de regimes de representação (HALL, 1996a, 1997a, 1997b, 2016). Trazendo, sobretudo, a questão racial como pauta central das discussões.

Nesse sentido, os CENs podem ser lidos, como um “guarda-chuva”, que expressam diferenças internas que permitem compreender as particularidades dos significados sobre o que vem a ser um coletivo e as dinâmicas de interações das pessoas. Os relatos evidenciam que identificar-se como coletivo de estudantes negros e negras na universidade é marcar uma diferença, sobretudo com movimento estudantil, partidos políticos, sindicatos e ONGs. Tal como os NEABs e grupos de estudos e pesquisa/extensão que também tem como foco as relações étnico-raciais e temas correlatos.

2.3 INSERÇÃO, COMUNICAÇÃO E TIPOS DE VÍNCULOS DIRETOS E INDIRETOS

Os CENs começam sua formação a partir da amizade e/ou por proximidade com a temática racial – afinidade política/ identitária. Não necessariamente por estudantes negros e

negras do mesmo curso. O sentimento de dor causado por alguma situação de racismo, manifestados de maneira recorrente, ou ser a única pessoa negra dentro do espaço universitário aparecem em grande parte das entrevistas. Esses são para o(a)s integrantes os principais motivos para a inserção de algun(ma)s pessoas nos coletivos.

Pra a gente ter um coletivo, tinha que ter pessoas, e apareciam pessoas que tinha esse interesse no debate da questão racial ou de então está mesmo circulando na universidade com outras pessoas negras e comentando assuntos, ter essa amizade, né? (SOMÁLIA, COLETIVO NEGRADA).

Principalmente quando se trata da proximidade, o Coletivo Negra e o Coletivo Negro Patrice Lumumba afirmam que isso é sempre complicado, principalmente por conta da questão da identificação do(a)s integrantes, de quem realmente faz parte do coletivo.

[...] a gente faz essa reunião de inserção... e nessa reunião lá a gente apresenta o coletivo e a gente tenta ter um pouco de filtro, porque em outro momento era só por proximidade, mas a gente estava com problema de identificação de quem era do coletivo, enfim, e outras questões, e aí a gente acabou fechando um pouco mais para tentar ter segurança também, porque o contexto político aqui é bastante esquisito. (SENEGAL, COLETIVO NEGRO PATRICE LUMUMBA).

E a partir dessa reunião a gente distribui fichas de inscrição, que aí a gente tem os dados dos integrantes para ter maior controle de quem faz parte ou não. (GANÁ, COLETIVO NEGRO PATRICE LUMUMBA).

Para buscar novo(a)s integrantes os coletivos utilizam diferentes estratégia de mobilização. A principal delas é utilizar ou promover eventos durante e/ou no início do semestre – recepção dos estudantes –, as caloradas ou mesmo passar de sala em sala para divulgar o coletivo. Portanto, para Uganda (Coletivo Winnie Mandela) esse não é um processo fácil, “tem que chamar na voz e na mão e falar: ‘oh, vamos ali agora, vai ser muito importante, vai ser muito legal’ e trazer e a pessoa vê que aquilo ali é importante...”.

Já no Grupo de Preto de Psicologia Ìmárale existiu um consenso de que a entrada seria a partir do **Ciclo Sinergia: autocuidado como princípio de cura**. O(a)s integrantes do coletivo explicam que o Sinergia é uma vivência de acolhimento que tem o intuito de conectar as pessoas – via corpo – na dimensão do coletivo. Ter outros tipos de experiências que também compõem a construção do ser – africano – antes de se pautar na teoria. Nigéria explica:

[...] nem todo mundo vem com uma experiência de terreiro ou de cuidado com essa dimensão da espiritualidade. Como a compreensão da subjetividade africana é primordial, então como as pessoas não vem com esse respaldo, essa experiência do Sinergia dá um chão pra pessoa se aproximar dessa leitura [...]. (NIGÉRIA, GRUPO DE PRETO DE PSICOLOGIA ÌMÁRALE).

Para ele(a)s não basta só estudar é preciso cuidar do corpo e do espírito, pois só assim, a pessoa conseguirá alocar o texto dentro da compreensão que vivenciou. Ou seja, o conhecimento não é apenas acessado através da leitura, mas também pelo corpo. Trata-se para ele(a)s de um círculo de fortalecimento e cuidado. Isso mostra como os CENs ampliam o entendimento do que é o conhecimento e como esse processo pode ocorrer. Ainda alertam para a necessidade de dar atenção para os vários casos de depressão, pânico e suicídios que estão acontecendo nas universidades.

Os coletivos também utilizam da tecnologia como dispositivo de comunicação e trocas virtuais. Possuem sites e redes sociais para agregar mais integrantes e/ou facilitar a comunicação entre eles e entre eles com outros coletivos e demais organizações negras. Por esses meios, discutem pautas e demandas, convites, denúncias, situações particulares de integrantes, trocam informações sobre textos para leitura, eventos, entre outros. Podemos dizer que os coletivos, ao detectar as demandas, formam um grupo no *WhatsApp* ou *Facebook* com o objetivo de se organizarem/mobilizarem e discutirem os próximos passos, para em seguida começarem a se reunir presencialmente, mas também mantendo o contato pelas redes sociais. O(a)s integrantes do Coletivo Patrice Lumumba explicam que não deliberam pelo *WhatsApp* a não ser que seja algo urgente. Privilegiam o presencial por acreditar que isso o(a)s formam politicamente.

Interessante realçar que nem todos os coletivos mantêm suas páginas atualizadas. Dos diversos sites visitados muitos não apresentavam informações completas. Tentei realizar o contato através do envio de *e-mail* e das tentativas com os coletivos que participaram do EECUN, por exemplo, apenas obtive o retorno por e-mail de três, sendo que um deles demorou mais tempo para responder, alegando um contingente limitado de pessoas cuidando da comunicação e afirmando a desatualização do histórico no site.

Lázaro, Cerqueira e Castro (2016), na pesquisa realizada sobre organizações de juventude negra, já haviam apontado que as instituições mudam seus contatos ao longo dos anos e informações deixam de ser atualizadas por conta de outros meios de comunicação e contato, assim como mobilizam e desmobilizam redes de contato em função de fatos e conjuntura política.

São nas atividades de entrada de novo(a)s discentes na universidade ou reuniões que, por exemplo, o(a)s integrantes dos coletivos solicitam outras pessoas para curtirem a página do *Facebook* e, em alguns coletivos, se após manifestarem interesse em participar adicionam no grupo do *WhatsApp* que é mais geral. No caso do Coletivo Negra da existe outro grupo – ou sub-grupo – que só fazem parte os integrantes mais ativos. Isso, pelo fato de já ter havido

diversos problemas com relação à identificação, com já mencionado anteriormente. Muitos se identificando como sendo do coletivo, mas tendo posturas que não eram coletivas. Priorizam universitário(a)s que tenha um alinhamento ideológico parecido e que não tenha vínculo políticos partidários.

Esse caso, suscita a reflexão da existência, principalmente, através das redes sociais, daqueles que podemos chamar **integrantes apoiadore(a)s**, aquele(a)s que não estão diretamente nos coletivos, ou seja, que não se identificam coletivamente, mas apoiam a intenção – dando a curtida/seguindo a página –, ou apenas são solidários em situações que necessitam de maior enfrentamento. Assim como, há relatos de que existem algum(ma)s estudantes que sempre participam dos coletivos, estão próximo(a)s, mas que não são ativo(a)s. No entanto, para alguns coletivos a situação é colocada como sendo problemática, pois sobrecarrega determinado(a)s integrantes com as responsabilidades.

Outro aspecto com relação à inserção de novo(a)s integrantes são os conflitos sobre quem é negro. Mesmo que seja um ponto que será discutido mais detalhadamente no próximo capítulo, antecipo aqui que o(a)s integrantes dos coletivos relatam que sempre essa discussão é colocada em pauta pelo fato de algum(ma)s integrantes considerarem uma pessoa negra e outras não, principalmente, quando se trata de negros e negras de pele mais clara.

Ao questionar o(a)s integrantes dos CENs sobre a comunicação com outros coletivos da mesma universidade e os localizados em outras instituições de ensino, isso pareceu um pouco distante. Existe uma pequena rede de comunicação entre ele(a)s – que facilitou até mesmo a minha entrada no campo –, porém, percebe-se que existem tensões causada, principalmente, por diferenças políticas e identitárias. As relações são pontuais e surgem conforme as demandas, os objetivos e o contexto social e político da época.

Em alguns casos nota-se que os coletivos com fundações mais recentes tendem a procurar, com o intuito de buscar apoio e orientações, os coletivos mais antigos e consolidados na universidade. Exemplos disso são o Coletivo Negra, que auxiliou e deu todo suporte até mesmo na criação de outros coletivos dentro e fora da universidade, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas – ensino médio e superior – e o Coletivo Patrice Lumumba.

Segundo Angola (CONAJIR), o EECUN também foi um disparador para o surgimento de outros coletivos em diversas universidades⁵⁷. Assim como, a partir dos relatos, podem ser

⁵⁷ Milton Barbosa, conhecido como Miltão, um dos fundadores e liderança do MNU, relata que após a criação do MMU e a realização do Ato Público, ainda em plena Ditadura Militar, surgem em todo país centenas de grupos e novos movimentos negros (OLIVEIRA, 2021).

destacadas, as mobilizações nas ocupações de escolas secundárias e universidades, em 2016; a formação da Frente Negra, na UFES, na UERJ e na UFSCar e Movimento Negro, na UFMG. Esses, não são considerados exatamente como um coletivo por algum(ma)s do(a)s estudantes entrevistado(a)s⁵⁸, por não ter ações mais estruturadas, não ser organizado organicamente e por não proporcionar uma experiência coletiva. De forma mais ampla, é “uma espécie de guarda-chuva” (Ruanda, Coletivo Negros e Negras da CSO), um espaço que articula e unifica os diferentes coletivos negros, que também é aberto para estudantes negros e negras interessado(a)s em uma ampla discussão racial e na construção de agendas unificadas de luta, ao que parece, essa medida não invalida a autonomia dos coletivos.

Destacando que o objetivo do CONAJIR foi pautado numa articulação externa – nacional – com outros coletivos, a observação feita pelo ex-integrante, mais abaixo, permite ampliar a reflexão sobre as diferentes formas de ação política e a necessidade expressa de unificação de pautas, buscando soluções coletivas.

[...] estava muito nítido para mim que era o momento de juntar os coletivos negros. E o detalhe do nome é muito importante, Encontro dos Estudantes Negros e dos Coletivos, porque teve o SENUN na Bahia, extremamente importante, mas o lance, **virada de chave, foi de que estava começando a ter não só estudantes negros, ter coletivos negros**, o que não era uma novidade em si, porque o coletivo negro na PUC existia na década de 80 [...]. (ANGOLA, CONAJIR).

Além disso, o relato remete às mais antigas organizações negras dentro das universidades, para citar alguns: o **Grupo Negro da PUC**, em 1979 (PEREIRA, 2010), o **Grupo Raça**, em 1980, na UFES (FORDE, 2016 *apud* TRINDADE, 2018) e o **GIEAB – Grupo Interdisciplinar de Estudos Afro- brasileiros**, na UFMG, em 1990 (NEIA, [s.d.]) e eventos realizados por estudantes negros e negras no espaço universitário, já apresentados no primeiro capítulo, como o I Seminário Nacional de Universitários Negros – SEMUN, que aconteceu em 1993, em Salvador/ Bahia, com o tema: **A universidade que o povo quer** (SILVA, 2013a, 2013b).

A ideia de coletividade, então, pode ser colocada em xeque, pois se configurar como coletivo – “viver o sentido coletivo” – é posto como um desafio para o(a)s integrantes quando se trata em manter o(a)s estudantes organizado(a)s em torno dele(a)s mesmo(a)s, pensar a integração e manter um diálogo com os demais CENs existentes na mesma universidade, se

⁵⁸ Em um momento de conversa informal no campo, a Frente Negra na UFSCar apareceu identificada como um coletivo. Isso por estar localizado numa mesma conjuntura política e social. Assim como, na UERJ, sendo possível observar no estudo realizado por Lima (2020) e na lista dos coletivos organizadores do EECUN que pode ser vista na nota 77.

manter único, ao que parece, não é uma preocupação. Existem coletivos que apontam essa separação como normal.

Ao mesmo tempo que integrantes dos coletivos estão diretamente vinculados à universidade fica evidente o discurso da não institucionalização na maior parte dos CENs pesquisados. Isso parece demonstrar que o(a)s integrantes sustentam que os coletivos não são consolidados pelas mesmas, apenas são formados nesse espaço pelo(a)s estudantes. Inclusive, é possível notar que buscam uma certa autonomia e independência. Porém, ao negar a instituição também estão estabelecendo um tipo de relação.

Parece-me urgente a tarefa de problematizar a existência de coletivos que estão na universidade, mas não reconhecem o espaço como legítimo. Algo contraditório para um grupo que ocupa um espaço acadêmico o qual atividade de pesquisa – como produtora de conhecimento – é uma das suas funções. Tal fato revela o fechamento para qualquer possibilidade de diálogo entre coletivo(s) e instituição e entre os próprios coletivos. O que pode também gerar desigualdades e hierarquias. Além de colocar em risco, principalmente, nesse atual contexto brasileiro de ataques ao ensino público, o direito das pessoas negras ao acesso à universidade, bem como comprometer a permanência.

O coletivo DeNegrir, por exemplo, que não consta diretamente como um coletivo pesquisado neste estudo, pelo fato de não aceitarem participar da pesquisa, mantem um posicionamento de não dialogar com a instituição e de não concederem entrevistas. São conhecidos, por outros coletivos e até mesmo pessoas que não fazem parte de coletivos, por terem posturas rígidas, críticas e trazer como linha teórica e política a **afrocentricidade**⁵⁹ e o **pan-africanismo**.

Lima (2020, p. 136) aponta que grande parte dos seus entrevistados atribuem a pouca mobilização e a capacidade de diálogo com estudantes negros do DeNegrir, apesar dele ainda encontra-se ativo, “ao fato de ser um coletivo que ainda se mantém limitado em suas noções

⁵⁹ Trata-se de uma resposta ao eurocentrismo, ou seja, a imposição de modelos epistemológicos de pensamento ocidental europeu. Assim, a afrocentricidade é uma proposta teórica do filósofo afro-americano, Molefi Kete Asante, idealizada em sua obra *Afrocentricity: the theory of social change* (1980). Para Asante (2009, p. 93) “A afrocentricidade é uma questão de localização precisamente porque os africanos vêm atuando na margem da experiência eurocêntrica. Muito do que estudamos sobre a história, a cultura, a literatura, a linguística, a política ou a economia foi orquestrado do ponto de vista dos interesses europeus”. O pensamento afrocêntrico, então, “consiste na construção de uma perspectiva teórica na hegemônica radicada na experiência africana – síntese dos sistemas ontológicos e epistemológicos de diversos povos e culturas – fundamentada nas civilizações clássicas africanas: a egípcia, a nubia e a cushita. Afrocentricidade é o posicionamento africano em seu próprio centro, com o intuito de compreender o mundo por meio de referenciais próprios aos povos africanos. [...] A abordagem acadêmica afrocentrada consiste em estudar, articular e afirmar aquilo que diferencia o centro, o legado cultural e o ponto de vista africano, ao mesmo tempo identificando e desmascarando a natureza específica dos postulados eurocentristas impostos como universais”. (NASCIMENTO, 2008a, p. 52-53).

do que é ser negro e não ter acompanhado a pulverização das pautas de identidades da última década”.

Em 2013, chegaram a ser denunciados por atitudes de cunho homofóbico, lesbofóbico, sexista, machista e misógina por um grupo de estudantes negras que participaram da **Revolução dos turbantes**⁶⁰. Lima (2020), descreve em sua tese alguns relatos de estudantes que fizeram parte do coletivo assim que ingressaram na UERJ, mas que não se sentiram acolhidos, seja pelo fato do mesmo ser formado, majoritariamente, por homens negros heterossexuais e não discutir questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero ou mesmo por ter sofrido agressão homofóbica ou machistas.

Rodrigues (2015), que também menciona em seu estudo a dificuldade encontrada para contactar o Coletivo DeNegrir destaca o fato deles apenas aceitarem pessoas negras em suas reuniões. Mediante essa situação, afirma que em muitos coletivos “[...] a cor da pele é acionada como legitimadora não só da presença, mas também da fala por aqueles que, mesmo impotentes de poder podem ser ou não legitimados para estarem presentes e/ ou falar” (RODRIGUES, 2015, p. 64).

Descrevi nos caminhos metodológicos que foi através do DeNegrir que cheguei até o Grupo de Pretos de Psicologia Ímárale. Interessante, nesse sentido, que para o(a)s integrantes desse coletivo o fato de eu ser uma pesquisadora negra, no doutorado, que versa estudos ligados às relações étnico-raciais foi a condição para ele(a)s “abrirem o diálogo”, acolher, incentivar e falar sobre suas ações e vivências. Situação semelhante aconteceu junto ao Coletivo Winnie Mandela quando ao final Tanzânia diz “Só quero agradecer mesmo a oportunidade de falar disso para uma pessoa negra, pesquisadora negra. É gratificante saber que a gente produz conhecimento, que a gente está nessa luta [...]”.

Como o antropólogo norte-americano Clifford Geertz (2008), que relatou sua experiência de pesquisa junto a um grupo de frequentadores de rinhas de galo, em Bali, não forcei o contato e a aproximação com os CENs, mas mostrei-me aberta e disponível. Essa comparação revela-se importante, haja vista que o autor empreende uma série de questões que podem ser problematizadas sobre o processo do conhecimento de um novo campo de pesquisa pois, de algum modo, a nossa presença nesse espaço acaba interferindo no contexto. Assim, o fato de também ser negra, ele(a)s mesmo(a)s tomaram a iniciativa de me inserir no grupo.

Retomando a discussão sobre institucionalização, fica subentendido que para algum(ma)s integrantes dos coletivos esse processo tem o sentido da não realização de ações

⁶⁰ Disponível em: <https://banhodeassento.wordpress.com/2013/07/13/carta-aberta-de-repudio-ao-coletivo-de-estudantes-negros-e-negras-da-uerj-denegrir/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

mais concretas de militância, mas mantendo o contato com a universidade participando das ações desenvolvidas pela mesma ou até mesmo em outros âmbitos institucionais. Com isso, não percebem que cada luta tem a sua estratégia de jogo. Isso pode ser notado na fala abaixo, que também demonstra a mudança dos objetivos do coletivo ao longo do tempo.

[...] a gente institucionalizou nossas pautas, nossas demandas, com documento, etc e tal e perdemos um pouco esse caráter de militância, que era de protesto, notas, etc e tal. A gente teve essa virada também. A gente virou mais um núcleo de formação. [...] Então está sendo muito institucionalizado assim e pouco pratico da militância mesmo [...]. (ETIÓPIA, COLETIVO NEGRADA E COLETIVO NEGROS E NEGRAS DA CSO)

Para outro(a)s integrantes a institucionalização se dá quando é estabelecido algum tipo de parceria com professor(a)s – sobretudo negros e negras, interno a universidade – quando compõem uma mesa ou auxilia em eventos organizados pelos coletivos, participam em algum momento dos encontros dando dicas, auxilia nos grupos de estudos ou de pesquisa, ofertam uma disciplina relacionada à temática racial, entre outros.

Não há evidências da participação de professor(a)s ou outro(a) funcionário(a) da universidade na criação dos CENs pesquisados. Ruanda (Coletivo Negros e Negras da CSO) afirma que “[...] eles apoiam obviamente, não fazem objeção, mas eles não compõem”. O Coletivo Negro Patrice Lumumba, por exemplo, desde que foi formado, em 2015, possui um Grupo de Pesquisa Institucional – GPI, sempre vinculado a um professor(a), porém, o(a)s discentes não têm nenhuma autonomia de decisão.

Também é sinalizado parcerias formadas com professor(a)s de outras instituições fora do espaço da universidade. Alguns coletivos, como o Coletivo Negra e o Café das Pretas sempre recebem convites de docentes, principalmente de instituições de ensino fundamental ou médio público ou privado, para fazer palestra ou desenvolver alguma atividade com discentes ou mesmo professor(a)s. Nesse sentido, foi unânime na fala do(a)s integrantes de todo(a)s o(a)s coletivos o desejo e a preocupação com a comunidade externa. Isso posto, nota-se que essa interação trata-se de uma tentativa de eliminação das “barreiras” postas pelas universidades – intelectuais acadêmicos x intelectuais orgânicos –, ou seja, a busca pela eliminação de hierarquias e o fortalecimento de uma relação pautada pela escuta e diálogo.

As integrantes do Café das Pretas relatam a importância de estudantes de pós-graduação, pois através delas foi possível ter acesso a outras leituras e fortalecer as discussões. Bem como, ter acesso a algum(ma)s professor(a)s, principalmente o(a)s orientadore(a)s das mesmas. Marrocos (Coletivo de Negros e Negras da FaE) também

ênfatisa o apoio e a comunicação com estudantes da pós-graduação e com aquele(a)s que já passaram pela experiência de participarem de um coletivo.

Outro ponto que expressa relevância é a relação com as organizações de movimento negro externas à universidade. O Coletivo Negra da aponta que o movimento negro – tradicional – tinha certo receio do coletivo pelo fato do coletivo ter como foco um discurso mais voltado para dentro da universidade. No entendimento do Etiópia (Coletivo Negra da e Negros e Negras da CSO) é preciso falar da universidade “porque é um espaço que precisa ocupar [...] discutir sobre a universidade, qual a universidade a gente quer”. E para os que ele(a)s chamam de tradicionais era preciso olhar para as periferias, que estavam desassistidas, e não apenas ficar na academia. Observo que essa tensão também aparece em outros coletivos fora do eixo pesquisado por mim. Lima (2020), por exemplo, apresenta de forma semelhante essa mesma situação, dos coletivos serem olhados com desconfiança por outros movimentos e serem acusados de não “conhecerem a rua” (Ibid., p.156).

A relação dos CENs com a comunidade acadêmica também acontece conforme a conjuntura colocada, geralmente tendem a ter uma boa relação e proximidade com a administração universitária, departamentos, coordenação de curso, NEABs, movimentos estudantis e outros espaços da comunidade acadêmica, no entanto, às vezes, o (não)diálogo é tensionado por diversos conflitos e embates.

Namíbia (Café das Pretas) menciona que grande parte da demanda que chegava eram situações que elas muitas vezes não sabiam como lidar, principalmente as relacionadas à violência. Nesse caso, pediam auxílio em outros espaços, por exemplo, a **Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade – SAADE**, que é um órgão de apoio administrativo vinculado à Reitoria da UFSCar. Nesse mesmo sentido, o Geni sempre convida um(a) profissional especialista no tema de interesse do coletivo para poder guiar as reuniões. Podendo ser da própria universidade ou de outro espaço.

Diferente de outros coletivos formados na UFES, que afirmam uma relação tranquila com a comunidade acadêmica, o Coletivo Negra da, até nos primeiros anos de sua formação teve apoio da reitoria em várias ações realizadas, portanto, com o caso Malaguti⁶¹ houve uma ruptura dessa relação. Até então, o coletivo nunca havia feito um protesto. Foi um momento, como diz Etiópia (Coletivo Negra da e Coletivo Negros e Negras da CSO) de “ocupar a reitoria

⁶¹ “No ano de 2014, em uma aula ministrada para alunos do curso de Ciências Sociais, o professor Manoel Luiz Malaguti expõe que ‘detestaria ser atendido por um médico ou advogado negro’. Situação essa, que repercutiu em rede nacional” (TRINDADE, 2018, p.160).

de corpos pretos denunciando o racismo”. Em outro momento de ocupação junto com outras organizações, DCE e CA, apenas um integrante do Negrada foi criminalizado pela ação⁶².

Muito(a)s estudantes negros e negras estão sendo processados administrativamente. E conforme os relatos do(a)s integrantes do Coletivo Negrada e do Coletivo Negros e Negras da CSO, o DCE não mobilizou nenhuma ação e não apresentou diante do fato. O que foi mais integrado com outro(a)s estudantes, tendo também uma adesão de estudantes não negros, foi o apoio em uma mobilização realizada na página de *Facebook*.

Essa página faz parte da **campanha “Reitor, tira meu processo”**, que surgiu após termos informados que um grupo de 5 alunos foi processado e obrigado a pagar uma multa de 179 mil reais, referentes a ocupação da reitoria em dezembro de 2015, quando 200 estudantes, entidades estudantis (C'as, D'as e Chapas) e organizações políticas ocuparam o prédio da reitoria reivindicando o pagamento de bolsas e auxílios atrasados. Sabemos que a escolha de judicializar estes estudantes não é arbitrária, revela o desejo da atual gestão de criminalizar as lutas sociais, pois deste 5 estudantes, 3 não estiveram presentes nem participaram efetivamente da ocupação, e os outros 2 são militantes do movimento Estudantil e da luta Antirracista, que são alvos constantes da perseguição da reitoria.

Cabe destacar que por conta dessa situação o(a)s estudantes buscam estreitar parcerias jurídicas, interna ou externa à universidade. E com base no exposto, é possível encontrar evidências de situações semelhantes em outros coletivos pesquisados. O Coletivo Negro Patrice Lumumba por ser formado por estudantes do curso de Direito, constantemente são acionados por outros coletivos, criado no âmbito da universidade para receber orientações quanto à burocracia e legalidade, bem como orientar o(a)s estudantes negros e negras que estão sofrendo sanções administrativas ou até mesmo processos judiciais.

Integrantes do Grupo Preto de Psicologia Ímárale justificam o fato de não ter relação com a universidade, mesmo estando dentro dela, questionando a forma como a academia está instituída. Utilizando um espaço da universidade buscam uma “postura de combate”. A parceria mais explícita é com o Coletivo DeNegrir, o qual cede a sala e estabelece momentos de trocas. Isso se deve ao fato de ter integrantes inserido(a)s nos dois coletivos. Esse também é outro ponto colocado pelo(a)s integrante(a)s, pois fazer parte de outros coletivos e/ou diferentes organizações, como é o caso da maioria dele(a)s, é, não de maneira explícita, estabelecer parcerias. Concordando com a questão colocada, em outros coletivos diverso(a)s integrantes circulam por mais de uma organização dentro do mesmo espaço universitário ou fora dele.

⁶² Em dezembro de 2016, estudantes bolsistas da UFES ocuparam o prédio da reitoria manifestando-se contra os ajustes que culminam no atraso do pagamento de todos os auxílios da assistência estudantil e das bolsas.

No tocante aos NEABs, existente na UFSCar, UFES e UERJ, é interessante destacar que alguns coletivos buscam manter um diálogo permanente, mesmo que, às vezes, crítico e tensionado. Em muitos casos também se presencia “os alertas”, aquele(a)s integrantes de CENs que são canais de informações mais institucionais – entre coletivo e NEAB (informação verbal)⁶³.

Por exemplo, Namíbia (Café das Pretas) relata que para muitas das jovens integrantes do coletivo o NEAB - UFSCar era uma extensão das ações afirmativas. Elas viam como um espaço de acolhimento, cuidado e aprendizado. Ali procuravam manter contato com o(a)s professore(a)s e pesquisadore(a)s; solicitavam auxílio para conseguir se manter na universidade com estágio remunerado, bolsas de estudo e inserção em projetos; buscavam indicações de literatura e orientações para as mais variadas situações, principalmente, às relacionadas a casos de racismo; acessavam a biblioteca do Núcleo para realizar pesquisas; e, em momentos mais específicos, participavam e auxiliavam em algum tipo de trabalho e organização de eventos. Bem como recebiam o auxílio e contribuição do NEAB em seus debates e reflexões nos dias das reuniões ou em alguma atividade, como as oficinas.

Porém, nota-se que outros coletivos parecem adotar uma postura de distanciamento e independência, não criando vínculos, em função, sobretudo, das diferentes formas de organização. De maneira geral, é possível dizer, que nem sempre há uma atuação conjunta entre NEABs e CENs. Há de se destacar, conforme as observações no campo e algumas narrativas nas entrevistas, que muito(a)s estudantes negros e negras ou mesmo coletivos ainda desconhecem a existência dos NEABs.

Com relação aos movimentos estudantis: CA, DCE e UNE, muito(a)s integrantes relatam que anterior a formação dos CENs eles já havia participado em alguns destes outros espaços. Porém, não se sentiam representados. Conforme Richer (2020) destaca, em 1999 a UNE criou uma Diretoria de Combate ao Racismo e, em 2007, passou a organizar os Encontros de Negros e Negras e Cotistas da UNE – ENENE buscando uma agenda comprometida com o combate ao racismo.

De acordo com Angola (CONAJIR) ele(a)s percebiam que as pautas relativas aos estudantes negros e negras eram basicamente de calendário, ou seja, o **dia da Abolição da escravidão** (13 de maio) e o **dia da Consciência Negra** (20 de novembro) e não contemplavam as suas reais necessidades, principalmente com relação à permanência. O

⁶³ Conversa com uma professora da UFSCar, integrante do NEAB, em setembro de 2018.

estudante diz que essa percepção também era compartilhada por outro(a)s integrantes de coletivos de várias regiões brasileiras que ele tinha contato.

Muito(a)s do(a)s integrantes de coletivos trazerem em suas narrativas características que os opõem aos movimentos estudantis e/ou partidos políticos, por exemplo, o fato de não concorrerem em chapa e não terem vínculos políticos partidário – é importante destacar que existem alguns CENs que são ligados a diferentes partidos, como PT, Psol, PSTU e outros. Para eles o mais importante é ter participação dentro dos Conselhos Universitários e em outras organizações até mesmo externas as universidades e levar suas demandas.

[...] a gente não disputa DCE, porque não somos movimento estudantil, né? então teve essas complicações [...] Quem discute DCE é movimento estudantil, nós somos do movimento negro, a gente vai disputar o espaço do movimento negro, participar da reunião do MUCANE [Museu Capixaba do Negro], etc e tal. (ETIÓPIA, COLETIVO NEGRADA E COLETIVO NEGROS E NEGRAS DA CSO).

Portanto, é possível notar que alguns CENs emergem do rompimento com o modelo tradicional de representação política do(a)s estudantes ou como uma forma de atuar dentro do movimento estudantil, como também vem mostrando Lima (2020), Mesquita (2003) e Oliveira, G (2019). No entanto, neste estudo essa crítica aos movimentos estudantis apareceu mais explicitamente nos relatos do(a)s integrantes dos CENs com experiência de militância nesse tipo de organização política ou com atuação mais ampla dentro das universidades, ou seja, aquelas que abrangem estudantes de diversos cursos. Alguns coletivos são formados dentro dos seus próprios cursos, concentrando-se em ações mais específicas.

Observei que a relação entre os CENs e os movimentos estudantis também depende muito do contexto político. No final de 2015, o movimento estudantil da UFES organizou a ocupação do prédio da reitoria e o Coletivo Negrada esteve junto apoiando e levando suas demandas. O(a)s integrantes do Coletivo Maloka, no dia 16 de novembro de 2016, decidiram “fazer uma ocupação dentro da ocupação [...] com essa proposta de um Centro de Convivência Negra” (Argélia, Coletivo de cotistas negros da pós-graduação) em uma parte do Prédio da Fafich, por entenderem que ali deveria ser um ponto luta contra o racismo dentro da universidade, por conta do caso ocorrido em 2015. A estudante explica que todos os DAs e CAs foram fechados, pelo fato da presença de muitas pessoas externas à universidade, principalmente jovens negros e negras e da periferia, utilizando esses espaços de convivência. Fato que foi a público pela mídia jornalística e gerou muita polêmica. Ainda diz:

[...] só que a questão das drogas na universidade sempre teve, né? e assim, sempre foi passado o pano sobre isso, mas quando você tem a presença do corpo negro, você tem de alguma forma excluir desse espaço, então foi o que aconteceu [...] desse episódio institucionalizar o racismo, de não estar isolado e principalmente por ali ser uma área de conhecimento das áreas de humanas... psicologia, antropologia, sociologia, filosofia, áreas que deveriam pensar as questões das drogas como um problema social e que a universidade não tá distante da sociedade, e ao invés de pensar medidas que incluísse, que abrangesse ela decidiu a medida que é tomada pela sociedade de massa que é da exclusão. (ARGÉLIA, COLETIVO DE COTISTAS NEGROS DA PÓS-GRADUAÇÃO).

Interessa aqui destacar que ao trazer a questão das drogas a fala da Argélia também acaba evidenciando a necessidade do(a)s estudantes negros e negras de serem preparados ou mesmo buscar o fortalecimento para enfrentar as possíveis armadilhas e estratégias políticas, seja das instituições universitárias ou de outros espaços de poder.

Outro ponto a ser destacado, é que majoritariamente os coletivos pesquisados são formados por estudantes da área das ciências humanas, com isso, o desafio colocado por ele(a)s está em acessar outras redes e provocar a discussão racial com diferentes cursos, discentes e docentes das outras áreas do saber – Ciências Exatas, Biológicas, da Saúde e Tecnológicas – que permanece ainda mais, comparadas as outras áreas, fechadas às discussões sociais. No entanto, verifica-se a ampliação de iniciativas que visam aumentar a quantidade de jovens negros e negras, principalmente, nas ciências exatas e tecnológicas. Promovendo o conhecimento dentro dessa área a partir de diferentes experiências de campos de estudos, por meio de oficinas, de experimentos, de visitas e de palestras. O que traz à tona outros diálogos, como raça e gênero e saberes relativos à população negra, quilombola e indígena.

O(a)s estudantes ainda mencionam a dificuldade do não entendimento da própria existência do coletivo por parte de estudantes branco(a)s e da comunidade acadêmica, pois em momentos de confronto institucional mais direto, em alguns casos, o coletivo passa ser visto como algo ruim, muitas vezes, não são compreendidos. Assim como ganhar o reconhecimento por uma parte considerável de outro(a)s estudantes negro(a)s. Levando em consideração que o engajamento político, seja por ações individuais ou coletivas, não é parte da experiência de todo(a)s o(a)s estudantes negro(a)s nas universidades (JESUS *et al*, 2019; MESQUITA, 2020; TRINDADE, 2018). Seja por diferenças ideologias, políticas ou mesmo, como identificou Jesus *et al* (2019, p. 250), por “falta de tempo ou a percepção que tinham em relação à radicalidade dos grupos”.

Por exemplo, Namíbia (Café das Pretas) também aponta como um desafio conseguir a participação no coletivo de “meninas negras evangélicas”, pois elas não se aproximavam. As

integrantes do Café tinham a sensação de que essas meninas as olhavam com estranhamento, isso possivelmente pelo uso de roupas coloridas e turbantes. A partir do que foi colocado pela estudante, pude identificar, em diferentes espaços, a existência de coletivos formados por mulheres negras, evangélicas e feministas (BARBOZA; SOUZA, 2020; ANJOS, 2021), que “discordam não apenas do discurso religioso conservador, como do uso político da religião para sustentar ataques aos direitos das mulheres” (ANJOS, 2021, [s.p]).

Ademais, como diz Angola (CONAJIR) outro desafio é ser um “**negro crítico**” dentro dos espaços educacionais, ou mesmo utilizando as palavras da Tanzânia (Coletivo Winnie Mandela) chegar nos espaços com seu “**corpo político**”. Esses jovens, em especial, já havia uma experiência de militância anterior ao ingresso à universidade, portanto, essa influência, direta ou indireta, das organizações negras possibilita reações “mais críticas” com relação às relações étnico-raciais.

Além de verificar todas essas questões acima descritas relacionadas aos tipos de vínculos, é perceptível, até aqui, que a maioria dos coletivos não recebem nenhum tipo de apoio financeiro fixo. Com exceção dos coletivos fundados na UFMG que podem concorrer em edital, divulgado duas vezes ao ano. Os “estudantes podem obter financiamento [com um recurso de até R\$2.000,00 (dois mil reais)] para desenvolver projetos acadêmicos em seus cursos de graduação, elaborados e executados por eles, enriquecendo sua formação” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, [s.d.]). Não é necessariamente um edital para coletivos, mas esses aproveitam a oportunidade para desenvolver e organizarem suas atividades. Porém, o financiamento não cobre todos os gastos, havendo algumas restrições. O Coletivo EnegreSer, meses depois de sua formação, foi contemplado com o financiamento da PRAE para desenvolverem suas ações. O Geni também já havia sido contemplado com o recurso.

Nas outras universidades não identifiquei nenhum estímulo para os espaços coletivos e muito menos uma política de manutenção. Situações essas que fazem com que o(a)s integrantes tirem do próprio bolso o dinheiro para manter as atividades ou mesmo ajudar o(a)s colegas que estão passando por dificuldades financeira. Inclusive, o(a)s integrantes do Coletivo Negro Patrice Lumumba relatam momentos críticos na UERJ de atraso das bolsas permanências dos estudantes por mais três meses, em 2016. Com relação ao EECUN, descreverei em outro momento, mas também foi um evento de estudantes construído financeiramente pelos próprio(a)s estudantes com a ajuda de algum(ma)s professore(a)s.

Diante desses desafios financeiros, os coletivos também adotam diferentes estratégias para se manter; fazem rifas, eventos e festas, buscam estabelecer parcerias internamente com

outras organizações, por exemplo, sindicatos, pedem contribuições aos professore(a)s, fazem a venda de diversos itens – alimentícios, artesanatos, fanzines, botons, entre outros – e palestras que podem ser remuneradas ou pelo menos, se não for o caso, certificada. Senegal (Coletivo Patrice Lumumba) diz que além de tirar do próprio bolso, fazem rifas ou pedem financiamento do centro acadêmico. E já pensaram até mesmo na possibilidade de criar uma espécie de contribuição do(a)s integrantes. Dos CENs pesquisados apenas o(a)s integrantes do Grupo Preto de Psicologia Ìmárale colaboram mensalmente com um valor fixo para auxiliar nas atividades e na manutenção da sala utilizada por eles.

Fica explícito que alguns CENs ultrapassam o espaço universitário buscando manter suas atividades e ações através de parcerias com ONGs, instituições privadas ou de editais lançados por instituições governamentais – muitas vezes da própria universidade –, porém esse tipo de parceria indireta não é mencionado por ele(a)s como sendo uma relação colaborativa com o Estado.

3. AGÊNCIA CRIATIVA: MODOS DE FAZER, OLHAR E PROVOCAR

Para este capítulo a ideia foi trazer à tona as estratégias e ações desenvolvidas pelos CENs. A partir de tais agendas de luta identifico e discorro quatro dimensões: 1) Agência política: relacionada à ideia de uma organização centrada pela raça, mas que também perpassam por diferentes clivagens – classe, etnia, gênero e sexualidade; 2) Formativa: consiste nas estratégias de descolonização dos currículos e as formas como buscam e compartilham os conhecimentos apreendidos; 3) Administrativa/gestão: ligada aos aspectos organizacionais dos coletivos, ou seja, as formas de atuação intra e extra-universidade, os locais de encontros, os horários e periodicidade, as formas de registro das reuniões, as dinâmicas interativas e comunicacionais e a valorização da horizontalidade; e 4) Insurgência: relacionada a todas as formas de ação contra hegemônica. Tais dimensões permitiram refletir as diferenças internas dos CENs e as distintas relações entre o(a)s integrantes.

Também discorro sobre a importância dos CENs e a repercussão dentro e fora da universidade a partir da percepção do(a)s integrantes e ex-integrantes. Com isso, foi possível perceber a existência de coletivos mais ativos, outros mais reativos e aqueles que estão em transição. Além disso, exploro e reforço sobre como as demarcações realizadas pelos coletivos implicam em conflitos, tensões e relações de poder. Dessa maneira, atentando para as diferenças de percepções e agências que, por sua vez, demarcam **mapas de significados** (DU GAY *et al.*, 1997; HALL, 1997b, 2016) de pertencimento e exclusão.

3.1 “... ACONTECEU, E AGORA? O QUE VAMOS FAZER?”⁶⁴: AS ESTRATÉGIAS E AÇÕES COLETIVAS DESENVOLVIDAS

E isso foi o que fomentou nossa... eu acho que a revolta é um coisas que gera muita força. A dor ela é com certeza... a gente não deveria... **as pessoas não deveriam causar dor na gente**, mas a dor acaba gerando revolta, essa raiva, mas não como uma forma agressiva para a gente... para gerar força mesmo, pelo menos a gente condiciona assim [...]. Então, é ressignificar as coisas e eu acho que **a gente veio com esse propósito de pegar toda essa opressão e ressignificar ela e conseguir dar uma unidade para ela e para os estudantes pretos desse lugar.**
(UGANDA, COLETIVO WINNEI MANDELA).

Entendendo a universidade como um espaço historicamente elitista e eurocêntrico, o(a)s estudantes negros e negras **aquilombam-se** como estratégia política e de construção de

⁶⁴ Somália (Coletivo Negra da).

laços mútuos de fortalecimento e solidariedade. Buscando uma linha de atuação motivada tanto pelos recorrentes episódios de racismo, muitas vezes, velados, quanto pela implementação ou manutenção das políticas de ações afirmativas, no contexto acadêmico. Dando visibilidade não apenas para o acesso, mas também para a permanência, tendo em vista que muitos estudantes dependem do programa para ingressar na universidade e de condições para se manter e sobreviver, como bolsa e/ou assistência estudantil.

Levando em consideração o trecho acima mencionado, pergunta-se o seguinte: como esses estudantes transformam a raiva em ação? (TATE, 2019) e quais são as agências e negociações que podem surgir desses CENs dado que eles são cíclicos? Então, com base no que foi narrado pelo(a)s integrantes nas entrevistas, nas observações sistemáticas no campo, em pesquisa nas redes sociais, nos artigos e textos de outro(a)s autore(a)s, foi possível produzir os quadros abaixo, que mostram por universidade pesquisadas, os coletivos, suas clivagens identitárias e algumas das ações e estratégia desenvolvidas para assim responder as questões colocadas.

Quadro 5 – Ações desenvolvidas – UERJ

COLETIVO	ANO DE FUNDAÇÃO E TÉRMINO	CLIVAGEM	ESTRATÉGIAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS
Coletivo Negro Patrice Lumumba	2015	Raça	<ul style="list-style-type: none"> - Organização de eventos - Grupo de Pesquisa Institucional (GPI) - disciplina eletiva da faculdade - questões voltadas ao genocídio do povo negro e a política penal - Atuação em outros espaços: Rede de Advogados Populares (durante 6 meses) - Cadeira no Conselho Universitário (CONSUN) - instância máxima de deliberação da UERJ - Participação no processo eleitoral através do Centro de Ciências Sociais - Grupo de pesquisa - Projeto de pesquisa acerca da reforma agrária no Zimbabwe - Colaboração na fundação da Frente Permanente de Defesa a Cotas Raciais no Estado do RJ - Organização de eventos, principalmente, com os estudantes do ensino médio, atividade junto com a Frente Negra - Participação da construção e organização da primeira audiência pública da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – ALERJ - Participação no VII Seminário do Instituto de Pesquisa, Direito e Movimentos Sociais (IPDMS) – contribuindo na construção do grupo de trabalho e responsáveis pela formação da banca avaliadora dos trabalhos.

			<ul style="list-style-type: none"> - Participação na conscientização dos estudantes no movimento Direito Fica - Debates sobre a permanência estudantil - Organização da calourada (todos os semestres para trazer novos integrantes) - Acolhimento
Grupo Preto de Psicologia Ímárale	2016	Raça e religião	<ul style="list-style-type: none"> - Ciclo Sinergia - círculo de fortalecimento - Dimensão do estudo - Dimensão de conexão (internacional) pan-africana com diversas atividades - Dimensão da espiritualidade - Dimensão de saúde africana - pensar a saúde da comunidade - Dimensão da educação – que contempla alfabetizar - Ciclo de palestras e oficinas – Estratégias de sobrevivência na academia - Produção de conhecimento (tradução de livro)
NegreX – Medicina	2015	Raça	<ul style="list-style-type: none"> - Atuação na política e profissionalmente na saúde da população negra. - Organização e participação em eventos.

Fonte: Elaboração da própria pesquisadora.

Quadro 6 – Ações desenvolvidas – UFES

COLETIVO	ANO DE FUNDAÇÃO E TÉRMINO	CLIVAGEM	ESTRATÉGIAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS
Coletivo Negra	2012	Raça, Etnia (Quilombola), Gênero e Sexualidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Acolher os estudantes negros dentro da universidade (apoio e informação). - Discutir a questão das cotas. - Denúncia das fraudes nas cotas. - Mobilização para a implementação da banca de verificação racial. - Elaboração de uma proposta para implementação de cotas na pós-graduação em Ciências Sociais. - Elaboração da proposta de monitoria remunerada. - Atuação no caso Malaguti (denunciar os atos racistas). - Participação na Conferência das Ações Afirmativa na UFES. - Formação - nas escolas de ensino médio - Organização do CineNegrada (Projeto de extensão) – diálogo com as escolas públicas - Visita nas escolas públicas. - Apoio para outros coletivos. - Grupo de estudo Feminismo negro e interseccionalidade, voltado para as mulheres - Participações em seminários, congresso e outros eventos. - Participação na organização do EECUN. - Organização do evento cultural A UFES vai ficar preta. - Participação em entrevistas (matérias para

			jornais locais e internacionais). - Luta pela Lei nº 10.639/2003.
Coletivos Negro e Negras da CSo	2017	Raça	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração da carta para o departamento de Ciências Sociais solicitando autores negros na grade curricular da graduação. - Tradução de livros. - Garantir que a carta seja implementada - Acolhimento e auxílio e jurídico – proteção para os estudantes que estão sendo processadas por questões raciais. - Orientar novos discentes na escolha das disciplinas. - Organização de mesas de debates. - Recepção de calouros negros. - Grupo de estudo. - Dinâmica do Apadrinhamento de estudantes negros – apoio e acompanhamento.
Coletivo Winnei Mandela	2017	Raça e Etnia (indígenas)	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração da proposta para implementação de cotas na pós-graduação em Política Social. - Iniciou a pauta para colocar uma disciplina obrigatória sobre a questão racial dentro do curso. - Grupo de estudo. - Participação em eventos, seminários, mobilizações, etc.

Fonte: Elaboração da própria pesquisadora.

Quadro 7 - Ações desenvolvidas – UFMG

COLETIVO	ANO DE FUNDAÇÃO E TÉRMINO	CLIVAGEM	ESTRATÉGIAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS
Coletivo Estudantes Negros – CEN	2011 – 2015	Raça e Classe	<ul style="list-style-type: none"> - Levantar um debate acerca da importância das cotas raciais na graduação. - Trabalho focado na descolonização dos currículos. - Ocupação da reitoria (buscando um espaço de convivência). - Mobilização para tirar a assistência estudantil do Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais – FUNPEMG e passar para a universidade (criação de uma Pró-reitoria de Assuntos Estudantis Comunitários). - Mobilização por conta do preço do bandeirão (Restaurante universitário). - Mobilização e reunião para o EECUN. - Recepção dos estudantes negros. - Elaboração e distribuição da cartilha sobre a saúde da população negra. - Participação no Fórum Permanente de Enfrentamento ao Racismo.
Articulação da Consciência Negra	2012	Raça	<ul style="list-style-type: none"> - Organização do evento – Festival Raízes (Debates, palestras, atividades artísticas e culturais, entre outros).

Bloco das Pretas	2013 – 2018	Raça, Gênero e Sexualidade	<ul style="list-style-type: none"> - Participação e intervenção na Marcha das Mulheres, realizada dia no 8 de março (Dia internacional da mulher) focando a questão da intolerância religiosa e tensionando algumas demandas das mulheres negras - Atuação no sistema carcerário (trabalhando com mulheres em situação de cárcere) - Participação em ocupações urbanas - Articulação nacional para o EECUN - Venda de fanzines
Movimento Auto-organizado de Libertação, Kilombagem e Autogestão - Maloka	2016 – 2017	Raça	<ul style="list-style-type: none"> - Colóquio contra o genocídio - Mobilização para criação de um Centro de Convivência Negra na Universidade - Ocupação (reivindicação de políticas de ações afirmativas de forma mais ampla, inclusive a permanência) - Participação na 3º Marcha Internacional contra o genocídio do povo negro (2016) – organizado pela Reaja ou será morto! Reaja ou será morta!
EnegreSer	2016	Raça	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisas de referenciais de dança/teatro negro - Roda de conversa com a presença de artistas/professore(a)s/pesquisadores negros - Atividade informativa e formativa - Formações estético-expressivas (práticas) - Intervenções de dança
Coletivo de cotistas Negros da Pós-graduação	2018	Raça	<ul style="list-style-type: none"> - Tensionar a instituição para a mudar a Resolução de 2017 - repensar o sistema de distribuição de bolsas - Enfrentamentos contra o epistemicídio
Grupo de Estudos sobre Negritude e Interseccionalidades – Geni	2018	Raça, Etnia (indígenas), Classe, Gênero e Sexualidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Palestras fechadas (Exclusivas para estudantes negros e indígenas) / Palestras abertas para o público em geral - Recepção de calouros da medicina - Roda de conversa
ICEx –Vila Oculta dos Negros das Exatas (Ivone)	2019	Raça	- Colóquio de Ciências Exatas & Negritude.
Coletivo de Negros e Negras da Faculdade de Educação – FaE	2018	Raça	

Fonte: Elaboração da própria pesquisadora.

Quadro 8 – Ações desenvolvidas – UFSCar

COLETIVO	ANO DE FUNDAÇÃO E TÉRMINO	CLIVAGEM	ESTRATÉGIAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS
CONAJIR– Coletivo Nacional de Juventude pela Igualdade Racial	2013	Raça	<ul style="list-style-type: none"> - Criação e articulação nacional para o EECUN - Criação de um projeto de Lei em parceria com a Ordem dos Advogados de São Carlos, determinando a adoção de Cotas Raciais nos concursos públicos do município - Encontros de formação - Elaboração de uma proposta para implementação de cotas na pós-graduação. - Debates sobre ação afirmativa
Café das Pretas	2014 - 2017	Raça, Gênero e Sexualidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Palestras e debates sobre o que é ser negra dentro da universidade, mulheres negras na universidade, entre outros. - Formações fechadas para as integrantes e formações abertas (às vezes para entrada de homens) - Oficinas: abayomi, turbante, contação de história e escrita. - Participações em eventos acadêmicos - Organização de cine-debate - Venda de botons - Serviço de acolhimento

Fonte: Elaboração da própria pesquisadora.

Os dados destacados nos quadros acima revelam que dimensões políticas de âmbito mais geral – agência política –, formativas, administrativas/gestão e insurgência são os principais pontos das estratégias e ações coletiva comumente mobilizados pelos CENs pesquisados. E, é por meio das discussões coletivas que as pautas prioritárias e emergentes são definidas. Deste modo, essas quatro dimensões analíticas serão aqui privilegiadas e conduzirão a reflexão. Mas, ciente de que tais reflexões abrange um leque de fenômenos possíveis de investigações.

3.1.1 Dimensão de agência política

Os quadros reforçam que há um aumento e maior visibilidades dos CENs a partir do contexto de debates sobre as ações afirmativas para a população negra nas universidades. Indicando que esse é um conceito chave para o entendimento das clivagens identitárias, pois

se nota que as ações políticas dos coletivos estão ligadas por uma linha definida a partir da centralidade da raça, ou seja, na condição de negro.

Para o(a)s jovens estudantes, não se trata, portanto, apenas de pensar estratégias e ações de combate ao racismo e direitos, principalmente de acesso e permanência nas universidades, como mencionando mais acima, mas também de pensar o processo político de (re)construção da identidade. A discussão do ser negro inicia em um determinado ponto, sendo marcado por um acontecimento. Para alguns jovens isso acontece no momento de preencher o formulário para a inscrição na seleção de ingresso no ensino superior – processo de autodeclaração étnico racial (TRINDADE, 2018).

Souza A. (2019) mostra que a necessidade da autodeclaração negra para pleito de vagas com recorte racial resulta na percepção dos distintos significados sociais atribuídos à identidade negra evidenciados pelos estudantes negros nas particularidades do dia a dia, em meio à vida cotidiana no campus. Por isso, o desvelamento desses significados por parte dos estudantes tem sido o responsável por tipos de identificação que conduzem para uma nova forma de identidade negra não essencializada e de caráter político.

Dedicando-se, em seu estudo, nos processos de produção de sujeitos políticos e os modos do fazer político em universidades, com foco nos movimentos constituídos por coletivos universitários de diversidade sexual e de gênero e de negros, Lima (2020, p. 42, grifo nosso) relatou, “que os integrantes dos coletivos negros não participavam apenas de encontros nacionais de negros, e algumas vezes também não integravam grupos que tinham como foco a questão racial, com o argumento de que **eles não eram só negros**”. Isso se deu ainda em meio ao processo de reestruturação do seu projeto de pesquisa, quando estudantes de um coletivo negro se organizavam para participar da 14^o edição do **Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual – ENUDES**. No decorrer do seu trabalho, a autora vai mostrando que **a gente não é só negro** – frase que dá título ao seu estudo – perpassa todas as narrativas, produzidas em diferentes contextos e realidades.

A ideia de unidade para os coletivos, centrada na raça, continua enquanto uma organização coletiva, mas as diferentes experiências emergem marcando novas possibilidades de atuação. Mostrando-nos que outros sujeitos são criados nesse processo. Essas possíveis conexões, é o que Hall (1996b, 2013, 2014, 2015) chama de **articulação**⁶⁵. Daí, é possível

⁶⁵ Apesar do termo interseccionalidade aparecer nas falas de algum(ma)s integrantes entrevistado(a)s, e ser nome de um dos coletivos, partindo da concepção de Stuart Hall, entendo que os CENs, na verdade, articulam-se, formando cadeias de similaridades e diferenças. A articulação não é apenas uma simples junção de diferentes clivagens. A interseccionalidade, por sua vez, opera a partir das formas como as opressões se desenvolvem e como se entrelaçam – *interlocking oppressions* (opressões interlaçadas), como trabalhado por Patrícia Hill

compreender as diferentes clivagens sociológicas – demarcadas no quadro – de gênero, de sexualidade, de classe e de outras possíveis clivagens, que, por sua vez, fazem parte da unidade, articulam-se e formando diferenças e similaridades provisórias.

A clivagem de classe perpassa por todos os coletivos pesquisados. Grande parte dos CENs são formados por jovens oriundo(a)s de comunidades periféricas⁶⁶, que conseguiram seguir uma trajetória diferenciada de seus familiares, acessando o ensino superior. Dados já evidenciado em vários estudos, tais como Bernadino-Costa *et al* (2019), Trindade (2018), entre outros. Grande parte necessita das bolsas/ assistência estudantil para garantir sua permanência. Tal situação foi problematizada, principalmente, no Coletivo de Estudantes Negros – CEN, que teve como principal demanda os direitos básicos – alimentação, moradia, transporte, entre outros – para a permanência dentro da universidade.

A clivagem de gênero constitui um aspecto ainda mais ubíquo, pois as relações sociais são determinadas por regras de uma suposta determinação biológica que estabelece a oposição binária dos sexos: masculino e feminino – ou macho e fêmea, sendo mais biológica. Os coletivos Bloco da Pretas e o Café das Pretas agem numa pauta do pensamento do **feminismo negro**, concentrando suas ações na situação em que as mulheres negras estão submetidas, de modo a compreendê-lo analiticamente e lutar contra o racismo, o machismo e a opressão de classe. Grupos que, muitas vezes, trazem agendas políticas conflitantes. Elas constroem suas práticas e agências nos coletivos que reforçam essas identidades, desenvolvem atividades relacionadas, sobretudo, à estética, relacionamentos, solidão, afetividade, representações, feminicídio e mercado de trabalho. Namíbia (Café das Pretas) expressa esse ponto quando diz: “Aí tinha essa discussão também, se era coletiva⁶⁷, porque era só de mulheres”.

Principalmente o primeiro coletivo mencionado, nasce do tensionamento com outro coletivo, pois as estudantes buscavam inserir nas agendas as suas pautas feministas. No Coletivo Negra da havia um grupo de estudos específico para as mulheres discutirem suas demandas. Isso dialoga com um artigo produzido por Elizabeth Viana (2010), que evidencia como os enfrentamentos e debates entre mulheres e homens causados por atitudes machistas dentro do movimento negro ainda são recorrentes. A autora traz em destaque Lélia Gonzáles,

Collins (2000), fortalecendo os sistemas de dominação, ou seja, ela é formada dentro de uma matriz de hierarquia. Nesse sentido, acaba por fixar os sujeitos. Com lembra-nos Piscitelli (2008), Avtar Brah (2006), por exemplo, optou por trabalhar com as duas categorias alternativamente.

⁶⁶ Não estou considerando **periferia** apenas em sua dimensão territorial – de áreas localizadas ao redor das áreas centrais -, das condições de vulnerabilidade socioeconômicas, infraestrutura e serviços públicos, mas também as representações sociais construídas sobre esse espaço, tais como, lugares problemáticos, violentos, marcados pelo tráfico de drogas, entre outros.

⁶⁷ Ao longo da pesquisa percebi que alguns coletivos negros feministas utilizam esse termo para reafirmar a questão de gênero.

a partir de uma reflexão sobre a construção do feminismo negro no Brasil entre as décadas 1970 e 1980.

Tanto para as questões de gênero quanto para as relacionadas à sexualidade, o(a)s integrantes do CENs, além de trazerem a ruptura com o binário: masculino – feminino, também trazem à tona as relações afetivas-sexuais que não são orientadas conforme “normas” heterossexuais. A diversidade sexual é realçada e demanda outras pautas, como as relacionadas a heteronormatividade, maternidade, afeto, performance, discriminação, exclusão, entre outras. Há uma tendência heteronormativa própria da agência negra, seja na maneira de se vestir, falar ou pautar suas agendas.

Outra clivagem destacada é a etnia. A presença de jovens indígenas, de diferentes grupos étnicos, no contexto universitário é percebida em algumas narrativas, suscitando demandas específicas, tais como, a presença de autore(a)s indígenas nos currículos ou espaços de integração para o(a)s mesmo(a)s. Principalmente o Coletivo Winnie Mandela e o Geni declaram-se abertos para a participação desse(a)s jovens. Inclusive, o primeiro, contou com a presença de alguns em sua fundação e, é conhecido como **coletivo auto-organizado de negro e indígenas do Serviço Social**. Porém, neste coletivo não aparece nas entrevistas nenhuma ação relacionada à etnia. Diferente do coletivo Geni, que já proporcionou uma atividade específica sobre saúde para esta população.

Com relação à clivagem religiosa, no Grupo Preto de Psicologia Ìmárale algumas atividades são desenvolvidas relacionando raça e religião. Neste intercurso, a palavra **terreiro** aparece diversas vezes. No entanto, no discurso trazido pelos entrevistados, não percebi a existência de momentos ritualístico realizados na universidade. Apenas o(a)s integrantes expressam sentidos e significados por meio de suas narrativas que evocam a ideia de retorno à África – reconhecimento da sua origem racial e a sua ancestralidade. Buscam centrar em práticas de cuidados espirituais em matriz africana – o Ciclo Sinergia. Complementando a explicação dada durante a entrevista sobre essa atividade, na página de *Facebook* encontrei, no dia 09 de julho de 2019, uma divulgação com a seguinte descrição:

Baseado na ciência ancestral **afrekana**, o Ciclo Sinergia, se propõe ao resgate de práticas coletivas de autocuidado com objetivo de manifestar o nosso poder de autocura. Neste sentido, restabelecer a saúde negra integral e promover o bem viver comunitário. (GRUPO DE PRETOS DE PSICOLOGIA ÌMÁRALE, 2019).

O(a)s integrantes do Ìmárale também são estimulado(a)s pelas atividades pan-africanas. Inclusive, no dia marcado para a entrevista cheguei ao final de uma dessas

atividades; foi uma aula sobre a cultura e religiosidade bantu, ministrada por um dos integrantes e outra atividade, conduzida pela Mali que, à época, era a mediadora direta com o professor Wade W. Nobles ou Nana kwaku Berko⁶⁸. Nigéria explica:

[...] o professor pediu para que fizessem um movimento com tambores e com dança e durante sete minutos pronunciássemos essa frase [...] ‘O divino que está em mim, que me cura por dentro... ele também cura o resto de nós do lado de fora’. É assim que eu entendi. [...]. (NIGÉRIA, GRUPO DE PRETOS DE PSICOLOGIA IMÁRALE).

Essa atividade foi proposta pelo professor para os aliados na África e na diáspora, por conta do **Dia Internacional dos Tambores que curam**. As imagens abaixo mostram o cartaz de divulgação do evento enviado ao coletivo (Figura 3) e a frase que estava escrita na lousa (Figura 4) no dia da atividade realizada por ele(a)s.

Figura 3 – Cartaz de divulgação da atividade

The 400 Years of African American History Commission supports the International Decade for People of African Descent

A PRESCRIPTION FOR HEALING

INTERNATIONAL DECADE FOR PEOPLE OF AFRICAN DESCENT 2019-2024

LET'S HEAL

In Chaos Theory, it was found that "small causes" might have "large effects".

In this regard, it is recognized that a "change" in one state (however small) can result in large differences in a later state; i.e., the Butterfly Effect. Without debating the quantum accuracy of this, I [Dr. Wade Nobles], propose that as part of the

LET'S TALK- - International Day of Drumming and Healing
June 19, 2019

each of us, as individuals, organizations, or whole communities, to: TAKE 7!

- ▶ **Dance! Drum! or Clap! for 7 minutes,**
- ▶ **Chant the following 7 times:[1] "Buka mu kati, ya buka ku mbazi"[2]"**
 (pronounced, boo-kah moo ka-tee yah boo-kah koom bah-zee),
 meaning we ask,
- ▶ **"The Divine in me, heal the inside; the rest of us heal the outside."**

Participants from around the world can translate:
 "The Divine in me, heal the inside; the rest of us heal the outside"
 into their own first language, if desired.
 What is important is that we send out this small action in UNITY.

- ▶ **We will synchronize the moment on June 19th at high noon, wherever you are in the world.**

I hope you will join us in doing this small action on June 19, 2019, 12 pm

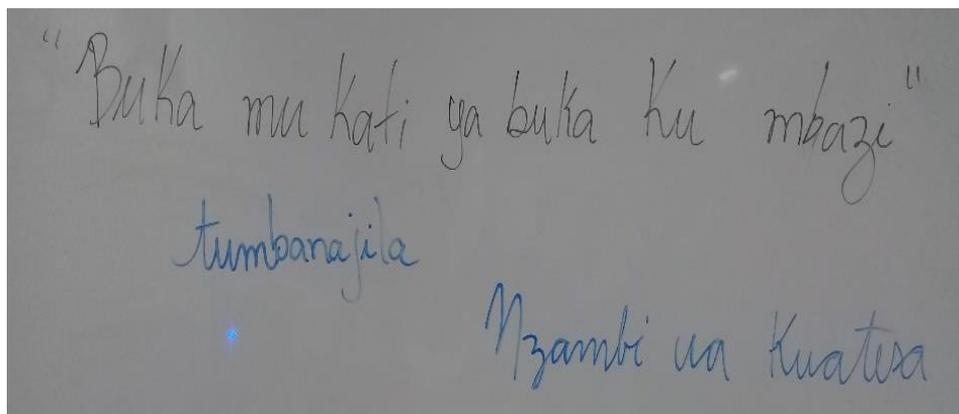
NOTE: "Buka mu kati, ya buka ku mbazi" is not a prayer as we think of praying.
 It is a statement of petition or "prescription for healing."
 "It is literally considered as "spoken medicine"...
 designed to activate the power to heal and cure."

Contributed By:
Dr. Wade W. Nobles,
 (Ifágbemi Sàngódáre, Nana Kwaku Berko I, Bejana, Onebunne)
 Co-Founder and Past President (1994-1995), Chair, Global Pan
 African Initiative, The Association of Black Psychologists,
 Professor Emeritus, Black Psychology and Africana Studies,
 San Francisco State University, Founding Executive Director (retired),
 The Institute for the Advanced Study of Black Family Life & Culture, Inc.

TO LOCATE a "LET'S TALK- - International Day of Drumming and Healing Event
 near you OR for Questions Contact: Commissioner Anyanwu Cox M.Ed
 anyanwu1950@gmail.com | FaceBook: 400 Commission

Registro de Imagem: Acervo da autora

⁶⁸ Wade W. Nobles é fundador e ex-presidente nacional da *Association of Black Psychologist* (Associação de Psicólogos Negros) e Nana kwaku Berko é professor emérito do Departamento de Estudos Africanos da *San Francisco State University* e notável pioneiro do movimento de psicologia afro-americana.

Figura 4 – Frase em Bantu escrita na lousa

Fonte: Página do Grupo de Pretos de Psicologia Ímárale no *Facebook*

Para ele(a)s a dimensão da religiosidade africana, muitas vezes, acaba sendo direcionada para a religiosidade da cultura Iorubá, por isso, valorizam o aprendizado. Após a atividade, compartilharam o almoço, com comidas típicas africanas.

Outra forma de atuação que considero importante para destacar e dar mais visibilidade ao que já foi descrito no capítulo anterior, é a criação de frentes políticas dentro das universidades, mediante a articulação de parte dos diferentes CENs existentes e algumas pessoas engajadas nas discussões sobre as relações étnico-raciais. Guimarães (2012) mostra que a ideia de raça permitiu o surgimento da Frente Negra Brasileira, em 1931, que reuniu, pela primeira vez, as diversas organizações negras, em torno de uma organização comum. No contexto atual, utilizando o mesmo nome, essas (Novas) Frentes Negras, ao que tudo indica, trazem a ideia da Frente Negra do passado, porém não possuem estatutos que regem suas ações.

Na UERJ a Frente Negra, por exemplo, foi criada no final de 2015 e início de 2016, quando muito(a)s estudantes ficaram sem bolsa permanência por mais de 3 meses, consequentemente, sem condições de frequentar a universidade. Diante dessa situação, diverso(a)s estudantes ocuparam a universidade. Senegal (Coletivo Negro Patrice Lumumba) que também participou da criação, diz: “percebemos que enquanto alunos negros sempre ficávamos para trás nas negociações do DCE com a reitoria e os setores do governo responsáveis pelo pagamento”. Ele(a)s se reuniam diariamente e em todos os espaços de deliberação estudantil tinham representantes. Porém por questões de divergências políticas a Frente só se consolidou durante o processo de ocupação.

A Frente Negra na UFSCar São Carlos emerge na efervescência do EECUN, no ano de 2015 estudantes negros e negras da graduação e da pós-graduação de diversos cursos e

coletivos (CONAJIR, Café das Pretas e CAASCAR) se uniram para fortalecer a organização do evento e aumentar da pressão para a realização do EECUN na UFSCar, tendo em vista a tensão que estava acontecendo entre a organização e a gestão da universidade. Depois, uniram-se para organizar a ida para o encontro no Rio de Janeiro. O objetivo era conseguir verba junto à universidade. Durante, aproximadamente, um ano em que estiveram ativos, outras demandas foram surgindo, como às relacionadas as ações afirmativas e situações de racismo. Também ocuparam uma cadeira na comissão de ações afirmativas e mantiveram parcerias junto à SAADE e ao NEAB (Informação verbal)⁶⁹.

Já na UFES a Frente Negra surge em 2017 a partir de uma tentativa do Coletivo Negrada de juntar coletivos e outras iniciativas mais individuais de militância negra na universidade, no entanto, essa organização não durou muito tempo, tiveram apenas como atividade marcante a realização de um seminário, **o Seminário Sankofa: Aquilombar o chão da universidade**, ocorrido entre 20 a 25 de novembro de 2017, em parceria com outros coletivos. Então, nessa mesma linha, porém, em outro contexto, surge em 2019 o Afronta. Em um período de eleições para reitoria e ao mesmo tempo cortes de bolsas. Integrantes do coletivo Negrada junto com outros coletivos e bolsistas negros e negras que não estavam inserido(a)s em coletivos uniram-se em busca dos seus direitos e parcerias com o(a)s professore(a)s negros e negras na tentativa de implementar alguma pauta dentro da eleição. O Afronta continua ativo, conseguiram retomar com o Fórum de Assistência Estudantil, onde são maioria do(a)s representantes discentes e também já desenvolveram uma aula magna, como o tema: **Negritude e educação: estratégias de re-existência na academia**, com apoio do NEAB e outras atividades culturais.

Mesmo não utilizando o nome Frente, mas trazendo essa mesma proposta de articulação dos diferentes coletivos, estudantes de níveis e cursos diversos e técnico-administrativos da universidade, engajados nas discussões sobre as relações étnico-raciais, surge na UFMG de forma orgânica o Movimento Negro da UFMG. Alguns estudantes de diferentes cursos, que participavam da **Semana Marielle Franco**⁷⁰, organizado pelo DCE, ocorrido entre os dias 11 e 15 de março de 2019, viram a necessidade de apresentar os coletivos negros existentes na universidade para o(a)s novo(a)s estudantes. Dessa articulação foi nascendo o movimento a através de um grupo de *WhatsApp*. Atuantes até o presente

⁶⁹ Informações fornecidas por um ex-integrante do Frente Negra na UFSCar São Carlos.

⁷⁰ Socióloga com mestrado em Administração Pública. Foi eleita em 2016 vereadora da Câmara do Rio de Janeiro e também foi Presidenta da Comissão da Mulher. Defendia as questões relacionadas aos direitos humanos, as causas feministas, das favelas, entre outras. Assassinada no dia 14/03/2018, no bairro Estácio, região central do Rio de Janeiro, em um atentado ao carro onde estava, matando também o motorista Anderson Pedro Gomes. Disponível em: <https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle>. Acesso em: 05 set 2019.

momento, o(a)s estudantes reúnem-se periodicamente e já desenvolveram várias ações, tais como **Semana da recepção negra**, entre os dias 20 e 24 de maio de 2019 e o **Novembro Negro** (Informações verbal)⁷¹.

Os encontros, em geral, acontecem no Centro de Convivência Negra – CCN, cuja sala funciona na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FaFiCH – inaugurada oficialmente em 27 de outubro de 2017. A criação do CCN é fruto das ocupações de 2016 e está vinculada às iniciativas do antigo coletivo Maloka⁷² (ANEXO D) – motivados pela monografia, de um dos integrantes do curso em Gestão Pública, inspirado no Centro de Convivência Negra institucionalizado na UnB⁷³.

Desse modo, o CCN na UFMG é um projeto da PRAE, coordenado por um(a) professor(a)-orientador(a), com o auxílio de dois estudantes bolsistas⁷⁴ e tem por objetivo, segundo informações retiradas do *Facebook* do CNN de ser um espaço de “construção e promoção de diálogos sobre a temática étnico-racial por meio de projetos de extensão na universidade, pesquisas científicas, debates e construção social dos indivíduos, de modo a atender um público externo e interno da UFMG”.

Figura 5 – Porta de entrada do Centro de Convivência Negra - UFMG



Registro de Imagem: Acervo da autora

⁷¹ Informações fornecidas por uma integrante do Movimento Negro da UFMG.

⁷² O Manifesto de ocupação pelo Centro de Convivência Negra está disponível em anexo.

⁷³ O CCN, criado em 2006, “corresponde a um ambiente institucional e multidisciplinar de variadas dinâmicas e atividades relacionadas a todos os âmbitos sob as demandas e impactos da presença da população negra e grupos afins no espaço universitário” (CENTRO DE CONVIVÊNCIA NEGRA, [s.p]). Mais informações sobre podem ser encontradas em: http://www.ccn.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=373

⁷⁴ Não necessariamente dois estudantes do sexo masculino, podendo ser composto também por um estudante e uma estudante.

Nesse sentido, a organização do EECUN também veio com essa proposta nacional de articulação dos coletivos e estudantes negros e negras. E como diz Angola (CONAJIR) “Outra coisa importante é dizer que o EECUN nasce em oposição à UNE, na forma como os estudantes brancos trabalhavam a questão racial”. Ainda conforme esse mesmo estudante, as informações obtidas pelo canal **Alma Preta Jornalismo** (2015) no *Youtube* e as páginas de *Facebook* do EECUN⁷⁵ a ideia surge a partir de um encontro entre três estudantes (da UFSCar, da UFRJ e da UFPR) em um evento promovido pelo **Fórum Nacional da Juventude Negra – FONAJUNE**⁷⁶, que ocorreu em Serra/ES, em 29 a 31 de agosto de 2014. Após a construção e planejamento, o projeto foi levado à Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – ProACE com o intuito de buscar uma estrutura de apoio com relação ao alojamento e a alimentação para o(a)s estudantes que viriam de outras universidades. Porém, a primeira versão do projeto não foi protocolada.

Depois de algumas tentativas de conversas junto a ProACE, que tiveram início em outubro de 2014, a comissão da Executiva Nacional de Articulação do EECUN – composta por 15 coletivos negros de diversos estados brasileiros⁷⁷ –, reuniu-se na UFSCar, nos dias 8 e 9 de maio de 2015, com o objetivo de replanejar o evento que havia sido programado para acontecer entre os dias 30 de outubro e 2 de novembro, tendo em vista, o adiamento por falta de estrutura da universidade e o conteúdo político do mesmo. A segunda reunião da Executiva aconteceu na UFMG, em setembro de 2015. Nessa reunião definiram as datas, o local, comissões de organização.

O EECUN aconteceu entre 13 e 15 de maio de 2016 na UFRJ, no prédio da área da Saúde. Por meio de uma ampla programação que perpassa por apresentações culturais, diversas mesas, apresentações de trabalhos acadêmicos: exposição de painéis – debateram permanência, racismo na academia, desafios do movimento negro brasileiro, fortalecimento da identidade negra, extermínio da população negra, entre outros. Durante os três dias do encontro contaram com lideranças negras do Movimento negro, como, Joselina Silva, Hélio Santos, Janaína Damasceno, Valter Silvério, entre outros. Podemos ver no **Guia de chegada** (ANEXO E) que o encontro teve como princípios: Afrocentricidade com método político, suprapartidário, autonomia financeira e está contra todas as formas de opressões. A Figura 6

⁷⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/eecun>

⁷⁶ Mais informações em: <http://fonajune.blogspot.com/>

⁷⁷ Coletivo Negro Iolanda de Oliveira-UFF; Coletivo Negro Carolina de Jesus-UFRJ; Coletivo Negro Azoilda Loreto Da Trindade-CEFET-RJ; Frente Negra-UFPR; Bloco das Pretas- BH MG; Núcleo de Estudos Afro-brasileiros- NEAB Viçosa; Coletivo Preto Dandaras da Baixada – UFRRJ IM; Coletivo CORPOS NEGROS – UFG [Goiânia- Goiás]; Coletivo Negro Kimpa – UNESP Bauru; Coletivo Juventude Educafro – SP; Coletivo Negrex; Coletivo Negrada- UFES; Coletivo Nuvem Negra-PUC-RJ; Coletivo Alma Preta; e Coletivo Nacional de Juventude pela Igualdade Racial – CONAJIR.

mostra os momentos finais do EECUN quando integrantes dos coletivos que participaram da organização sobem ao palco. Ao fundo sendo projetada a imagem do cartaz de divulgação.

Figura 6 – Momentos finais EECUN: todos coletivos organizadores



Fonte: Página do Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros - EECUN no *Facebook*

O encontro foi considerado um importante marco da militância negra dentro das universidades, organizado financeiramente pelo(a)s próprio(a)s estudantes e com apoio de algun(ma)s professore(a)s e sindicatos, superando as expectativas. Porém, estudantes e integrantes de diferentes coletivos relataram, em conversas informais no campo, algumas insatisfações, principalmente, no que diz respeito à centralidade na organização – a não abertura para o diálogo. Mais especificamente, quando a sede do evento foi mudada para a UFRJ, tendo como anfitrião o Coletivo Carolina de Jesus. O que causou, e foi bastante perceptível, o desconforto e as divergências entre os organizadores. Comprometendo até mesmo a avaliação final do encontro e uma possível continuidade de outras edições, pensada para acontecer de 2 em 2 anos.

A tentativa de coibir fraudes e impedir que estudantes branco(a)s ocupem as vagas destinadas para estudantes negros e negras, também faz parte das várias estratégias e ações que estão sendo mobilizadas pelos CENs. Este(a)s, defendem que o monitoramento deve ser

de responsabilidade da universidade, por meio de mecanismos para impedir esse tipo de prática, tal como as comissões para verificação da autodeclaração étnico-racial, apresentadas pelo(a)s candidato(a)s no ato da matrícula, através do procedimento de heteroidentificação. Inicialmente utilizado apenas para apurar as denúncias e atualmente tem sido um procedimento regular.

Além das denúncias na própria universidade, os coletivos denunciaram os casos ao Ministério Público Federal – MPF. No início do primeiro semestre de 2016, o Coletivo Negrada fez diversas denúncias na Ouvidoria da Universidade e ao MPF de que 40 ingressantes cotistas poderiam ter fraudado as autodeclarações, isso, com base em uma busca nos perfis das redes sociais. O caso foi amplamente divulgado pela mídia, com repercussão nacional através da reportagem especial do Fantástico⁷⁸ – sobre denuncia de fraudes no sistema de cotas –, que também evidenciou casos em outras universidades brasileiras e no jornal americano *New York Times* – NYT.

Mediante tal situação, o Coletivo Negrada cobrava da UFES uma banca de verificação da autodeclaração étnico-racial, a partir da experiência da UnB⁷⁹. Porém, após aprovação para a implantação, o(a)s integrantes do Negrada questionam que não foram convidado(a)s para fazer parte da comissão. Na UFMG algum(ma)s integrantes de coletivos ocupam espaço na comissão permanente de inclusão da universidade e da comissão complementar à autodeclaração, responsável por realizar o procedimento de heteroidentificação racial. Oliveira, G. (2019) mostra que a participação de integrantes de coletivos em comissões de aferição às fraudes, principalmente nas universidades é algo recente. Como se observa tem sido central para o(a)s integrantes dos CENs a implementação e o aprimoramento das bancas de verificação da autodeclaração étnico-racial como um mecanismo para assegurar o cumprimento da política de ação afirmativa, ou seja, para que a lei seja adequadamente implementada e fortalecida evitando, dessa forma, às fraudes.

No entanto, esse mecanismo, como “única” estratégia ao contexto político brasileiro (RIBEIRO, 2020), possibilita o reconhecimento de que é realmente negro – preto ou pardo – a partir de regras de identificação com base nas diferenças fenotípicas: cor de pele, textura do cabelo, forma do nariz e outros critérios morfológicos, que por sua vez, foram construídas historicamente de modo a inferiorizar e estigmatizar os negros e negras. Como explica

⁷⁸ A reportagem pode ser vista em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2016/10/estudantes-fingem-ser-cotistas-para-entrarem-em-universidades-publicas.html>. Edição do dia 16/10/2016.

⁷⁹ A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal de Brasília (UnB), foram pioneiras em implementar, entre 2002 e 2004, o procedimento da heteroidentificação, por análise de registro fotográfico (TAVARES Jr., 2018, p. 255).

Ribeiro (2020, p. 18) “[...] face de sua essencialização jurídica sobre um método ‘objetivo’ de definição nacional de quem é negro no Brasil” – quem são os sujeitos de direito das políticas afirmativas – que nos afasta dos conceitos de identidade e diferença.

3.1.2 Dimensão formativa

Desde o início do século XX, o direito à educação esteve na pauta das lutas das organizações negras como estratégia de superação do racismo. Como observado no primeiro capítulo – tópico 1.1 –, com a Frente Negra, o TEM, o MNU e a partir da década de 1990 com os surgimentos de **cursinhos populares** pré-vestibular – como o Instituto Cultural Beneficente Steve Biko (1992) e a EDUCAFRO (1998). Estes são exemplos dessas primeiras iniciativas – que [...] mesmo antes de existirem as políticas públicas de ação afirmativa com recorte étnico-racial ou mesmo antes de haver uma expansão significativa no quadro de vagas no ensino superior brasileiro, eram eles os agentes da transformação social [...] (LIMA, 2017, p. 24).

As lutas pela educação repercutiram em reivindicações para que as escolas tratassem da história, da cultura e participação societária do país. Após décadas de discussões, o Congresso Nacional aprovou a Lei Federal nº 10.639/ 2003. Em 2008, entra em vigor a Lei nº 11.645, que prevê também o ensino da cultura Indígena na legislação. O caráter normativo das leis acima mencionada é ampliado para todo o ensino superior após a Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004.

Quando se pensa na formação e no conhecimento do(a)s estudantes negros e negras, nota-se que a estratégia de descolonização dos currículos, é parte do movimento empreendido pelo(a)s integrantes dos CENs. Estudantes negros e negras mencionam a necessidade do acesso a uma literatura africana ou latina, autore(a)s negros e negras que estudam e escrevem sobre a história, experiências e as culturas africanas ou afro-brasileiras e disciplinas específicas de relações étnico-raciais, história africana, entre outras. Esse movimento também foi demonstrado em diferentes estudos, para citar alguns: Gomes (2017); Lima (2020); Oliveira, G. (2019); Trindade (2018) e outros.

Conforme já havia demonstrado (TRINDADE, 2018), o coletivo Negros e Negras da CSo, em novembro de 2017, elaborou uma carta para o Departamento de Ciências Sociais – DCSO/UFES, após pesquisas em documentos publicados pelo Ministério da Educação – MEC e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão –

SECADI, solicitando a inclusão de pelo menos dois autore(a)s negros e negras na grade curricular da graduação em Ciências Sociais. Nessa carta o(a)s estudantes também se colocavam à disposição para auxiliar o corpo docente:

Nos propomos a auxiliar os docentes no sentido de encaminhar drives com textos e materiais de apoio, para que vocês não justifiquem a não-escuta de nossa reivindicação afirmando que não tem conhecimento da produção intelectual negra.

Nesse movimento começaram a buscar e ler autore(a)s negros e negras da Ciências Sociais. Ruanda (Coletivo Negros e Negras da CSo) estava como monitora em uma disciplina e teve a indicação da professora para incluir Zora Neale Hurston – antropóloga e escritora norte-americana⁸⁰ – na relação de atore(a)s. A estudante imediatamente lembrou que havia lido esse nome no livro **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento** do Alex Ratts (2006). Ao localizarem os livros da Zora, deparam-se com o empecilho, que ainda é para muito(a)s estudantes negros e negras, da leitura em língua estrangeira. Foi, então, que criou-se um grupo de tradução, formado por estudantes das ciências sociais e de estudantes de outros cursos que tinha algum conhecimento em inglês para traduzir os livros⁸¹. No segundo semestre de 2018 os textos da Zora começam a ser discutidos em sala de aula.

Ao fazer uma breve pesquisa sobre o que o(a)s estudantes negros e negros tem escolhido e lido para ser traduzido deparei-me com um projeto de extensão intitulado **RECânone, Oficina permanente de tradução, interpretação e legendado de materiais indígenas, afrodiaspóricos e latines**, vinculado ao departamento de Antropologia da Universidade Federal de Rio Grande do Norte – UFRN. No projeto, além das traduções do inglês para o português de e sobre Zora Hurston, produziram publicações coletivas e inclusive traduções de espanhol para português.

Assim, a ideia das traduções surgiu de um desejo de compartilhar esses diálogos descolonizadores para além das fronteiras nacionais. Nesse sentido, as traduções seriam compreendidas como pontes, não somente linguísticas, mas também culturais que permitiriam que as pessoas se deslocassem nos diversos espaços de produção de conhecimento com maior autonomia. (ERICKSON; ECHAZÚ BÖSCHEMEIER, 2021, p. 7).

⁸⁰ No dia 30 de julho de 2020, integrantes do Coletivo Negros e Negras da CSo com o apoio da Coletivo Negrada convidaram o professor Messias Bosque para realizar uma *live* com o título **Zora Neale Hurston: Etnografia e Escrita na trajetória de uma antropóloga negra**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3O4X908hTUY&t=275s>

⁸¹ Vale resgatar no depoimento de José Correia Leite como a tradução sempre foi algo importante para os intelectuais da diáspora africana. O *velho militante* relata que naquela época era preciso arrumar pessoas que sabiam inglês para traduzir os jornais que chegavam dos Estados Unidos. (CUTI, 1992).

Como parte da iniciativa, também copilaram diversos textos e materiais visuais escritos por indígenas, afrodescendentes, latino(a)s e africano(a)s – especialmente do Sul global – para serem traduzidos e legendados. A proposta do projeto é descolonizar pensamento e práticas, questionando o cânone antropológico e das ciências sociais e humanas em geral, ou seja, as “leituras obrigatórias” dentro das disciplinas formativas e possibilitar que autore(a)s e textos de grande riqueza teórica, epistemológica e política, esquecidos/silenciados, façam parte da formação educativa (ERICKSON; ECHAZÚ BÖSCHEMEIER, 2021).

Com relação ao campo pesquisado, nota-se a existência na percepção do(a)s estudantes negros e negras o anseio pela mudança nos conteúdos curriculares. Considerando isso, é preciso realmente que os CENs também discutam e questionem a estrutura racial dos currículos de forma mais ampla, ponderando, quais as demandas, os temas e as perspectivas trabalhadas.

Observo que as discussões e estudos de epistemologias negras ainda são tratados por meio de disciplinas optativas na maior parte das universidades pesquisadas. As experiências trazidas pelo(a)s estudantes também mostram que o(a)s professore(a)s ainda têm dificuldade de desenvolver práticas antirracistas e não eurocêtricas, tendo posturas racistas, que silenciam e discriminam. Vale lembrar o caso do Professor Malaguti, na UFES e o posicionamento do Coletivo Negra da frente à situação (FORDE, 2016; NASCIMENTO, 2016; SANTOS, 2014; TRINDADE, 2018).

Muito(a)s integrantes dos CENs relatam o sentimento de não pertencimento à universidade – esse não-lugar construído para negros e negras – e de, muitas vezes, não encontrarem os seus pares em seus cursos ou departamentos. Daí essas inquietações levaram-me a refletir acerca da solidão do intelectual negro na universidade, pois mesmo com a existência dos coletivos é possível notar que esse sentimento ainda se faz presente, no século XXI, em muitas trajetórias de estudantes negros e negras. Trata-se de um processo de *confinamento racial* de negros dentro do espaço universitário, como demonstrou Carvalho (2007). Já vivenciado, por exemplo, pelo sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982). Este intelectual que, mesmo com sua formação, vasta experiência profissional, publicações de textos e artigos nas mais diversas áreas não pode fazer carreira docente na academia. Foi excluído e silenciado nesse espaço, na década de 1950, cujo estudo sobre o negro era consolidado quase que exclusivamente por pesquisadores brancos. Realizou, portanto, um “trabalho de forma quase isolada, pois, fora do ambiente acadêmico, não tinha sustentação institucional” (SILVA, 2017, [s.p]).

Podemos dizer, que trata do questionamento da coexistência de dois mundos feitos pela **dupla consciência** (DU BOIS, 1999), de fazer parte desse espaço, ter a necessidade de dar conta de uma formação que é oficialmente reconhecida, mas não serem reconhecidos, tendo que, ao mesmo tempo, buscar uma “formação paralela”, como diz Nigéria (Grupo de Pretos de Psicologia Ìmáràlè) – isto é, buscando preencher algumas lacunas de currículos isentos de atividades que ele(a)s consideram fundamentais para a formação almejada – e ter fôlego para manter a militância.

E nesse processo de **formação paralela**, também é possível notar como a música e a literatura têm sido fontes de inspiração para o(a)s estudantes por trazerem problemáticas que não são debatidas em sala de aula, conecta com ancestralidade e fornece a motivação e a força necessária para continuar enfrentando todos os desafios. Isso fica explícito na fala abaixo.

É realmente incrível me dá uma consciência de ser enorme, me dá... quando eu ouço música, hoje eu procuro mais músicas que me inspiram, eu procuro músicas de artistas pretos, de escritores pretos, são coisa de quando eu ouço, me enche de força. [...] Quando eu tô andando na rua eu... por exemplo, eu costumo andar muito de *croppet*, [...] muita gente fala muita coisa... e eu ouvindo no fone de ouvido a vivência de uma MC que é travesti preta... falado sobre coisas de luta, dá muita força. (UGANDA, COLETIVO WINNIE MANDELA).

Assim, nesse **triplo movimento de formação**, que de certa forma, também é uma busca de conhecimento sobre suas próprias histórias, o(a)s integrantes dos CENs estão tensionando as universidades, principalmente, nos seus aspectos de produção de conhecimento e funcionamento, buscando, sobretudo, assegurar e garantir os direitos do(a)s estudantes negros e negras.

Os CENs buscam, então, realizar diferentes ações formativas e educativas como espaços de debates, roda de conversas, grupo de estudo e oficinas, muitas vezes, mediadas por pessoas negras convidadas. Trazem pautas a fim de problematizar questões relacionadas às relações étnico-raciais, como corporeidades negras, representação, luta antirracista, currículo, entre outros, concomitante às intervenções e eventos artísticos e culturais.

Além disso, muitas vezes, estão presentes em seminários, congressos e outros eventos, com pautas diversificadas, que se configuram como espaços os quais o(a)s estudantes podem apresentar e debater suas produções acadêmicas e experiências, grupos de estudo e pesquisa, atividades formativas e reivindicações pela Lei n° 10.639/2003. Alguns CENs não restringem suas estratégias e suas ações apenas dentro da instituição, que na maioria das vezes, são realizadas em data comemorativas ou em participações em eventos.

[...] nós fizemos anualmente o evento **A UFES vai ficar preta**, eram 24 horas de ocupação em todos os espaços da universidade, então, era movimento cultural. A gente conseguia trazer alguns professores também de outras universidades para dar palestra e aí músicos a gente conseguia com o movimento negro e juntava e fazia ocupação em todos os centros. Isso era muito importante para a gente... e fazia a festa no final, nós criamos uma identidade visual, que é a blusa do coletivo... (SOMÁLIA, COLETIVO NEGRADA)

O festival raízes foi a primeira atividade [no dia da Consciência Negra], assim que foi para a universidade inteira que a gente abriu pra universidade a gente fez atividade na praça de serviço, a gente fez atividade na esplanada da reitoria [...] a gente trouxe a escola de samba pra esplanada da reitoria [...] nunca tinha havido isso na UFMG [...] (LÍBIA, ARTICULAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NEGRA)

Outra importante estratégia observada por Oliveira, G. (2019) e Guimarães, Rios e Sotero (2020) que também é adotada pelos coletivos é a criação de cursos preparatórios para as seleções dos programas de pós-graduação. Geralmente são ministrado(a)s pelo(a)s próprio(a)s estudantes veterano(a)s, com o intuito de estabelecer roda de conversas, estratégias para a escrita de projetos, estudos sobre as bibliografias que são cobradas nas seleções e preparação para as entrevistas. De maneira semelhante, o(a)s integrantes do Coletivo Negros e Negras da CSO organizam o que chamam de apadrinhamento de estudantes negros, uma forma de orientar estudantes negros e negras que estão ingressando na universidade, no que diz respeito às disciplinas e outras questões relativas à vida acadêmica. Tendo em vista que muitos chegam à universidade com pouco ou nenhum conhecimento sobre o funcionamento da mesma e os locais onde ele(a)s podem recorrer para solicitar alguma demanda.

Todas essas ações formativas e educativas mencionadas, de certa forma, levam à reflexão para os desafios das organizações negras ao longo da história na luta pela educação e chama a atenção, utilizando o mesmo viés de Gomes (2017), para a maneira como os CENs educam a comunidade acadêmica para compreender e se posicionar contra o racismo ao mesmo tempo que eles são educados. Nesse processo, educam e reeducam a si mesmo(a)s. A universidade é o espaço onde estão politizando, aprendendo a lidar, a construir uma militância e ampliando o seu conhecimento de maneira criativa, provocadora e inventiva.

Assim, é cabível mencionar que estou entendendo os coletivos como lugares de socialização dentro da universidade – que é considerada um espaço de socialização. Tal entendimento decorre do fato de que os coletivos funcionam com agentes socializadores, como venho mostrando ao longo do estudo.

3.1.3 Dimensão administrativa/gestão

Refletindo sobre os CENs de maneira geral, embora verificado muitas similaridades na percepção e agência, que permite uma maior integração entre eles pelo fato de performatizarem uma comunidade de memória, também são notáveis as distintas relações entre o(a)s integrantes e as diferenças no interior dos coletivos – não pretendendo negar os jogos internos entre eles. As experiências dos coletivos são desequilibradas⁸² e, isso é central para entendermos as diferenças. Cada qual apresenta características e demarcações próprias, construídas mediante as suas realidades e as da universidade a qual estão vinculados. Em outras palavras, a forma de organização dos coletivos é divergente, agrega demandas múltiplas e dinâmicas – relacionadas ao contexto social e político. Assim, conhecer o cotidiano dos CENs significa procurar quais são os sentidos atribuídos pelo(a)s integrantes e às dinâmicas de integração. Para isso, também torna-se fundamental a apreensão dos aspectos organizacionais.

Nos coletivos, a horizontalidade significa não haver presidente, diretoria, coordenação, liderança, chefia, “um cabeça” – utilizando aqui as palavras mencionadas nas entrevistas. Todos os saberes e vozes são considerados iguais, ou seja, cada universitário(a) dentro do coletivo é considerado importante e pode, ao mesmo tempo que ensina, aprender com os outro(a)s integrantes. Pode solicitar uma reunião ou colocar um problema em qualquer momento. Geralmente as atividades são distribuídas conforme as habilidades de cada um.

Então, o coletivo tem uma proposta horizontal, então a gente não tem presidente, a gente não tem pessoas com cargo, a gente não se articula dessa forma, na real a gente acredita que todo mundo pode contribuir, todo mundo tem direito a voz e voto, então, eu me insiro muito mais levando as minhas pautas. (TOGO, COLETIVO NEGREX).

[...] o coletivo sempre múltiplo, muito plural e atendendo essa questão da individualidade de cada um, então no coletivo a gente já tinha até um pouco disso, tem um que quer pegar o megafone, que vai lá pra frente, faz tudo acontecer [...] a mediação institucional, ela [outra integrante] procurava para fazer denúncia, pra parte burocrática, então ela já ficava mais ali. Alguns muito tímidos, é importante também a gente... a gente tentava prezar muito isso, né?. (SOMÁLIA, COLETIVO NEGRADA).

⁸² O antropólogo britânico, Edmund Leach, em seu trabalho, **Sistemas Políticos da Alta Birmânia** (1996), publicado originalmente em 1954, realizado com as populações kachins e chans, situada no nordeste da Birmânia, põem em questão a aparente ideia de equilíbrio e unidade social (homogeneidade) defendida pelos funcionalistas. Leach demonstra através da noção de desequilíbrio – ou instabilidade social – as contradições presentes em toda sociedade por conta da sua própria dinâmica interna.

O(a)s próprio(a)s integrantes vão identificando as potencialidades do(a) outro(a)⁸³, como uma maneira de até mesmo encoraja-lo(a) ou no encontro com o coletivo a pessoa vai se descobrindo e sentindo-se confortável ou não para assumir uma tarefa. Uganda (Coletivo Winnie Mandela) afirma que “[...] todo mundo tem seu momento de protagonismo, todo mundo vai falar”. É considerável destacar as diferentes personalidades das pessoas. Conforme Somália (Coletivo Negra) dentro do coletivo existem aquele(a)s que são mais tímido(a)s, porém essas diferenças eram percebidas e respeitadas.

[...] durante os nossos estudos vai fazendo círculos, né? Por exemplo, eu vou indicar já o texto para o próximo grupo de estudo, então eu só vou mediar, porque eu já vou ter lido o texto e eles também [...], mas a minha função o que eu penso dentro do coletivo é construir junto com eles, ser mais uma força, mais uma resistência dentro do curso e fazer com que o coletivo saia daqui da universidade. (TANZÂNIA, COLETIVO WINNIE MANDELA).

No trecho acima é possível notar que essa horizontalidade está ligada a ideia de uma construção coletiva e participativa. A lógica de um espaço que seja comum, sem divisões e direito à auto-organização. Dando indício da possibilidade do desenvolvimento de novas experiências e práticas de ação. Porém, mesmo partindo dessa concepção, fica explícito com base no campo, que a noção de representação está mais em evidência do que a própria noção de coletivo, pois nem todas as entrevistas envolveram todo(a)s os integrantes. À vista disso, ninguém poderia individualmente responder pelo coletivo. Lima (2018) em seu estudo afirma que a horizontalidade é marcada pela diferença, não como um princípio exatamente que perpassa todos os coletivos.

A divisão de tarefa, em grande parte dos coletivos pesquisados nas diferentes universidades, acontecia em casos específicos, como quando havia uma quantidade grande de situações para serem resolvidas. No entanto, verifica-se que internamente há posições diferentes na participação das atividades. Algun(ma)s integrantes tornam-se a **pessoa de referência** – são “as mais ativas”, influentes no coletivo e ficam popularmente conhecida na universidade como integrante do coletivo. Isso porque já possuem uma trajetória de militância em outros coletivos ou outras organizações⁸⁴; são mais antigos na universidade – estão em períodos mais avançados; estão inserido(a)s em mais de um coletivo ou outras organizações;

⁸³ Vale lembra, a partir desses relatos do(a)s estudantes, a posição ocupada pelo Milton Barbosa, no ato de lançamento público da organização, no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo. Em atos públicos não costuma ter presidente, porém o militante foi escolhido pelos jovens para presidir o momento, tendo em vista a necessidade de uma direção centralizada para evitar as provocações da polícia (OLIVEIRA, 2021).

⁸⁴ Muitas vezes, o(a)s jovens já adentram no ensino superior com uma bagagem de experiências de participação em outros coletivos e/ou organizações - social, político, partidário, religioso, etc - inscrita em suas trajetórias.

são mais propositivo(a)s – “que não queriam ver aquilo morrer” (Chade, Café das Pretas) ou que “[são] mais raivosas” (Ruanda, Coletivo Negros e Negras da CSO).

Vale ressaltar que também há a valorização dentro dos coletivos com o(a)s chamado(a)s de fundadore(a)s. Sem dúvida, este(a)s, majoritariamente mulheres, são as figuras de maior destaque, sendo, muitas vezes, o(a)s único(a)s a receberem nomeação.

[...] foi um problema que eu enfrentei muito no CEN e no Maloka, porque eu era essa figura mais velha, a única que já tinha vindo do CEN, a única pessoa mais velha que já tinha uma trajetória dentro da universidade [...] então tem muito essa dificuldade, eu acho... que é dentro dos coletivos... que é de identificar uma liderança e criar uma expectativa por essa pessoa, de que ela centralize e dê o comando, embora se você dê o comando aí você está sendo autoritária de mais, aí já vira outra discussão mais tensa. [...] Porque para além dessa questão de mobilização e articulação [foi articuladora do EECUN] eu tive muito nesse lugar de liderança assim também, das pessoas me enxergarem e de querer colocar, de ficar esperando, né? uma ação para poder produzir algo, criar algo e isso acaba sendo... e isso acaba sendo restritivo para as ações produtivas. (ARGÉLIA, COLETIVO DE COTISTAS NEGROS DA PÓS-GRADUAÇÃO).

A gente não tem uma liderança fixada num nome. É mais na atividade, na designação de tarefas [...] A gente não tem o processo de liderança estabelecida não, tem o processo de ancestralidade, que são os mais velhos do rolê, que fazem isso a mais tempo e acabam pegando mais tarefas e se colocando mais a frente, e nesse sentido, eu... (LÍBIA, ARTICULAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NEGRA).

Olha, eu não tenho uma função demarcada, mas eu tive... quando foi na hora de reorganizar ele [coletivo], eu tive que começar a chamar todo mundo [...], todo mundo me ajudando... aqui a gente nos ajuda. Aí eu tive que fazer as atas e depois propor as paradas, na verdade eu tentei começar, alguém teria que começar com alguma coisa. (UGANDA, COLETIVO WINNIE MANDELA).

Durante a atividade de **Recepção Geni– Segundo semestre** (Figura 7), evento divulgado pelas mídias sociais, que aconteceu no dia 23 de setembro de 2019, na área externa do Diretório Acadêmico Alfredo Balena – DAAB, no campus Saúde, um dos integrantes, fez uma breve apresentação do coletivo e convidou o(a)s calouros(a)s ali presentes para construir junto o coletivo. No entanto, mesmo o(a)s integrantes se intitulando horizontais, buscando estabelecer uma relação aberta e participativa, o discurso reflete uma ambiguidade mostrando posições bem definidas.

Então, a gente está aqui para estudar, para avançar na discussão, para pensar a saúde da população negra e pauta racial dentro da universidade e para fora dela, e está aqui para ser apoio minimamente. E, é algo que também o grupo se propõe assim... o que vocês precisarem de “perengue”, para compartilhar experiência de dia difícil ou para se mobilizar em torno de alguma questão que vocês precisem de ajuda é para isso que a gente está aqui. Todo mundo com seus mil corres com as coisas se embolando [...] **qualquer construção do Geni, basta falar, eu quero ajudar, porque no fim das contas é nós fazendo por nós e para nós. Não tem isso, ‘ah, porque a**

[fulana] é coordenadora, então deixa eu falar com ela’, então tipo assim ‘eu quero fazer também, eu quero ajudar também, eu acho que essa pauta devia estar sendo discutida e não está... está sendo negligenciada’. (MOÇAMBIQUE, COLETIVO GENI).

Figura 7 – Recepção GENI – Segundo semestre



Registro de Imagem: Acervo da autora.

No Geni, existe um grupo de pessoas que é responsável pela organização das atividades, porém cada uma tem a sua responsabilidade. Durante a entrevista esse grupo aparece identificado ora como coordenadores, ora como organizadores, ora como articuladores. Ao que tudo indica, apenas fazem parte os que são convidados para compor.

Apenas no Coletivo Patrice Lumumba existe a divisão de tarefas fixa para “[...] responder a todas as demandas e também [ser] uma forma de conseguir integrar os novos integrantes sem afastá-los com tantas demandas burocráticas” (Gana, Coletivo Negro Patrice Lumumba). Para garantir a organização do coletivo todas as normas são regidas pelo estatuto.

A gente tenta ser uma organização horizontal, não há nenhum tipo de hierarquia entre os integrantes. Mas, com o passar do tempo, por questões de organização e com o estatuto a gente deliberou alguns tipos de comissões. **Essas comissões sempre têm um integrante que é coordenador**, mas não tem nenhum tipo de hierarquia entre os integrantes, ele é somente responsável por dar continuidade às

tarefas daquela função... tem diversas tarefas que precisam ser feitas e deliberadas continuamente. Um coordenador e um suplente, mas isso não impede que as pessoas façam as coisas e... é só por questão de organização. A gente não tem nenhum tipo de hierarquia, todos são legítimos para fazer qualquer coisa dentro do coletivo, tanto para chamar reunião. Todos os integrantes tem os mesmos direitos, entre aspas, com a diferença dessa responsabilização. Por exemplo, por tal coisa, tem a comissão que é responsável, só por questão de organização mesmo [...]. (SENEGAL, COLETIVO NEGRO PATRICE LUMUMBA).

Conforme a mesma estudante, o estatuto também prevê o controle da frequência e os casos de desistências – se o(a) estudante não está se sentindo acolhido, conseguindo seguir nas tarefas, ou não está construindo de forma coletiva. Tudo é documentado, então, para a saída do(a)s integrantes é feito uma carta explicando os motivos. A universitária ainda explica que os casos de expulsão são bem específicos e previstos no estatuto.

[...] No estatuto tem previsão no caso de ações reiteradas que não vão de encontro com os princípios políticos ou vazamento de informações, questões mais de segurança. E também pelo contexto que a gente vive hoje de muita coisa, muita perseguição inclusive aqui dentro, não só do nosso coletivo, mas dos outros movimentos de esquerda que existem. (SENEGAL, COLETIVO NEGRO PATRICE LUMUMBA).

Por questões de segurança do coletivo não pude ter acesso ao estatuto, entretanto, baseado na entrevista e entendendo que se trata de um coletivo formado por estudantes do Curso de Direito, que teoricamente dá base para que as pessoas tenham a noção da burocracia, de como funciona as instituições e a legislação, é perceptível a influência do campo jurídico e das elaborações administrativas na constituição desse coletivo – na percepção e até mesmo na atuação política desse(a)s estudantes.

Trata-se de demonstrar o quanto a formação no Direito tem mobilizado ferramentas para a atuação no campo político. O coletivo de Negros Patrice Lumumba tem conseguido articular atuações jurídicas e políticas.

[...] por sermos do direito a gente não corre o risco de depositar nossas esperanças de transformação social na conquista de direito, pois sabemos de seus limites e temos uma leitura bastante crítica a respeito disso na sociedade de direito. Enquanto os outros coletivos por eles serem de outro curso eles acham que a luta deles é tão somente por direito e que basta. [...]. (SENEGAL, COLETIVO NEGRO PATRICE LUMUMBA).

Esse ponto abre caminho para pensar o direito – garantia dos direitos – de forma mais ampla, não apenas no limite dos direitos civis – trabalho, educação, saúde, etc –. Bem como uma atuação dos coletivos pautadas no diálogo entre o político e o jurídico. Observa-se que a marca do direito fica em evidência e mostra uma característica bem dura e de superioridade,

que não aparece em outros coletivos. Os demais regem suas normas se distanciando de organizações mais formalizadas e burocráticas.

Em alguns coletivos é comum fazer ata e lista de presença, porém fazer esses registros mais formais foi apontado como problema por vários. Somália (Coletivo Negrada) nos indica que existem muitas ações, mas que não são devidamente documentadas: “[...] a falta de registros, às vezes a gente lamenta muito, porque nós fizemos muitas coisas, eu sei que eu estou esquecendo muita coisa [...] eu estou contando assim, o que está vindo na minha cabeça [...]”. De maneira semelhante Namíbia (Café da Pretas) também queixa o esquecimento de muitas ações.

Alguns CENs com redes sociais ativas utilizam fotografias com um pequeno texto explicativo para produzir registros, conforme pode ser visto abaixo. Em termos gerais, dado o avanço das tecnologias da informação, a documentação fotográfica, que tem um caráter informativo sobre um acontecimento, configura-se para esses coletivos um recurso possível de comunicação e memória.

Figura 8 – Formação para docentes da Unidade de atendimento à Criança – UAC



Fonte: Página do Café das Pretas no *Facebook*⁸⁵

Outra forma de registro identificada foram os estudos produzidos pelo(a)s próprio(a)s integrantes dos coletivos ou pessoas motivadas em refletir e descrever esse fenômeno – para viabilizar e enfatizar as estratégias, as ações, a organização, etc. Sudão (Coletivo EnegreSer) é

⁸⁵ Foi feito uma pequena alteração na figura original – utilizando um traço preto – para manter o sigilo dos nomes.

um exemplo, ele através do seu Trabalho de Conclusão de Curso, buscou descrever e analisar a ação das estudantes negras do coletivo, do qual faz parte, no contexto da formação artística/docente do curso de graduação em Dança, bem como as ações desenvolvidas para a educação das relações étnico-raciais, utilizando como metodologia a autoetnografia (SOUZA, A., 2019). Também tive acesso ao TCC de uma estudante (COSTA, 2018) que evidencia as ações e trajetórias de dois coletivos formados em instituições de ensino superior em Campos dos Goytacazes/ RJ, sendo que um deste é o Coletivo Negro Mercedes Baptista da Universidade Federal Fluminense o qual ela foi membra fundadora.

Os coletivos que são formados dentro de um determinado campo específico acabam pautando sua organização e ações baseadas nos princípios que regem seu curso. Alguns termos e linguajar são bem específicos, limitando as discussões apenas para o seu campo de atuação. Ou seja, reproduzem uma lógica e mecanismos de apenas se especializarem conforme seus cursos. Outros exemplos, são o Coletivo Geni e o Coletivo NegreX, ambos formados por estudantes e profissionais da medicina, que mesmo buscando trazer outros temas para os debates, o foco está no aprofundamento da saúde da população negra.

Por essa linha, muitos coletivos acabam não construindo um instrumento jurídico que rege o coletivo, pautando-se meramente em regras e normas estabelecidas solidariamente, que possibilitam outras formas de organização.

Outra questão que merece atenção no que diz respeito às formas de organização é, ao que tudo indica, a característica dinâmica e flexível que os coletivos possuem. Como observado, muitos CENs podem a vir desempenhar suas atividades por um curto período de tempo, muitas vezes, desarticulando-se. Esses coletivos são vistos pela Argélia (Coletivo de Cotistas Negros da Pós-graduação) como “coletivo transitório” – ou seja, efêmeros. Ou também entrando no que podemos dizer em um **período de hibernação** – reduzindo suas atividades, mas no surgimento de demandas urgentes/ imediatas retomam para solucionar a situação específica.

Essas evidências, de certa forma, levam-me a pensar na presença passageira do(a)s estudantes nas universidades. De passar pela graduação, podendo continuar ou não na pós-graduação e, nesse trânsito dele(a)s dentro da universidade, podendo retornar como docente. Essa não permanência – transitoriedade – faz com que esse(a)s jovens negros e negras vivenciem suas experiências na universidade dentro das possibilidades. Com isso, criando ou recriando espaços coletivos de sociabilidade.

Dos coletivos pesquisados, o Coletivo Winnie Mandela, por exemplo, estava num processo de reorganização – novo(a)s integrantes assumindo as responsabilidades. E,

principalmente, na UFMG pude ter contato com coletivos em fase de formação, como o Coletivo de Negros e Negras da FaE e o Ivone. Este, realizou alguns meses depois da minha visita ao campo, na semana entre 26 a 29 de novembro, o **I Colóquio de Ciências Exatas & Negritude**, com atividades acadêmicas e culturais, como oficinas, mesas-redondas, rodas de conversa, apresentações de dança e de música, exposições e outras. Nas outras universidades, o surgimento de outros coletivos negros foi mencionado em várias entrevistas.

A dinâmica de horário e a periodicidade dos coletivos depende muito do momento o qual está situado e do tipo de demandas que precisam ser resolvidas. Em alguns casos, a escolha é de acordo com a demanda de aulas. Alguns estabelecem dias fixos, contudo, verifica-se que com o passar do tempo a quantidade de pessoas ativamente participando diminui e os encontros vão se tornando cada vez mais esporádicos, chegando acontecer apenas no final do semestre para um balanço das atividades ou em casos emergenciais – para resolver alguma demanda do momento. Essa situação tem acontecido com frequência, principalmente neste atual contexto político brasileiro.

Integrantes de diversos coletivos relatam a dificuldade em se organizar para além de resolver problemas. Por conta disso, Argélia (Coletivo de Cotistas Negros da Pós-graduação) alerta sobre o desafio de não inviabilizar ou colocar de lado a individualidade das pessoas que muitas vezes precisam de atenção por causa das demandas imediatas e urgentes das ações coletivas.

Os coletivos são formados por pessoas muito diferentes e que estão em diferentes fases da vida. Por isso, o(a)s estudantes relatam que poucos realmente se empenham para conciliar as atividades do coletivo com outras atividades, principalmente as acadêmicas. E isso reforça a existência de dilemas entre militância, academia e formação paralela – triplo movimento de formação.

Fazer com que outras pessoas, principalmente o(a)s integrantes mais novo(a)s, se engajem politicamente é colocado nos relatos como sendo um dos grandes desafios. Muitas vezes, a demanda de atividades era intensa e não tinha muitas pessoas para colaborar. Etiópia (Coletivo Negra e Coletivo de Negros e Negras da CSO) questionou: “[...] eu vou me formar e eu vou sair, os mais ativos vão sair e o coletivo ele vai ter prosseguimento?”. Assim, a renovação do(a)s integrantes sempre é uma questão de discussão, visto que a presença dele(a)s na universidade é passageira. Existe a preocupação do(a)s integrantes mais antigo(a)s em deixar um legado relevante e positivo para as novas gerações, mesmo que o coletivo não tenha prosseguimento.

Outro ponto interessante na organização dos CENs é o local. Seja encontro, reunião ou assembleia, majoritariamente fundados dentro da universidade, cada coletivo ocupa diferentes espaços físicos da mesma. A sala de aula, a sala do CA, a sala do DCE são os principais espaços para se juntarem. Na maioria dos casos pesquisados, não possuem um espaço físico fixo e permanente, como outras organizações (CA, DCE, Atlética, Bateria, Torcida Organizada, etc).

Conforme já mencionado em outro momento, o Grupo de Pretos da Psicologia Ímárale utiliza a **sala Abdias do Nascimento** do Coletivo de Estudantes Negros/as da UERJ – DeNegrir, inaugurada em 2008, que funciona como uma espécie de *coworking*⁸⁶. O DeNegrir é o único coletivo na UERJ com sala fixa⁸⁷.

Figura 9 – Grafite na parede da sala do Denegrir



Registro de Imagem: Acervo da autora.

⁸⁶ É um espaço de trabalho compartilhado por várias empresas e freelancers o qual todas despesas gerais são divididas e as áreas comuns são utilizadas por todos.

⁸⁷ A sala foi inaugurada no dia 27 de agosto de 2008. Informações disponíveis em: <http://www.palmares.gov.br/?p=2827>

Já o coletivo Negrada, na UFES, durante algum tempo utilizou o hall da reitoria (Figura 10) e o Café das Pretas áreas gramadas da UFSCar (Figura 11).

[...] era na área da reitoria... que a gente dizia que era o quilombo, a gente colocava a reitoria como casa-grande e **a gente fazia o quilombo na casa grande**. Então, tem o hall central em cima e era ali. Isso durante uns dois anos, tem tempo que a gente não se reúne ali. (ETIÓPIA, COLETIVO NEGRADA E COLETIVO NEGROS E NEGRAS DA CSO).

Figura 10 – Encontro do Coletivo Negrada no Hall da reitoria



Fonte: Página do Coletivo Negrada no *Facebook*.

Figura 11 – Encontro do Coletivo Café das Pretas no gramado na universidade



Fonte: Arquivo do Coletivo Café das Pretas - imagem cedida pelas integrantes.

Vale destacar que diferentes áreas externas das universidades também são pontos de encontros. Em alguns momentos também se juntam em outros locais fora do âmbito da universidade – na casa de algum(a) do(a)s integrantes, seja para discutir as questões do coletivo e/ou apenas para fazer uma refeição junto(a)s, ouvir uma música, fazer um sarau, entre outras atividades. Bem como buscam juntos se divertir indo ao cinema, shows e festas. Como diz Lima (2020, p. 129) “os coletivos se expandem para além de uma ideia de espaços políticos marcados por um tempo de reunião e determinadas ações”. Isso fundamenta a lógica de que os CENs trazem uma organização pautada em uma nova forma de experiência de socialização.

Dentro dessa dimensão também é imprescindível retomar, já que ao longo da tese venho trazendo mesmo que de forma sucinta e outros estudos também vem reforçando, a relação do(a)s jovens negros e negras e as novas tecnologias de informação e comunicação. Essas novas dinâmicas interativas e comunicacionais aparecem nas falas do(a)s estudantes entrevistado(a)s e são reconhecidas por ele(a)s por estreitar a interação. Além disso, essas novas linguagens possibilitam que ele(a)s se expressem e se tornem mais visíveis, pois instantaneamente atinge várias pessoas nos mais diversos locais.

As redes sociais são amplamente utilizadas pelos CENs como ferramenta de divulgação, organização e mobilização. Nas páginas de *Facebook*, *Instagram* e nos *Blogs* fazem denúncias de racismo, divulgam reuniões/ encontros, eventos, atividades artísticas e culturais, oficinas, conteúdos – sobre identidade, corpo, cabelo, sexualidade, etc –, compartilham e experiências organizados por ele(a)s mesmo(a)s ou apoiando/ fortalecendo outros coletivos e organizações negras ou não.

Em março de 2020 iniciamos um longo período de isolamento social, seguindo as recomendações de autoridades e pesquisadores em saúde pública para evitar a disseminação do novo coronavírus – Covid-19. Uma doença infecciosa que teve seu início na cidade chinesa de Wuhan e que tem afetado um grande número de pessoas ao redor do mundo. Observando, então, que os CENs têm a universidade e as problemáticas relativas a esse espaço como seu principal campo de atuação, realizei juntamente com uma colega⁸⁸ um breve levantamento nas redes sociais dos CENs⁸⁹, principalmente os da UFMG, das publicações postadas por eles. Com isso, identificamos que alguns deles intensificaram a frequência de postagens e compartilhamentos e/ou aderiram a transmissão de *lives*⁹⁰ seja pela página no *Youtube* ou pelo *Instagram*.

Além de trazer conteúdos sobre pandemia correlacionando com as questões raciais, seguiram os fluxos de manifestações em favor das vidas negras ocorridas no Estado Unidos e no Brasil⁹¹ entre outras discussões que os coletivos já faziam dentro universidade. Bem como pontualmente fazendo negociações junto a universidade, como foi o caso de alguns coletivos na UFES para o auxílio alimentação para algun(ma)s estudantes nesse período de pandemia. Isso nos possibilitou refletir outras possibilidades de agências e como estas reverberam no espaço virtual. Vale ressaltar que nesse período a desigualdade social, sobretudo a educacional, acentuou-se, apresentando-se racialmente marcada. O acesso ao conhecimento se tornou um obstáculo ainda mais desafiador para universitários negros e negras que precisam realizar suas atividades de forma remota, muitas vezes, sem os recursos materiais e financeiros necessários. Assim como a dificuldade em adaptarem-se a essa nova modalidade de aula e de estudo.

⁸⁸ Karina Pereira dos Santos é mestranda em Psicologia Social pela UFMG e dedica seu estudo nas organizações negras dentro da mesma universidade.

⁸⁹ Nesta tese não cabe um aprofundamento das ações dos CENs no período de isolamento social, mas, certamente, um olhar mais atento contribuirá para ampliar a reflexão.

⁹⁰ Transmissão ao vivo de alguma atividade pelas redes sociais.

⁹¹ As manifestações em defesa das vidas negras (*Black Lives Matter*, em português, **Vidas Negras Importam**), ocorreram após o assassinato de George Floyd por um policial, na cidade de Minneapolis, nos Estados Unidos, no dia 25 de maio de 2020. Mais informações sobre a movimento *Black Lives Matter Foundation* podem ser encontradas no site: <https://blacklivesmatter.com/>

Ainda não foi raro encontrar muito(a)s integrantes, aquele(a)s que já tinham vínculos externos junto a outras organizações – movimentos de luta nos bairros, vilas e favelas, associações regionais, partidárias e coletivos variados – desenvolvendo ações, individualmente, em campanhas para arrecadar alimentos e produtos de limpeza para as populações mais afetadas financeiramente pela pandemia.

Com isso, não é difícil constatar que a internet tem possibilitado novas estratégias e conteúdos, para além da confecção e distribuição de panfletos ou jornais como, os que foram escritos entre os anos de 1903 e 1963, realizados por organizações negras anteriores. Ressalta-se que a criação de fanzines, também é outra novidade na divulgação dos coletivos e registro de produções, principalmente, artísticas, do(a)s integrantes.

Neste subtópico também é necessário questionar: o que o(a)s integrantes dos CENs estão entendendo por universidade? O que realmente cabe aos coletivos? E como auxiliam na gestão da universidade? Assim, com base nessas perguntas nota-se que dos 17 coletivos pesquisados, 8 atuam intra e extra-universidade, 6 apenas internamente, 1 externo e 2 encontravam-se em processo de criação – não registrando nenhuma ação. Do ponto de vista interno, alguns dos CENs lutam contra o racismo, tanto para denunciar os seus efeitos, quanto para construir estratégias de enfrentamento, exigem mudanças de práticas, a descolonização dos currículos, buscam garantir o acesso e a permanência nas universidades, muitas vezes, envolvendo-se no processo de fiscalização e controle das reservas de vagas destinadas aos estudantes negros e negras. Externamente, desenvolvendo, sobretudo, atividades de cursos e palestras sobre temas relacionados às relações étnico-raciais.

Com esses dados identifica-se a existência de uma linha tênue entre as ações desenvolvidas dentro e fora da universidade. Nesse sentido, não se pode perder de vista que os CENs ao expandirem suas ações e estratégias para além da universidade, que objetivamente deveria ter como pauta prioritária as questões intra-universidade, não se dão conta de que se trata de um outro tipo de ação coletiva mais ampla – um movimento social.

Ademais, ciente de que o acesso à universidade implica em uma série de transformações para o(a)s estudantes negros e negras, assim como a inserção nos coletivos, tendo em vista a importância destes para o(a)s integrantes, que será discutido mais detalhadamente no tópico 3.3, é preciso pensar que processos de socialização pressupõem ação e estratégias internas mais concretas de modo a atingir os objetivos. E, para isso, o(a)s integrantes dos CENs necessitam entender, por exemplo, a política institucional. Assim como, ter em vista que lutar por uma educação pública e de qualidade é lutar pela política de ações afirmativas.

A universidade vem sendo pressionada pelo(a)s estudantes por bolsas para os programas de assistência estudantil – auxílios para transporte, alimentação, moradia, pesquisa, entre outros – e uma política de permanência que visa as questões ligadas ao acolhimento – um espaço de denúncia dos casos de fraudes nas cotas e do racismo, acompanhamento e cuidado em saúde mental. Portanto, é possível observar que os recursos financeiros para manutenção e acolhimento desse(a)s estudantes nas universidades têm sido colocados como um desafio pelas instituições.

Acrescenta-se que algun(ma)s integrantes de coletivos citaram como estratégia a participação mais efetiva e ativa em órgãos acadêmicos e de gestão da universidade, que se dividem de maneira diferenciada para cada atividade. Além disso, é possível perceber como os CENs, de alguma maneira, estão auxiliando a gestão administrativa das universidades a repensar e pautar outros modos de fazer, ou seja, estão possibilitando a construção de uma outra gestão mais atenta em suas práticas e mais cuidadosa na hora de tratar determinados assuntos. Os coletivos informam, tensionam, reivindicam e os formam para a política.

No entanto, em linhas gerais, em nenhum momento, no processo de realização da pesquisa, os coletivos mencionam os documentos responsáveis por estabelecer as diretrizes que definem a política da universidade, tais como Estatutos e Regimentos.

3.1.4 Dimensão de insurgência

Nas entrevistas realizadas não faltaram evidências sobre as constantes e recorrentes situações relacionadas ao racismo, sexismo, homofobia, entre outras experienciadas pelo(a)s estudantes negros e negras dentro das universidades ou mesmo em outros ambientes externos a esta, na sociedade de maneira geral. Assim como foi possível perceber referências às diferentes formas das lutas empreendidas pelo(a)s negros e negras ao longo da história. Percebe-se que essa memória de luta e resistência tem se reverberado em diferentes espaços e situações cotidianas.

Um exemplo é o fato dos nomes de muitos dos CENs, não apenas os pesquisados neste estudo, remeterem às lideranças ou personagens da história negra brasileira, ou afro-diaspórica e outras organizações negras do passado. Utilizarem como identidade visual símbolos da história e cultura negra, como punho serrado, território africano, estampas, cores e figuras que remetem à África, imagens retratando mulheres e/ou homens negros, entre outros, conforme ilustrado nas logomarcas de alguns dos CENs (Figura 12). Assim como

quando os estudantes negros e negras “retomaram um movimento de recuperação e recriação de nomes próprios para seus filhos” (OLIVEIRA, 2016 *apud* TRINDADE, 2018, p. 101-102).

Figura 12 – Logomarca de alguns dos coletivos pesquisados



Fonte: Elaborado pela própria autora a partir das imagens disponíveis nas redes sociais ou dos arquivos dos próprios coletivos, cedidas pelo(a)s integrantes.

Legenda: Na parte de cima estão as logomarcas do: Coletivo Negro Patrice Lumumba, Coletivo NegreX, Coletivo Negrada e Coletivo Nacional de Juventude pela Igualdade Racial – CONAJIR. Na parte de baixo: Coletivo Café das Pretas, Grupo de Estudos sobre Negritude e Interseccionalidades – GENI, Bloco das Pretas e Coletivo EnegreSer.

Tais fatos podem ser entendidos como uma estratégia para desinvisibilizar e possibilitar a reconstrução da memória negra. Não apenas apresentando os nomes e símbolos, mas contando a história, explicando os significados, problematizando os silenciamentos/apagamentos e traduzindo livros e materiais visuais, de modo que às experiências e às contribuições para o conhecimento, deixadas por Carolina Maria de Jesus, Patricie Lumumba, Winnei Mandela e tanto(a)s outro(a)s personagens afrodiáspórico(a)s continuem a pertencer e inspirar às futuras gerações.

Portanto, debruçando-me sobre as outras dimensões apresentadas anteriormente, interessa-me aqui ressaltar que as formas de resistências negras estudantil vão além da assistência estudantil, tendo em vista que esta não cobre todas as necessidades apresentadas pelo(a)s estudantes negros e negras. O espaço universitário continua realizando um processo de homogeneização – unificando diferenças –, desvalorizando o outro em suas diferenças.

Portanto, para viver em um ambiente hostil como a universidade os CENs precisam idealizar e produzir diferentes atitudes e estratégias de sobrevivência, muitas vezes, disruptivas – provocadoras – como as que foram mostradas nos quadros apresentados nas páginas anteriores .

A universidade tornou-se um espaço caracterizado como um projeto de resistência e insurgência. Os discursos do(a)s integrantes e ex-integrantes dos CENs e a construção da tipologia das organizações negras, que deu base para a escrita do tópico 1.1, aponta como as organizações negras passaram a compreender a educação como fundamental para a politização e mobilização de uma “ideia radicalmente democrática de liberdade e justiça para todos” (hooks, 2013, p. 41). Isso, faz lembrar a fala de uma estudante da UFES: “eu luto não porque gosto da universidade, mas para sobreviver, para permanecer nela, para eu ter uma mobilidade social. Não tenho como amar um local que não me enxerga” (informação verbal)⁹².

Nesse sentido, como diz Tanzânia (Coletivo Winnie Mandela) “o racismo vai se reformulando, vai se mostrando de outras formas” e para ela isso é que faz com que os coletivos ajam de uma forma diferente. Então, diante desse racismo que se expressa de diferentes maneiras, sempre ganhando novas roupagens, corpos negros insurgem. Reivindicando direitos, liberdade, o lugar e a presença desse corpo negro afro-diaspórico na universidade. Buscado, de maneira comprometido e engajado com o trabalho coletivo, romper com um sistema que oprime, fixa, apaga, silencia histórias, vozes e vidas.

Por exemplo, a fala abaixo traz a possibilidade levantada pelo(a)s estudantes negros e negras de outras formas de construir a escrita dentro da academia e diferentes formatos na produção e transmissão de ciência.

[...] outra coisa que tem sido discutido muito entre nós estudantes é a maneira da produção da escrita. De não ser uma escrita rígida. Ser uma escrita mais fora desses padrões colonizados. Que é um desafio pensar que escrita seria essa, que tipo de escrita seria essa, mas pensar uma escrita que não excluísse outros sujeito. [...] cheia de termos técnicos. Então, nós estamos aí nessa proposta de mudar essa escrita acadêmica e isso tem sido muito discutido aqui dentro por conta da nossa pressão enquanto estudantes. [...] os nossos colegas que agora estão apresentando suas defesas têm buscado defender fora da universidade. Teve uma defesa que foi no Parque Lagoa do Nado que é aqui perto. De tentar descentralizar e também excluir esse distanciamento que tem entre a pesquisa e a população. Então, uma pesquisa sendo apresentada no meio de um parque em dia de funcionamento você atrai olhares de quem está passando ali, de pessoas que nunca ouviu falar em universidade, né? nem sabe o que é pesquisa, mas que pararam ali para ver o que estava acontecendo, perguntaram e souberam que era uma defesa. Não fica uma

⁹² Momento de conversa informal no campo com uma integrante de um dos coletivos pesquisados.

coisa de nós para nós [...]. (ARGÉLIA, COLETIVO DE COTISTAS NEGROS DA PÓS-GRADUAÇÃO).

Portanto, esses estudantes buscam transgredir com o conhecimento, os discursos hegemônicos e os binarismos hierarquizados das relações. E sempre conectados a um passado de lutas dos corpos negros que já haviam preparado e fortalecido o terreno para essas novas e outras formas de luta. No entanto, o que vemos, na contemporaneidade, é que estas conformações insurgentes negras estão ligadas ao contexto da inexistência de políticas efetivas de permanência.

Podemos dizer, então, que trata-se de uma política coletiva que vai além das estratégias de resistência, mas um movimento no campo político, cultural, estético e subjetivo que também expressa práticas e ações coletivas insurgentes. Ou seja, que institui a possibilidade de um sujeito diaspórico sem precedentes na história e na cultura política brasileira. Levando, então, em consideração o que é imposto pelo racismo institucional que esses jovens lidam cotidianamente, a criatividade torna-se motor para esses processos de (re)construção da identidade – identificação – e as novas formas de ser negro.

3.2 “A UNIVERSIDADE NÃO VAI SER MAIS A MESMA”⁹³: IMPORTÂNCIA E REPERCUSSÃO DOS COLETIVOS NEGROS

Então, coletivo é... ele está em movimento, ele está sempre se renovando mudando de cara, mudando os nomes, os processos, mas é algo importante na universidade [...] que é um lugar transitório.... (ARGÉLIA, COLETIVO DE COTISTAS NEGROS DA PÓS-GRADUAÇÃO)

Além de demonstrar ao longo do estudo de que não há processos fixos, determinados e acabados, o relato acima revela a importância dos CENs dentro da universidade. Não apenas, mas principalmente para aquele(a)s estudantes que hoje não mais fazem parte do coletivo, falar sobre a importância e do impacto do mesmo foi trazer à memória fatos marcantes de bons e difíceis momentos vividos e experienciados.

No que diz respeito ao ambiente da universidade, Tanzânia (Coletivo Winnie Mandela) relata: “você tem está lá [na universidade], tem que passar o dia todo dentro dessa universidade e afirmar que você é capaz de estar ali dentro. Então, essa violência que existe sobre os nossos corpos de uma super resistência também é adoecedor”. No entanto, é possível

⁹³ Etiópia (Coletivo Negra e Coletivo Negros e Negras da CSO).

perceber em várias narrativas e inclusive foi um dado evidenciado por Lima (2020) em seu estudo que o coletivo causou e tem causado dor e adoecimento em vários(a)s estudantes, e isso é um ponto negativo. O enfrentamento é intenso e a luta é permanente. É de extrema importância construir novos entendimentos e encontrar força para lidar, principalmente, com o racismo institucional. No entanto, as relações afetuosas e de fortalecimento vividos nos CENs são colocados como pontos fundamentais quando se trata das mudanças ocorridas na vida do(a)s entrevistado(a)s, após a inserção no coletivo.

Com isso, aliviar as tensões emocionais que, muitas vezes, são geradas e de ser a única pessoa negra do curso, ou seja, poder ver que não estar sozinho(a), encontrar escuta e acolhimento. Encontrar no coletivo pessoas com experiências e traços semelhantes. Vários(a)s integrantes mencionam o fato dele(a)s estarem andando junto(a)s e tendo maior visibilidade dentro da universidade. A figura 14 mostra integrantes do Coletivo Negra da almoçando no Restaurante Universitário – RU. Um momento que podemos dizer político e formativo, pois uma coisa é a comunidade acadêmica vê-lo(a)s dentro de uma sala de aula e outra e vê-lo(a)s reunido(a)s em diferentes espaços da universidade.

Figura 13 – Almoço no Restaurante Universitário – Coletivo Negra da



Fonte: Página do Coletivo Negra da no *Facebook*.

Nesse sentido, Gana (Coletivo Patrice Lumumba) também afirma que “uma atuação coletiva é mais efetiva do que uma atuação simplesmente individual”, então, encontrar respaldo no coletivo gera grande impacto. Como esclarece Tunísia (Articulação da Consciência Negra) essa atuação possibilitou o(a)s estudantes negros e negras ganharem espaços políticos dentro da universidade, bem como alterar a configuração da mesma.

É possível notar que existem CENs que são mais ativos, operado numa lógica de tentar modificar o ambiente universitário. Nesse sentido, buscando reinformar que a presença dele(a)s no espaço demarca uma diferença. A universidade, então, passa a ser demandada para atuar de outra forma, tanto nos seus aspectos de funcionamento, produção de conhecimento e formação. Acrescenta-se a isso, que em alguns coletivos aparecem formas de agência que tentam vincular o espaço da universidade com organizações da sociedade civil que lidam com as questões do negro, com a questão racial. Muitos estudantes além de integrarem os CENs também fazem parte de outros coletivos, como já foi demonstrado. Em alguns casos, o(a)s discentes já se inseriram no coletivo com experiências anteriores de militância e tornam a universidade um espaço complementar para a sua própria agência.

Angola (CONAJIR) relata que dentre muitas das estratégias desenvolvidas pela EDUCAFRO, o qual fez parte, estava o conceito de Unireferência, ou seja, um estudante bolsista da ONG era “nomeado” para articular com outros bolsistas dentro das universidades, com o objetivo de auxiliar, trocar informações, possibilitar a melhoria das situações dos mesmos, e com isso, formar uma rede de defesa dos direitos humanos e combate ao racismo institucional. Como Angola trabalhou a parte de políticas públicas do EDUCAFRO, muitas vezes, fazia essa articulação com os unireferências e com os núcleos, por isso já tinha essa experiência de mobilização do ambiente acadêmico.

Diferentes daquele(a)s estudantes que já ingressam na universidade com alguma experiência adquirida em outros coletivos ou diferentes organizações, outros ingressam no CENs com apenas um debate racial baseado na vivência cotidiana e pouco ou nenhum conhecimento teórico-acadêmico.

[...] nunca pensei que alguém escrevesse sobre essas coisas tão nossas assim. E aí... abriu um mundo assim para mim, porque eu não tinha... zero conhecimento e até de como lidar com o racismo [...] depois de eu entrar no coletivo que daí eu comecei a ver assim como que era essa relação com a universidade, que existia pesquisa sobre isso, do racismo dentro da universidade [...]. (NAMÍBIA, CAFÉ DAS PRETAS).

Foi também através dos CENs que muito(a)s integrantes conseguiram melhor desenvolver habilidades de oralidade, ter a segurança para falar e saber se posicionar em

diferentes espaços – muitas vezes brancos e elitistas. Para Formagio (2019) isso está relacionado com a dimensão da afetividade, pois há uma identificação que constrói um elo entre os integrantes, com isso eles podem contar com apoio dos integrantes dos coletivos em espaços onde sintam dificuldades em se colocar. Não foi um dado que apareceu explicitamente neste estudo, mas seguindo o pensamento de Lima (2020) a família, na figura da mãe, nesse sentido, também se apresenta como fonte de segurança e apoio em um momento de destaque e conquista nesses espaços.

Cabe destacar que nesse processo de conhecimento, o contato direto com professore(a)s negros e negras possibilita ampliar a rede de contatos, facilitando a inserção em outros locais. Constantemente o(a)s integrantes dos CENs são convidados para palestras, debates e apresentações em diversos lugares e eventos dentro e fora da universidade. Integrantes do Coletivo Negrada, às vezes, participam de entrevistas para os jornais locais. Chade (Café das Pretas) relata que mesmo que o coletivo não esteja mais consolidado “[...] as coisas que foram construídas ali e elas ainda estão funcionando [...]”, pois elas sempre são convidadas para diversos eventos, porém, a pessoa interessada em ir não mais se apresenta como coletivo, mas sim como uma pessoa que já passou por ele.

Esse(a)s estudantes negros e negras também “delimitam cortes de cabelo, vestuários e outros acessórios relacionados à moda [tranças, *black power*, turbantes, maquiagens, brincos, roupas fabricadas com tecidos que remetam à África] que definem como parte de sua cultura negra e/ou afro-brasileira” (TRINDADE, 2018, p. 49). Observa-se que através, principalmente do corpo, trazem à tona um importante movimento de desconstrução de um padrão eurocêntrico de beleza, do conceito de roupas definidas como “feminina” e “masculina” e o resgate da ancestralidade. Ele(a)s estão circulando dentro e fora da universidade e nesse movimento a dimensão estética constrói a ação, ou seja, há também um **posicionamento político corpóreo-estético**. E o cabelo tem sido um dos principais símbolos, como discute Almeida (2019), Camargo (2018), Figueiredo (2002), Gomes (2002, 2012, 2017) e Mercer (1994). Nas falas abaixo isso fica evidente:

Hoje eu consigo achar beleza em mim [...] eu vejo pessoas que se parecem comigo eu penso, cara, se o cabelo dela consegue ser bonito assim, o meu também pode ser, ou se olha! Eu posso aprender fazer tranças, vai ficar muito legal no meu cabelo e tudo mais e isso representa história para mim, eu aprendi o significado de coisas que eu nunca teria ideia que vem nossa de herança da diáspora, tipo, é incrível. (UGANDA, COLETIVO WINNIE MANDELA).

Essa coisa da unidade eu sempre contava no Café que eu via duas meninas andando pela federal [...], e eu as via andando pela federal e eu as achava lindas, mas eu não tinha como falar para elas assim ‘oi, eu posso ser amiga de vocês?’... muito bonitas,

com os cabelos bem crespos, com umas roupas lindas e de turbante. (CHADE, CAFÉ DAS PRETAS).

Outra coisa legal sobre os coletivos... é legal que várias coisas sobre identidade aconteceram, uma colega nossa não usava o cabelo solto, ela tinha esse receio. Tinha o cabelo crespo. Ela não alisava, mas não deixava solto. Mas, participar do CONAJIR, ajudar a pensar isso, e participar do outro coletivo sobre estética negra, ajudou ela a pensar sobre isso. Ela fez a irmã dela deixar de alisar o cabelo. (ANGOLA, CONAJIR).

Desse modo, tais referências oportunizam a(o)s estudantes “novos olhares” e outras possibilidades, assim como uma reflexão crítica. Dito de outra forma, as experiências desse(a)s estudantes estão sendo informadas por representações que, por sua vez, fornece outro conhecimento. Assim como, reconstrói a crença na própria capacidade e potencialidades.

Com a presença de jovens negros e negras no âmbito universitário, que durante muito tempo tiveram seus corpos invisibilizados e suas vozes silenciadas, fomentou e ampliou a discussão racial nesses espaços. É possível observar a existência de CENs com ações reativas. Estes reagem a uma estrutura real ou supostamente racista ou racializada que é a instituição universitária. Os CENs têm tensionado as universidades a repensarem e garantirem não apenas o acesso de estudantes negros e negras, mas também a permanência, nos aspectos simbólicos e materiais. E nesse processo, problematizam a estrutura racial dos currículos e pontuam significativas mudanças nos conteúdos. As denúncias sobre fraudes no sistema de cotas também foram apontadas como algo que impactou e deu visibilidade para pensar as bancas de verificação da autodeclaração étnico-racial. Diversas reportagens e matérias foram publicadas em vários jornais de grande circulação local, nacional e até mesmo internacional.

Interessante também nos discursos trazidos pelo(a)s estudantes a importância do coletivo para uma afirmação de identidade política, individual ou coletiva, por exemplo, Togo (Negrex) diz: “Eu passei a me identificar como sujeito político”. Também perceber as diferentes formas de ser negro e como, nesse processo, cada pessoa vai se identificando dentro do próprio coletivo. Conforme aponta Argélia (Coletivo de Cotistas Negros da Pós-Graduação) entendendo-se “enquanto um povo, que é um povo que tem sido constantemente violado nos seus direitos e qual que é a nossa obrigação social a partir daqui”. E do entendimento que existem diferenças de “visão de mundo” entre outros coletivos.

Logo, fazer parte do coletivo e estar politicamente engajado tem mostrado o quanto isso também se conecta com o processo (re)construção de identidade. Em um estudo anterior (TRINDADE, 2018), mostrei que o tornar-se negro é um processo que, na maioria das vezes, acontece quando o estudante ingressa na universidade, após o contato com outros estudantes,

professores e coletivos. Isso vem se reafirmando e mostrando a importância, principalmente, do coletivo na vida de estudantes negros e negras, por criar essa dimensão de identificação política.

Podemos dizer, então, que a ideia de coletivo de estudantes negros e negras é fundamental porque atualiza e estabelece novas possibilidades de entendimento da luta política orquestrada pela juventude negra universitária no Brasil do século XXI e, também, por exigir um novo enquadramento nas discussões sobre mudanças sociais profundas, por meio de práticas que não se situam nos quadros analíticos da ruptura revolucionária. É uma luta política que tanto é restrita à instituição universitária quanto está totalmente articulada com lutas sociais da sociedade civil mais ampla em torno da ressignificação da presença negro-africana na formação social brasileira. Há, portanto, a emergência de um tipo de disputa intersubjetiva em curso que coloca em jogo diferentes regimes de representação no espaço institucional universitário e na sociedade civil. Isto é, as subjetividades não são construídas no vazio, existe uma conexão de sentidos.

Tanto a Somália (Coletivo Negra) quanto Sudão (EnegreSer) relatam que começaram perceber e refletir sobre os limites entre suas individualidades e o coletivo. Isso mostra, a partir da ideia de dupla consciência, uma certa dualidade. Estes estudantes se veem na sua individualidade e ao mesmo tempo enquanto grupo, tendo, portanto, duas identidades, que se complementam e ao mesmo tempo são diferentes.

Diante do exposto, considerando a narrativa da Etiópia (Coletivo Negra e Negros e Negras da CSO) que dá nome ao título deste tópico, devido à importância dos CENs na universidade e na vida pessoal do(a)s estudantes, conforme relatos que se fazem presentes nas entrevistas, fica explícito, que os coletivos são marcados por diferenças internas, ao contrário do que é imaginado. Existem, então, aqueles que são mais ativos, outros reativos e os que estão em transição – tem algumas reações diante de determinadas situações com tentativas de ações ativas.

3.3 “NEM TUDO SÃO FLORES”: ALGUNS FATORES QUE DESENCADAIAM CONFLITOS

“Nem tudo são flores”, não existe homogeneidade nos coletivos, como foi pontuado por Somália (Coletivo Negra). As relações são, muitas vezes, complexas e plurais, necessitando de reflexões acerca das tensões, das disputas, dos conflitos e das negociações

presentes que ficaram explícitas nos coletivos. Assim, buscando captar os fatores que desencadeiam conflitos e disputas nos coletivos pode observar, divergências políticas, relações de poder, saídas por conta própria ou mesmo expulsão. Em alguns casos gerando quebras de vínculos entre o(a)s integrantes e até mesmo amizades desfeitas. Tais situações, muitas vezes, interferindo nas decisões de estratégias e ações a serem tomadas.

Convém atentar que em vários coletivos muito(a)s ex-integrantes optam por se desligar por não concordar com o caminho que o coletivo estava tomando e os posicionamentos para a resolução de determinadas questões, porém isso não significa que existe quebra de vínculo, apenas deixar de assumir responsabilidades e/ou manter algumas amizades já estabelecidas. Por conta do forte laços de amizades, Namíbia (Café das Pretas) relata que por muitas vezes o coletivo era confundido como um grupo de amigas e isso, causava certo incômodo para quem estava entrando.

Existe também uma preocupação por parte de muito(a)s integrantes sobre a postura de algum(ma)s estudantes negros e negras que não fazem parte do coletivo, cuja atitudes e posicionamentos criticados pela comunidade acadêmica ou mesmo contrário aos do(a)s próprio(a)s integrantes, muitas vezes, refletiam dentro do coletivo. Isso porque todo(a)s negros e negras acabam sendo representados como aquele(a)s que possuem sempre os mesmos comportamentos e atitudes. Tal situação colocada reforça que, por mais que a realidade seja parecida, negros e negras não pensam e agem da mesma maneira. Uma concepção errônea de cultura, fechada em uma totalidade.

Assim, outro ponto que movimenta as discussões e cria tensões em diversos coletivos é definir quem é negro ou negra, sobretudo quando se trata da inserção no coletivo. Uganda (Coletivo Winnie Mandela) relata que a questão do **colorismo** sempre estava em debate, porém não excluía ninguém, principalmente se a pessoa se reconhece como negra. Considerando isso, muito tem se falado sobre colorismo, que foi usado pela primeira vez em 1982 pela escritora Alice Walker. Tal ideia é orientada pelos diferentes níveis de preconceitos sofridos pela população negra, na lógica de que quanto mais a pessoa se aproxima de um padrão branco maiores são os seus privilégios em relação aos negros de pele retinta.

Ao mesmo tempo que internamente nos CENs o termo é mobilizado para debater as diferentes formas de ser negro ou ser negra também é usado para questionar quem pode ou não pertencer, baseado nessa ideia de privilégios. É possível notar que a partir dessa compreensão pode ocorrer a acentuação do declínio da experiência comunitária, não levando em conta as diferentes formas de ser negro, propondo divisões. Nesse sentido, venho mostrando (TRINDADE, 2018) que o “lugar” dos “pardos” na história do Brasil é bem

complexo e gera polêmicas, tendo em vista a existência do ideário do branqueamento. Impedindo, muitas vezes, da pessoa de pele mais clara se assumir como negra, principalmente se seus traços fenotípicos – textura do cabelo e o formato do nariz e da boca – não forem tão marcantes, por sua vez, mais aceitáveis pela sociedade.

Questionando a ideia de colorismo, Sueli Carneiro (2004, [n.p]) afirma que as redefinições da identidade racial, por conta do avanço da consciência negra, já perceptíveis em levantamentos estatísticos, “tendem a ser atribuídas apenas a um suposto ou real oportunismo promovido pelas políticas de cotas, fenômeno recente que não explica a totalidade do processo em curso”.

Então, essa ideia de quem pode ou não pode pertencer aos CENs, talvez explique quando o estudante supracitado menciona o **lugar de fala** no seu relato. Para ele não há exclusão no coletivo, todo(a)s têm o seu lugar, mas as pessoas precisam reconhecer as opressões dentro dos espaços. Este conceito, que tem sido constantemente mencionado nos últimos tempos, foi elaborado pela Djamila Ribeiro (2017) com base no *feminist standpoint* – em português, ponto de vista feminista.

Para a filósofa não se trata de uma questão individual, mas estrutural. Reconhecer e considerar as experiências de opressão e dominação coletiva – compartilhadas por grupos socialmente construídas. Assim, defende a ideia de que é preciso dar voz a quem nunca pode falar, ou seja, romper o silenciamento de grupos subalternizados, pois eles devem falar por si mesmos. Nesse sentido, o discurso demarca a posição ocupada no grupo, por isso, um negro ou uma negra de pele mais clara, não teria autorização e legitimidade de fala naquele coletivo. Como debater sobre o racismo em um coletivo se nem todos podem ser ouvidos? Essa é outra armadilha, por reforçar ideais essencialistas das identidades, ser um dispositivo de inclusão/exclusão do que é diferente e dar ênfase na autorrepresentação.

Nesse mesmo sentido, devido às diferentes experiências do(a)s integrantes dos coletivos, ocorre o fato de muito(a)s não se sentirem contemplado(a)s ou reconhecido(a)s nas discussões, visto que existem demandas que são específicas e requer a possibilidade da inserção de outros debates. As negociações são constantes. Isso também pode ser observado nas entrevistas quando, por exemplo, relatam sobre quem são o(a)s estudantes que compõem os coletivos: “tinha pessoas de religiões de matrizes africana, [...] negras de pele mais clara [...] pessoas gays, lésbicas, trans também, que traziam ‘ah esse coletivo não está discutindo..., não me sinto acolhida aqui’...” (Somália, Coletivo Negrada).

Interessante que Somália (Coletivo Negra da) relata que muitas pessoas que saíram do coletivo não tinham posturas ativas dentro daquele espaço, mas ao assumirem outros coletivos, passaram a desempenhar um papel de maior visibilidade.

As demandas divergentes por conta do perfil socioeconômico do(a)s integrantes são apontadas pela Argélia (Coletivo de Cotistas Negros da Pós-graduação), que teve a experiência de passar por diferentes coletivos, como um fator que também gerava conflitos. A universitária explica que após a desarticulação do CEN algum(ma)s integrantes formaram outro coletivo, o Maloka. No entanto, o primeiro havia sido formado por estudantes negros e negras advindo(a)s da periferia, que necessitavam de assistência estudantil para permanecer na universidade e eram o(a)s primeiro(a)s da família a ingressar no ensino superior. Com o SISU – Sistema de Seleção Unificada, a estudante acredita que houve mudanças no perfil dos estudantes negros e negras, com isso, o Maloka além de agregar o(a)s integrantes mais antigo(a)s do CEN, integra outro(a)s jovens com um perfil, majoritariamente de classe média, que traziam diferentes demandas, principalmente, relacionadas à saúde mental.

Ou ponto de tensão mencionando principalmente pelas ex-integrantes do Café das Pretas foi a divisão de expectativas no que diz respeito aos objetivos do coletivo. Com o passar do tempo, as demandas para fazer formações e palestras aumentaram e, com isso, os encontros para discussões de textos quase não aconteciam. Muitas integrantes acharam mais importante atender a esses convites e outras não se sentiam confortáveis, preferindo manter a frequência de encontros para formações internas.

Logo, as relações dentro dos coletivos são repletas de atravessamentos, diferenças e pluralidades que, em geral causam fragmentações, ocasionando a criação ou recriação de novos coletivos, conforme os diferentes interesses que vão se configurando.

De posse das informações que foram fornecidas nos capítulos anteriores, passo, então, para o subsequente empreendendo uma leitura mais sistematizada que foi norteadas por problematizações e alinhavadas por uma teoria mais ampla, a partir dos conceitos de identidade, diferença, articulação e representação.

4. POSSÍVEIS DIÁLOGOS: DAS TRAVESSIAS NECESSÁRIAS... NO CONTATO COM O OUTRO

[...] o campo da representação não é estático. Desde o início da década de 1980 até o presente, as maneiras pelas quais as diferenças raciais e étnicas têm sido codificadas dentro da representação popular continuam a ser deslocadas por meio de novos padrões emergentes (HALL, 2016, p. 224).

Os estudos realizados por teóricos franceses, como Durkheim, Saussure, Barthes, Foucault e Derrida conduziram as reflexões do Stuart Hall sobre a noção de representação. Para pensar o contexto inglês ele renova a discussão, chamando atenção para o que está em jogo por trás da ideia de identidade – identificação: a disputa de regimes/políticas de representação. Sinalizando, nos anos de 1960/ 1980, a existência de jovens negros construindo um sistema de representação que combate o regime que querem enquadrá-los. Visão atrelada à **Virada Cultural** nas ciências humanas e sociais, que se desloca das vertentes americanas – marxistas – e francesas – estruturalistas –, incapazes de captar as novas demandas postas ao sujeito da pós-modernidade (HALL, 1997a; 2015; 2016).

O estudo aponta que o(a)s estudantes negros e negras estão dizendo que não querem mais serem posicionado(a)s. Suas experiências precisam ser reconhecidas. Isso, por sua vez, mostra que estão, exatamente, disputando as políticas/ regimes de representação. Com isso, buscam de maneira ativa e criativa diferentes formas de reconhecimento. Mas, o que os CENs trazem de novo, se pensarmos a antiga luta das organizações negras ao longo da história pela educação? Neste capítulo, então, movida pelas descobertas ao longo do estudo, teço os fios de modo a situar a totalidade das questões reveladas, ou seja, fazendo uma retomada mais profunda dos capítulos anteriores, com o objetivo de apontar onde encontram-se os CENs.

Assim, cuidadosamente vou me aproximando e me apoiando nos Estudos Culturais, uma vez que no Brasil ainda existe uma forte influência de outras vertentes hegemônicas do pensamento. Embasada, principalmente, nas contribuições de Stuart Hall, início com uma discussão teórica, não exaustiva, de modo a ampliar o conhecimento sobre identificação, articulação, representação e construção da diferença. E em seguida, busco responder a indagação mencionada acima a partir de uma leitura baseada em três pontos: a política institucional, a desconstrução binária e a construção estético-corporal.

4.1 IDENTIDADES CONSTRUÍDAS NO INTERIOR DA REPRESENTAÇÃO

Com advento da globalização, transformações rápidas, constantes e aceleradas vêm ocorrendo na sociedade. As diversas mudanças atreladas às novas tecnologias e a revolução da informação que são geradas proporcionam cada vez mais a circulação de informação, conhecimentos, dados, etc. Encurta-se a distância e torna mais acessível obter “[...] informação acerca de – nossas imagens de - outros povos, outros mundos, outros modos de vida, diferentes dos nossos” (HALL, 1997a, p. 22), bem como causam mudanças nos padrões de produção e consumo.

Frente a esse fenômeno, intensificado a partir de meados século XX, a cultura é (re)colocada no centro das discussões, promovido pelas Ciências Humanas e Sociais, no sentido substantivo entendendo o seu lugar “na estrutura empírica real e na organização das atividades, instituições, e relações culturais na sociedade, em qualquer momento histórico particular” (HALL, 1997a, p. 16) e epistemológico referindo-se a sua posição “em relação às questões de conhecimento e conceitualização, em como a ‘cultura’ é usada para transformar nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo” (HALL, 1997a, p. 16).

A **revolução cultural**, como foi denominada por Hall (1997a), tem causado em nível global “[...] impacto sobre os modos de viver, sobre o sentido que as pessoas dão à vida, sobre suas aspirações para o futuro - sobre a ‘cultura’ num sentido mais local”. Isto é, essas mudanças culturais estão instituindo uma rápida mudança social, invadindo a todo momento, nossa privacidade e o nosso cotidiano. As trocas culturais intensificadas pelo aumento dos deslocamentos – de contextos locais através do tempo e espaço –, produzem novas configurações culturais – diferenciações culturais –, conseqüentemente, novas identificações. A identidade, então, torna-se um conceito central, que também vem sofrendo mudanças ao longo da história, ocasionando transformações na concepção de sujeito (HALL, 1997a; 2013; 2015).

A cultura passa ser vista de maneira mais ampla. Sendo abordada socialmente “[...]como uma condição constitutiva da vida social, ao invés de uma variável dependente [...]” (HALL, 1997a, p. 27). Esse novo enfoque dado ao conceito de cultura promoveu a virada cultural: uma reação crítica ao marxismo clássico – ortodoxo – pela postura reducionista e ênfase as esferas econômicas – e suas contradições de classe. Hall (1997a) afirma que esse movimento tem sido por vezes apresentado como uma ruptura total no universo teórico das ciências sociais, porém trata-se de uma reconfiguração de elementos. Ainda o autor enfatiza:

Sempre existiram tradições. Mesmo na sociologia dominante dos anos 1950 e 1960, que privilegiaram questões de significado: tais como, o interacionismo simbólico, os estudos dos desvios, o interesse da ciência social americana pelos ‘valores e atitudes’, o legado de Weber, a tradição etnográfica, muito influenciada pelas técnicas antropológicas e assim por diante. [...] alguns dos quais sempre estiveram presentes na análise sociológica, agora associada a novos elementos em particular, o foco na linguagem e na cultura como área substantiva, e não simplesmente como aquela que servia de elemento de integração para o restante do sistema social. (HALL, 1997a, p. 30).

A virada cultural começou a ter mais impacto na vida intelectual e acadêmica, na década de 1960, com os estudos de Lévi-Strauss e Roland Barthes na França, e de Raymond Williams, Richard Hoggart e Edward Thompson, no Reino Unido. O chamado **Estudos Culturais** – EC emergem como um campo de pesquisa interdisciplinar organizado em torno da cultura, por meio de diferentes linhas teóricas e de análise. Na Inglaterra os EC passam a ser oficialmente institucionalizado a partir dos anos de 1960, a partir da fundação do *Center for Contemporary Cultural Studies* – CCCS (**Centro de Estudos Culturais Contemporâneos**), em 1964, na Universidade de Birmingham (HALL, 1997a)⁹⁴.

Além da influência gramsciana nos Estudos Culturais, Stuart Hall, endossado por outras abordagens teóricas, pós-estruturalistas francesas, advindas de diferentes áreas, como a linguística, a teoria da linguagem, a antropologia e a psicanálise, incorpora novas concepções, abrindo espaço para outras formas de interpretar e significar o mundo – dar sentido de ação e agência.

Hall (1997a; 2016) descreve sua análise sobre a política da cultura a partir de uma abordagem construtivista da representação. A cultura passa a ser entendida como um conjunto de práticas, organizadas e reguladas pelos significados culturais. Esses, instituem o mundo real, dando-lhe sentido e inserindo-o em um jogo de linguagem e sistemas de classificações, fazendo com que ele seja definido de uma forma ou de outra. Assim, são culturais todas as relações sociais, instituições e processos políticos, sociais e econômicos.

[...] o sentido é visto como algo a ser produzido – construído – em vez de simplesmente ‘encontrado’. [...] a representação é concebida como parte das coisas, logo, a cultura é definida como um processo original e igualmente constitutivo, tão fundamental quanto a base econômica ou material para a configuração de sujeitos sociais e acontecimentos históricos – e não uma mera reflexão sobre a realidade depois do acontecimento. (HALL, 2016, p.25).

⁹⁴ Os três pesquisadores mencionados estavam ligados ao que se denominou de Nova Esquerda, um movimento político de esquerda atuante especialmente na Grã-Bretanha, a partir década de 1960. Dados os limites desta tese, não aprofundarei nessa discussão e nem no contexto de surgimento dos EC, visto que requer maior detalhamento, porém não pode ser desconsiderado.

Dito de outra maneira, Hall (1997a, p.16) demonstra que “os seres humanos são interpretativos, instituidores de sentido”. As nossas culturas, portanto, são constituídas do conjunto variado de significados – utilizados pelos seres humanos para “definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular a sua conduta uns em relação aos outros” – que dão sentido às nossas ações. Isto é, os significados “organizam e regulam práticas sociais, influenciam nossa conduta e conseqüentemente geram efeitos reais e práticos” (HALL, 2016, p. 20). São construídos através da representação, alguns dos quais não são tão facilmente legíveis (WOODWARD, 2003). Essa representação, ou seja, o processo ou produção do significado por meio da linguagem (instrumento comunicacional - representa, constrói e transmite significados), “que permite nos referirmos ao mundo ‘real’ dos objetos, sujeitos ou acontecimentos, ou ao mundo imaginário de objetos, sujeitos e acontecimentos fictícios.” (HALL, 2016, p. 34).

Hall (1997a, p. 29), também vai mostrando que os significados são transmitidos pelos discursos, que “[...] refere-se tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento”. Considerando que o sujeito, histórica e sociologicamente situado, é uma figura discursiva (HALL, 2009, 2011), os sistemas classificatórios são construídos sempre, em torno da diferença e das formas pelas quais as diferenças são marcadas.

É através da interação entre as pessoas – durante o processo de socialização – que as identidades são construídas mediante a representação de como nos vemos e como somos representados pelos outros. Isto é, numa relação entre o **Eu e o Outro** (HALL, 2014, 2015). Justamente por isso, o autor sugere a utilização da expressão identificação, destacando que:

Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. (HALL, 2015, p. 24-25).

Portanto, a identidade é definida por um processo de identificações e não por um inconsciente individual. E são construídas no interior da representação, por meio da cultura. É na interpelação, dentro das definições fornecidas pelos discursos – externamente –, que os sujeitos se posicionam e acabam o produzindo – internamente –, como um **regime de verdade** ou como, Stuart Hall utiliza, políticas/regimes de representação.

O sujeito pós-moderno não mais se constitui como uma identidade fixa, permanente, única, homogênea, com o que é preestabelecido socialmente como marca da sua identidade. Como Hall (2015, p. 20) destaca “[...] a classe [social] não pode servir como dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas”.

Hall (1980, 1996b, 2013, 2014, 2015) buscou evidenciar como o sujeito agencia um posicionamento no interior de uma formação discursiva ao invés de buscar teor da essência. Não há uma verdade para ser revelada ou uma origem para ser encontrada. Para descrever este processo, o autor utiliza o conceito de articulação, tomando como referência às obras de Ernesto Laclau e Louis Althusser. Esclarece que, não se trata apenas de uma articulação/conexão/elo – entre o Eu e o Outro –, mas criar articulações acreditando nelas. Não como um jogo de dominação, pois envolve a criação e manutenção de interesses. Os sujeitos formam uma articulação – um centro unificado –, a partir de diferentes elementos. Ou ainda como sublinha, a articulação oferece os meios para explicar “unidade com a diferença; a diferença em uma unidade complexa, sem que isso implique o privilégio da diferença em si” (HALL, 2013, p. 180).

Não é uma articulação – vínculo – absoluto, necessariamente dado, que requer certas condições para a sua emergência. Por isso, Hall (1996b, p. 141) nos orienta que é preciso perguntar sobre quais circunstâncias pode ser forjada ou feita uma articulação. Essa pode se rearticular constantemente de diferentes maneiras, ou seja, o sujeito pode assumir múltiplas identidades. De acordo com o contexto – ou com o jogo, utilizando o termo empregado pelo filósofo Jacques Derrida –, nos quais se inserem, tal como atender as necessidades, especificidades, singularidades de sujeitos ou grupos que as reivindicam e ajustam conforme seus interesses. Podendo até mesmo desaparecer ou levando a quebra de antigos vínculos e novas articulações, sem mesmo apagar os vestígios existentes “internamente”.

Essa fragmentação é produto do que Hall (2015) chama de **descentramento do sujeito**, que por sua vez, causa uma **crise de identidade**. Integrando, amplo processo de “que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2015, p. 9).

A identificação é, pois, um **processo de articulação**, uma saturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre ‘demasiado’ ou ‘muito pouco’ – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. [...] Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao ‘jogo’ da *différance*. [...] opera por meio da *différance*, ela envolve o trabalho discursivo, o

fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de ‘efeitos de fronteiras’. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui. (HALL, 2014, p. 106, grifo nosso).

Para a melhor compreensão, antes de avançar com a escrita, vou me alongar em alguns parágrafos atentando para o pensamento do Jaques Derrida, mencionado mais acima. Para o filósofo, *différence* não seria nem um conceito, nem uma palavra. É um jogo, uma estratégia, uma aventura. Utiliza o trocadilho a partir da introdução da letra **a** na escrita da palavra *différence*, que no francês, a diferença entre as duas vogais permanece puramente gráfica, na fala “não se ouve, permanece silencioso, secreto e discreto” (DERRIDA, 1991, p. 35). Uma forma sucinta de criticar a vantagem da fala sob a escrita da tradição filosófica.

Derrida (2009) esclarece que o centro, considerado único, não tinha um lugar natural, não é fixo e é o local onde eram feitas as substituições de signos – palavras –. Destaca-se que, para o autor “o substituto não se substitui a nada que lhe tenha de certo modo preexistido” (DERRIDA, 2009, p. 409). Na ausência do centro, que “tinha como função não apenas de orientar e equilibrar, organizar a estrutura [...], mas sobretudo levar o princípio de organização da estrutura a limitar o que poderíamos denominar de jogo da estrutura” (DERRIDA, 2009, p. 407), isto é, de permitir o jogo de elementos no interior da forma, a linguagem invadiu o campo e tudo se torna discurso. Derrida (2009, 421) assevera que

Este campo só permite estas substituições infinitas porque é finito, isto é, porque em vez de ser um campo inesgotável, como na hipótese clássica, em vez de ser demasiado grande, falta-lhe algo, a saber, um centro que detenha e fundamente o jogo das substituições.

O discurso, por sua vez, não está fora do sistema da diferença. A ausência de significado que amplia o campo e o jogo da significação. Desta maneira, o autor demonstra que os signos não são uma coisa em si, não são a presença⁹⁵ daquilo que ele dispõe representar. Ele “representa o presente na sua ausência. Faz às vezes dele. [...] o signo seria então a presença diferida” (DERRIDA, 1991, p. 40), ou seja, carrega apenas o traço daquilo que ele substitui – representa – e o traço daquilo que ele não é – a diferença. É nesse sentido que eles são produzidos/ definidos através de outros signos dos quais eles diferem – difere.

⁹⁵ Para Derrida (2009) a tradição filosófica pode ser definida como metafísica, pelo fato de sempre buscar um começo e um fundamento para realidade. Esse fundamento é considerado por ele sendo a presença. Demonstra que “A presença de um elemento é sempre uma referência significativa e substitutiva inscrita num sistema de diferenças e o movimento de uma cadeia. O jogo é sempre jogo de presença e de ausência, mas se o quisermos pensar radicalmente, é preciso pensá-lo antes da alternativa da presença e ausência; é preciso pensar o ser como presença ou ausência a partir da possibilidade do jogo e não inversamente” (DERRIDA, 2009, p. 425).

Utilizando outras palavras, a *différance* tem como etimologia o verbo latino *differre* – diferir –, que tem dois sentidos que parecem ser bem distintos: temporização e espaçamento. O primeiro, “[...] recorrer, consciente e inconsciente, à mediação temporal e temporalizada de um desvio que suspende a consumação e a satisfação do ‘desejo’ ou da ‘vontade’, realizando-o de fato de um modo que lhe anula ou modera o efeito” (DERRIDA, 1991, p. 39). Representa a “estrutura classicamente determinada do signo: ela pressupõe que o signo, diferindo a presença, só é pensável *a partir* da presença que ele difere e em vista da presença diferida de que intentamos reapropriarmos” (DERRIDA, 1991, p. 40, grifo do autor). Já o segundo, nota-se que é “[...] necessário que entre os elementos outros se produzam, ativamente, dinamicamente, e com uma certa perseverança na repetição, intervalo, distancia, espaçamento” (DERRIDA, 1991, p. 39). E o mais comum e mais fácil de identificar – não ser idêntico, ser outro, ser distinto –, estabelece a possibilidade de conceitualização no interior do sistema linguístico.

Todo significado é formado por uma cadeia sem fim de significado da qual ela difere, sempre de maneira secundária e provisória – o significado é muito mais efeito do jogo semântico do que dado pela sintaxe. Assim, *différance* é o movimento do jogo que produz as diferenças, os efeitos de diferença.

Nota-se que, as formulações derridianas apontam para uma perspectiva de desconstrução da linguagem. Dar ênfase na “[...] existência de uma diferença que não é traduzível no processo de significação dos signos, nem organizável nas polaridades identitárias [...]” (COSTA, 2006, p. 125). Porém “[Stuart] Hall quer ir além dos jogos textuais da inscrição e reinscrição, buscando construir, com base na ideia de sujeitos descentrados, uma sociologia política das negociações culturais” (Ibid., p. 127).

Portanto, as identidades são organizadas por suas classificações e demarcam-se pelas distinções que fazem, isso, de acordo, com o tempo e o espaço. Essas demarcações sempre implicam em fronteiras, relações de poder, inclusão, exclusão e distinções entre a noção **Eu** e **Outro**. Mas, não existe essa noção; pois, na sua formação existe o **Nós**, que todo momento estamos retardando. Nas palavras de Gilroy (2007, p. 125):

A identidade nos ajuda a compreender a formação daquele pronome perigoso: ‘nós’, e a levar em conta os padrões de inclusão e exclusão que ela cria mesmo sem querer. Esta situação se torna ainda mais difícil, uma vez que a identidade é reconhecida como um problema em si mesmo, adquirindo assim uma importância adicional.

A identidade não se constitui *a priori*, mas em processo, em constante movimento. Sempre está em construção e reconstrução, gradativamente ao longo do processo histórico, conforme as relações, os interesses, ou mesmo do contexto em que se encontra, por isso, sem garantias. O sujeito não é, torna-se. Pois, se ele não consegue se identificar como pertencente a um determinado grupo e não é identificado por esse, é preciso criar outras formas de identificação. Isso não quer dizer que os sujeitos não saibam quem eles são. Todas as identidades participam daquilo que eles são, mas nenhuma delas é suficiente para defini-los.

Neste mesmo sentido, Appiah (2000, p. 608) afirma que, no processo de identificação o “[...] individual intentionally shapes her projects – including her plans for her own life and her conception of the good - by reference to available labels, available identities”⁹⁶. Assim, também esclarece Woodward (2003, p. 24) que “identificação envolve tomar uma identidade para si mesmo”, não sendo apenas os comportamentos e expressões exteriores que são observáveis pelos outros. Corroborando, Rose (2001a; 2001b), através do conceito de subjetivação, assevera que somos o que somos, pois nos relacionamos conosco mesmos – com os nossos eus – e com os outros, num processo múltiplo de formação e transformação. Por isso, é preciso se atentar para as práticas e técnicas que constituem o ser humano. Sendo assim,

[...] a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos - e mais imprevisíveis - da mudança histórica no novo milênio. Não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de uma "política cultural". (HALL, 1997a, p. 20).

Hall (1997a) esclarece que as lutas pelo poder, inerentes aos processos históricos, antes compreendidas apenas pelo aspecto físico-corporal – como uma práxis revolucionária política – passam a serem disputas simbólicas e discursivas. Travadas nas diversas esferas da sociedade: nas publicidades, por meios da comunicação de massa – televisão, rádio, jornais, revistas e internet –, e através da produção de artefatos destinados ao mercado⁹⁷.

Os diferentes grupos sociais produzem e reproduzem mapas de significados (DU GAY *et al.*, 1997; HALL, 1997b, 2016) distintos, que definem padrões aceitáveis ou não, revelando, deste modo, a característica política da representação. Ou seja, no mundo

⁹⁶ “[...] indivíduo intencionalmente molda seus projetos - incluindo seus planos para sua própria vida e sua concepção do bem - por referência a rótulos disponíveis, identidades disponíveis” (APPIAH, 2000, p. 608, tradução minha).

⁹⁷ Através **Circuito da cultura** desenvolvido por DU GAY *et al.* (1997) é possível observar como a articulação entre consumo, produção, identidade, representação e regulação, sem privilegiar qualquer um desses eixos, são importantes para compreender os sentidos atribuídos a um artefato cultural.

contemporâneo pós-colonial, as identidades vêm sendo contestadas, cada qual com suas particularidades, resultando na produção de diferentes formas de posicionar-se. Corroborando, Gilroy (2007, p. 125) salienta: “a identidade se torna uma questão de poder e autoridade quando um grupo procura realizar a si próprio de uma forma política. Este grupo pode ser uma nação, um Estado, um movimento, uma classe, ou alguma combinação instável de todos eles”.

Os movimentos das minorias, não valendo apenas para a raça, mas também para outras etnicidades que são marginalizadas, reforçam a contestação às identidades fixadas pelos poderes dominantes. Para Hall (2013, p. 376) “é também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno das diferenças, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural”, que, por sua vez, tornam a identidade um fator importante de mobilização política (HALL, 2013; WOODWARD, 2014).

Entende-se, então, que é por meio da marcação da diferença, seja ela simbólica ou social, que as identidades são construídas e não fora dela (HALL, 2014; WOODWARD, 2003; 2014), muito embora tenhamos a ideia de que se dá através da semelhança, do reconhecimento de elementos em comum. A identidade tem a diferença e a similaridade como características importantes; relaciona-se tanto com o que as pessoas têm em comum uma com as outras quanto com as diferenças. Sendo assim, a noção de experiência passa a ser fundamental para entender a diferença, pois é “na ‘experiência’ [que] todas as práticas se inter cruzam; dentro da ‘cultura’ todas as práticas interagem – ainda que de forma desigual e mutuamente determinante” (HALL, 2003, p. 156-157).

Desse modo, o que esbocei até aqui permite-me estabelecer no próximo tópico um diálogo dessa teoria mais ampla com o campo de estudo. Apontando para as implicações da presença desse(a)s jovens negros e negras dentro e fora da universidade. Com isso, reforçando o protagonismo de luta política e epistemológica desse(a)s jovens; focando, sobretudo, no que ele(a)s realmente têm inovado e o que é, de certa maneira, uma continuidade no processo de lutas do movimento negro e o que diferente das gerações anteriores.

4.2 ESTUDANTES NEGROS E NEGRAS PEDEM PASSAGEM: “SE NÃO SABE, VOLTA PARA BASE”⁹⁸

Tomando como referência o pensamento do Fanon (2008), é o colonialismo que inventa o negro, negando, sobretudo, sua humanidade. Esse não é visto como humano, é apenas reduzido ao seu corpo – sob um olhar estereotipado: “tanto ao que é imaginado, fantasiado, quanto ao que é percebido como ‘real’” (HALL, 2016, p. 200). Quando o signo negro é significado, ou seja, posto em movimento, uma cadeia de significação desloca o sentido de ser negro enquanto algo desumano, na **zona do não-ser** (FANON, 2008). Nesse sentido, essas cadeias reescrevem “[...] através de gestos, atitudes, olhares [...]” (FANON, 2008, p. 103) o lugar fixo do **ser negro**. Essa prática de transformação do sujeito, no caso o negro em **Outro**, Toni Morrison (2019) chamou de processo de ser ou sentir-se diferente em aparência ou caráter do que é familiar, esperado ou geralmente aceito (*Outherness*). A maneira de narrar o Outro: sempre é o inferior, um estrangeiro, aquele que é privado de sua humanidade.

Com isso, os indivíduos racializado(a)s como negros e negras encontram dificuldade de elaborar seu próprio esquema corporal, já que os elementos para esse processo são fornecidos “[...] pelo outro, o branco, que os teceu [...] através de mil detalhes, anedotas, relatos” (FANON, 2008, p. 105). Esse processo, portanto, pode ser entendido como a **epidermização da inferioridade**. O seu corpo fica fixado a sua própria epiderme. Dialogando, Hall (2016, p. 200, grifos do autor) assevera:

O problema é que os negros estão presos na *estrutura binária* do estereótipo, a qual está dividida entre dois extremos opostos, e são obrigados a ir e voltar interminavelmente entre um e outro, muitas vezes representados com *os dois ao mesmo tempo*.

O negro, aprisionado para qualquer possibilidade de existência, não vendo outra saída para escapar da inferioridade e ser reconhecido, culpabiliza-se, veste a máscara branca – na tentativa – ilusória – de se igualar ao seu opressor (FANON, 2008). Quer dizer, o racismo conforma a vítima de tal forma fazendo com que ela seja uma pessoa contrária a uma luta pela sua própria emancipação. Aproveitando-se disso, o branco para “libertar” o negro do mundo místico, cria outra história, baseada em um discurso dominante. No entanto, para os negros se libertarem é preciso tomar consciência da sua existência, pois, só assim, estará pronto para a

⁹⁸ Referência à fala do rapper Mano Brown no comício do candidato à presidência, Fernando Haddad, no dia 23 de outubro de 2018, no Centro do Rio de Janeiro.

luta por reconhecimento. Tornando-se “despertador do povo”, erguendo-o, elevando seu pensamento e tornando-o humano, tendo a possibilidade de “falar, exprimir-se, inventar” (FANON, 1968, p. 160).

Fanon (2008, p. 108) ainda afirma: “Desde que era impossível livrar-me de um complexo inato, decidi me afirmar como negro. Uma vez que o outro hesitava em me reconhecer, só havia uma solução: fazer-me conhecer”. Para o autor, o negro precisa radicalizar a sua negritude, afirmar o que está sendo negado e tudo que lhe pertence que está sendo inviabilizado e desvalorizado – os saberes, os conhecimentos e os valores africanos. Isso está diretamente ligado a um processo de emancipação da sociedade.

O trabalho de Fanon ajuda compreender que a agenda antirracista vai muito mais além. Faz críticas aos movimentos da negritude de Aimé Cesáire e Leopold Senghor, pois eles tomam a identidade como fim, mistificando, essencializando. Não se pode perder de vista as contradições internas do que é chamado de negro pelo branco, como explica Deivison Faustino em uma fala no grupo de estudos privado, denominado **Frantz Fanon: Leituras partilhadas**, no *Facebook* (ALMEIDA, 2020). A relação precisa ser dialética, devendo haver um reconhecimento recíproco, já que as culturas não são puras, as tradições são transformadas. A contradição não é apenas do branco.

Nesse mesmo sentido, Gilroy (2012) e Hall (2013) propõem repensar o conceito de tradição. Uma vez que é a memória que permite que a tradição seja preservada. O contar e recontar histórias, seja inventada ou não, desempenhar um papel fundamental para a identidade, “[...] que não pode ser apreendido mediante a lógica maniqueísta da codificação binária” (GILROY, 2012, p. 370). Portanto, é preciso ver as máscaras fora do binarismo.

Nesses termos, Gilroy (2007) explica que o pertencimento é construído pela maneira como as coletividades políticas compreendem a relação de parentesco, e essa, pode ser imaginada – comunidade de memória. Portanto, corre-se o risco desta ser ligada a uma experiência única. Nas palavras do autor, risco de uma **similitude pura**. Ou a partir da normatividade – consentida –, socialmente construída. Segundo HALL (2013 p. 30, grifo nosso):

Não podemos jamais ir pra casa, voltar à cena primária enquanto esquecidos de nossos começos e ‘autenticidade’, pois **há sempre algo no meio** [between]. Não podemos retornar a uma unidade passada, pois só podemos conhecer o passado, a memória, o inconsciente através dos efeitos, isto é, quando este é trazido para dentro da linguagem e de lá embarcamos numa (interminável) viagem.

A sensação de não-pertencimento faz com que os laços com as terras de origem/ a tradição se mantenha fortes. Mas, sem a ilusão de um retorno, uma vez que, como Trouillot (2015) também aponta, não há como reconstruir o passado. Dito de outra maneira, as identidades culturais não são puras e homogêneas, não estão fechadas sob uma concepção de limites de fronteiras ou territórios, pelo contrário, estão abertas e compõem-se em meio às diásporas. Isso significa dizer que, o conceito de diáspora ultrapassa o caráter substantivo de processo de dispersão dos povos colonizados da África para Europa, Américas e Ásia. Por isso, esse fenômeno não pode ser encarado como resultado final do trânsito, pois visto dessa forma corre-se o risco, das tensões e dos conflitos que estão em jogo, que dizem respeito à vida e à morte, não serem percebidos.

Toda a extensão do movimento precisa ser observada: as negociações, as histórias de fugas do cativo, a travessia, as manifestações culturais, as distinções, a hibridez – essa mistura de ideias, de ativistas, de artefatos culturais e políticos, a chegada ao Atlântico, as adaptações, ou seja, a experiência da viagem. Bem como a transformação das identidades dos africanos escravizados oriundos de diversas etnias que passaram a ser identificados como **negros**.

Gilroy (2012) denomina Atlântico Negro esse amplo processo de trocas, símbolos e ideias associadas à África, como lugar de origem, que são redefinidos em contextos culturais locais. Para o autor essa hibridez não deve ser interpretada como perda de **pureza racial**, mas como algo que contribuiu para a formação do mundo moderno. Ainda afirma que, no presente momento, a diáspora oportuniza a (re)construção e elaboração da cultura negra, através da combinação com outros elementos, frutos do contato com o mundo globalizado, que possibilita a elaboração de novos discursos contra hegemônicos e novos sujeitos sociais.

Partindo dessa ideia, abre-se espaço para construção de **identidades em trânsito**. Também podemos dizer constituídas no **entre-lugar** (GILROY, 2007) ou no **terceiro espaço** (BHABHA *apud* RUTHERFORD, 1996). Consequentemente, para a formação de identidades fragmentadas – dupla ou até mesmo múltipla –, apontando para identificações diaspóricas, isto é, transnacionais – que ultrapassam perspectivas nacionais no processo de como a cultura é significada (HALL, 2013; GILROY, 2012).

Percebe-se que era justamente esse debate sobre a identidade que W. E. B. Du Bois (1999) estava implementando, a partir da coexistência de dois mundos feitos pela **dupla consciência**. Segundo esta ideia os afro-americanos vivem certa dualidade – ser negro e ser americano –, se veem na sua individualidade e ao mesmo tempo enquanto grupo, tendo,

portanto, duas identidades, que, continua sendo separada pela sociedade. Essa, não compreende que as identidades se complementam e ao mesmo tempo são diferentes.

Du Bois (1999) utilizando o véu como metáfora, afirma que o maior problema do século XX é a *color line* (**linha de cor**) – “uma estrutura global durável da supremacia branca sustentada por forças econômicas, políticas e ideológicas semelhantes em todo o mundo que produz estratificações raciais” (SILVÉRIO *et al*, 2020, p. 376). E sublinha que o negro “começou a ter um indefinido sentimento de que, para alcançar seu lugar no mundo, deveria ser ele mesmo, não o outro” (DU BOIS, 1999, p. 43). No século XXI, de acordo com Hall (2017), o problema é entender e viver as diferenças.

A **raça**, portanto, é uma invenção construída diariamente; somos lembrados todo tempo. Um **significante deslizando**, com diz Hall (2017), que funciona estabelecendo uma articulação “[...] discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. Contudo, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria (Hall, 1994)” (HALL, 2013, p. 76-77).

Considerando, então, a realidade brasileira, a dupla consciência foi lida pelo modo europeu de debater o racismo, adaptada à realidade. Aderiu-se, no final do século XIX, em meio à abolição da escravatura e da proclamação da República, ao desejo do embranquecimento da população em nome do progresso da nação. No bojo da política nacional fomentou-se, sobretudo, em virtude da influência da elite cafeeira, um projeto de modernidade – a ideia de consolidação da imagem do Brasil como nação civilizada. Portanto, no Brasil, o racismo além de se manifestar pelo caráter biológico, como marcas simbólicas, no discurso se apresenta marcado pelo racismo cultural (HALL, 2013; 2015). A experiência do negro e da negra não existe; ele(a) continua sendo representado(a). É o moreno ou a morena ou mesmo qualquer uma das 136 autoatribuições de cores diferentes identificadas na pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1976.

Retomando na perspectiva de Fanon (1968; 2008), para ele é preciso engajar-se contra todos os tipos de atos que negam a humanidade do negro, em todas as dimensões onde ele é ameaçado. A superação do racismo passa por uma práxis revolucionária constante e em qualquer tempo. Uma luta travada racionalmente e não baseada na emoção, colocando-os em condições de igualdade com o branco. Na França, Fanon (1968) fez críticas à esquerda por secundarizar a luta contra o racismo.

No Brasil, não existe pauta sobre racismo como prioritária. As pautas não consolidam condições estruturais e institucionais de combate ao racismo. Guerreiro Ramos já havia apontado para essa questão, pois ele discutia vários assuntos como desenvolvimento, projeto

nacional, administração pública, entre outros, e percebia que nenhum desses tratava sobre a questão racial.

Essa visão leva-me à discussão levantada no primeiro capítulo. Repara-se que a própria esquerda inviabilizou a população negra e criou uma narrativa de luta que pensa a experiência negra isolada das demais lutas, que também atingem negros e negras. Insiste em uma política baseada na classe, que já não faz mais sentido. Nessa perspectiva, a raça tem sido utilizada com status de classe e de poder político, como demonstra Gilroy (1987); Hall (1986, 1992) citado por Silvério (2002). E isso tem consequências nas elaborações de políticas públicas. Diferentemente do contexto de outros países. Na Inglaterra, por exemplo, já na década de 1950, um pequeno grupo de intelectuais negros começava a debater sobre o racismo e mostrar que a esquerda não se atentava para os problemas que aconteciam na base da sociedade.

Ao longo do processo de implementação das cotas no Brasil, principalmente as raciais, fomentaram diversos debates, em especial no espaço acadêmico, tornando-se assunto de destaque na imprensa. As discussões sobre o tema foram polêmicas e até os dias atuais dividem opiniões. Na UFES, por exemplo, aconteceram diversas manifestações em favor as cotas, realizadas, sobretudo, por representantes dos movimentos negros, cursinhos populares e estudantes de escolas públicas. Já as manifestações contrárias, foram protagonizadas por instituições privadas, principalmente mobilizadas por representantes e estudantes de cursinhos pré-vestibular (SANTOS, 2014 *apud* TRINDADE, 2018).

A lei de cotas representa um avanço na democratização do ensino superior brasileiro. Uma demanda dos movimentos organizados, especialmente, de vários anos de lutas travadas pelos Movimentos Negros pela adoção de políticas públicas para garantir à população negra o direito à educação. Porém, por mais que se ampliou a entrada no ensino superior, o governo não ofereceu recursos objetivos para que realmente isso se materializasse. Ademais, é perceptível que a diferença foi estabilizada para fazer políticas públicas. Fixou-se categorias; fechando os olhos para os movimentos que estavam em jogo, o que está acontecendo na base, ou seja, para o processo de diferenciação interna do movimento. A esse respeito Gomes (2017, p. 116) diz o seguinte:

[...] o encontro de jovens de diferentes pertencimentos étnico-raciais, via políticas de cotas, é acompanhado de mais uma tensão e de mais um conflito. Os jovens negros cotistas são, na realidade, corpos negros que se contrapõem à ideologia da cor e do corpo.

O(a)s estudantes negros e negras, ora denominados cotistas, adentram em um novo espaço – a universidade e começam a perceber que esse ambiente apresenta caráter elitista e faz manutenção de privilégios brancos. De um lado, um grupo historicamente excluído, que busca a oportunidade de ingressar e permanecer na universidade e do outro, um grupo dominante, que tenta impor seus significados para preservar seus privilégios e *status*. Patrícia Hill Collins (2009) em um texto sobre o significado do ano de 1968, no contexto dos Estados Unidos, já havia captado como essas diferentes experiências estão orientadas – retornarei na análise da autora mais adiante.

O(a)s estudantes negros e negras, “[...] com outros saberes, outra forma de construir conhecimento acadêmico e com outra[s] trajetórias[s] de vida” (GOMES, 2017, p.114), são vistos como aqueles que estão “invadindo” um espaço, que aparentemente não precisava ser modificado. Por isso, os estudantes racializados brancos sentem-se ameaçados, com medo ou receio de perder sua posição social de grupo, ou seja, de “sair do seu lugar” (BLUMER, 2013, p. 148). Ainda como diz Morrison (2019, p. 54):

E como se eles gritassem: “Eu não sou um animal! Eu não sou um animal! Eu torturo os indefesos para provar que não sou fraco”. O risco de sentir empatia pelo estrangeiro é a possibilidade de se tornar estrangeiro. Perder o próprio status racializado é perder a própria diferença, valorizada e idealizada.

As diferentes experiências dos dois grupos não são levadas em consideração. Prefere-se racializa-los e traçar pontos de convergências, questionando os conhecimentos e os valores de estudantes negros e negras, por meio de estereótipos. Reforçando uma lógica binária de pensamento, criando hierarquias.

Atualmente no Brasil, deparamo-nos com constantes e expressivos ataques ao ensino público brasileiro, com discursos produzidos para descaracterizá-lo e retirar a sua credibilidade. Na tentativa de limitar e regular a atividade docente e de desarticular os movimentos estudantis, coletivos e todos os projetos que visam fomentar o pensamento crítico e o desenvolvimento criativo. Adotando estratégias que restringe o investimento nas universidades públicas: congelando ou cortando verbas e financiamentos para pesquisas, bem como atacando as políticas de ações afirmativas. Há interesses privados/mercado-lógicos que contribuem para tirar a responsabilidade do Estado de garantir uma educação pública e de qualidade para todos. Observa-se que a mídia se abastece desse cenário, trazendo conteúdos, que muitas vezes, fortalece na naturalização desses discursos.

No momento da escrita desse capítulo – 18 de junho de 2020 –, a Portaria normativa nº 13, de 11 de maio de 2016, que dispõe sobre a indução de Políticas de Ações Afirmativas na Pós Graduação havia sido revogada pela Portaria nº 545. Sendo, alguns dias depois revogada pelo Ministério da Educação – MEC. No entanto, vale a reflexão, pois mesmo não sendo obrigatório, abria-se um espaço para discursos conservadores, principalmente pautados na meritocracia. Isso mostra que não estão querendo apenas romper com a inserção dessas pessoas na universidade, mas também com a possibilidade delas se verem e desejarem estar dentro desse espaço. Seja para cursar a graduação e/ou pós-graduação ou para mesmo retornar como professore(a)s nessas instituições. É sabido que professore(a)s negros e negras lecionando no ensino superior continua sendo a minoria no total desse(a)s docentes.

Cabe ressaltar que a segregação nos EUA implicava em educação inferior e de baixa qualidade para os estudantes afro-americanos. Na década de 1970, com as ações afirmativas, o(a)s estudantes negros e negras tiveram a possibilidade de se ver dentro das universidades predominantemente brancas – com melhor qualidade. Além disso, ter a compreensão sobre o que é ser negro. No Brasil isso é muito recente e o(a)s estudantes relatam essa realidade. Muito(a)s são o(a)s primeiro(a)s da família a acessar o ensino superior, como já mencionado.

Interessante relembrar que na introdução da obra **Pele negras, máscaras brancas**, Fanon (2008, p. 25) nos deixa um recado: “a explosão não vai acontecer hoje. Ainda é muito cedo... ou tarde demais”⁹⁹. As opressões raciais experienciadas pelo(a)s estudantes negros e negras todo o instante causa uma “tensão muscular” (FANON, 1968). A dor e a raiva – essas tensões acumuladas ao serem liberadas – “explodidas” torna-se motor para a organização e agência dos integrantes dos CENs na busca pela libertação – cura para as suas feridas.

Para Tate (2019, p. 184) “a raiva, como dor psicológica institucional, pode ser também produtiva e agenciadora quando percebemos que ela está enraizada em resposta às injustiças racistas”. Liberar a raiva possibilita colocar o sujeito em outro lugar. Faustino (2020)¹⁰⁰ explica que o desejo e o afeto não são isentos do aspecto colonial. A luta passa pelos afetos, e esse é emancipatório.

O sentimento de não pertencimento dentro da universidade, faz com que o(a)s estudantes negros e negras busquem alternativas para tentar provocar a desestabilidade no ambiente universitário, ou seja, na tentativa de adaptação, começam a questionar o

⁹⁹ Essa frase também assinala a dificuldade na recepção da sua tese de doutorado em psiquiatria – recusada pela banca examinadora e publicada anos mais tarde.

¹⁰⁰ Debate ocorrido no dia 19 de junho de 2020, na *live* com o tema: **Frantz Fanon: existencialismo e o antirracismo em questão**, organizada pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares AfroBrasileiros – NEIAB/UEM, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, por meio do *Instagram*. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CBoK5Vdgjrr/>

funcionamento, atitudes e posicionamentos para alterar essa estrutura conservadora da universidade. Com isso, romper com os discursos dominantes e racistas de modo a serem reconhecidos. Movimento que já vinha acontecendo externamente à universidade, mas agora esse(a)s jovens passam a questioná-la estando dentro dela. Reverberando subjetivamente na maneira como constroem suas identificações. Por isso, com diz GILROY (2012, p. 20-21):

O conceito de espaço [lugar] é em si mesmo transformado quando ele é encarado em termos de um circuito comunicativo que capacitou as populações dispersas a conversar, interagir e mais recentemente até sincronizar significativos elementos de suas vidas culturais e sociais.

Ainda como afirma Gusmão e Simson (1989, p. 220),

[...] a diáspora constrói-se no interior de descontinuidades históricas. São momentos de descontinuidade que marcam os atos negros em sua plenitude e revelam seu fortalecimento no sentido de emergir, marcar e permanecer como parte do tecido social. Revelam, fundamentalmente, a presença sempre alerta do negro para interpretar acontecimentos, rouba-lhes o sentido e construir novos significados, tecendo na trama das relações vividas um território negro. Um território que começa em seu próprio corpo e sentimentos e vai além dele, concretizando-se em espaços físicos e no imaginário, em relações concretas e ideológicas.

Portanto, é nesse trânsito que os Coletivos de Estudantes Negros e Negras emergem. Porém, de algum modo fixam-se em uma suposta identidade negra ontológica, uma cultura de África essencial a partir da qual eles “[...] forma[m] a base de solidariedade e da fidelidade do grupo em questão” (SILVA, 2014, p. 106). Ou seja, em uma suposição que há um substrato cultural comum e próprio a todos os negros e negras. E é em função dessa essência – desse lugar – que ele(a)s buscam se fortalecerem e reivindicar, por exemplo, melhores condições de permanência, lutam contra o racismo, etc, demarcando diferenças; trazendo diferentes sentidos para esse espaço/ lugar. Isto é, a noção de coletivo se transforma e começa a operar como um espaço mais aberto às diferenças.

Desse modo, questiono: existem novas linguagens que trazem consigo conteúdos e estratégias diferentes das organizações negras anteriores? Talvez possa existir algo que não seja tão novo, no sentido histórico político, apesar de ser algo novo nas narrativas dos sujeitos envolvidos, gerando uma tensão – não apenas acadêmica, mas também política. Portanto, atenta às mudanças históricas e conjuntural este estudo tem permitido identificar novas maneiras de construir representações – outras formas de fazer política, tendo por trás a experiência do sujeito, que é central para entender a diferença.

Collins (2009) traz alguns elementos importantes para pensar como as manifestações – movimentos estudantis – dos anos de 1968 por igualdade racial de Martin Luther King e do movimento afro-americano dos direitos civis impactaram nas gerações de 2008 – com a campanha de Barack Obama para as eleições presidenciais, que além de agregar negros e hispânicos, contou com o apoio de pessoas brancas. Com isso também vai mostrando que as gerações mais velhas estão sempre pensando em diminuir o impacto do racismo para as novas gerações – há uma continuidade de luta. E é nessa obra que agora vou me deter um pouco para refletir as mudanças conjunturais e fazer uma leitura das relações.

A autora explica que o significado de liberdade é central no movimento negro norte americano e a luta pela educação como estratégia de mobilidade social – alcançar a liberdade, a autonomia e a autorrealização. Isso significa que as lutas políticas da juventude foram ao mesmo tempo intelectuais e políticas. Posicionou os jovens para a compreensão da política e da educação. Vale lembrar, que na década de 1950 intensificaram-se as lutas dos negros nos EUA contra a política segregacionista e a opressão racial que vinha acontecendo. Mas, os pontos de inflexão para a autora são o discurso de Luther King em 1963, sobre trabalho e liberdade e os assassinatos de Malcolm X, em 1965 e do Luther King, em 1968. O ativismo negro refletia tensões de acontecimentos anteriores, em particular as tensões ideológicas no interior do movimento *Black Power*.

Os estudantes, que haviam adentrado as universidades na década de 1960, compartilhavam uma história comum de opressão racial, mas as agendas eram diversificadas. Carregando a tensão entre nacionalismo – um olhar para dentro, em defesa dos interesses dos afro-americanos – e integração – um olhar para fora, com agendas de justiça social –. O assassinato de Luther King foi o ponto de virada para o ativismo dos jovens estudantes negros: “[...] encouraged Black students not only to challenge strategies of racial integration as a core strategy for Black freedom struggle, but also to question their own placement in colleges and universities in the context of democratic politics”¹⁰¹ (COLLINS, 2009, p. 14).

Os estudantes afro-americanos não apenas buscavam vagas nas universidades, evocavam transformações nessas instituições, alargaram as agendas políticas atacando as desigualdades nos currículos. As instituições também eram questionadas pelos estudantes brancos, porém suas experiências diferiam das experiências dos estudantes negros, apontando para agendas completamente diferentes.

¹⁰¹ “[...] encorajou os estudantes negros não apenas a desafiar estratégias de integração racial como estratégia central para a luta pela liberdade negra, mas também a questionar sua própria colocação em faculdades e universidades no contexto da política democrática.” (COLLINS, 2009, p. 14).

De maneira geral, o ano 1968 sinalizou uma mudança na política do movimento social americano; o ativismo político das juventudes assume formas heterogêneas. Collins (2009) menciona o surgimento do feminismo negro, na década de 1970, em diálogo com e em oposição à segunda onda do movimento feminista e os movimentos nacionalistas negros e relata a criação do *Combahee River Collective*, em 1974. Complementando, Hall (2015) atribui ao movimento feminista um importante papel na desconstrução de ideias estabelecidas – questionando as questões que eram apenas à esfera privada – o gênero, o papel doméstico e a sexualidade – trazendo-os para o campo político. Consequentemente, acarretando no descentramento do sujeito, pois cada identidade passou a constituir um movimento social e culturais distintos. Collins (2009) também menciona o surgimento do *hip hop*, no final da década de 1970, como um local de ativismo da juventude negra, ainda na contemporaneidade, permitindo os jovens expressar suas preocupações e falar sobre suas vidas.

Em suma, Collins (2009) afirma que houve uma mudança no debate sobre o sentido da luta de libertação para o questionamento da validade da integração como expressão de liberdade e a defesa da não-violência como estratégia. A presença dos jovens negros criou um novo campo na literatura, pois eles ainda não eram contemplados. Os jovens da década de 1960 usaram efetivamente os meios de comunicação disponíveis para eles para fins políticos. Na contemporaneidade as conexões ainda permanecem, mas novas tecnologias de comunicação possibilitam novas formas de organização, consequentemente, permitiram a descentralização – se organizarem em vários locais. A campanha de Obama ilustrou essa forma emergente de estar diretamente na base, com os eleitores, nos diferentes espaços, seja físico ou virtual.

Esses acontecimentos nos EUA e o processo de descolonização dos países africanos influenciaram a militância brasileira a partir do final da década de 1970. O discurso por inclusão social passou a ter como ênfase a identidade política, a valorização da cultura e da história. Consequentemente, mobilizando uma luta em prol de políticas institucionais específicas para promover o acesso de negros e negras nas universidades, pois não houve anteriormente uma política de integração, como cidadãos de direito. Conforme argumenta Silvério (2015, p. 40):

[...] vivemos no Brasil um processo de transição de um modelo de integração racial baseado na ideia fundacional de nação mestiça para um modelo no qual se busca reconhecer identidades étnicas e raciais distintas presentes na formação social brasileira que passaram a questionar o seu “apagamento” no plano político por meio de movimentos sociais organizados.

É possível notar que parte desses CENs, na contemporaneidade não vão na chave da integração, mas sim no reconhecimento e o direito as diferenças. Na entrevista, realizada para o site da BBC (FRANCO, 2020, [n.p]), o professor Valter Silvério ao explicar sobre os atos antirracismo, preferindo chamar de **antirracialização**, que aconteceram no Brasil, aponta, como pode ser visto no trecho abaixo, o que os jovens brasileiros estão indo contra.

[...] Não é que esses jovens não vejam que existe um problema econômico, mas estão exigindo mudanças de valores. Essa chave **contra a racialização, contra políticas públicas racializadas, contra uma percepção midiática racializada** [...] me parece que a juventude está compreendendo que o que está na base dos problemas são questões de valores e não econômicas.

O trecho resume o que os CENs estão demandando/ denunciando, por ser também questões que atravessam suas experiências dentro da universidade – instituição racista ou racializada.é extremamente esclarecedor. Os coletivos negros nas universidades, pensando também um contexto mais amplo por conta das manifestações que ocorreram no decorrer da escrita deste estudo, estão conseguindo disseminar que o racismo afeta de forma mais ampla a própria identificação positiva e o processo de construção subjetiva e intersubjetiva. Tornando mais difícil compreende-lo como sendo algo relacionado às desigualdades econômicas. Tendo em vista que independente da condição sócio-econômicas a população negra continua sendo afligida pela opressão racial, como mostrou Angela Figueiredo (2012) no seu estudo sobre a mobilidade profissional de empresários negros, que fazem parte da classe média.

Schucman (2014) demonstrou que as discussões sobre as ações afirmativas têm provocado mudanças no comportamento das pessoas brancas, no sentido do reconhecimento como grupo racializado e do seu lugar de privilégios. Corroborando, observei, nos relatos do(a)s estudantes branco(a)s, pesquisados em outro estudo, que, majoritariamente, ele(a)s começam a ter conhecimento e construir um debate sobre relações étnico-raciais após o ingresso na universidade, quando passam a ter mais contato com estudantes negros e negras e discussões sobre a temática racial. Fazendo com ele(a)s reconheçam seus privilégios. No entanto, alguns ainda relacionavam a importância das cotas nas universidades “ao fato do estudante negro não possuir condições financeiras, que os possibilitem realizar seus estudos em instituições consideradas de melhor qualidade” (TRINDADE, 2018, p. 188). Através desta citação é possível perceber que o(a) estudante branco(a) ainda enxerga a exclusão da pessoa negra – a desigualdade – pelo viés da classe e não relacionada ao racismo.

Atualmente, parece ter-se assumido uma agenda comum que diz respeito aos problemas relativos às instituições sociais, atingindo uma dimensão generalizada. Talvez isso

explique o porquê a juventude branca começou a assumir a sua condição de beneficiária no processo histórico de racialização. Ao se depararem com corpos negros circulando pela universidade, trazendo debates e inquietações cria-se um impacto e possíveis reflexões. Ainda na entrevista supracitada o professor Valter acredita “que uma parte da juventude branca entendeu que a sociedade gera privilégios para ela. E quando ela sai às ruas com os jovens negros se vê outra configuração de luta. Essa configuração de luta se dá na chave de valores” (FRANCO, 2020, [n.p]). Nesses termos, podemos compreender que é “precisamente no mundo dos valores que podemos dar inteligibilidade aos discursos que incluem ou excluem as pessoas das oportunidades oferecidas pela vida social em suas diferentes dimensões” (SILVÉRIO, 2003, p. 66).

Portanto, os CENs estão tensionando a universidade, principalmente, nos seus aspectos de produção de conhecimento e funcionamento. Desenvolvem diferentes atividades educativas, formativas, artísticas e culturais. Proporcionando espaços de acolhimento e recepção de novo(a)s estudantes negros e negras, debates, formações, roda de conversas e oficinas. Problematizam os currículos acadêmicos, reivindicado a inclusão nas ementas de autore(a)s negros e negras, disciplinas sobre as questões raciais e a ausência de docentes negros e negras nas universidades. Refletindo a maneira como a juventude tem se relacionado com diferentes autore(a)s e pesquisadore(a)s.

As estratégias e ações coletiva comumente mobilizadas, dentro das possibilidades no período determinado para o(a)s estudantes estarem na universidade, visam combater o racismo, assegurar e garantir os direitos de estudantes negros e negras, principalmente de acesso e permanência nas universidades e contribuir no processo político de (re) construção da identidade. O(a)s jovens integrantes dos CENs buscam, a desconstrução de paradigmas estabelecidos – de práticas e discursos naturalizados e essencialistas – e novas narrativas associada ao termo negro. Ele(a)s querem ouvir algo novo. Isso expressa o que Stuart Hall (1996a) já havia captado na década de 1960, com a virada cultural. Uma juventude negra construindo uma política/ regime de representação que combate o regime que querem enquadrá-los.

Hall (1996a) tecendo considerações sobre a resistência cultural contra o racismo, especificamente acerca da história dos movimentos antiracistas no Reino Unido distingue duas fases que se sobrepõem e se interlaçam. A primeira coincide com o momento em que o termo *black* foi colocado como referência comum à experiência de marginalização e das práticas racistas dominantes. Possibilitou diferentes grupos em termos de história, tradição, cultura e identidade étnica se organizarem politicamente em torno da identidade negra. A

estratégia de resistência estava focada na luta pelo direito a uma autorrepresentação. O termo que antes era produto de relação de poder passou a ser ressignificado. A resistência ao racismo nessa fase é denominada pelo autor como o **campo das relações de representação**.

A segunda fase, foi marcada pelo **fim da inocência** ou fim da noção do sujeito negro essencial – *black people* trata-se do reconhecimento da diversidade e diferenciação da experiência cultural e histórica das pessoas negras, o reconhecimento de que o termo *black* é uma categoria construída política e culturalmente. Quer dizer, negro enquanto categoria racializada, é transformada em categoria de agência política, atravessada por múltiplas formas de ser negro/ múltiplas identificações. Essas **novas etnicidades/identificações** explodem o binarismo, “fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e [que] depende da construção de um ‘outro’, e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora” (HALL, 2013, p. 36).

Ao longo da pesquisa foi possível perceber, que embora os coletivos sejam marcados por pessoas que reivindicam uma agência política em torno da categoria negro, elas também são atravessadas por experiências diversas – classe, gênero, orientação sexual, entre outras clivagens sociológicas. O que possibilita, conforme os interesses, especificidades e singularidades, diferentes formas de reivindicar a negritude – “de construção do sujeito negro e da coletividade negra na diáspora” (GUSMÃO; SIMSON, p. 220). Nesse sentido, Hall (2013, 2015) e Gilroy (2007) chamaram atenção para heterogeneidade da experiência negra, das diferenças existentes dentro da cultura negra inspirando-se na noção de *différence*.

Foi por meio dessa travessia/passagem – do encontro – que os CENs emergiram, mas possibilitando o surgimento de novos coletivos. Isso, oferece meios para explicar o que faz com que um coletivo seja diferente de outros, os processos de articulação, desarticulações e as novas articulações. Diferenças que podem ser percebidas a partir das experiências vivida do(a)s integrantes, da realidade as quais estão vinculado(a)s – a partir do contexto histórico e as tensões existentes nas universidades que possibilitam olhar para quantidade de CENs formados nesses espaço e identificar que alguns apresentam agendas mais específicas para dentro dos cursos e outros trazem agendas mais amplas –, e na forma interna de organização – na escolha de uma linha teórica e política, por exemplo, alguns são ligados ao movimento afrocêntrico, baseado na representação da África como o centro de referência da história, informados por uma leitura mais essencialista, inspirada na proposta teórica de Molefi K. Asante ou nas perspectivas do pan-africanismo à luz de Marcus Garvey e outros coletivos que podemos dizer mais diaspóricos, no sentido de que “os fluxos, as trocas e os elementos

intermediários [...] podem colocar em questão o próprio desejo de ser centrado” (GILROY, 2012, p. 357).

Portanto, ser negro, é partilhar uma experiência comum, é conectar uma experiência de comunidade de memória demarcando a diferença, conforme o tempo e espaço, sem biologizar. (APPIAH, 2014). Conforme argumentação de Hall (1996a) é preciso desmontar o próprio sistema de representações, articulando as questões do racismo com outros elementos que conseqüentemente trazem para o debate a construção de novas identidades. A etnicidade, então, passa a ser usada a partir de outra perspectiva, que reconhece o lugar da história, da língua e da cultura na formação das subjetividades.

Nessa perspectiva, Hall (2013, p. 384-385) sustenta que “é para a diversidade e não para a homogeneidade da experiência negra que devemos dirigir integralmente a nossa atenção criativa agora”. Ainda, conforme Gusmão; Simson (1989, p. 2019) orientam, “é preciso pensar suas diferenças para que possamos compreender os caminhos pelos quais, em terras estranhas, constituíram-se diversas formas de ser negro”. Por isso, busco evitar uma conceituação fechada sobre coletivo, correndo o risco de ser excludente, mediante as diferenças existentes entre eles; porém, grosso modo, a leitura do campo me permite descrever os CENs, a partir dos seus pontos comuns, como:

Uma forma associativista auto-organizada dentro das universidades, formada por jovens que realizam sua agência política em torno da categoria negro, articuladas a outras diversas clivagens identitárias, estabelecendo elementos marcadores de diferenciação.

Um espaço coletivo diaspórico – imaginário ou real – mútuo de diálogo, de troca, de reconexão com a ancestralidade, de resistência, de fortalecimento, de afeto, de acolhimento, de (re)construção de identidade e de produção de novas formas de expressão corpóreo-estética. Tendo como princípios a autonomia, a horizontalidade e a participação. Características que marcam a diferença com os NEABs e os grupos de estudos, pesquisa e extensão que também tem as questões raciais e temas afins – relacionadas às problemáticas da educação –, como pauta central das discussões. Assim como, demarcam diferenças com movimento estudantil, partidos políticos, sindicatos e ONGs.

Esses coletivos ganham destaque, sobretudo, após a lei de cotas para o acesso de negros e negras às universidades públicas estaduais e federais no Brasil; inserindo-se dentro das diversas formas de organizações negras.

É preciso considerar, conforme Silvério e Trinidad (2012, p. 907) lembram, que “a reivindicação por educação surge em consonância com o legado das gerações anteriores de militantes da causa negra, mesmo antes do processo de redemocratização do Estado brasileiro”. Por isso afirmam:

a novidade é decorrente da centralidade que a política pública educacional passou a adquirir, para o movimento negro contemporâneo, como lugar de disputa da articulação de dois tipos de demandas que se tenta equacionar em seu interior. A primeira, em relação à **qualidade da educação formal que é vista tanto como um direito, quanto como a forma por excelência de mobilidade ocupacional e social**. A segunda é que **a luta política por mais e melhor educação continua tendo como exigência o resgate da contribuição das culturas africanas para a formação social brasileira**, para além das limitações proporcionadas pela agenda de pesquisas das agências de fomento. (SILVÉRIO; TRINIDAD, 2012, p. 907, grifo nosso).

Com isso, esse(a)s estudantes negros e negras

[...] têm abertamente voltado seus olhares para as obras [de tanto(a)s autore(a)s negros e negras que durante anos ou até mesmo décadas foram esquecidos/silenciados pela memória branca] como fontes de estratégias narrativas, a serem repetidas, imitadas e revisadas, por atos de ligação textual¹⁰². (GATES, Jr., 2008, p. 294, tradução nossa).

Nesse sentido, o espaço virtual tem facilitado o acesso à uma gama de informações, possibilitando novas e diferentes formas de integração, troca, recriações e conhecimento entre os povos afro-diaspóricos. As redes sociais também têm sido utilizadas pelos CENs como espaço virtual de socialização, organização, luta, produção de representações e conteúdo. Observa-se assim que as ações dos CENs estão mediadas, nesses espaços presenciais, como universidade, e virtuais, por tecnologias e artefatos culturais em circulação, tendo em vista, as conexões de redes transnacionais. Esses “deslocamento[s] de idéias, atitudes, sons, imagens, modas, ideologias – aqui chamado de terceira diáspora¹⁰³, uma via tecnológica-digital que permite o deslocamento de signos culturais” (GUERREIRO, 2009, [s.p]).

Os CENs, então, apresentam ações de ordem política, epistemológica e estética. A juventude negra utiliza distintas linguagens artísticas e culturais, como saraus, literatura, música, dança, teatro, exposições, moda, culinária, teatro, cinema, pintura, etc. Expressam-se

¹⁰² [...] have openly turned to her works as sources of narrative strategies, to be repeated, imitated, and revised, in acts of textual bonding. (p. 294)

¹⁰³ Para a autora a primeira diáspora foi por “via da escravidão, ocorreu com os deslocamentos históricos do tráfico negreiro e o retorno de ex-escravos para a África. A segunda, pela via dos deslocamentos voluntários, como a migração de jamaicanos para Londres; de portoriquenhos para New York; de beninenses para Paris; de caboverdianos para Lisboa e NY; de angolanos para o Brasil, etc” (GUERREIRO, 2009, [s.p]).

de maneira performática, eminentemente política, e fazendo uso de **práticas corpóreo-estéticas**, permeadas de moda, estilo de cortes e penteados de cabelo, tatuagens e outras, dando visibilidade aos aspectos simbólicos da cultura diaspórica, e, com isso, demarcando a sua identidade. Ou seja, o acionamento desses códigos permite a elaboração de uma linguagem que não é necessariamente verbal, mas que traz os conteúdos o que se busca representar. Conforme afirmam Rios e Maciel (2017-18 [s.p]) “Essa nova geração parece impactar mais o mercado e as relações de consumo do que as gerações anteriores, já que possui maior potencial de influenciar opiniões, estilos de vida e comportamentos”.

A política e cultura para a população negra nunca estiveram separadas. A metáfora do atlântico negro de Paul Gilroy é fundamental para reforçar essa reflexão. O autor traz ao longo do texto as experiências de negros diaspóricos na interação compreendida como sistema cultural, tais como a música, que fornece “ao mesmo tempo, produção e expressão dessa transvalorização de todos os valores precipitada pela história do terror racial no Novo Mundo” (GILROY, 2012. 94) e as obras literárias, que “expressam o poder de uma tradição de escrita na qual a autobiografia se torna um ato ou processo de simultânea autocriação e auto-emancipação” (GILROY, 2012, p. 151).

A tipologia construída para este estudo também apontou que a valorização pela estética não é uma novidade, pois foi possível perceber que algumas organizações negras usavam a cultura como movimento político. Isso, também é evidenciado nas entrevistas realizadas por Pereira (2010) com algumas principais lideranças negra desde a década de 1970. Contudo, é cada vez mais crescente a valorização destas manifestações estéticas. Gomes (2018, p. 120-121) explica que no Brasil “a partir do ano 2000 há uma politização da estética negra diferente daquela do final dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX”, fomentada pelo consumo, pela mídia, pela presença de negros em espaços acadêmicos, nas formações de núcleos e a associações de pesquisadores negros, dentre outros espaços que trazem uma nova leitura e nova visão do corpo negro.

Dado o exposto, esses **corpos negros insurgentes**, nas universidades, articulando “um sentimento de desencanto paradoxalmente energizante”¹⁰⁴ (ESHUN, 2017, p. 103), trazem na

¹⁰⁴ Esse trecho foi retirado do texto, **Considerações Extemporâneas: Reflexões sobre o Black Audio Film Collective**, que traz como o próprio título indica reflexões sobre esse coletivo, formado em 1982 – ficando ativo até 1998 –, por um grupo de jovens – John Akomfrah, Reece Auguiste, Lina Gopaul, Avril Johnson, Trevor Mathison, Edward George e Claire Joseph (e depois, em 1985, subsistida por David Lawson) – que se conheceram na universidade, sendo de diferentes cursos. O coletivo tinha como um dos objetivos “tentar lançar um olhar crítico sobre as maneiras como ideias e imagens racistas das populações negras são estruturadas e apresentadas como verdades auto-evidentes no cinema” (AKOMFRAH, 2017, p. 14), com isso, evidenciando novas formas como o cinema poderia ser feito. Inspirados na crescente influência dos estudos pós-coloniais, sobretudo, mais diretamente, nas análises teóricas de Stuart Hall e nos seus conselhos práticos, pois ele, muitas

ideia de coletividade algo “novo” que contorna o binarismo e leva a uma certa construção corpóreo-estética negra. Cada coletivo trazendo a especificidade das suas práticas de atuação e as suas identificações. Por isso, os CENs são lugares onde o(a)s estudantes negros e negras podem tornar-se sujeitos ativos e criativos.

vezes, esteve presente em reuniões e sala de montagem. Focados na representação negra, foram pioneiros na abordagem “experimental de temas ligados à cultura negra e à experiência diaspórica na Inglaterra” (CAMPOS, 2019, p. 53). Embora cada artista assinasse individualmente sua obra, todo trabalho era realizado coletivamente. Akomfrah, por exemplo, assinou o documentário **O Projeto Stuart Hall** (2013) e a videoinstalação *The Unfinished Conversation* (2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguém sempre estará no meu cotovelo, lembrando-me que sou a neta de escravos. Isso falha em registrar depressão comigo. A escravidão está sessenta anos no passado. A operação foi bem sucedida e o paciente está indo bem, obrigada. A terrível luta que me fez uma americana de uma escrava em potencial disse: **“Na linha!”; a Reconstrução disse: “Prepare-se!”; e a geração depois disse: “Vai!”. Estou num voo e não devo interromper o trecho para olhar para trás e lamentar.** A escravidão é o preço que paguei pela civilização e as escolhas não estavam comigo. **É uma experiência agressiva e valeu a pena tudo que paguei por meio dos meus ancestrais por isso. Ninguém na Terra nunca teve uma chance maior de glória. O mundo para ser ganho e nada para ser perdido.** É emocionante pensar-saber que por qualquer ação minha, devo receber o dobro de elogios ou o dobro de culpa. É muito emocionante manter o centro do palco nacional, com os espectadores não sabendo se riem ou lamentam. (HURSTON, 1928, p. 3, grifo nosso).

Em dias assim desse jeito apenas seguir não traz cura. É preciso inspirar com mais força. Levantar a cabeça pra luta. Limpar a poeira dos olhos. Livrar os pés da lama. Abrir a janela pro vento. Tirar o corpo da cama [...] Por isso tome cuidado. **Não basta só seguir em frente. Tem que regar o jardim de nosso subconsciente.** Acreditar mais em nós. Ter fé e gratidão. Buscar por justiça e respeito. E acreditar na união. (PEREIRA, Jairo; VITAL, Marietta, 2019, grifo nosso).

A universidade é uma instituição com uma estrutura rígida e normatizada, criada desde o período colonial para atender uma elite branca. Em períodos mais recentes, temos o contexto da década de 1960/1970, marcado pela criação de universidades, expansão de pesquisas, ensino direcionado para o mercado, acordos internacionais, entre outras ações para acabar, gradativamente, com as desigualdades e atender às necessidades do desenvolvimento capitalista. A educação superior, além da função de socialização e formação, era considerada um instrumento de mobilidade social, nesse sentido, mediante os exames vestibulares seletivos – meritocráticos – controlavam-se a entrada nos cursos; com isso, a universidade torna-se um espaço privilegiado para a inserção da classe média branca, ou seja, foi “a seleção dos privilegiados” (WHITAKER, 1981).

Ainda na década de 1970/1980 presenciamos um amplo questionamento por parte dos movimentos sociais das normas estabelecidas, com base na ideia de diferença e a busca por positivar o que historicamente havia sido negado. Um período de retomada de uma agenda política e cultural, interrompida por causa da ditadura militar. As organizações negras se fortalecem e ganharam maior visibilidade. É também foi um contexto em que muito(a)s militantes negros e negras adentram ao espaço universitário.

Já na década de 1990, com a ascensão das políticas neoliberais, vivenciou-se o controle e/ ou cortes nos gastos públicos. Consequentemente, a redução dos investimentos públicos em educação em todos os níveis, provocando o sucateamento, impedindo a expansão e a quantidade de vagas. O movimento negro intensifica o diálogo com o governo brasileiro e suas instâncias de poder. Destaca-se também o processo de preparação para Conferência Mundial de Durban.

Durante o governo do PT, a partir dos anos 2000, ocorreu um processo de institucionalização – abertura de novos espaços de participação social – presenciamos o aumento das universidades públicas e institutos federais, que anteriormente estavam centralizados nas capitais dos estados; maior ênfase na existência do preconceito e do racismo em relação a população negra e o debate acerca da implementação das políticas de ações afirmativas no pós-Conferência de Durban; a implementação da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº 12.711/2012; o crescimento da quantidade de estudantes declarado(a)s preto(a)s ou pardo(a)s nas universidades; no contexto internacional, a crise de 2008 colocou em risco a economia mundial, consolidando o sucateamento do setor público brasileiro; em junho de 2013, ocorreram diversas manifestações populares; e o ano de 2016, foi marcado pelas ocupações nas instituições de ensino médio e superior. Acontecimentos que colocaram os coletivos na pauta das discussões, principalmente dos movimentos sociais.

O advento de entrada de estudantes negros e negras nas universidades e, consequentemente, o “boom” de CENs nesses espaços, antes, destinados para estudantes branco(a)s e com condições financeiras estáveis para manter também a permanência no curso escolhido, principalmente naqueles considerados de maior status social – Medicina, Direito e Engenharia – enseja novos desafios. A presença desses corpos negros insurgentes traz problemas, pois esse(a) estudantes começam a questionar e provocar significativas mudanças na configuração do espaço universitário. Tocam na política educacional, em outras palavras, nas orientações reproduzidas na estrutura e nos conteúdos dos currículos – na manutenção de bases hierarquizantes.

A universidade tornou-se um campo favorável para experimentações teóricas, políticas e estéticas de estudantes negros e negras que, leva-me a pensar outros fatores, tais como ser jovem, geração e socialização. Este, inclusive, um tema caro no campo da Sociologia, por isso busquei trazer mais contribuições possibilitando uma (re)leitura ampla dos processos de socialização de jovens negros e negras. Mostrando como um projeto de socialização num quadro de democracia racial inviabilizou a experiência da população negra. Isso, reaparece

nos CENs, dentro das universidades, quando, por exemplo, estas unificam as diferenças em torno de uma categoria – cotista, desvalorizando o outro em suas diferenças.

É possível dizer que esse apagamento e silenciamento das nossas experiências tem a ver com o racismo que vem se expressando e ganhando novas roupagens desde o século XIX. Mesmo com os avanços ora mencionados há uma tentativa por parte dos conservadores e reacionários da manutenção desse ideário de democracia racial e de colocar o **problema do negro** como sendo de classe.

Nessa perspectiva, o estudo ainda reforçou a existência de linhas de continuidade e ruptura históricas. Essas, caracterizam o esforço das organizações negras que buscam a superação do racismo e da inferioridade de negros e negras e a emancipação. Há uma memória que precisa ser resgatada e percebida em sua ressignificação, nos tensionamentos, novas formas de luta e (re)construção de identidade. Como pontua Fanon em **Os condenados da terra** (1968, p. 171), “cada geração deve numa relativa opacidade descobrir sua missão, executá-la ou traí-la [...]”.

Os CENs expressam forte relação com o histórico de lutas das organizações negras desde a década de 1930; colocando a educação e a necessidade de ocupar espaços de poder como pautas prioritárias. Portanto, representam na trajetória de mobilização do movimento negro, enquanto uma especificidade relacionada ao momento da história – pós ação afirmativa. Isto é, o processo de adoção das ações afirmativas no ensino superior brasileiro potencializa a emergência dessas “novas” formas de sociabilidade da juventude negra nas instituições de ensino superior brasileira; emergência novos sujeitos políticos.

Devido essa conjuntura específica, esses coletivos formados pela associação de estudantes negros e negras – mobilizados pelas tentativas que o(a)s impossibilitam de se sentirem pertencentes às universidades, o(a)s sujeitando na condição negro drama – ganham maior visibilidade desenvolvendo sua missão em um processo *continuum* de práticas, expressões e lutas. Deslocando-se de outras formas de organizações negras – e outros movimentos sociais, movimentos estudantis, partidos políticos e ONGs

Majoritariamente o(a)s integrantes dos CENs vivem uma trajetória de militância universitária, a participação nos coletivos está em constante processo de aprimoramento. Muitos não foram formados no interior de alguma organização negra. Diferentemente da militância que ele(a)s têm chamando de tradicional, em especial aquelas da década de 1970/1980, que adentram no meio acadêmico, tais como Nilma Lino Gomes, Petronilha Silva, Valter Silvério, Rosangela Malachias, João Batista Feliz, entre outro(a)s.

Mais uma vez vale retomar na ideia principal do título que escolhi para esta tese. Existe uma fragilidade, um risco colocado. Nota-se que “os percursos sociais do[a]s universitário[a]s autodeclarado[a]s negros [e negras] se encontram em diversos momentos de suas experiências e muitas dessas, são semelhantes” (TRINDADE, 2018). A universidade também cria os entraves. No entanto, esses corpos negros ressignificam e trazem diferentes formas de agência, ou seja, ativa outras estratégias de reconhecimento/ novas formas de pertencimentos potencializadas na diferença. Assim como aprimora outras maneiras de produzir conhecimento.

Ainda, coadunando com os sentimentos já descritos por Zora Hurston, na citação que inicia essas considerações – marcadamente notável na maneira provocativa de suas palavras e na forma de enunciar – e assim como no trecho da música **Venha Vê o Sol**, de Jairo Pereira e Marietta Vital que ilustra um debate sobre resistência, fortalecimento e cuidado a juventude negra na contemporaneidade, considerando a educação como central, tem criado novos espaços de discussão e produzido e reproduzido diferentes ações e estratégias no interior das instituições universitárias. Abrangendo, por exemplo, diversas formas de expressões e manifestações artísticas/culturais e formativas, por meio das trocas de conhecimentos, experiências e expertises no uso da tecnologia da informação – em diálogo transnacional – para que todos os negros e negras – segurados por um fio – sejam fortes para enfrentar os desafios e seguir em frente. Seja de maneira ativa ou reativa, mas sempre resistindo e deslocando-se de um lugar que querem enquadrá-lo(a)s através da construção de laços de solidariedade.

Portanto, essas novas formas de pertencimentos implicam em uma tentativa de regimes de representação sobre os negros e as negras e sobre a homogeneidade. Ao mesmo tempo mostra a complexidade que o termo negro recobre que, por sua vez, geram tensões, configurando uma complexa situação de identidade cultural/ racial ou ambas pelo fato de atingir as dinâmicas de unidade e das relações estabelecidas, ou seja, os CENs acabam colocando um problema para dentro da irmandade negra.

Essa diferença propiciou o entendimento das formas como os coletivos se organizam, a própria experiência do(a)s integrantes e as tensões internas. Os CENs são multifacetários, tendo a raça enquanto uma organização coletiva, mas que também se valem de outras tantas clivagens sociológicas de diferenciação. Mostrando-nos que ele(a)s possibilitam a atualização do nosso entendimento da pluralidade ou da multiplicidade das formas de ser negro.

Com isso, atentei para o surgimento de novos coletivos ou mesmo o ressurgimento de um mesmo coletivo – as similaridades e diferenças entre eles, por meio do processo de

articulação. Refletindo as estratégias de demarcação da identidade a partir da escolha de símbolos da cultura diaspórica empregados pelo(a)s estudantes. Cada CENs estabelece suas “normas” de pertencimento e exclusão. Assim, foi possível identificar dois tipos de enfrentamento operando dentro das universidades: na relação entre o eu e o outro e no conjunto de diferenças intra-grupo negro. Daí, descrever o próprio conceito de coletivo tornou-se um ponto de chegada.

Dessa forma, chamo atenção para o fato de que a luta política da antiga militância pelas ações afirmativas somada às transformações culturais, políticas e tecnológicas são centrais para a leitura das inovações em termos de linguagem. A política institucional, a ruptura com o binarismo e a estética são três elementos perceptíveis de como esses coletivos se apresentam na cena da universidade. Constata-se, então, que a noção de coletivo desaparece e aparece a de representação. Ora, isso também me faz sugerir o retorno à epígrafe, escrita por uma estudante poeta e militante.

Também é possível caracterizar os CENs nos fluxos de mobilizações políticas dentro do que temos chamado de atlântico negro. Levando em consideração que embora eles sejam locais, há conexões regionais, nacionais e até mesmo podemos dizer que estão informados de movimentos transnacionais. Haja vista a existência de coletivos formados apenas por mulheres que, por sua vez, estão informadas pelo feminismo negro que não nasce no Brasil. Suas referências estão ligadas ao feminismo norte-americano e pós-estruturalista. Isso também me faz refletir a existência da criação de coletivos negros criado por estudantes brasileiros, em intercâmbio, em espaços universitários fora do Brasil.

O(a)s integrantes reforçam a importância dos CENs, mais do que a própria vivência na universidade, trazendo questões sobre as relações afetuosas vividas – muitas vezes conflituosas –, de se conhecer, viver o coletivo, as possibilidades de terem mais espaço e visibilidade na universidade, de fazer parte de espaços de decisão, serem incentivado(a)s a seguir na carreira acadêmica, ter aproximação com literaturas e autore(a)s que discutem sobre as relações étnico-raciais, entre outras questões.

Agora, chegando ao final é importante mencionar que a escrita desta tese não seguiu a maneira como está apresentado e organizado. Esse desenho só foi possível após a construção da tipologia das organizações negras, a breve incursão pelas universidades escolhidas para este estudo e as sugestões na qualificação. Esses momentos, em especial, a possibilidade de estar *in lócus*, trouxeram-me mais motivação, tranquilidade e segurança, possibilitando-me um olhar mais aguçado e detalhado dos problemas mais amplos que envolvem os CENs e facilitando o diálogo à luz das referências teóricas estabelecidas e outras que foram

necessárias no decorrer do estudo. Além disso, revelou o meu compromisso com as informações levantadas.

Sendo assim, a pesquisa desenhada e apresentada ao logo dessas páginas, enunciou uma tese possível; e dentro das possibilidades – do agora – as minhas indagações são respondidas, atendendo ao objetivo geral que foi proposto: realizar uma leitura do que vem a ser um CENs e como se dão os processos de socialização, de identificação e de diferenciação, a partir da organização e da inserção de jovens nestes coletivos com base em sua própria percepção.

Este estudo foi apenas um “pontapé” inicial de um urgente esforço para compartilhar um conhecimento sobre os CENs com a comunidade científica/acadêmica e com todas as pessoas que estão fora da academia, mas interessadas igualmente no debate e na produção do saber. Somar a outros estudos comprometidos em visibilizar e protagonizar a agência de jovens negros e negras. Ainda, tentar sair do “demasiadamente abstrato” e constituir um conhecimento que partisse da experiência e chegasse, pela abstração, a outras experiências. Estas, que surgem pela história, pois não cabe na abstração.

Portanto, mais pesquisas são necessárias, ainda mais neste contexto que estamos vivendo de desmonte do ensino público, mediante práticas de privatização, desresponsabilização do Estado, exclusão e precarização. Especialmente, os ataques e a extrema desvalorização das áreas das Humanidades, enquanto área de saber. Precisamos ter consciência das armadilhas ideológicas colocadas com relação ao ensino público que acabam dificultando o avanço deste.

Embora as produções sobre o CENs estejam crescendo, percebo que esse tema precisa ser ainda mais discutido. A minha curiosidade abriu espaços para outras questões, levando em conta os diversos campos, ênfases e perspectivas teóricas que foram reveladas, que, no entanto, merecem maiores aprofundamentos. Por isso, acredito que deste estudo, podem originar outras pesquisas, seja dentro da própria Ciências Sociais ou em outras áreas. Ampliando o conhecimento a respeito de raça ou mesmo de outras clivagens sociológicas – gênero, sexualidade, etnia, religião, geração, território, curso, etc –, em diferentes situações e organizações coletivas, por exemplo, do presente ou do passado, fazendo um resgate dos movimentos anteriores, pan-africanista, afrocentrista, négritude, dos eventos realizados, entre outras tantas possibilidades.

Ainda é preciso dizer que o direito à diferença tornou-se um desafio da modernidade. A universidade, enquanto esse lugar de produção de saber e de poder tem sido cada vez mais atacada, principalmente a partir da entrada dos corpos negros com suas diferentes

experiências. Para isso, mais uma vez trago hooks (1994) para dizer que é necessário pensar novas maneiras de discutir o racismo e as políticas dominações existentes. Tendo em vista que esses são problemas políticos e culturais que sempre estão se inovando e se renovando fazendo com que as pessoas sejam vistas e tratadas de forma desumanizadas.

Por isso, a universidade precisa urgentemente ser reeducada e politizada no que diz respeito as questões étnico-raciais e as ações afirmativas. Comprometendo-se e colocando em prática ações acadêmicas mais enfáticas e efetivas que não desconsidere a justiça social – frente às violações e desigualdades de direito existentes –, a justiça cognitiva – reconhecendo a diversidade epistemológica e cultural – e o antirracismo. E desse modo, fortalecendo a possibilidade de maior representatividade e diversidade de conhecimento a partir da presença de estudantes, professore(a)s e técnicos administrativos negros e negras nessas instituições acadêmicas educativas por excelência. Portanto, esses pontos devem ser princípios fundamentais no exercício de sua função. Nesse sentido, os CENs emergem como mais um desses espaços de sociabilidades negras que estão educando e reeducando, como Gomes (2017) tem nos ensinado, de maneira politizada.

Assim, finalizo esta pesquisa de doutoramento reafirmando a necessidade do reconhecimento e da organização de ações para refletir e lidar com as diferenças hoje presentes nas universidades brasileiras. Não basta apenas incluir é preciso oferecer todo o suporte necessário de permanência. Contemplando tanto às questões financeiras e material quanto às simbólicas, relacionadas ao racismo, ao sexismo e à homofobia.

Quem cede a vez não quer vitória
Somos herança da memória
Temos a cor da noite
Filhos de todo açoite
Fato real de nossa história
(JORGE ARAGÃO, 1992)

REFERÊNCIAS

- AKOMFRAH, John. A prática cinematográfica independente negra: uma declaração do Coletivo Black Audio Film Collective. *In*: MURARI, Lucas; SOMBRA, Rodrigo (org.). **O cinema de John Akomfrah – Espectros da diáspora**. Rio de Janeiro: LDC, 2017.
- ALMA PRETA JORNALISMO. 1 vídeo (10min38s). **Universitários e coletivos negros organizam Encontro Nacional**. Alma Preta Jornalismo, 18 maio 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=visIpExQOaA&ab_channel=AlmaPretaJornalismo Acesso: 20 abr. 2018.
- ALMEIDA, André. **Por que Frantz Fanon, Por que agora Deivison Mendes Faustino**. 1 vídeo (2h45min13seg). Moderador: André Almeida. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8VzM9QaTlbc&fbclid=IwAR0hXehZSL4LJx89APUIpTVb6GIzePdPuXIyggwjHbpmS1mWOtBmOTp7_80&app=desktop. Acesso em: 02 jun. 2020.
- ALMEIDA, Poliane dos Passos. **Processo de subjetivação, corpos negros e cabelos crespos: estudantes negras em aliança**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2019.
- ALVES, Iulo Almeida; OLIVEIRA, Marília Flores Seixas de; OLIVEIRA, Orlando José Ribeiro de. Arte & política: tessituras do urbano. **Entretextos**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 26 - 46, jul./ dez. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/14655>. Acesso em: 16 jan. 2019.
- APPIAH, Kwame Anthony. Racial Identity and Racial Identification. *In*: Back, Les; SOLOMOS, Jonh. **Theories of Race and Racism**. A reader. London/New York: Routledge, 2000, p. 606-615.
- APPIAH, Kwame Anthony. **Lines of descent: W.E.B. Du Bois and emergence of identity**. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2014.
- APPIAH, Kwame Anthony. Identidade como problema. *In*: Sallum, Brasília, *et.al* (org.). **Identidades**. São Paulo: Edusp, 2016, p. 17-32.
- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 1ª ed. Campinas: Papirus, 1994.
- ARAGÃO, JORGE. Identidade. *In*: **Chorando Estrelas** (álbum). Faixa 10. RGE Catálogo, São Paulo, 1992.
- ASANTE, Kete Molefi. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). Afrocentricidade: Uma abordagem epistêmica inovadora. (Sankofa 4 Matrizes Africanas da Cultura Brasileira). 4.ed. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.
- BARBOZA, Vanessa Maria Gomes; SOUZA, Ana Paula Abrahamian de. Mulheres Negras Evangélicas e o Processo de Autoformação. **Revista Interterritórios**. v. 6, n. 10, 2020. p. 131-

154. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/244898>. Acesso em: 04 set. 2021.

BARRETO, Raquel de Andrade. **Narrativas de libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzales**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Departamento de História, Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2005.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia Social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6º ed, Petropolis, RJ: Vozes, 2014. p. 25-57.

BERNADINO-COSTA, Joaze *et al.* Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon (org). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades, 1º reimpressão).

BLUMER, Herbert. Preconceito de raça como sentido de posição de grupo. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 20.1, 2013. p. 145-154.

BRAH, Avtar. A diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* (26), jan./ jun. 2006. p. 329-376. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf> . Acesso em: 05 ago. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm . Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.151 de 04 de setembro de 2003**. Institui nova disciplina sobre o sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais e dá outras providências. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/e50b5bf63e6040983256d9c00606969?OpenDocument> . Acesso em: 20 set 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.346, de 11 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre o novo sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais e dá outras providências. Disponível em: http://www.senado.leg.br/comissoes/CCJ/AP/AP2009/AP200903181_CotasRaciais_AUGUSTOWERNECK.pdf . Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm . Acesso em: 07 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm. Acesso em: 07 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.121, de 27 de setembro de 2018.** Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Portaria normativa nº 13, de 11 de maio de 2016.** Dispõe da indução de Políticas de Ações Afirmativas na Pós Graduação. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRITO, Vera Lúcia Alves de. Autonomia universitária: luta histórica. *In*: DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes (org.). **Universidade pública: políticas e identidade institucional.** Campinas, SP: autores associados; Goiânia, GO: Editora da UFG, 1999.

BUTLER, Judith R. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAIXETA, Bianca Aparecida dos Santos. **Movimento negro universitário: um olhar sobre afetos, trajetórias e a organização política dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

CAMARGO, Karina de. **A transição capilar e luta pela representação do uso do cabelo crespo e cacheado em contexto de uso de mídias digitais.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2018

CAMPOS, Luiz Augusto. “O negro é povo no Brasil”: afirmação da negritude e democracia racial em Alberto Guerreiro Ramos (1948-1955). **Cad. CRH**, Salvador, vol. 28, n. 73, jan./abr. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000100091. Acesso em: 30 dez. 2018.

CAMPOS, Rodrigo Sombra Sales. **O Cinema de John Akomfrah**: passagens entre a diáspora e o arquivo. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

CARDOSO, Ivanilda Amado; RODRIGUES, TATIANE Cosentino; SANTOS, Marcelo Rocha dos. Ações Afirmativas na UFSCar: desdobramentos no curso de pedagogia. **Laplage em Revista** (Sorocaba), vol. 2, n. 3, p. 70-83, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/191>. Acesso em: 12 jun. 2018.

CARNEIRO, Sueli. Negros de pele Clara por Sueli Carneiro. **Portal Galedés**. Jornal Correio Braziliense, 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/>. Acesso em: 17 dez. 2019.

CARVALHO, José Jorge de. A exclusão racial fundante da universidade brasileira. *In*: CARVALHO, José Jorge de; SEGATO, Rita Laura. **Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília**. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2002. (Série Antropologia, n. 314).

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **PADÊ**: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. UniCEUB, FACJS. vol. 2, n. 1, 2007, p. 31-50.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA NEGRA – CCN. Universidade de Brasília. Minas Gerais: UFMG, c2016. Disponível em: http://www.ccn.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=373. Acesso em: 09 set. 2020.

COLLINS, Patrícia Hill. **Black Feminist Thought**: knowledge, consciousness and the politics of empowerment (Tenth Anniversary Edition). London: Routledge, 2000.

COLLINS, Patrícia Hill. Freedom Now! 1968 as a Turning Point for Black American Student Activism. *In*: BHAMBRA, G. K; DEMIR, I (org.). **1968 in Retrospect History, Theory, Alterity**. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.

COSTA, Lia Keller Ferreira da. **O Quilombismo como instrumento de combate ao racismo epistemológico**: a trajetória dos coletivos negros universitários de campos dos Goytacazes. 2018. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense - UFF, Instituto de Ciências da Sociedade e desenvolvimento, Regional (ESR) – Departamento de História, Campos de Goytacazes/RJ, 2018.

COSTA, Sérgio. **Dois atlânticos**: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006a (Humanitas).

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **RBCS**, vol. 21, n. 60, fev. de 2006b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v21n60/29764.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2017.

COSTA, Tamyres Batista. **Versos ou notas ANTINEGRO**. Usuário do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/tamyres.batistacosta>. Acesso em: 18 jun 2020.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. *In: ROMÃO. Jeruse (Org). **História da Educação do Negro e outras histórias***. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. p. 21-34.

CUTI (org.). **E disse o velho militante José Correia Leite**: depoimentos e artigos. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

DAGNIMO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**. Revista de Sociologia Política, v. 3 n. 5, out. de 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983>. Acesso em: 05 ago. 2020.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil 1917-1945. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

DERRIDA, Jaques. **Margens da filosofia**. Tradução: Joaquim Torres Costa, Antônio M. Magalhães; revisão técnica Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

DERRIDA, Jaques. **A Escritura e a diferença**. Tradução: Maria Beatriz Nizza da Silva. 4. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Perspectiva. 2009. p. 407-426.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, vol. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: histórias, tendências e dilemas contemporâneos. Revista **Dimensões** – Revista de História da UFES. vol 2, n. 21, p. 101-124, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/?journal=dimensoes&page=issue&op=view&path%5B%5D=218>. Acesso em: 28 ago. 2018.

DOMINGUES, Petrônio. A cor na ribalta. **Ciência e Cultura**. vol. 63, nº 1, p. 52-55. São Paulo, jan. /2011. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252011000100019. Acesso em: 06 mar. 2021.

DOS ANJOS, Simony. Coletivos de mulheres negras evangélicas e a disputa pelo espaço público da religião. **Jornal da USP**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/coletivos-de-mulheres-negras-evangelicas-e-a-disputa-pelo-espaco-publico-da-religiao/>. Acesso em: 04 set. 2021.

DU BOIS, W.E.B. **As Almas da Gente Negra**. Tradução: Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

DU GAY, Paul. *et al.* **Doing Cultural Studies**: The Story of the Sony Walkman. Londres: Sage, 1997.

ERICKSON, Sandra Fernandes; ECHAZÚ BÖSCHEMEIER, Ana Gretel. Texto de apresentação. Apresentação do Número Especial. *In: **Ayé: Revista de Antropologia da UNILAB***. Edição Especial. FIRE!!! Textos escolhidos de Zora Neale Hurston, Seção

tradução. Mar. 2021. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/Antropologia/article/view/645>. Acesso em: 01 set. 2021.

ESHUN, Kodwo. Considerações Extemporâneas: reflexões sobre Black Audio Film Collective. MURARI, Lucas; SOMBRA, Rodrigo (org.). **O cinema de John Akomfrah** – Espectros da diáspora. Rio de Janeiro: LDC, 2017.

FANON, Franz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção Perspectivas do homem, vol. 42, série Política).

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Ângela. “Cabelo, cabeleira, cabeluda e descabelada”: identidade, consumo e manipulação da aparência entre os negros brasileiros. **26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, Caxambu, 2002. p. 1-14. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/26-encontro-anual-da-anpocs/gt-23/gt17-14/4475-afigueiredo-cabelo/file>. Acesso em: 2 maio 2020.

FIGUEIREDO, Ângela. **Classe média negra: trajetórias e perfis**. Salvador: EDUFBA, 2012.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo. **“Vozes negras” na história da educação: racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978-2002)**. 2016. 253 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

FORMAGIO, Cessimar de Campos. **O engajamento político entre o “renomear o vivo” e dispositivos de normatização social: experiências femininas pelos ativismos e militâncias populares**. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

FRANCO, Luiza. Frente democrática no Brasil não pode deixar de lado o problema do racismo, diz pesquisador. Entrevista com Valter Roberto Silvério, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. **BBC News Brasil em São Paulo**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53031445> Acesso em: 21 jun. 2020.

FREITAS, Jefferson B. de. *et al* (org). As Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Federais e Estaduais (2003-2018). Levantamento das políticas de ação afirmativa, **GEMAA, IESP-UERJ**, 2020.

GATES Jr, Henry Louis. Zora Neale HURSTON: “A negro way of saying”. Posfácio. *In*: HURSTON, Zora Neale. **Tell My Horse** – Voodoo and life in Haiti and Jamaica. Series editor: Henry Louis Gates, Jr. New York: Harper Collins e-book, 2008.

GEERTZ, Clifford. Um Jogo Absorvente: Notas sobre a Briga de Galo Balinesa. *In*: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIACOMINI, Sonia Maria; TERRA, Paulo. Negro: os desafios do “racismo institucional”. *In*: LOPES, José Sergio Leite; Heredia, Beatriz Maria Alasia de (org.). **Movimentos sociais e**

esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

GILROY, Paul. Identidade, pertencimento, e crítica da similitude pura. *In:* GILROY, Paul. **Entre Campos, nações, cultura e o facismo da raça.** Tradução: Celia Maria Marinho de Azevedo et. al. São Paulo: Annablume, 2007. p. 123-162.

GILROY, Paul. **Atlântico negro:** modernidade dupla consciência. São Paulo: Editora 34, Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiaticos, 2012 (2º edição).

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/1987> Acesso em: 18 maio 2020.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Manifestações e protestos no Brasil:** correntes e contracorrentes na atualidade. v. 59. São Paulo: Cortez, 2017 (Coleção questões da nossa época).

GOMES, Janaina Damaceno. **Os segredos de Virginia.** Estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955). 2019. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo:** reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?. Revista Brasileira de Educação. n. 21, p. 40-168, set./dez. 2002.

GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639/ 03 no contexto das políticas públicas em educação. PAULA, Marilene; HERINGER, Rosana (org.). **Caminhos convergentes:** Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. p.13-38.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAAE**, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19971/11602> . Acesso em: 15 jan. 2019

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação:** resignificando e politizando a raça. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Por uma indignação antirracista e diaspórica: negritude e afrobrasilidade em tempos de incertezas. Revista da **ABPN**, v. 10, n. 26, p. 111-124, jul. /out. 2018.

GONZAGA, Yone. **Gestão Universitária, Diversidade Étnico-racial e Políticas Afirmativas:** o caso da UFMG. 2017. Tese (doutorado em Educação) – Programa de Pós-

Graduação em Educação Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Periferia**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/3428/0>. Acesso em: 04 maio 2018.

GUEDES, Patrícia; YADE, Juliana; DIAS, Sonia (org). **Pesquisa nacional sobre organizações de juventude negra**. Itaú Social, Observatório de favelas, 2018.

GUERREIRO, Goli. Terceira diáspora: Salvador da Bahia e outros portos atlânticos. V **ENECULT** - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 27 a 29 de maio de 2009 Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19287.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Os estudos sobre o negro brasileiro. **A Manhã**. 10 dez 1950.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Unesco e o negro carioca. **Diário de Notícias**. Suplemento literário, 20 dez 1953a.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. O negro, a Unesco e o carreirismo. **Diário de Notícias**. suplemento literário, 08 nov. 1953b.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Sociologia clínica de um baiano claro. **O Jornal**. 27 dez 1953c.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. 2. ed. São Paulo: Editora 24, 2012.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. Coletivos negros e novas identidades raciais. **Novos estudos CEBRAP**, vol. 39, n. 2, São Paulo maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/v39n2/1980-5403-nec-39-02-309.pdf>. Acesso em: 17 out. 2020.

GUSMÃO, Neusa Maria M. de; SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. A criação cultural na diáspora e o exercício da resistência inteligente. In.: Ciências Sociais Hoje, 1989. **Anuário de Antropologia, Política e Sociologia**. São Paulo, Vértice/ANPOCS, 1989.

HALL, Stuart. Cultural Studies: Two Paradigms. **Media, Culture and Society**, v. 2, 1980, p. 57- 72. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/016344378000200106?journalCode=mcsa>. Acesso em: 19 abr. 2018.

HALL, Stuart. “New ethnicities”. In: CHEN, Kuan-Hsing; MORLEY, David. **Stuart Hall: Critical dialogues in cultural studies**. New York: Routledge, 1996a. p. 441-449.

HALL, Stuart. On postmodernism and articulation: an interview with Stuart Hall. Edited by Lawrence Grossberg. *In*: CHEN, Kuan-Hsing; MORLEY, David. **Stuart Hall: Critical dialogues in cultural studies**. New York: Routledge, 1996b. p. 143-150.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as resoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 22, jul./dez. 1997a. p. 15-46. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 18 abr. 2018.

HALL, Stuart. The work of Representation. *In*: **Representation: Cultural, Representation and Signyng Proctires**. London: Sage, 1997b. Disponível em: https://uk.sagepub.com/sites/default/files/upmbinaries/66880_The_Work_of_Representation.pdf . Acesso: em 18 abr. 2018.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização: Liv Sovik, Tradução: Adelaine La Guardia Resende...*et al*, Belo Horizonte: Editora UFMG; Representação UNESCO no Brasil, 2013.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. 15. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 103-133.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz da Silva & Guacira Lopes Louro. 12. ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Org. e revisão técnica Arthur Ituassu, Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. **The Fateful Triangle: Race, Ethnicity, Nation**. Edited by Kobena Mercer, with a foreword by Henry Louis Gates, Jr Cambridge: Harvard University Press, 2017.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Raça e oportunidades educacionais: Estudos Afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, n. 18, 1990, p. 73-89.

hooks, bell. Postmodern blackness. *In*: WILLIAMS, Patrick; CHISMAN, Laura. **Colonial discourse and post-colonial theory: a reader**. New York: Columbia University Press. 1994. p. 421-427.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como a prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HURSTON, Zora Neale. Como eu me sinto uma pessoa de cor [How It Feels To Be Colored Me. Em Hurston, Z. N., *Folklore, Memoirs, and Other Writings*, p. 826- 829. New York: The Library Of America], ([1928] 1995). *In*: **Ayé: Revista de Antropologia da UNILAB**. Edição Especial. FIRE!!! Textos escolhidos de Zora Neale Hurston, Seção tradução. Mar. 2021. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/Antropologia/issue/view/33>. Acesso em: 01 set. 2021.

INSTITUTO CULTURAL BENEFICENTE STEVE BIKO. Militantes negros celebram 25 anos do Senun. Nov. 2018. Disponível em: <https://www.stevebiko.org.br/single-post/2018/11/23/Militantes-negros-celebram-25-anos-do-Senun>. Acesso em: 06 jun. de 2020.

JESUS, Rodrigo Ednilson. Autodeclaração e Heteroidentificação Racial no Contexto das Políticas de Cotas: quem quer (pode) ser negro no Brasil? *In*: SANTOS, Juliana Silva; COLEN, Natalia Silva; JESUS, Rodrigo Ednilson de (org.). **Dois Décadas de Políticas Afirmativas na UFMG: debates, implementação e acompanhamento.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 125-142. (Coleção Estudos Afirmativos, v. 9).

JESUS, Rodrigo Ednilson (org.). **Reafirmando direitos:** trajetórias de estudantes cotistas negros(as) no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte: Ações afirmativas no Ensino Superior, 2019.

LAGE, Mariana Luísa da Costa. **"It is not just hair!":** the organising process in a black collective which articulates embodied political practices. 2020. 298 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória 2020.

LÁZARO, André; CERQUEIRA, Luciano; CASTRO, Carolina. **Movimentos em movimento na agenda da educação.** Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso), Laboratório de Políticas Públicas (LPP/UERJ), em parceria com a Fundação Carlos Chagas e apoio da Fundação Ford, 2016.

LIMA, Danilo Rosa. Coletivos **Universitários Negros:** Novas formas de organização negra no Espaço Acadêmico. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

LIMA, Stephanie. “Coletivo”, “ativista” e “horizontal”: uma análise de categorias em uso no movimento social contemporâneo. Revista **T e C – Teoria e Cultura** Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v.13, n. 1 junho. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12382>. Acesso em: 20 set. 2018

LIMA, Stephanie. **“A gente não é só negro!”:** Interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

LOPES, Dailza Araújo. **Ciberativismo como estratégia política:** um estudo sobre grupos de mulheres negras crespas e cacheadas no facebook e em Salvador/BA. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Programa de Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

LUEDJI LUNA. Um corpo no mundo. *In*: **Um corpo no mundo** (álbum). São Paulo, YB Music, 2017.

MACEDO, Márcio. Abdias do Nascimento: teatro, revolta e quilombismo na organização do ativismo negro no Brasil. *In*: PINTO, Ana Flávia Magalhães e CHALHOUB, Sidney (org.).

Pensadores negros - Pensadoras negras: Brasil, séculos XIX E XX. (Coleção UNIAFRO, vol. 11). Cruz das almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p. 277-298.

MAIA, Greta Leite. A juventude e os Coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, vol. 8, n. 1, p. 58-73, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8630>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MAIO, Marcos Chor. Guerreiro ramos interpela a Unesco: ciências sociais, militância e antirracismo. **Caderno CRH**: Salvador, V. 28, n. 73, p. 77-89, jan/abr. 2015.

MAIO, Marcos Chor. Uma Polêmica Esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o Tema das Relações Raciais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n.1, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jun. 2018.

MEDEIROS, Priscila, Martins de. Rearticulando narrativas sociológicas: teoria social brasileira, diáspora Africana e a desracialização da experiência negra. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 3, p. 709-726, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922018000300709. Acesso em: 02 mar. 2021.

MERCER, Kobena. Black hair/style politics. *In*: MERCER, Kobena **Welcome to the jungle: new positions in Black Cultural Studies**. Routledge: New York & London, 1994

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 66, out. 2003, p. 117-149. disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1151> Acesso em: 14 maio 2020.

MESQUITA, Tayná Victória de Lima. **É preciso mudar os lugares da mesa: um estudo das carreiras militantes de acadêmicos negros na Universidade Estadual de Campinas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

MONGIM, Andrea Bayerl. Projetos de escolarização e ingresso de estudantes negros na universidade em contexto de ações afirmativas. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 12, n. 23, jan./abr. 2017.

MOORE, Carlos. Abdias Nascimento e o surgimento de um Pan-africanismo contemporâneo global. *In*: Nascimento. Elisa Larkin (Org). **A matriz africana no mundo. (Sankofa I Matrizes Africana da Cultura Brasileira)**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 233-248.

MORRISON, Toni. **A origem dos outros – Seis ensaios sobre racismo e literatura**. Tradução: Fernanda Abreu, Prefácio: Ta-Nehisi Coates. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

MOURA, Clóvis. Organizações negras. *In*: BRANT, Vinícius Caldeira; SINGER, Paul. **São Paulo: o povo em movimento**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Cebrap, 1982. p. 143-175.

MURARI, Lucas; SOMBRA, Rodrigo (org.). **O cinema de John Akomfrah – Espectros da diáspora**. Rio de Janeiro: LDC, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**. vol.18, n.50, p. 209-224, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100019. Acesso em: 06 mar. 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O Brasil na mira do Pan-Africanismo**. 2. Ed das obras. O genocídio do negro brasileiro e Sitiado em Lagos. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2002.

NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e Memória comunitária: um estudo de caso. **Revista Estudos-Asiáticos**. n° 6-7. Centro de Estudos Afroasiáticos – CEAA/UCAM, RJ, 1982, 259-265.

NASCIMENTO, Eliane Quintiliano. **Movimentos sociais na escola**: a parceria entre o coletivo negrada e a escola pública no combate ao racismo. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação *Lato Sensu*, em Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola) – Universidade Federal do Espírito Santo, UNIAFRO e NEAB/UFES. Vitória/ ES, 2016.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. As civilizações africanas no mundo antigo. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (org). **A matriz africana no mundo**. (Sankofa I Matrizes Africana da Cultura Brasileira). São Paulo: Selo Negro, 2008a. p. 29-54.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Lutas Africanas no mundo e nas Américas. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). **A matriz africana no mundo**. (Sankofa I Matrizes Africana da Cultura Brasileira). São Paulo: Selo Negro, 2008b. p. 141-182.

NEIA - Núcleo de Estudo Interdisciplinares da alteridade. Histórico. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/?web=neia&lang=1&page=2645&menu=1677&tipo=1. Acesso em: 20 jun. 2020.

OLIVEIRA, Dennis. Entrevista com Milton Barbosa. **Revista Fim do Mundo**. n. 4, p. 375-382, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11672/7086>. Acesso em: 25 mar. 2021.

OLIVEIRA, Guilherme dos Santos. **Políticas Racializadas e o Surgimento de Coletivos de Estudantes Negros no Ensino Superior**. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

OLIVEIRA, Guilherme dos Santos. **Coletivos de estudantes negros no ensino superior brasileiro**: políticas da diversidade e organização política estudantil. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias, Centro de Educação e Humanidade, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense Duque de Caxias, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2019.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. Quilombos e demarcadores de identidades: Análise sucinta de três casos no estado do Espírito Santo. **Ambivalências**. Revista do Grupo de Pesquisa “Processos Identitários e Poder” – GEPPIP. v.4, n.7, p. 10- 41, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view/5539>. Acesso em: 20 ago. 2021.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. Comunidades Quilombolas no Estado do Espírito Santo: Conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural. **Ruris**, v.5, n.2, p. 141- 171, set.

2011. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1469>. Acesso: 20 ago. 2021.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Memórias e culturas afro-brasileiras na educação escolar: análise a partir da trajetória de uma professora quilombola. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 27, n. 65/2, p. 573-590, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/6884>. Acesso em: 24 ago. 2021.

PAIXÃO, Marcelo. **A lenda da modernidade encantada**: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação. Curitiba: CVR, 2014.

PEREIRA, Almicar Araújo. **“O Mundo Negro”**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970/1995). 2010. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas, Departamento de História, 2010.

PEREIRA, Jairo; VITAL; Marietta. Venha Vê o Sol. *In: Venha vê o sol* (álbum). São Paulo, Vila Romana, Estúdio Medusa, 2019.

PEREIRA, Stefania; GOMES, Letícia Simões. Tradução: Manifesto do Coletivo Combahee River. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 26.1, p. 197-207, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159864>. Acesso: 15 jun. 2020.

PEREZ, Olivia Cristina. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, vol. 25, n. 3, Campinas, p. 577-596, nov./dec. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762019000300577&tlng=pt. Acesso em: 18 jun. 2020

PEREZ, Olivia Cristina; FILHO, Alberto Luís Araújo Silva. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. **Revista LatITUDE**, vol. 11, n. 1, p. 255-294, 2017.

PEREZ, Olivia Cristina; SOUZA, Bruno Mello. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos. *In: Anais do 41º Encontro anual da ANPOCS, GT 11 - Institucionalização e contestação nos movimentos sociais*. Caxambu – MG, 2017.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez., 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs//article/view/5247>. Acesso em: 18 jun. 2020.

RACIONAIS, MC's. Negro drama. *In: Nada Como um Dia Após o Outro* (álbum). Vol. 1 e 2. São Paulo, Unimar Music 2002.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade - movimento negro de base acadêmica. *In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (org.). Movimento negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala Editora, 2009, p. 81-108.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Instituto Kuanza: São Paulo, 2006.

RATTS, Alex. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. **Revista Nguzo**. Londrina, ano 1. n. 1, mar./jul., 2011. p. 28-39.

REITOR, TIRA MEU PROCESSO. Facebook: comunidade. Informações adicionais. Disponível em: https://www.facebook.com/Reitor-Tira-meu-processo-211809949266149/about/?ref=page_internal. Acesso em: 23 ago. 2021.

RIBEIRO, Bruno de Oliveira. **Quem é negro no Brasil?** As ações afirmativas e o governo das diferenças. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RICHER, Rodger. **A UNE e a questão racial**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2020.

RIOS, Flavia Mateus. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**. São Paulo, p. 41-79, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n85/a03n85.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

RIOS, Flavia Mateus. Elite política negra no Brasil: Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. 2014. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RIOS, Flavia Mateus. **Movimento negro brasileiro nas ciências sociais (1950-2000)**. Revista Soc. e Cult, Goiania, v. 12, n. 2, p. 263-274, jul-dez 2009. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/9100>. Acesso em: 05 mar. 2021.

RIOS, Flavia Mateus; FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga Informativo: Redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. **Cadernos Adenauer XIX** nº1, 2018. p. 25-44. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=c4bece7e-6ec6-a58c-dd975767347c3ce4&groupId=252038. Acesso em: 30 jan. 2019.

RIOS, Flavia Mateus; MACIEL, Regimeire. Feminismo negro brasileiro em três tempos: Mulheres Negras, Negras Jovens Feministas e Feministas Interseccionais. **Labrys**, estudos feministas, jul/ 2017- jun/2018. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm>. Acesso em: 05 out. 2020.

RIOS, Flavia Mateus; RATTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzales. *In*: PINTO, Ana Flávia Magalhães e CHALHOUB, Sidney (org.). **Pensadores negros – Pensadoras negras**: Brasil, séculos XIX E XX. Cruz das almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p. 387-404. (Coleção UNIAFRO, vol. 11).

RODRIGUES, Rosiane. **Quem foi que falou em igualdade?**. Rio de Janeiro: Editora Autografia: 2015.

RODRIGUES, Luiz Henrique. **Quilombolas e jongueiros: uma etnografia nas comunidades de Linharinho e Porto Grande, Conceição da Barra (ES)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

ROSAS, Ricardo. Nome: coletivos, senha: colaboração. *In: Guia de Navegação FindEtático*. São Paulo: midiatatica.org, 2004. p. 7-8. Disponível em: <https://partidointerestelar.wordpress.com/2015/12/13/nome-coletivos-senha-colaboracao/>. Acesso em: 30 jan. 2019.

ROSAS, Ricardo. Notas sobre o coletivismo artístico no Brasil. **RUA – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade**. v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640786/8323>. Acesso em: 30 jan. 2019.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do eu. *In: Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 1, n. 26, p. 33-57, jan./jun., 2001a, Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/41313>. Acesso: em 24 mar. 2018.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. *In: Silva, Tomaz Tadeu (org). Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001b. p. 137-204.

RUTHERFORD, Jonathan. O terceiro espaço. Uma entrevista com Hommi Bhabha. *In: ARANTES, Antônio Augusto Arantes (org.)*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24. Campinas: Serifa Produção Gráfica LTDA, 1996.

SANCHEZ, Fábio José Bechara. Interrogações sobre as reconfigurações dos movimentos sociais – rupturas e continuidades *In: Barros, Joana, DAL' BÓ DA COSTA, André; RIZEK, Cibele (org.)*. **Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios**. São Carlos: IAU/USP, 2018. p. 101-112.

SANTANA, Livia Maria; VAZ, Sant'Anna. As comissões de verificação e o direito à (dever de) proteção contra a falsidade de autodeclarações raciais. *In: DIAS, Gleidson Renato Martins; TAVARES Jr., Paulo Roberto Faber (org.)*. **Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos**. 1. ed. Canoas: IFRS campus Canoas, 2018. p. 32-79.

SANTOS, Ivair Augusto Alves do. **O movimento negro e o estado: o caso do conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no Governo de São Paulo (1983- 1987)**. 2001. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O Movimento negro e a crise brasileira. Política e Administração**, Rio de Janeiro, n.2, p. 285-308, jul./set. 1985. Edição especial: Movimentos sociais. Disponível em: <http://joelrufinodossantos.com.br/paginas/artigos/o-movimento-negro-e-a-crise-brasileira.asp>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SANTOS, José Ricardo Marques do; SILVEIRA. Dener Santos; BORDA. Erik. A Descoberta do Insólito: uma entrevista com Prof. Dr. Mário Augusto Medeiros da Silva. **Áskesis**, v. 4, n.

2, p. 83-10, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/93>. Acesso em: 20 dez. 2018.

SANTOS, Natália Neris da Silva. **A voz e a palavra do movimento negro na assembleia nacional constituinte (1987/1988)**: um estudo das demandas por direitos. Fundação Getúlio Vargas – escola de direito de São Paulo. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Mestrado Acadêmico da Escola de direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV – Direito SP), São Paulo, 2015.

SANTOS, Sônia Beatriz. Feminismo negro diaspórico. **Revista Gênero**, v. 8, n. 1, p. 11-26, 2 sem. 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30958>. Acesso em: 15 out. 2020.

SANTOS, Sérgio Pereira dos. **Os ‘intrusos’ e os ‘outros’ quebrando o aquário e mudando os horizontes**: as relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da UFES – 2006-2012. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História, Debates e Tendências**, v.7, n. 1. jan./jun. 2007, p. 9-21. Publ. no 2º sem. 2008. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2947>. Acesso em: 05 abr. 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v.17, n. 2, p. 335-350, nov/2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12482>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. **A descoberta do insólito**: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000). 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SILVA, Milton Pereira da. 1 vídeo (19min28s). **SENUN – Seminário Nacional de Universitários(as) Negros(as) – 1993**, 1ª Parte. Milton Pereira da Silva, 24 de jun. 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pIV3UiAxPME&t=44s&ab_channel=MiltonPereiradaSilva Acesso: 20 abr. 2018.

SILVA, Milton Pereira da. 1 vídeo (9min47seg). **SENUN – Seminário Nacional de Universitários(as) Negros(as) – 1993**, 2ª Parte. Milton Pereira da Silva, 24 de jun. 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_4XTKRszeW8&ab_channel=MiltonPereiradaSilva Acesso: 20 abr. 2018.

SILVA, Nádía Maria Cardoso da. Guerreiro Ramos: um pensamento brasileiro decolonial na década de 50-60 do século XX. **Revista Analéctica**. Arkho Ediciones, Argentina. vol. 3, n. 23, jul./ago. 2017. Disponível em: <https://arkhoediciones.com/analectica/analectica/index.php/analectica/article/view/223>. Acesso em: 27 ago. 2021.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 219-246, nov. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742002000300012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 jun. 2019.

SILVÉRIO, Valter Roberto. O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 55-77.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: educação, desigualdade e reconhecimento. In: PAULA, Marilene; HERINGER, Rosana (org.). **Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. p. 13-38.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Relações étnico-raciais e educação: entre a política de satisfação de necessidades e a política de transfiguração. **Revista Eletrônica de Educação - Reveduc**, v. 9, n. 2, p. 35-65, 2015. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1219>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *et al.* Relações Étnico-Raciais. In: Miskolci, Richard (Org.). **Marcas da Diferença no ensino escolar**. São Carlos: EDUFSCar, 2010. p. 113-156.

SILVÉRIO, Valter Roberto.; TRINIDAD, Cristina Teodoro. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 891-914, jul./set., 2012.

SILVÉRIO, Valter Roberto.; SANTOS, Hasani Eliotério dos; COSTA, Fernando Oliveira da. Racismo acadêmico e formação das ciências sociais na América: W.E.B. Du Bois e a interseccionalidade entre ciência e política. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. 32, p. 333-366, maio 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/891>. Acesso em: 18 maio 2020.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Alessandro Eleotério Pereira de. **Políticas de ação afirmativa e as construções identitárias exigidas, manipuladas e disputadas por seus beneficiários**. Marília, 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2019.

SOUZA, André Luiz de. **Insubmissão pelas frestas: Agência de estudantes negras, ação artística/docente de dança, antirracismo e interculturalidade**. 2019. Trabalho de Conclusão de

Curso (Graduação em Dança – licenciatura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes. Belo Horizonte, 2019.

SOUZA, Marília Jahnel de. **Coletivos na cidade de São Paulo**: práticas organizativas, práticas de atuação e identidades coletivas. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo – SP, 2019.

SOUZA, Neuza Santos. **Torna-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Edições Graal, 1983.

SPINOZA, Bento. **Ética**. Belo Horizonte: Autentica, 2013.

TATE, Shirley Anne. Descolonizando a raiva: a teoria feminista negra e a prática nas universidades do Reino Unido. *In*: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon (org). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019 (Coleção Cultura Negra e Identidades, 1º reimpressão).

TAVARES Jr., Paulo Roberto Faber. Orientações práticas para a implementação da comissão de heteroidentificação em Instituições Federais de Educação (IF's). *In*: DIAS, Gleidson Renato Martins; TAVARES Jr., Paulo Roberto Faber (org.). **Heteroidentificação e cotas raciais**: dúvidas, metodologias e procedimentos. 1 ed. Canoas: IFRS campus Canoas, 2018. p. 251-272.

TEIXEIRA, Gabby Muturana. A formação de um território negro no espaço universitário de Campos de Goytacazes, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campos de Goytacazes, RJ, 2017.

TRINDADE, Luana Ribeiro da. **Universitários negros**: Acesso ao saber escolar e o processo de (re)construção da identidade. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2018.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past**: power and the production of history. Massachusetts: Beacon Press, 2015. (1º edição, 1995).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. O apoio da PRAE aos Projetos Estudantis. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prae/apoio-estudantil/>. Acesso em: 27 set. 2019.

USPFFLCH. 1 vídeo. (1h55min14seg). **A urgência das cotas na pós-graduação**. Produção/divulgação: USPFFLCH, 7 nov. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KY3XzVNeKfw> . Acesso em: 10 nov. 2019.

VAN HAECHT, Anne. **Sociologia da educação**: a escola posta à prova. Tradução Sandra Loguercio. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. Lélia Gonzalez e outras mulheres: pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo. **Revista ABPN**, v. 01, nº01, mar/jun 2010. Disponível em: <https://bibliopreta.com.br/wp-content/uploads/2016/08/L%C3%A9lia-Gonzalez-e-outras-mulheres-Pensamento-feminista-negro-antirracismo-e-antissexismo-Elizabeth-do-Esp%C3%ADrito-Santo-Viana-Universidade-Federal-do-Rio-de-Janeiro.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

WHITABER, Dulce C. A. **A seleção dos privilegiados**: um estudo sobre a educação brasileiro. São Paulo, SP: Ed. Semente, 1981. (Coleção Revelações).

WOODWARD, Kath. Identity matters: psychosocial selves. HALL, Stuart; GAY, Paul du. *In: Social sciences the big issues*. Traducción de: Horacio Pons. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

WOODWARD, Kath. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais*. 15. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7-72.

YOUDELL, Deborah. Recognizing the subjects of education: engagements with Judith Buther. *In: APPLE, Michel W.; BALL, Stephen J.; GANDIN, Luis Armando. The Routledge international handbook of sociology of education*. Routledge Taylor & Francis Group, London and New York: British Library of Congress Cataloging in Publication Data, Library of Congress Cataloging in Publication Data, 2009.

ANEXOS

ANEXO A – LEI Nº 5.346, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2008.

LEI Nº 5346, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2008.

DISPÕE SOBRE O NOVO SISTEMA DE COTAS PARA INGRESSO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, por dez anos, o sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais, adotado com a finalidade de assegurar seleção e classificação final nos exames vestibulares aos seguintes estudantes, desde que carentes:

- I - negros;
- II - indígenas;
- III - alunos da rede pública de ensino;
- IV - pessoas portadoras de deficiência, nos termos da legislação em vigor;
- V - filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

§1º Por estudante carente entende-se como sendo aquele assim definido pela universidade pública estadual, que deverá levar em consideração o nível sócio-econômico do candidato e disciplinar como se fará a prova dessa condição, valendo-se, para tanto, dos indicadores sócio-econômicos utilizados por órgãos públicos oficiais.

§2º Por aluno oriundo da rede pública de ensino entende-se aquele que tenha cursado integralmente todas as séries do 2º ciclo do ensino fundamental e do ensino médio em escolas públicas de todo território nacional.

§3º O edital do processo de seleção, atendido ao princípio da igualdade, estabelecerá as minorias étnicas e as pessoas portadoras de deficiência beneficiadas pelo sistema de cotas, admitida a adoção do sistema de autodeclaração para negros e pessoas integrantes de minorias étnicas, e da certidão de óbito, juntamente com a decisão administrativa que reconheceu a morte em razão do serviço, para filhos dos policiais civis, militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, cabendo à universidade criar mecanismos de combate à fraude.

§4º O candidato, no ato da inscrição, deverá optar por qual reserva de vagas estabelecidas no caput e nos incisos I ao V do presente artigo irá concorrer.

§5º As universidades estaduais, no exercício de sua autonomia, adotarão os atos e procedimentos necessários para a gestão do sistema, observados os princípios e regras estabelecidos na legislação estadual, em especial:

- I - universalidade do sistema de cotas quanto a todos os cursos e turnos oferecidos;
- II - unidade do processo seletivo;
- III - em caso de não preenchimento de vagas reservadas a determinado grupo, estas serão, prioritariamente, ocupadas por candidatos classificados dos demais grupos (art. 1º, I ao V), seguindo a ordem de classificação;
- IV - caso persistirem vagas ociosas depois de esgotados os critérios do inciso anterior, as vagas remanescentes deverão, obrigatoriamente, ser completadas pelos candidatos não optantes pelo sistema de cotas.

§6º No prazo de um ano anterior ao fim do prazo de prorrogação estabelecido no caput deste artigo, o Poder Executivo instituirá comissão para avaliar os resultados do programa de ação afirmativa, presidida pelo Procurador-Geral do Estado, com representantes dos órgãos e entidades participantes do referido programa, além de representantes das instituições da sociedade civil, em cada etnia ou segmento social objeto desta Lei.

§7º O Relatório da avaliação do programa será publicado e encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ, para fins de acompanhamento.

Art. 2º As cotas de vagas para ingresso nas universidades estaduais serão as seguintes, respectivamente:

- I - 20% (vinte por cento) para os estudantes negros e indígenas;
- II - 20 % (vinte por cento) para os estudantes oriundos da rede pública de ensino;
- III - 5% (cinco por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, e filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

Art. 3º É dever do Estado do Rio de Janeiro proporcionar a inclusão social dos estudantes carentes destinatários da ação afirmativa objeto desta Lei, promovendo a sua manutenção básica e preparando seu ingresso no mercado de trabalho, inclusive mediante as seguintes ações:

- I - pagamento de bolsa-auxílio durante o período do curso universitário;
- II - reserva proporcional de vagas em estágios na administração direta e indireta estadual;
- III - instituição de programas específicos de crédito pessoal para instalação de estabelecimentos profissionais ou empresariais de pequeno porte e núcleos de prestação de serviços.

Art. 4º É mantido o procedimento de declaração pessoal para fins de afirmação de pertencimento à raça negra, devendo a administração universitária adotar as medidas disciplinares adequadas nos casos de falsidade.

Art. 5º O Estado do Rio de Janeiro promoverá, noventa dias antes das inscrições para os exames vestibulares das universidades estaduais, campanha publicitária de orientação social para informar os estudantes destinatários desta Lei.

Art. 6º As disposições desta Lei aplicam-se, no que for cabível, a todas as instituições públicas de ensino superior, mantidas e administradas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 7º Esta Lei será objeto de revisão a ser iniciada seis meses antes do termo final do prazo a que se refere o art. 1º, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 4151, de 4 de setembro de 2003 e a Lei nº 5074, de 17 de julho de 2007. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2008. SÉRGIO CABRAL Governador

ANEXO B – LEI Nº 10.639, DE 09 DE JANEIRO DE 2003

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003

ANEXO C – LEI N° 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI N° 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.

Mensagem de veto

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Regulamento

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 2º (VETADO).

~~Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).~~

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016)

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

~~Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).~~

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016)

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

Art. 6º O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai).

~~Art. 7º O Poder Executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do programa especial para o acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, às instituições de educação superior.~~

Art. 7º No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016)

Art. 8º As instituições de que trata o art. 1º desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de agosto de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF

Aloizio Mercadante

Miriam Belchior

Luís Inácio Lucena Adams

Luiza Helena de Bairros

Gilberto Carvalho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.8.201

ANEXO D – MANIFESTO DE OCUPAÇÃO PELO CENTRO DE CONVIVÊNCIA NEGRA

MANIFESTO DE OCUPAÇÃO PELO CENTRO DE CONVIVÊNCIA NEGRA¹⁰⁵

Nós, estudantes negras e negros militantes do Movimento Autoorganizado pela Libertação Kilombagem e Autogestão (MALOKA), ocupamos o antigo Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais em 16 de novembro de 2016, para criar o Centro de Convivência Negra.

Em respeito a história de cada pessoa negra que efetivou a construção desse espaço e que teve sua presença restrita aos cargos subalternos dessa universidade; aos nossos ancestrais que não tiveram acesso às instituições de ensino, e principalmente, as de ensino superior e que pagaram com juros as contas de cada tijolo e cimento usados na construção dessa universidade; a cada jovem negra e negro que não teve acesso e oportunidade de se inserir nesse espaço; e por todo o histórico de lutas pela libertação e emancipação do povo negro no mundo, que reivindicamos esse espaço como expressão mínima da luta e da resistência.

Nossa ocupação se dá pela ausência de qualquer espaço de referência da Comunidade Negra nesta universidade. É necessário exigir a libertação do povo preto. É preciso refletir condições de fomento de produção acadêmica que envolvam ensino, pesquisa e extensão ligados a questão racial, além de uma valorização explícita da história e cultura afro-brasileira.

Em 2013 durante as mobilizações contra a repressão militar durante a Jornada de Junho que impulsionam a ocupação da Reitoria da UFMG, é reivindicada a criação da Pró-reitoria de Ações Afirmativas, que em 2014 se torna a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Em 2015 a Congregação da FAFICH impõe medidas para o combate ao tráfico de drogas, dentre elas o fechamento do Diretório Acadêmico numa evidente política higienista e racista de exclusão da comunidade negra e periférica.

Propomos ressignificar o espaço do antigo D.A. como arena de formação e socialização de estudantes negros e negras que passaram (e ainda passam) pela universidade, negado pelo racismo estrutural, e por entender que esse espaço já é nosso, e foi tirado à força através de uma avalanche midiática racista e de uma faculdade que não prezou pelo diálogo.

Para isso, reivindicamos que este espaço seja criado e estruturado a fim de refletir as atuais (e históricas) demandas da comunidade negra da UFMG, sobretudo com uma ofensiva que coloca mais uma vez as pessoas historicamente excluídas diante de um aumento das desigualdades sociais e econômicas, precarização dos (já precários) serviços públicos, além da contenção e redução do acesso e

¹⁰⁵ Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/ccn/?page_id=63

permanência das negras e dos negros que vem acessando a Universidade Pública, como se evidenciam com a PEC 55 e a MP 746.

Diante das reivindicações, exigimos também a não criminalização das e dos integrantes da ocupação, pois essa é uma ação legítima, pacífica, política e social, construída coletivamente pelo corpo negro universitário. É importante ressaltar que a ocupação está aberta ao diálogo com a instituição.

Convidamos todos os Coletivos, Professoras(es), Ocupações, Movimentos Sociais, Articulações Periféricas, Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos, Grêmios Estudantis e Sindicatos, a assinarem a nossa carta, apoiarem a nossa luta e fortalecerem o nosso movimento.

Nossas reivindicações PRIORITÁRIAS INICIAIS são:

- 1- Criação e estruturação do Centro de Convivência Negra ;
- 2- Cotas Raciais em todos os Programas de Pós-graduação da UFMG;
- 3- Comissão de Averiguação dos cotistas autodeclarados negros na graduação;
- 4- Criação do Plano de Ações Afirmativas da UFMG;
- 5- Não à CRIMINALIZAÇÃO do Movimento.

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2016.

Assinam a carta em apoio:

1. Associação Casa Aberta de Cultura (CACU);
2. Organização de Mulheres Negras Ativas;
3. Irun Didi (Ofício Milenar da Diáspora Africana);
4. Álvaro Zulú (Panafricanista e do Movimento de Maioria Negra);
5. Coletivo de Mulheres Negras Bloco das Pretas
6. Coletivo Negrada (UFES)
7. Movimento de Mulheres Negras Capixabas (MNC)
8. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros de Viçosa (UFV)
9. FRENTE NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS (SEÇÃO RS)
10. Coletivo Negro Braima Mané (UFOP)
11. Campo Nacional de Juventude Pajeú – Resistência em Movimento
12. Centro Acadêmico de Ciências Sociais da UFMG (CACS)

ANEXO E – GUIA DE CHEGADA – ENCONTRO DE ESTUDANTES E COLETIVOS UNIVERSITÁRIOS NEGROS



**ENCONTRO DE ESTUDANTES E COLETIVOS
UNIVERSITÁRIOS NEGROS
Executiva Regional do EECUN**

Carta de Princípios

Esta Carta de Princípios tem por finalidade estabelecer os princípios e os objetivos a partir dos quais e pelos quais o Encontro de Estudantes e Coletivos Negros Universitários – EECUN está organizado, bem como deve ser respeitado por todos os estudantes e coletivos negros constituintes do encontro.

Por princípios entendemos ideias, conceitos, convicções, opções políticas que devem reger as práticas e relações do EECUN.

Por Negro(a) entendemos todo aquele que possui em suas características fenotípicas, como cor da pele, rosto, cabelos que caracterizam a raça negra sendo um fator determinante da sua identificação social.

O EECUN é uma organização política que fomenta a participação política, e o combate a todas as formas de racismo, discriminações, preconceitos, intolerâncias e violências contra a população negra.

Fundamenta-se e declara publicamente que defenderemos e seguiremos fielmente os seguintes princípios:

1. Afrocentricidade como método político

Afrocentricidade/afro-perspectiva/afro-centralidade: convictos da condição de pretas e pretos em diáspora, que na situação de universitários se somam na construção do eecun. Nesse sentido, compreendemos a inaplicabilidade de todo e qualquer método que desdote da perspectiva afrocentrada tendo como égide formas de relação política condicionadas por sindicatos ou encontros governistas, tais qual como conferência e métodos utilizados em congressos sindicais e movimentos estudantis ditos tradicionais que atuam sob base eurocêntrica.

2. Suprapartidário

Tendo em vista a concepção afrocentrada supracitada, a construção deste encontro não será permeada por nenhum vínculo partidário e/ou ligação, direta ou indireta. Entende-se por ligação direta ou indireta: correntes, coletivos, setoriais, que atuem com subnomes/subtítulos orientados diretamente por instituições partidárias. Nesse sentido reiteramos nossa total autonomia frente aos seguintes partidos: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido dos Trabalhadores (PT); Democratas (DEM); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Partido Trabalhista Cristão (PTC); Partido Social Cristão (PSC); Partido da Mobilização Nacional (PMN); Partido Republicano Progressista (PRP); Partido Popular Socialista (PPS); Partido Verde (PV); Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB); Partido Progressista (PP); Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB); Partido



**ENCONTRO DE ESTUDANTES E COLETIVOS
UNIVERSITÁRIOS NEGROS
Executiva Regional do EECUN**

Humanista da Solidariedade (PHS); Partido Social Democrata Cristão (PSDC); Partido da Causa Operária (PCO); Partido Trabalhista Nacional (PTN); Partido Social Liberal (PSL); Partido Republicano Brasileiro (PRB); Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); Partido da República (PR); Partido Social Democrático (PSD); Partido Patria Livre (PPL); Partido Ecológico Nacional (PEN); Partido Republicano da Ordem Nacional (PROS); Solidariedade (SD); Partido Novo (NOVO); Rede Sustentabilidade (REDE); Partido da Mulher Brasileira (PMB); Partido Comunista Revolucionário (PCR) e quaisquer setoriais de negras e negros a eles vinculados. Todavia o EECUN conclama negras e negros diaspóricos, em situação universitária, para fortalecer esse novo passo coletivo de maneira independente.

3. Autonomia financeira

Inaceitável financiamento de cunho partidário e de instituições ligadas a partidos, sendo possível a captação de recursos públicos e privados.

4. Contra todas as formas de opressões

Haverá enfrentamento radical sobre quaisquer demonstrações, verbais e físicas, de opressão no que tange a LGBTfobia, machismo e sexismo. Reiteramos o direito essencial de todas as pessoas gênero-diversas e orientações sexuais diversas.

5. Compõem a organização do evento os seguintes coletivos:

Coletivo Negro Iolanda de Oliveira-UFF
 Coletivo Negro Carolina de Jesus-UFRJ
 Coletivo Negro Azolida Loreto Da Trindade-CEFET-RJ
 Frente Negra-UFPR
 Bloco das Pretas- BH MG
 Núcleo de Estudos Afro-brasileiros- NEAB Viçosa
 Coletivo Preto Dandaras da Baixada – UFRRJ IM
 Coletivo CORPOS NEGROS – UFG [Goiânia- Goiás]
 Coletivo Negro Kimpa – UNESP Bauru
 Coletivo Juventude Educatro – SP
 Coletivo Negrex
 Coletivo Negrada- UFES
 Coletivo Nuvem Negra-PUC-RJ
 Coletivo Alma Preta
 Coletivo Nacional de Juventude pela Igualdade Racial – Conajir

APÊNDICES

APÊNDICE A – TIPOLOGIA DAS FORMAS E AÇÕES COLETIVAS NEGRAS

ANO DE FUNDAÇÃO E TÉRMINO/ NOME DA ORGANIZAÇÃO

1930 a 1944	
1931 – 1937 Frente Negra Brasileira (FNB) 1932 Clube Negro de Cultura Social 1932 Frente Negra Socialista 1932 Ação Integralista Brasileira (AIB) 17/07/1932 Clube Negro de Cultura social 1932 Frente Negra socialista	1934 Sociedade Flor do Abacate 1934 Legião Negra 1937 Sociedade Henrique Dias 1943 União dos Homens de Cor (Uagacê ou UHC) 1943 Grêmio Literário Cruz e Souza 1944 – 1968 Teatro Experimental do Negro (TEN)
1945 a 1979	
1945 Associação Nacional do Negro Brasileiro 1945 Comitê Democrático Afro-Brasileiro 1951 Associação José do Patrocínio 1951 (ativo) <u>Renascença Clube</u> 1954 Frente Negra Trabalhista 1954 Associação Cultural do Negro 1959 (ativo) <u>Centro de Estudos Afro-Orientais</u> (CEAO) 1962 União Cultural dos Homens de Cor (UCHC) 1962 União Catarinense dos Homens de Cor (UCHC) 19 (63)65 Centro de Estudos Africanos (CEA) – USP 1971 Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra (CECERNE) 1971 – 1978 Grupo Palmares 1971 Grupo Evolução 1971 (72) Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) 1972 Grupo de teatro evolução 1972 Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais Universitários Negros (GTPLUN) 1972 (73) Núcleo Cultural Afro-Brasileiro 1973 Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), vinculado à Universidade Cândido Mendes 1974 Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA) 1974 Ilê Aiyê 1974 Casa de Cultura e Progresso (CACUPRO), Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), Centro de Cultura Afro-Brasileira (CECAB), Centro Afro-Brasileiro (CEAB), Grupo de Teatro Evolução de Campinas, Grupo de Teatro Rebu, depois Congada, de São Carlos, Grupo de Teatro Zumbi, de Santos, entre outras.	1974 (75) (ativo) <u>Instituto de Pesquisa das Culturas Negras</u> (IPCN) 1975 – 1995 Grupo de trabalho André Rebouças (GTAR) 1975 Federação das Entidades AfroBrasileiras do Estado de São Paulo/SP 1975 Centro de Estudos Brasil-África (Ceba) 1975 Teatro Popular Solano Trindade 1976 Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) 1977 Núcleo Negro Socialista Organização negra de esquerda 1978 (ativo) <u>Movimento Negro Unificado (MNU)</u> 19 (78)79 Grupo de Mulheres Negras Aqualtune 1979 FRENAPO 1979 Centro de Cultura Negra 1979 Associação Cultural Zumbi (ACZ) 1979 Bloco Afro Olodum 1979 Grupo de Negro da PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo 19/09/1979 (ativo) <u>Centro de Cultura Negra do Maranhão</u> (CCN)

1980 aos dias atuais	
<p>???? Grupos de universitários negros da Universidade Católica de Salvador.</p> <p>1980 Cedenpa</p> <p>1980 Grupo União da consciência negra (Grucon)</p> <p>1980 Quilombhoje</p> <p>1980 Legião Rastafári</p> <p>1980 Grupo de Mulher Negra Luiza Mahin</p> <p>1980 Movimento Cultural Filhos de JAH</p> <p>1980 Fundação do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA)</p> <p>19 (80) 81 Instituto de Pesquisas e Estudos AfroBrasileiro – IPEAFRO</p> <p>1981 Grupo União e Consciência Negra do Brasil</p> <p>1981 Grupo União da consciência negra (Grucon)</p> <p>1982 Grupo Gangazumba</p> <p>1983 Nzinga – Coletivo de mulheres negras</p> <p>1983 Fundação dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil – APNs</p> <p>1983 Centro de Estudos da Cultura Negra (Cecun)</p> <p>1983 (84) Coletivo de Mulheres Negras do estado de São Paulo</p> <p>1984 Núcleo Cultural Níger Okán</p> <p>1984 Grupo homossexuais negros Adê Dudu</p> <p>1984 Grupo Trabalhos e Estudos Zumbi</p> <p>1984 Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra</p> <p>1985 Grupo Raça</p> <p>1986 Sociedade Afro Sergipana de Estudos e Cidadania (SACI)</p> <p>1986 Casa de Cultura Afro-Sergipana</p> <p>1986 Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza</p> <p>1986 Maria Mulher</p> <p>1986 Núcleo de Estudos do Negro NEN</p> <p>1986 Coletivo de Mulheres Negras de Minas Gerais</p> <p>1986 União dos Negros</p> <p>1987 Grupo Afro-cultural Abi-Dudu</p> <p>1987 Casa Dandara</p> <p>1987 Instituto do Negro Padre Batista</p> <p>1987 Núcleo de Consciência Negra na USP</p> <p>1987 Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileiro (INTECAB).</p> <p>1988 (ativo) Fundação Cultural Palmares</p> <p>1988 (ativo) <u>Geledés: Instituto da Mulher Negra</u></p> <p>1988 MOAN</p> <p>1988 N'zinga – Coletivo de mulheres Negras</p> <p>1988 Agentes Pastorais Negros (APN)</p> <p>1989 CEAP</p> <p>1989 Comissão de Mulheres Negras</p> <p>1990 Grupo Afro-Cultural Coisa de Nêgo</p> <p>1990 Fundação do Coletivo de Mulheres Negras de Salvador – Bahia</p> <p>1990 Casa de Cultura da Mulher Negra</p> <p>1990 União dos Negros</p> <p>Entre 1991 a 1993 Grupos de estudantes negros nas universidades “em Salvador (Ufba, Cairú, Uneb, Centec, Ucsal); Minas Gerais Ufmg, Icmg, Puc); São Paulo (Usp/Puc e Universidades e Faculdades isoladas); Recife (Unicap, Fapipe, Ufrpe; Rio Grande</p>	<p>do Sul (Ufrgs); Maceió (Ufal); Goiânia (Ufgo); Rio de Janeiro (Ufrj) e Volta Redonda; Espírito Santo (Ufes0; Pará (Ufpa, Fep, Fcap);Núcleo de Consciência Negra da USP</p> <p>1991 Organização negra Soweto</p> <p>1991 Coordenação Nacional das Entidades Negras (CONEN)</p> <p>1991 Grupo NegraÔ</p> <p>1991 Centro Nacional de Religiosidade e Africanidade Afro- Brasileiro (CENARAB)</p> <p>1991(ativo) <u>NEAB – UFSCar</u></p> <p>1992 Núcleo da consciência negra da USP</p> <p>1992 Sociedade Comunitária Ecológica Cultural e Escola de Samba Fala Negã</p> <p>1992 Grupo Criola</p> <p>1992 (ativo) <u>Instituto Cultural Steve Biko</u></p> <p>1993 <u>Educafro</u> - Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes</p> <p>1993 Coletivo Nacional de Estudantes Negros Universitários (CENUN)</p> <p>1993 (ativo) <u>Grupo Cultural AfroReggae</u></p> <p>1994 Grupo de Artes Cênicas Afro-Dandara</p> <p>1994 <u>Grupo Nação Zumbi-Ojab</u></p> <p>1995 Associação de Mulheres Negras “Oborin-Dúdú”</p> <p>1995 Associação de Mulheres Negras “Oborin-Dúdú”</p> <p>1995 <u>Núcleo de Estudos e Pesquisas em Africanidades e Afrodescendências (IFARADA) da UFPI</u></p> <p>1996 <u>Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (NEINB)</u></p> <p>1996 Oriashé Sociedade Brasileira de Cultura e Arte Negra</p> <p>1997 <u>Fala Preta! Organização de Mulheres Negras</u></p> <p>1997 <u>Coletivo Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (CEABRA)</u></p> <p>1999 Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial no Congresso Nacional</p> <p>1999 Associação Nacional do Coletivo de Empresário e Empreendedor Afro-Brasileiro (ANCEABRA)</p> <p>2000 Fórum Nacional de Mulheres Negras</p> <p>2000 <u>Articulação de Organizações das Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)</u></p> <p>2000 <u>Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)</u></p> <p>20/04/2003 (ativo) <u>Coletivo de Entidades Negras (CEN)</u></p> <p>2004 (ativo) <u>Instituto Elimu “Prof. Cleber Maciel”</u></p> <p>2005 (ativo) <u>Círculo Palmarino</u></p> <p>18/07/2012 (ativo) <u>Coletivo Negrada</u></p> <p>2013 <u>Bloco das Pretas</u></p> <p>2013 <u>Coletivo Nacional da Juventude pela Igualdade Racial (CONAJIR)</u></p> <p><u>Coletivo Negro Carolina de Jesus</u></p> <p>21/03/2014 (ativo)</p> <p>13/01/2015 <u>Coletivo Negrex</u></p>

Continuação (1980 aos dias atuais)	
01/04/2015	<u>Coletivo Nuvem Negra</u>
01/04/2015	<u>Frente Negra da UFPR</u>
13/05/2015	<u>Frente Negra da UFPR</u>
2015 (ativo)	<u>Coletivo Alma Preta</u>
(?) (ativo)	<u>Núcleo de Estudos Afro-brasileiros</u>
(?)	Coletivo Corpos Negros
(?)	<u>Coletivo Negro Iolanda de Oliveira (CENUFF)</u>
(?)	Coletivo Negro Azoilda Loreto da Trindade
(?)	<u>Coletivo Juventude Educafro</u>
(?)	<u>Coletivo Preto Dandaras da Baixada</u>
(?) (ativo)	<u>Coletivo Negro Kimpa</u>

Observação: A tipologia completa encontra-se disponível para acesso em:

<https://drive.google.com/file/d/1df37AXo0yNnzCWQMibDfoL9k4-GyQ6nA/view?usp=sharing>

APÊNDICE B – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA

Questões base para as entrevistas

❖ Perfil do entrevistado (a)

Qual o nome, a idade, lugar de nascimento, local de estudo, forma de manutenção durante o período de estudos, qual curso realiza ou concluiu, qual coletivo participa ou participou dentro da universidade, pretende fazer pós-graduação strictu sensu?

Como foi seu ingresso no coletivo? (Acolhimento, laço de amizade, etc)

Já participava de outro coletivo? Ou outro tipo de organização?

Qual era a sua função no coletivo?

O que é o coletivo na sua opinião?

O que mudou na sua vida após ingresso no coletivo?

❖ Sobre o coletivo

Quando e em quais circunstâncias surgiu o coletivo que você participou? (Ano, quem são/eram os envolvidos, se houve a participação de algum professor ou outro funcionário da Universidade, qual era o contexto da época)

Qual é/era objetivo central?

Quais são/ eram as ações desenvolvidas?

Como se organizam? Qual a periodicidade dos encontros?

Existe um espaço físico com alguma infra-estrutura no interior da universidade para as reuniões do coletivo?

Como é a inserção no coletivo?

Qual é a relação do coletivo com a administração da Universidade?

Como é/era o contato (integração/comunicação) entre os integrantes? E entre os outros coletivos? E entre o NEAB ou outras organizações existentes na universidade?

Existe alguma parceria?

Como o coletivo se mantém financeiramente?

Quais os desafios do coletivo?

Quais os impactos dentro e fora da Universidade?

Se não está ativo, o que aconteceu?

APÊNDICE C – TERMO DE ANUÊNCIA (AUTORIZAÇÃO) DE USO DE IMAGEM, DEPOIMENTO, NOME, VOZ E DADOS BIOGRÁFICOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TERMO DE ANUÊNCIA (AUTORIZAÇÃO) DE USO DE IMAGEM, DEPOIMENTO, NOME, VOZ E DADOS BIOGRÁFICOS

Eu _____, CPF nº _____, RG nº _____, ao estar ciente dos objetivos da pesquisa e procedimentos metodológicos, autorizo, através do presente termo, o uso de minha imagem (registro fotográfico e/ou audiovisual), depoimento, primeiro nome, voz e dados biográficos que concedi a pesquisadora **Luana Ribeiro da Trindade**, aluna do curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), para a realização de sua tese de doutorado que busca compreender os processos de socialização, de identificação e de diferenciação, a partir da organização e da inserção de jovens em coletivos de universitários negros/as na região Sudeste do Brasil.

A presente autorização possibilita a utilização dos dados que forneci à pesquisadora, para fins científicos e de estudos (Tese de doutorado, capítulos de livro, artigos, apresentações em congressos e outros eventos acadêmicos, slides e transparências).

Local e data

_____, _____ de _____ de 2019.

Luana Ribeiro da Trindade
Doutoranda em Sociologia – PPGS/ UFSCar

Participante da Pesquisa (Entrevistado/a)